

nas **Desenvolvimento**
Ciências Sociais
o estado das artes

Livro **2**

Sociedade, Política e Desenvolvimento



Organizador
Aristides Monteiro Neto



O projeto O Estado das Artes do Tema do Desenvolvimento foi concebido em 2011 e executado ao longo de 2012 e 2013, com vistas a contribuir para a problematização e aprofundamento de uma agenda renovada sobre a ideia do desenvolvimento, num momento de grandes transformações e desafios na vida social, política e econômica brasileira. Para parceiros realizadores desta discussão, o Ipea convidou um conjunto expressivo da academia nacional relacionado com as ciências humanas para se debruçar sobre limites e possibilidades da ideia do desenvolvimento neste início de século XXI. Tornaram-se colaboradores de primeira hora as associações nacionais de pós-graduação nas áreas do direito, ciência política, sociologia, antropologia, história, comunicação, economia, serviço social, planejamento urbano e regional, relações internacionais e educação, para realizar um esforço coletivo de atualização do debate e reflexão sobre os estudos do desenvolvimento.

Em face do momento atual, em que o país está passando por transformações profundas em seu ritmo e modo de desenvolver-se – em caráter inclusivo, democrático e sustentado –, colocou-se como imperativo compreender os desafios e oportunidades abertas para a sociedade brasileira em tempos de intensa incorporação de cidadãos das camadas mais vulneráveis da população ao acesso a bens, serviços e direitos fundamentais. Tempo este também de intensas relações e entrecruzamentos de cidadãos, instituições, empresas e interesses, com as suas contrapartes no exterior possibilitadas pelo processo de globalização.

A resposta à chamada pública para realização de estudos dada por várias das entidades nacionais de pós-graduação materializa-se nesta coletânea composta por três livros, a seguir nomeados, estruturados em dezenove capítulos, sendo um deles dedicado a uma reflexão sob a forma de entrevista coletiva:

1. *Direito e desenvolvimento*
2. *Sociedade, política e desenvolvimento*
3. *Política externa, espaço e desenvolvimento*

nas **Desenvolvimento
Ciências Sociais**

o estado das artes

Livro **2**

Sociedade, Política e Desenvolvimento



ipea

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Marcelo Côrtes Neri

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Sergei Suarez Dillon Soares

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais, Substituto

Carlos Henrique Leite Corseuil

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

Chefe de Gabinete

Bernardo Abreu de Medeiros

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

nas **Desenvolvimento
Ciências Sociais**

o estado das artes

Livro **2**

**Sociedade,
Política e Desenvolvimento**



Organizador
Aristides Monteiro Neto

ipea
Brasília, 2014

Sociedade, política e desenvolvimento / organizador: Aristides Monteiro Neto. – Brasília: Ipea, 2014.

220 p. : il., gráfs. – (Desenvolvimento nas Ciências Sociais : o Estado das Artes ; Livro 2).

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7811-200-4

1. Desenvolvimento Econômico. 2. Desenvolvimento Social.

3. Sociologia do Desenvolvimento. 4. Serviços Sociais. 5. Ciência Política. 6. Comunicação para o Desenvolvimento. 7. Brasil. I. Monteiro Neto, Aristides. II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 338.9

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| APRESENTAÇÃO | 7 |
| INTRODUÇÃO | 9 |
| CAPÍTULO 1 ESTADO DA ARTE DA SOCIOLOGIA NOS ESTUDOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO | 17 |
| Anete Brito Leal Ivo | |
| CAPÍTULO 2 O “ESTADO DAS ARTES” NA PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO | 91 |
| Carlos Montañó | |
| Rodrigo de Souza Filho | |
| Caio Martins | |
| Vinícius Correia Santos | |
| Wesley Felício Silva | |
| CAPÍTULO 3 AS CONTROVERSAS NOÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E O CAMPO TEMÁTICO E OPERATIVO DO SERVIÇO SOCIAL | 125 |
| Joaquina Barata Teixeira | |
| CAPÍTULO 4 CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO NA PÓS-GRADUAÇÃO | 139 |
| Janina Onuki | |
| Eduardo Noronha | |
| Ivan Ervolino | |
| Rafael Nunes Magalhães | |
| CAPÍTULO 5 COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, COMUNICAÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL | 161 |
| Círcia M. Krohling Peruzzo | |

CAPÍTULO 6

O TEMA DO DESENVOLVIMENTO NA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA:

DIÁLOGO COM ANTROPÓLOGOS 197

Alfredo Wagner

Andrea Luiz Zhouri

Bela Feldman-Bianco

Cornélia Erke

Gustavo Lins Ribeiro

João Pacheco de Oliveira

José Sérgio Leite Lopes

Aristides Monteiro Neto

APRESENTAÇÃO

A coletânea que ora disponibilizamos ao leitor reveste-se de uma característica muito particular: resulta de esforço conjunto do Ipea com várias associações nacionais de pós-graduação em ciências sociais em torno da reflexão sobre o tema do desenvolvimento brasileiro.

Se o debate sobre o desenvolvimento se fez mais presente nos meios acadêmicos e governamentais durante as décadas de 1960 e 1970, no período posterior as discussões tornaram-se cada mais rarefeitas, tendo mesmo o objeto do desenvolvimento assumido novos contornos.

Nas décadas de auge da produção acadêmica sobre a temática, o desenvolvimento foi visto quase como sinônimo de industrialização e de mimetização de estilos de vida dos países europeus e da América do Norte. As reflexões apontadas em vários dos estudos aqui presentes, por sua vez, sinalizam para uma renovada leitura do desenvolvimento como conceito associado a uma busca por diversidade cultural, sustentabilidade ambiental, garantia de direitos individuais universais e formas de produção econômica que não apenas as industriais.

Não se pretende chegar, com estes trabalhos, a uma conclusão única do que seja o desenvolvimento. Pelo contrário, o que se buscou com este esforço foi a retomada de um debate necessário; debate que se inicia permanentemente, mas não se esgota. Gera reflexões e abre novos rumos para o exercício do trabalho intelectual e acadêmico comum entre o Ipea e a academia. Não surpreende, portanto, que, ao longo dos capítulos que compõem os volumes da obra, tenham sido mobilizadas ferramentas conceituais em tantas áreas do conhecimento: na sociologia, na antropologia, no serviço social, no direito, no planejamento urbano e regional, na comunicação, na ciência política, na economia e nas relações internacionais.

O Ipea se sente honrado com o resultado desta importante parceria institucional. A academia brasileira, representada por todas as associações de pós-graduação que dialogaram por meio desta obra, mostra mais uma vez o elevado nível que atingiu a produção intelectual das ciências sociais no país.

Boa leitura a todos.

Sergei Suarez Dillon Soares
**Presidente do Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada (Ipea)**

INTRODUÇÃO

O projeto O Estado das Artes do Tema do Desenvolvimento foi concebido em 2011 e executado ao longo de 2012 e 2013 com vistas a contribuir para a problematização e aprofundamento de uma agenda renovada sobre a ideia do desenvolvimento num momento de grandes transformações e desafios na vida social, política e econômica brasileira. Para parceiros realizadores desta discussão, o Ipea convidou um conjunto expressivo da academia nacional relacionado com as ciências humanas para se debruçar sobre limites e possibilidades da ideia do desenvolvimento neste início de século XXI. Tornaram-se colaboradores de primeira hora as associações nacionais de pós-graduação nas áreas do direito, ciência política, sociologia, antropologia, história, comunicação, economia, serviço social, planejamento urbano e regional, relações internacionais e educação para realizar um esforço coletivo de atualização do debate e reflexão sobre os estudos do desenvolvimento.

Em face do momento atual, em que o país está passando por transformações profundas em seu ritmo e modo de desenvolver-se – em caráter inclusivo, democrático e sustentado –, colocou-se como imperativo compreender os desafios e oportunidades abertas para a sociedade brasileira em tempos de intensa incorporação de cidadãos das camadas mais vulneráveis da população ao acesso a bens, serviços e direitos fundamentais. Tempo este também de intensas relações e entrecruzamentos de cidadãos, instituições, empresas e interesses, com as suas contrapartes no exterior possibilitadas pelo processo de globalização.

A resposta à chamada pública para realização de estudos dada por várias das entidades nacionais de pós-graduação materializa-se nesta coletânea composta por três livros. São ao todo dezenove capítulos, sendo um deles dedicado a uma reflexão sob a forma de entrevista coletiva.

O primeiro volume da coletânea, intitulado *Direito e desenvolvimento*, registra oito contribuições da área do direito sobre o tema do desenvolvimento, as quais foram organizadas pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (Conpedi), representado por Vladmir Oliveira da Silveira, Samyra Napolini Sanches e Monica Bonetti Couto. Ressalte-se aqui o elevado interesse desta instituição, que solicitou aos seus pesquisadores não apenas um trabalho – como foi a ideia original do projeto –, mas vários, proporcionando a oportunidade de se publicar um número inteiramente dedicado ao tema.

O segundo livro, *Sociedade, política e desenvolvimento*, traz seis reflexões das áreas de antropologia, sociologia, ciência política, serviço social e comunicação. São textos que problematizam a trajetória recente dos estudos do desenvolvimento

como objeto teórico em mutação, apresentando a mudança de interesse reflexivo do que se entende por desenvolvimento, bem como apontando sua fragmentação e dispersão quanto aos objetos de interesse.

O capítulo 1, *Estado da Arte da sociologia nos estudos sobre o desenvolvimento*, da professora Anete Brito Leal Ivo, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA), traz uma brilhante problematização da mudança de conceito e de objeto da sociologia do desenvolvimento desde os anos 1960. Observa-se que as noções de modernização e progresso são entendidas pelos economistas como a busca do crescimento sustentado do produto *per capita*; pelos cientistas políticos, como a institucionalização de uma democracia representativa; e pelos sociólogos, como difusão de valores de racionalização, universalismo, desempenho e secularização. As transformações promovidas pela globalização dos costumes, dos valores e das economias a partir dos anos 1990 resultaram no enfraquecimento da ideia de desenvolvimento e, segundo a autora, numa polissemia conceitual que vai do desenvolvimento sustentado ao desenvolvimento local, dos direitos humanos ao solidarismo.

Os capítulos 2 e 3 tratam da abordagem do desenvolvimento para o serviço social. No capítulo *O estado das artes na produção teórica do serviço social sobre desenvolvimento*, os professores Carlos Eduardo Montaña Barreto e Rodrigo de Souza Filho realizam uma investigação da produção acadêmica do serviço social entre 2003 e 2010: dissertações de mestrado, teses de doutorado, comunicações dos encontros nacionais da pós-graduação em serviço social e nas revistas *Serviço Social & Sociedade* e *Katálisis*. O balanço da produção acadêmica aponta para uma ampliação numérica dos trabalhos no tema do desenvolvimento, da pobreza, da desigualdade, do combate à pobreza, do pauperismo, do orçamento público. As universidades das regiões Sudeste e Nordeste foram as que mais produziram estudos sobre os temas do desenvolvimento, da desigualdade e da pobreza. Recortados por uma classificação ideológica sugerida pelos autores, os vários estudos analisados alistaram-se, majoritariamente, nas categorias reformistas (38%), acrílicos (36%) e radicais (26%).

Por sua vez, o terceiro capítulo, intitulado *As controversas noções de desenvolvimento e o campo temático e operativo do serviço social*, da professora Joaquina Barata Teixeira, discute a transformação do conceito de desenvolvimento, tal como visto pelos estudiosos do serviço social, apontando para seu caráter volitivo, submetido à vontade humana e, portanto, contingente e mutável. Faz uma breve apreciação da trajetória dos conceitos de desenvolvimento, iniciando na versão etapista e passando pelas versões da dependência, do sustentável, do ecodesenvolvimento. Por fim, a autora, faz uma importante digressão sobre a assimilação dos conceitos e da práxis do desenvolvimento entre os profissionais da área do serviço social.

No quarto capítulo, *Ciência política e relações internacionais: avaliação da produção sobre desenvolvimento na pós-graduação*, os autores Janina Onuki, Eduardo Noronha, Ivan Ervolino e Rafael Nunes apresentam uma avaliação quantitativa da produção acadêmica sobre o tema do desenvolvimento na ciência política brasileira. Foi realizado um levantamento exaustivo em: *i*) três revistas classificadas no sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – *Dados, Revista Brasileira de Ciências Sociais e Revista de Sociologia e Política*; *ii*) trabalhos de pós-graduação (dissertações de mestrado e teses de doutorado) durante os anos de 2005 a 2011; e *iii*) comunicações apresentadas nos congressos anuais de 2008, 2010 e 2012 da Associação Brasileira de Ciência Política. Diante da expansão do número de trabalhos mapeados, o texto identifica o crescimento do interesse no tema do desenvolvimento. Entretanto, os autores alertam para o desdobramento da temática, que passa de temas como desenvolvimento autárquico para processos de democratização e consolidação democrática, bem como sobre integração competitiva e qualidade da democracia. Deste modo, o estudo aponta para a redefinição do escopo do tema desenvolvimento em torno de visões mais abrangentes dos processos políticos no país.

O quinto capítulo, *Comunicação para o desenvolvimento, comunicação para a transformação social*, de autoria de Círcia Maria Krohling Peruzzo, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, é devotado ao debate sobre o tema do desenvolvimento na área de pesquisa das comunicações. Com base em investigação documental, o trabalho se debruça sobre a produção acadêmica na área a partir de algumas questões: quais são as relações entre as teorias do desenvolvimento e a comunicação? De que modo a comunicação para o desenvolvimento foi vista como funcional à modernização? E que parâmetros reorientam suas concepções na linha do desenvolvimento participativo? Neste percurso, a autora verifica a consolidação da função da comunicação no capitalismo contemporâneo atrelada à noção precípua de difusionismo das ideias de progresso e consumismo, entretanto aponta para o surgimento de novas orientações teóricas que concebem uma comunicação para a ampliação da cidadania e da transformação social.

O sexto capítulo consiste não em um estudo propriamente, mas no registro de uma conversa-entrevista realizada com antropólogos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). O encontro gravado e reproduzido para esta coletânea aconteceu na sede do Ipea, em Brasília, em fevereiro de 2011, e contou com as participações da profa. Bela Feldman, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), então presidenta da ABA, e dos seguintes professores: Alfredo Wagner Berno (Universidade do Estado do Amazonas – UEA), Andrea Luiza Zhouri (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG), Cornélia Erke (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS), Sergio Lopes (Universidade Federal do

Rio de Janeiro – UFRJ), João Pacheco (UFRJ) e Gustavo Ribeiro (Universidade de Brasília – UnB). Representando o Ipea, o evento teve a participação do pesquisador Aristides Monteiro. Neste encontro, com base em suas largas experiências como pesquisadores, os entrevistados puderam apontar e registrar o avanço do campo da antropologia no país. Ressaltaram a dimensão que a ABA já assume internacionalmente como a terceira maior associação de antropologia do mundo, somente atrás da americana e da japonesa. E, mais importante, discutiram amplamente as mudanças por que continua a passar a sociedade brasileira neste último século e o papel protagônico dos antropólogos em revelar facetas destas transformações, em particular, na questão indígena, mas também em temas como antropologia do trabalho, antropologia urbana e violência, bem como antropologia dos deslocamentos populacionais.

O terceiro livro, *Política externa, espaço e desenvolvimento*, com cinco capítulos, foi pensado para agregar e tornar próximas as discussões acerca do espaço e do território. De um lado, dois trabalhos versam sobre política externa brasileira, isto é, a relação do país com o mundo, e de outro lado, são apresentadas reflexões sobre o território nacional visto a partir do filtro do espaço, isto é, da região. Neste caso do interesse sobre o território, a Associação Nacional de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Anpur) traz uma reflexão sobre os principais temas do desenvolvimento regional e urbano e, mais recentemente, das questões ambientais, que vêm orientando as discussões nos seus encontros acadêmicos anuais. A reflexão sobre o mundo rural no Nordeste brasileiro trouxe novos elementos a um debate esquecido no contexto de um Brasil da retomada dos grandes projetos industriais. Adicionalmente, o último capítulo do livro dedica-se a uma reflexão sobre a compreensão do meio ambiente como objeto de avaliação teórica.

O primeiro capítulo, *O projeto autonomista na política externa brasileira*, de Matias Spektor, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV-RJ), discute as possibilidades e limites do projeto de busca de autonomia da política externa brasileira no cenário internacional. Entendendo que o projeto autonomista tenha se iniciado na década de 1950 e perdura até os dias atuais, o autor problematiza e mapeia suas transformações no tempo e centra energia nas últimas duas décadas de consolidação do processo de globalização, em que os esforços da agenda autonomista brasileira são amplamente desafiados. Entre vários aspectos importantes assinalados, o autor aponta que

o relativo declínio da primazia norte-americana, a progressiva abertura e internacionalização da economia brasileira, e a pluralização de agentes que definem o comportamento externo do país criam dificuldades para a sobrevivência de um consenso nacional em torno da autonomia (p. 47).

Acrescenta, ainda, que

A política externa autonomista foi desenhada para servir ao grande capital industrial. Hoje, este grupo de elite assiste a uma mudança no equilíbrio de influências, que migra em direção ao grande agronegócio e às altas finanças. Da mesma sorte, o projeto autonomista foi instrumentalizado pela tecnocracia para proteger o processo de modernização conservadora controlado pelo Estado e suas alianças com as elites econômicas. O programa não estava talhado para servir à maioria da população. Hoje, a transformação do país em uma sociedade de classe média baixa tende a criar pressões sobre a política externa antes inéditas (p. 48).

Sem sombra de dúvida, as recentes e rápidas transformações no cenário internacional no interno ao país exigem novas reflexões sobre o curso da política externa brasileira até mesmo para se repensar novas formas, contornos e instrumentos que possam assumir a ideia autonomista caso ela ainda se coloque como um objetivo nacional.

O segundo capítulo, *Padrão de especialização primário exportador e dinâmica de dependência nas duas últimas décadas na economia brasileira*, é assinado por José Raimundo Trindade, da Universidade Federal do Pará (UFPA), e Wesley Oliveira, da UnB. Por meio de literatura da economia política internacional, os autores discutem as mudanças na matriz produtiva brasileira em face de sua inserção internacional nas últimas duas décadas, e elencam o surgimento de vulnerabilidades quase intransponíveis, construídas com as políticas nacionais de inserção à globalização. De um lado, nota-se uma perda estrutural na matriz produtiva, tendo em vista o declínio relativo da atividade industrial – que passou de 20% do valor adicionado da indústria de transformação no total do PIB, em 1947, para o máximo de 35%, em 1985 – e sua queda subsequente até atingir 15% em 2011. Decorre desta perda de participação da atividade industrial um avanço da produção e exportação de bens básicos (minerais e *commodities* agrícolas) na pauta exportadora nacional. A relação de exportação entre produtos básicos e produtos manufaturados passou de 0,3 em 1995, para 0,4 em 2005 e para 0,9 em 2011, com a expansão acelerada das exportações de minérios de ferro e soja nesta última década. O país estaria, nesta visão, tornando-se, de maneira preocupante, um país com estrutura produtiva de baixo valor agregado e forte incapacidade de incorporar novos setores produtivos de mais alta intensidade de capital e tecnológica à sua matriz econômica.

O terceiro capítulo, elaborado pelo professor Roberto Luís de Melo Monte-Mor, da UFMG, e intitulado *Estado da arte na área do planejamento urbano e regional em sua articulação com a temática do desenvolvimento*, remete à discussão dos estudos sobre as questões do território: o urbano e o regional. O autor centrou-se na avaliação da produção acadêmica especializada no planejamento urbano e regional e sua derivação sobre o tema do desenvolvimento. Sua reflexão investiga a produção de artigos apresentados nos encontros nacionais da Anpur desde o primeiro, em

1981, até 2011, bem como os artigos publicados na *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* (RBEUR), da Anpur, entre 1999 e 2012. Entre os achados da pesquisa, o autor aponta para a mudança na ênfase dos trabalhos voltados para a dimensão regional do desenvolvimento brasileiro para a consolidação das suas dimensões urbana e ambiental. Ademais, verifica a emergência nos estudos de novos atores sociais e políticos, bem como novas temáticas. Afirma o autor:

novos atores sociais derivados de espaços e grupos sociais historicamente marginalizados ou excluídos, sejam populações pobres e/ou tradicionais, sejam novas formas de associação e cooperação para a produção, expressam alternativas contemporâneas ao modo de integração social e econômica hegemônico, centrado no mercado capitalista (p. 112).

Os debates emergentes problematizam, segundo o trabalho, velhas concepções desenvolvimentistas e contribuem para a construção de novos entendimentos sobre a ideia do desenvolvimento no mundo contemporâneo.

No capítulo *Estado da arte sobre desenvolvimento rural: reflexão teórica e apontamentos em face das especificidades do Nordeste do Brasil*, Cynthia Xavier de Carvalho, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), problematiza o desenvolvimento no meio rural a partir do tema da incorporação social de tecnologias e da inovação. Colocam-se, portanto, os desafios da adequação de tecnologias e inovações tecnológicas no ambiente da agricultura familiar no Nordeste brasileiro. A autora coloca as dificuldades de coexistência de paradigmas de produção no campo: um modelo de modernização agrícola, com elevada intensidade tecnológica e rentabilidade; e outro de agricultura familiar, que já conta com importante absorção tecnológica, mas que trabalha com outro viés de utilização da terra e dos insumos e com proteção da biodiversidade. Neste caminhar recente de padrões tecnológicos, a antinomia tão forte no passado entre as duas vertentes passa a se resolver com a emergência de novas possibilidades tecnológicas para o sucesso da agricultura familiar.

Por fim, o capítulo *Teoria pós-keynesiana e economia ecológica: esboço de aproximação teórica*, de Vitor Eduardo Schincariol, empreende uma discussão teórica sobre a ideia de progresso e desenvolvimento econômico como trajetórias contínuas de intensa utilização de recursos econômicos e naturais, introduzindo os problemas ambientais e de perdas contínuas de recursos naturais pela atividade produtiva. Sua questão essencial é da intensa utilização de recursos não renováveis e dos limites que esta causa ao sistema econômico no longo prazo, temas pouco discutidos nos arcabouços teóricos vigentes. O autor entende que o paradigma keynesiano para o crescimento econômico merece aproximações dos elementos de uma economia de recursos ambientais. Para tal, ele provoca o debate afirmando que “sua especificidade [do keynesianismo] dá-se por sua preocupação com a manutenção do nível de emprego e a construção de condições para um crescimento

adequado, elementos não enfatizados pelos ambientalistas”. Deste modo, o autor discorre pela necessária incorporação de elementos da economia do meio ambiente àquele paradigma, de maneira a se fortalecerem suas linhas programáticas de busca por estabilidade econômica e de geração de emprego em sociedades de mercado.

A realização desse projeto, desde seu início, contou com o trabalho de vários colaboradores, sem os quais não teríamos logrado êxito. Registre-se aqui agradecimento especial ao apoio de Bernardo Abreu de Medeiros, chefe de gabinete da Presidência da instituição, por ter aceitado dividir a coordenação do volume 1 desta coletânea com este organizador, e por assim ter feito com presteza e celeridade, de maneira que a edição do primeiro volume se adiantou à dos demais, tendo sido concluída ainda em fins de 2013. A gratidão também se estende ao colega Cláudio Passos de Oliveira, da Coordenação Editorial do Ipea e à sua equipe, nomeadamente, Jane Fagundes dos Santos, Everson da Silva Moura e Reginaldo da Silva Domingos, pelo inestimável trabalho de revisão e edição dos três livros nos quais se materializou o projeto.

Aristides Monteiro Neto
Organizador

ESTADO DA ARTE DA SOCIOLOGIA NOS ESTUDOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO

Anete Brito Leal Ivo*

1 INTRODUÇÃO

Qual o ponto de vista sociológico do desenvolvimento? Esta questão orienta a perspectiva analítica assumida no *Estado da arte da produção sociológica do desenvolvimento*, objeto deste texto. Duas opções estruturam esta análise. Em primeiro lugar, uma reflexão de natureza mais teórica sobre o campo da sociologia do desenvolvimento, com base em referências clássicas, especialmente no período de 1960-1970. Este esforço representa a antecipação de um “conceito” de como a sociologia definiu a noção do desenvolvimento na década de 1960, e esta problematização possibilita entender o processo de mudança histórica articulado à noção, nos anos 1980 e 1990. E em segundo, uma caracterização das principais temáticas tratadas hoje como “objetos” da subárea da sociologia do desenvolvimento, na história mais recente, dos anos 1990 a 2000, revelando “traços do objeto” e a forma como a própria comunidade de pesquisadores entende e define esta subárea, com base no levantamento e descrição dos grupos de pesquisa (GPs) registrados na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e também dos pesquisadores que indicam a subárea da sociologia do desenvolvimento como área de sua atuação de pesquisa, em agosto de 2012.

O trabalho articula, portanto, uma metodologia qualitativa e quantitativa. A análise qualitativa refere-se ao horizonte conceitual, que marca a formação da sociologia do desenvolvimento nos anos 1960-1970. A base empírica da pesquisa, de natureza mais quantitativa, baseia-se no levantamento dos grupos de pesquisas registrados na Plataforma Lattes do CNPq autoclassificados como integrantes da subárea da “sociologia do desenvolvimento”, e também numa segunda base de dados, a dos pesquisadores (e seus projetos) que têm como subárea temática de atuação a sociologia de desenvolvimento. Este segundo mapeamento com base nos pesquisadores é mais restrito que os GPs, uma vez que nem todos os pesquisadores vinculados aos GPs são da área da sociologia do desenvolvimento, e muitos

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e pesquisadora do Centro de Recursos Humanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

ainda são mestres, enquanto o levantamento da base de dados dos pesquisadores restringiu-se aos doutores, pós-doutores e livres docentes com atuação na subárea. Assim, encontrou-se um total de 242 pesquisadores doutores na subárea de atuação da sociologia do desenvolvimento, abrangendo um total de 1.619 projetos de pesquisa. Destes, foram eliminados 180 pela ausência de informações e 96 pelo recorte temporal, restringindo-se a pesquisa apenas aos projetos da década de 1990 e 2000, o que resultou num total de 1.343 projetos de pesquisa, os quais, neste relatório, servem apenas como indicativo do número de projetos, mas não serão objeto de detalhamento. Os grupos de pesquisa levantados na subárea da sociologia do desenvolvimento abrangem um total de 425 pesquisadores e 324 estudantes.

Esse caminho apresenta algumas possibilidades de identificar pistas sobre redes de pesquisa, áreas de concentração de estudos e temáticas pesquisadas, além de quantificar o total de pesquisadores e estudantes vinculados à subárea nos últimos anos, o nível de formação e a distribuição entre as instituições de pesquisa, especialmente universitárias, no presente. No entanto, a base dos GPs contém reconhecidas limitações relativas, especialmente, à imprecisão no preenchimento dos dados dos GPs, pois nem sempre há informações substantivas sobre o conteúdo, descrevendo-se mais o potencial de impacto dos GPs. Ademais, como a noção do desenvolvimento mobiliza fronteiras interdisciplinares do processo de mudança social, parte desta produção pode estar registrada como pertencente às “sociologias específicas” (pelo caráter interdisciplinar do grupo) ou localizadas na sociologia rural e urbana. Enfim, o alcance mais analítico da produção destes grupos e de pesquisadores não será objeto desta análise, especialmente pelas limitações de tempo.

Adota-se o ponto de partida dos GPs da sociologia autotitulado pelos líderes na subárea temática do desenvolvimento, considerando que essa inclusão “antecipada pelos pesquisadores” reflete o entendimento problemático do que eles entendem como tema integrante deste objeto, e, por sua vez, de como antigas temáticas tradicionalmente objeto da dimensão sociológica do desenvolvimento deixaram de se identificar como parte da subárea, revelando inflexões metodológicas e teóricas sobre o campo.

Perto de 117 GPs do CNPq reconhecem a temática do seu grupo como integrante à subárea, mas apenas 42 referem-se mais à área da sociologia. A estes acrescentam-se mais dois grupos que investigam a problemática do trabalho associada ao desenvolvimento, pela centralidade do trabalho como matriz socializadora e pela importância destes estudos na década de 1960-1970, eixo central da crítica à modernização brasileira.

O objetivo deste texto não é explorar de forma exaustiva as pesquisas que integram a subárea da sociologia do desenvolvimento, mas privilegiar as estratégias conceituais anunciadas pelos GPs, com base nas problemáticas e nos instrumentos

teóricos indicados e que delinham fronteiras da sociologia do desenvolvimento com a política, a economia e a antropologia, ainda que de forma preliminar. A ideia é que as questões propostas vão se redesenhando e reconstruindo as possibilidades “teóricas, práticas e metodológicas” de análise da sociologia no campo do desenvolvimento, nos anos mais recentes, e, ao mesmo tempo, indicando lacunas e possibilidades da nova agenda da pesquisa na seção seguinte.

O texto se estrutura em quatro seções, além desta introdução: a seção seguinte, intitulada *O que se entende por sociologia do desenvolvimento*, busca antecipar o conceito do desenvolvimento delineado pela sociologia dos anos 1960, identificando algumas das principais teses e dilemas enfrentados pelas sociedades latino-americanas diante do projeto de modernização do Estado, da economia e da sociedade. Ainda nessa primeira parte, destacam-se os dilemas da integração da massa trabalhadora no processo de urbanização e industrialização capitalista brasileiro, eixo crítico central da modernização periférica de caráter excludente e conservadora, que nucleou grande parte da literatura dos anos 1970 e 1980.

As questões discutidas nessa seção permitem gerar um horizonte de dilemas e desafios assumidos pelas tarefas racionalizadora e modernizadora da sociologia, o que envolve a relação entre ciência e prática, ciência e política, com possibilidades de se extrair uma pauta de questões diante das mudanças e transformações contemporâneas.

Segue a seção *A sociologia como política: dilemas do desenvolvimento na antinomia entre democracia e globalização (anos 1980-1990)*, que analisa as tensões que caracterizam as décadas de 1980 e 1990. Em primeiro lugar, qualifica as contradições entre a economia e a política, observando a crise do projeto modernizador da perspectiva da economia, o que levou muitos economistas e governos a considerarem o período como a “década perdida” (para o capital). Por outro lado, focaliza a ampla mobilização nacional por direitos da cidadania e restabelecimento de um Estado de direitos e liberdades civis, pactuados pela sociedade brasileira na Carta Constitucional de 1988, momento rico e singular de expressão da sociedade civil, e de democratização e modernização das instituições políticas no país.

Na sequência, analisa ainda as inflexões e contradições dos ajustes liberais dos anos 1990, traduzidos pela reforma do Estado nacional e suas repercussões na dessocialização e despolitização consequentes à aplicação do ajuste, com implicações graves sobre o encaminhamento dos objetivos de integração social da cidadania, que produziu uma ruptura entre trabalho, proteção e solidariedade nacional, em favor de programas assistenciais e focalizados sobre os mais pobres.

A seção 4, *Uma nova epistemologia do desenvolvimento*, apresenta algumas críticas ao caráter dedutivo e estrutural da noção de desenvolvimento como “um modelo universal” e único, regido pelo mercado e pela democracia liberal (ou por modelos

autoritários). Considera alguns paradigmas alternativos na construção da transversalidade entre análises microsociais e a perspectiva macroestrutural da mudança; mostra a formação de um campo polissêmico, com o aparecimento de categorias de alcance médio (governança, capital social e redes sociais, empoderamento) que emergem, no curso desta transição, como um “giro linguístico”, conforme Ianni (1999), inerente à transição histórica e social que atua sobre ela e é por ela ressignificada. Explora analiticamente os limites de um novo paradigma solidarista, que reconhece a complexidade sociocultural e a capacidade de autotransformação dos atores sociais, e que questiona, ao mesmo tempo, o caráter progressivo e universalista do desenvolvimento econômico geral e sua legitimidade como expressão nacional. Na conclusão da seção, apresentam-se novos perfis e conceitos relativos ao *desenvolvimento local* e ao *desenvolvimento sustentável*, que anunciam uma nova “utopia” de equilíbrio entre crescimento econômico, equidade social e proteção do meio ambiente.

A seção 5, *A retomada do desenvolvimento na ordem mundial contemporânea*, introduz alguns pontos que sinalizam novas reflexões sobre um possível retorno de uma perspectiva do desenvolvimento no Brasil, no contexto contemporâneo. Tal contexto é marcado pela crise histórica e estrutural do capitalismo de 2008, antecedida por um ciclo de crescimento econômico e distribuição que marcou a ação dos governos dos países da América Latina na segunda metade dos anos 2000, recolocando o Brasil e os países emergentes em uma posição estratégica na ordem mundial contemporânea. Explora algumas hipóteses e teses da pauta do desenvolvimento no presente, recolocando a importância de se retomarem algumas discussões que marcaram a agenda da década de 1970-1980, agora ressignificadas, relativas à classe, à estratificação social e mobilidade social, ao papel do mercado de trabalho e à desigualdade social, especialmente entre trabalhadores com rendimentos mais baixos (até dois salários mínimos), além do impacto das políticas de transferência de renda e aposentadorias sobre a formação do mercado interno e a “qualidade da cidadania”.

Por fim, a sexta e última seção, *A sociologia do desenvolvimento como objeto*, apresenta o resultado da sistematização temática de atuação dos GPs da subárea da sociologia do desenvolvimento registrados na plataforma do CNPq e dos pesquisadores registrados na Plataforma Lattes, em agosto de 2012. Este resultado sugere os novos contornos temáticos da apropriação e do objeto da sociologia do desenvolvimento, especialmente a partir dos anos 2000.

2 O QUE SE ENTENDE POR SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO?

Considerar o esforço antecipado do conceito como ponto de partida, para além de pensá-lo apenas como “objeto”, implica entender a noção do desenvolvimento econômico e social inerente ao projeto nacional da década de 1960 como ponto de partida e instrumento que permite entender e decifrar o mundo social e seu

processo de mudança. Ademais, possibilita estabelecer comparações sistemáticas entre o projeto nacional da década de 1950 e 1960 com o presente.

Esse ponto de partida compreende um esforço sociológico conceitual na área dos estudos sobre o desenvolvimento, considerando que eles se referem à descrição do mundo histórico, tornando possível fazer comparações, sem o que o trabalho analítico dos resultados dos dados levantados no presente fica limitado. A reflexão, realizada à luz de alguns trabalhos de relevância da década de 1960, busca responder como a sociologia do desenvolvimento se estruturou como uma subárea, e que questões aparecem no contexto da globalização e suas inflexões contemporâneas. A análise não tem pretensões de aprofundamento, mas levanta alguns dilemas e teses prevaletentes sobre a modernização da sociedade brasileira.

A literatura sociológica da década de 1960, na América Latina, definia o desenvolvimento como “um conjunto de transformações por meio das quais as sociedades não industrializadas ou em face incipiente de industrialização realizam um tipo de produção capitalista e de organização social” (Durand, 1967, p. 11). Neste processo, diversos especialistas sobre as sociedades latino-americanas, como François Perroux, Hoselitz e Echevarria, reconhecem o papel protagonista do Estado nacional, de forte “teor estratégico” para esta mudança, sendo ele considerado, para Echevarria, como “o elemento externo fundamental do modelo econômico” (*op. cit.*, p. 14). Para este autor, o papel do Estado como árbitro entre poderosos grupos econômicos e políticos parece ser o caminho adequado para a resolução da conexão entre a racionalidade econômica e política.

Nun (2001, p. 10), considerando a divisão de trabalho das ciências sociais nos estudos relativos à modernização, entende que os economistas caracterizavam a modernização como a busca do crescimento sustentado do produto *per capita*; os cientistas políticos, a institucionalização de uma democracia representativa; e os sociólogos tratavam a modernização da perspectiva da difusão dos valores de racionalização, universalismo, desempenho, e secularização.¹ Esta última perspectiva, de fato, orientou parte da polêmica sobre a antinomia entre “tradição e modernidade” da sociedade brasileira, que via, na permanência das relações sociais tradicionais do agrário brasileiro, na cultura política patrimonialista e nas relações escravistas do sistema colonial, óbices ao projeto racional civilizador, pelas dificuldades de assimilação de atributos assentados no triunfalismo da razão, influenciados pelo “desejo do outro” europeu.

Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1936), considerava que a sociedade brasileira, herdeira da tradição ibérica, patrimonial e autoritária, mas mediada por relações primárias de proteção, sem o filtro da racionalidade moderna,

1. Esse entendimento de Nun, no entanto, não contempla a crítica da economia política e a abordagem sociológica marxiana da dominação de classes, como o fizeram Cardoso e Falleto (1970) e Oliveira (1976).

era incompatível com o funcionamento da burocracia e das regras democráticas do Estado moderno. Robert Wégne (2009) avalia que Sérgio Buarque de Holanda não enxerga possibilidades de que “a cordialidade se transformasse em civilidade. (...) que exige algum tipo de racionalidade e abstração” (p. 218).

As preocupações e os diagnósticos sobre a “tradição” traziam implícita uma dimensão prática da sociologia, associada diretamente à ideia da reforma social. A perspectiva de “mudança provocada”, usada pelos sociólogos dos anos 1950, “traduzia o desejo de intervir (...) para mudar a feição das instituições, das mentalidades, da distribuição de poder, impondo a regularidade nova à conduta cotidiana de homens e mulheres” (Villas Boas, 2006, p. 13). Esta noção de “mudança planejada” atribui à sociologia uma *concepção prática*, como elemento participante do processo de racionalização da sociedade, diretamente engajada na *praxis* política e na perspectiva utilitarista e funcional do mercado capitalista associado à ideia do progresso e do crescimento econômico. Não se pode, portanto, ultrapassar a oposição entre o polo científico e o polo político da produção sociológica. Isto porque a produção científica sociológica não é abstrata, mas participa das tensões próprias do contexto político em que se inscreve, constituindo-se uma forma de “autoconsciência científica da realidade social”, como definiu Ianni (2002, p. 15).

2.1 Principais teses da sociologia do desenvolvimento na década de 1960: a formação de uma agenda crítica

Essa tarefa, racionalizadora e modernizadora da própria sociologia, envolveu uma distinção consequente entre “crescimento e desenvolvimento” diante do predomínio das culturas arcaicas nos países subdesenvolvidos do terceiro mundo, como propõe François Perroux (1967, p. 17). Para ele, o desenvolvimento econômico envolve a renovação das sociedades e totalidades culturais no longo prazo. Ou seja, para Perroux a modernização implicava mudança das estruturas mentais e dos hábitos sociais, bem como transformações institucionais que permitissem o crescimento do produto real global, as quais traduzem avanços particulares em *um* progresso da totalidade social. Perroux considerava que “não é o recurso às realidades abstratas da economia e ao ‘fetichismo do dinheiro’ (Mamadou Dia) que favorece o progresso, quando este se produz; é a *reestruturação social de uma totalidade humana que dá sentido à cooperação e aos conflitos econômicos*” (*op. cit.*, p. 20, grifo nosso). Ou seja, para Perroux, a mudança pressupõe uma cultura nova, em que os interesses utilitários estejam aliados a valores correntes de liberdade, independência e justiça.

Durand (1967, p. 15), na introdução da coletânea sobre a sociologia do desenvolvimento, caracteriza a contribuição de Peter Heintz e a avaliação crítica de Cardoso (1964). A teoria do desenvolvimento formulada por Peter Heintz contempla vários níveis de complexidade e se estrutura em torno de três dimensões: *i*) a análise das relações entre aspirações e renda; *ii*) o estudo político das massas em formação

nos países subdesenvolvidos; e *iii*) a análise das forças de resistência à mudança, que surgem no sistema de estratificação social e nas agências da socialização (escola, família etc.). A sua proposição de uma “configuração autossustentada dinâmica” do desenvolvimento econômico e social implica, ao que parece, variações de função entre certas “variáveis sociais”. Durand (1967, p. 15) resgata a crítica de Fernando Henrique Cardoso à análise dos “fatores” estruturantes do desenvolvimento apontados por Heintz, em *Empresário industrial e desenvolvimento econômico* (1964), especialmente no capítulo relativo às “análises do desenvolvimento”, em que ele critica o caráter abstrato e formal destes “fatores”, distantes da construção de forças sociais que se constituem no jogo de interesse dos agentes.

a representação do ‘processo’ de desenvolvimento como um resultado de um ‘jogo de variáveis’ é, em si mesma, abstrata. (...) Na passagem da situação de subdesenvolvimento para uma situação ‘em desenvolvimento’ a resistência e os impulsos não são ‘fatores’, mas ‘interesses’ e ‘oposições sociais’. Isto quer dizer que, entre a estagnação e o dinamismo, não operam ‘forças’ no sentido de que, por exemplo, uma conjuntura econômica qualquer propicia a formação dos requisitos para a industrialização e, como se a sociedade *fervesse a 100%, de repente, instaura-se o desenvolvimento como uma forma de ebulição* (Cardoso, 1964, p. 70-71).

Portanto, a problemática clássica central da sociologia brasileira e latino-americana, diante do imperativo da modernização da sociedade brasileira, nos anos 1930-1950, contrapõe inicialmente a realidade das relações sociais e da cultura política e social aos valores liberais e universais do projeto civilizador capitalista (europeu).

Caio Prado Junior, em 1933, produziu uma síntese das principais contradições da sociedade brasileira, entre as instituições políticas coloniais e a estrutura socioeconômica do país, as quais vão fundamentar os dilemas futuros do encaminhamento da questão social brasileira. Esta questão se expressa no enorme contingente de trabalhadores empobrecidos e desprotegidos de direitos sociais do mercado informal e em uma sociedade profundamente desigual no acesso aos direitos. Em sua análise, ele destaca “um desacordo fundamental entre o sistema econômico legado pela colônia e as novas necessidades de uma nação livre e politicamente emancipada”.

Caio Prado constrói uma interpretação histórica singular da sociedade brasileira, orientada pela categoria marxiana de “formação social”, enfatizando a relação entre a colônia e a nação, ou a passagem entre a condição de colônia para a formação da nação, reconhecendo, nesta relação, impasses para a transição² modernizadora. Com base em uma abordagem econômica da ordem colonial brasileira, Caio Prado Júnior analisa o “sentido do projeto colonial”, que orienta a formação da colônia

2. O uso da categoria marxiana de “formação social” busca apreender a complexidade das sociedades históricas nas quais sobrevivem diferentes modos de produção, que, articulados, produzem uma totalidade histórica complexa e contraditória.

na direção de uma construção da nação. Para ele, a formação brasileira só pode ser entendida pelo “sentido da colonização” voltado para fora, cujo objetivo era fornecer produtos para o mercado externo e atender aos interesses da coroa portuguesa. Este “sentido colonial” formava a totalidade entre as partes constitutivas da economia e da política colonial brasileiras, articuladas à metrópole. Prado Júnior reconhecia também uma desarticulação entre a produção voltada para fora, que ele chama de setor orgânico da sociedade colonial agroexportadora, e o setor inorgânico, constituído pela maior parte da população, voltada para o consumo interno e que, de acordo com o autor, tem papel subalterno. Suas interpretações suscitaram debates nos círculos da esquerda brasileira, exatamente porque confrontavam com a tese, então predominante, de que a revolução econômica e nacional brasileira implicava a superação dos considerados traços “feudais” como etapa necessária, e que via, na burguesia nacional, o ator central do projeto de desenvolvimento nacional³ (Ivo, 2012).

Para Caio Prado Júnior, é a esse “setor inorgânico” e subalterno e a essa grande maioria “desqualificada” que a nação brasileira “deve seguir” no futuro, conforme analisa Ricúpero (2009, p. 235). Nessas formulações, ele encaminha as bases das teses sobre a dependência dos sistemas coloniais, considerando a dimensão estrutural e de totalidade com base na noção de “formação social” marxiana.

Na década de 1950, a noção de desenvolvimento adquire um lugar hegemônico nas ciências sociais latino-americanas, como um projeto de modernização nacional assentado no paradigma da “substituição de importações”⁴ pela via do progresso técnico, da industrialização e da urbanização capitalista, e da revolução nacionalista brasileira.

Como entendiam os intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB),⁵ a noção do desenvolvimento referia-se a um regime de acumulação capitalista baseado na industrialização, no crescimento econômico e no progresso técnico,

3. Parte da esquerda brasileira, sob a liderança do Partido Comunista Brasileiro (PCB), acreditava que as classes empresariais aliadas aos trabalhadores poderiam adotar posições nacionalistas e produzir, ao mesmo tempo, uma revolução burguesa e nacional.

4. O modelo de *substituição de importações* refere-se à proposta da Comissão Econômica de Estudos para a América Latina e o Caribe (Cepal) aplicada a países como Brasil, México e Argentina, e outros, de um planejamento da política econômica baseada no processo de industrialização capitalista, voltado para o mercado interno e dependente de políticas protecionistas do Estado à indústria nacional. A adoção desta política acarretou a mudança do centro dinâmico da economia brasileira, pelo estímulo às manufaturas. A Cepal considerava que esta política permitiria a acumulação de capitais internos, que poderiam gerar um desenvolvimento autossustentável e duradouro.

5. O ISEB foi criado em 1955, vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, mas com autonomia administrativa, cuja missão era o ensino e o estudo das ciências sociais. Constituiu-se um núcleo difusor das ideias do desenvolvimentismo e das ações do Estado no governo Juscelino Kubitschek, visando orientar a burguesia em relação a seu papel nas transformações econômicas, sociais e culturais do país. O grupo foi influenciado pelas ideias da Cepal e teve também como colaboradores Celso Furtado e Heitor Villa Lobos. O ISEB foi extinto após o golpe de 1964. Intelectuais brasileiros que integraram o ISEB: Miguel Reale, Sérgio Buarque de Holanda, Hélcio Jaguaribe, Roland Corbisier, Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, Antônio Cândido, Candido Mendes, Inácio Rangel, Alvaro Vieira Pinto, Carlos Estevam Martins, Abdias Nascimento, entre outros. Ver Bresser Pereira (2004) e CPDOC - FGV <<http://goo.gl/SYNRU0>>.

e na modernização das relações produtivas, com base no trabalho assalariado e na elevação do padrão de vida da população, sob a liderança do empresariado nacional.⁶ Bresser Pereira (2004) assim define a noção estratégica de desenvolvimento formulada pelos intelectuais do ISEB:

É o processo de acumulação de capital; acumulação de progresso técnico e elevação do padrão de vida da população de um país, que se inicia com a revolução capitalista e nacional; é o processo de crescimento sustentado da renda dos habitantes de um país sob a liderança estratégica do Estado nacional e tendo como principais atores os empresários nacionais. O desenvolvimento é nacional porque se realiza nos quadros de cada Estado nacional, sob a égide de instituições definidas e garantidas pelo Estado. (*op. cit.*, p. 57-58)

Em termos político-institucionais, a perspectiva do desenvolvimento nacional supunha um papel central do Estado nacional com base no planejamento de longo prazo, voltado para dar suporte e impulsionar as transformações da base técnica e econômica, e as transformações das instituições políticas e jurídicas. A articulação entre o econômico e o político estava sustentada em uma coalizão entre a burocracia estatal, as elites empresariais e os trabalhadores assalariados.

O Estado nacional assumiu o papel de ator estratégico do desenvolvimento, visando gerar as condições institucionais e de infraestrutura para alavancar a economia, como as ações protecionistas aos empresários da indústria nacional (o modelo de “substituição das importações”, desde Vargas) e a criação de infraestrutura, de modo a criar as condições destes investimentos, indicados no Plano de Metas (1956-1961) de Juscelino Kubitschek. O plano contemplou um conjunto integrado de investimentos, com metas para o setor público e privado, e pouco estímulo ao setor agrário, tendo sido bem-sucedido do ponto de vista do crescimento econômico, à custa de alto endividamento público.

As principais teses que caracterizam o desafio da modernização capitalista posta para os países considerados “subdesenvolvidos”, e que abarcava a realidade dos países da América Latina, foram sintetizadas no texto clássico de Rodolfo Stavenhagen intitulado Sete teses equivocadas sobre a América Latina, último texto que compõe a coletânea da Sociologia do desenvolvimento, organizada por José Carlos Durant (1967, p. 121- 136).⁷ A importância deste trabalho deve-se ao caráter de síntese sobre várias interpretações sociológicas do desenvolvimento das sociedades latino-americanas, já que algumas concepções enganosas, sobre a centralidade do crescimento e progresso técnico, como condição de superar os óbices sociais, vinham sendo amplamente discutidas e rediscutidas por muitos economistas latino-americanos ou estrangeiros, no período. O retorno a estas teses ganha relevância pela importância que estas questões colocam para o tempo presente.

6. Ver Bresser Pereira (2004) e os textos CPDOC- FGV <<http://goo.gl/SYNRU0>>, de Alzira Abreu.

7. Publicada originalmente na revista Política externa independente, em 1965.

A primeira dessas teses referia-se à *dualidade das sociedades latino-americanas*.

este enfoque afirma que nos países latino-americanos existem (...) duas sociedades diferentes, e até certo ponto, independentes, ainda que necessariamente conjugadas: uma sociedade arcaica, tradicional, agrária, estagnada e retrógrada; e uma sociedade moderna, urbanizada, industrializada, dinâmica, progressista e em desenvolvimento (Stavenhagen, 1967, p. 122).

Para o autor, a primeira caracterizava-se por relações de tipo familiar e pessoal e por instituições tradicionais, como o compadrio, certas formas de trabalho coletivo, formas de dominação personalista e de clientelismo político, além de uma estratificação rígida em *status* adscritos que se opõem ao pensamento econômico “racional”. A sociedade “moderna”, ao contrário, era integrada por relações chamadas pelos sociólogos de “secundárias”, determinadas por mediações impessoais, destinadas a fins mais racionais e utilitários, com maior possibilidade de mobilidade social, onde os *status* adquiridos por meio de esforços pessoais, como a educação, possibilitavam a assimilação de valores modernos orientados para a mudança, o progresso, as inovações e a racionalidade econômica.

A parte mais enganosa dessa tese da sociedade dual supunha a ideia prevalente em grande parte da América Latina da existência de uma estrutura social e econômica de tipo *feudal*, sustentada pelos grupos sociais e econômicos vinculados à velha aristocracia fundiária, a oligarquias e chefes políticos locais etc. Por outro lado, reconhecia núcleos de economia capitalista, formados por classes médias empreendedoras, progressistas e urbanizadas. O primeiro núcleo constituiria um obstáculo e o núcleo “resistente” ao pleno desenvolvimento capitalista.

Para Stavenhagen tais discrepâncias não justificariam o conceito de uma sociedade dual:

primeiro porque os dois polos são o resultado de um único processo histórico, e, segundo, porque as relações mútuas que mantêm entre si as regiões e grupos “arcaicos” ou “feudais” e os “modernos” ou “capitalistas” representam o funcionamento *de uma única sociedade global*, da qual ambos os polos são parte integrante (1967, p. 123).

A segunda tese trata do “progresso como efeito da difusão dos produtos do industrialismo às zonas arcaicas e tradicionais” (*op. cit.*, p. 126-127). Esta tese fala de uma cultura urbana que gradativamente vai se estendendo como uma mancha de óleo aos povos primitivos e atrasados. Ela traz três outras hipóteses implícitas, que nem sempre apresentam clareza: *i*) o desenvolvimento do setor moderno levará *ipso facto* o desenvolvimento do setor arcaico tradicional; *ii*) a passagem do tradicionalismo ao modernismo é um processo atual, permanente e inelutável, no qual todas as sociedades se envolverão; e *iii*) os centros modernos não são mais que o resultado da assimilação de traços “modernistas” oriundos de países desenvolvidos.

Stavenhagen considerava equivocada a tese da difusão de produtos industriais como elementos do progresso, porque: *i*) nem sempre a chegada de artigos às zonas atrasadas implicou automaticamente o desenvolvimento destas zonas; muitas vezes, tratava-se da difusão de uma cultura da pobreza às zonas rurais atrasadas; *ii*) a difusão de manufaturas com frequência destruiu a base produtiva anterior, provocando a proletarianização rural, o êxodo e a estagnação; *iii*) o processo de difusão contribuiu também para a formação de uma classe de comerciantes, intermediários, financistas agiotas, que concentram parte da renda regional, e, longe de se constituírem num elemento do progresso, atuaram como obstáculos ao emprego produtivo e ao desenvolvimento; *iv*) esta difusão, de um modo geral, expressava mais a expansão de monopólios e oligopólios ao meio rural; *v*) o processo de difusão orientou-se, antes, das zonas atrasadas para as modernas e significou a descapitalização das áreas subdesenvolvidas, acompanhada pela emigração da população mais preparada.

Enfim, para Stavenhagen a tese correta deveria ser formulada da seguinte forma: “o progresso das áreas modernas, urbanas e industriais da América Latina se faz à custa das zonas arcaicas, atrasadas e tradicionais” (*op. cit.*, p. 128).

Uma *terceira tese* considerava “as zonas rurais atrasadas obstáculos ao mercado interno e ao desenvolvimento do capitalismo nacional e progressista” (*op. cit.*, p. 128). Como dedução deste raciocínio, considerava-se que o capitalismo nacional e progressista estaria interessado na reforma agrária, no desenvolvimento das comunidades indígenas, na elevação do valor do salário mínimo etc.

O autor, na sua crítica, desconheceu a existência de um capitalismo progressista na América Latina e considerou que não existem condições internacionais para desenvolvê-lo. Ademais, argumentou que já existe um mercado interno suficiente para as populações urbanas, em constante crescimento e ainda não totalmente aproveitado. Ou seja, ele considera que “regiões como Lima-Callao, São Paulo, Santiago, Cidade do México etc., podem crescer economicamente por tempo indefinido, sem que isso implique necessariamente mudanças profundas de estrutura nas zonas rurais atrasadas, nas “colônias internas” (Stavenhagen, 1967, p. 129).

Quarta tese: *a burguesia nacional tem interesse em romper o poder e o domínio da oligarquia fundiária*. Supunha-se existir um conflito de interesses entre a nova elite empresarial e moderna e as elites agrárias, cujo poder deriva da propriedade da terra. Sobre esta falsa tese, verificou-se que os interesses agrícolas, financeiros e industriais conjugam-se com frequência nos mesmos grupos econômicos, companhias ou mesmo famílias. Ou seja, não existe razão alguma de ordem estrutural para que a burguesia nacional e a oligarquia latifundiária não se entendam. Ao contrário, complementam-se muito bem, como se pôde observar mais tarde durante os debates constituintes sobre a reforma agrária.

A *quinta tese* analisada por Stavenhagen e que congregava grande parte do projeto nacionalista da década de 1950-1960 referia-se à formação de uma classe média nacionalista, *progressista, empreendedora e dinâmica, sendo o objetivo da política socioeconômica dos governos o estímulo à “mobilidade social” e ao desenvolvimento desta classe*. O autor considerou, à época, esta tese falsa, por diversas razões. Em primeiro lugar, pela ambiguidade e imprecisão da própria noção de classe média, que abarcava desde os pequenos proprietários do campo até a população urbana no seu conjunto. O conceito se referia, no geral, a pessoas que ocupam certas ocupações, sobretudo no setor terciário da economia, sobretudo no meio urbano. Tratava-se de empregados de “colarinho branco”, burocratas, comerciantes e certos tipos de profissionais, mas também de estratos intermediários situados entre os grandes latifundiários e os peões sem terra. Em segundo lugar, o termo apareceu como um eufemismo para a “classe dominante”, quando se referia às elites no poder (empresários, industriais) como classe “média”.

Ainda segundo a *tese relativa à classe média*, ela seria potencialmente majoritária, situada entre extremos, e previa-se que ocuparia o universo social, como abundam hoje avaliações triunfalistas da mudança na estrutura social por estratos de renda contemporânea. Para Stavenhagen, à época, nada mais falso e utópico, porque nem o crescimento do setor terciário da economia significa garantia automática de desenvolvimento, nem o crescimento é a via que faz desaparecer as desigualdades econômicas e sociais. Ademais, Stavenhagen (1967, p. 131) considerava ainda que, por maior que seja o crescimento dos estratos médios na América Latina, o crescimento dos estratos de baixa renda e do minúsculo estrato de renda mais alta é maior. O autor considerou ainda outros elementos, como a associação deste estrato a hábitos de *consumo*, mostrando que a criação das “aspirações” e “necessidades” pela indústria da publicidade também conduz a níveis elevados de frustração e privação destes segmentos. Para ele, o fortalecimento da “classe média”, como política social, não teria por objetivo essencialmente o desenvolvimento econômico do país, mas a criação de uma força política capaz de apoiar a classe dominante e servir de amortizadora das lutas de classe, no período. Por fim, o autor considerou que a tese da “classe média”, na América Latina, tendia a obscurecer o fato de que, nela, abundavam tensões, oposições e conflitos entre classes e etnias e que o desenvolvimento social e econômico de nossos países dependeria da adequada solução destes conflitos. Assim, para ele, “a tese relativa às classes médias não se constitui solução a estes problemas, mas antes sua postergação e, às vezes, o seu agravamento” (*op. cit.*, p. 134).

A *sexta tese* considerava a *integração nacional como produto da miscigenação*, uma concepção comum a países de fortes raízes étnicas, com elevada proporção de população indígena e negra. Afirmava-se que, da estrutura social bipolar tradicional, emergiria um novo elemento biológico e cultural intermediário, que traz

em seu interior a “essência da nacionalidade”, representando todas as virtudes necessárias ao progresso destes países. Stavenhagen considerava que a integração nacional, como processo objetivo, e o nascimento da consciência nacional, como processo subjetivo, dependeriam de fatores estruturais (isto é, da natureza das relações entre os homens e os grupos sociais), e não de atributos biológicos ou culturais de certos indivíduos. Assim, a integração nacional em áreas indígenas implicaria mais o desaparecimento do colonialismo interno, e não resultaria de categorias biológico-culturais (*op. cit.*, p. 134). Ele considerou, ainda, que a tese da mestiçagem geralmente esconde um preconceito racista (inconsciente) de branqueamento dos traços indígenas e “a ‘mestiçagem cultural’ muitas vezes expressa o desaparecimento das culturas indígenas, condenando os índios a uma lenta agonia cultural” (*op. cit.*, p. 135).

A sétima e última tese entendia que o progresso na América Latina só se realizaria mediante a aliança entre operários e camponeses, uma tese divulgada pela esquerda, como via revolucionária da transição. Stavenhagen contrapunha-se a esta formulação, mostrando que o acesso à terra mediante a reforma agrária transforma os agricultores em proprietários, colocando-os com objetivos e posições distintas dos trabalhadores urbanos, que, muitas vezes, opõem seus interesses aos setores rurais. Para ele, a classe operária urbana também se beneficia do colonialismo interno e, na América Latina, a emigração rural representa, em grande parte, melhoria econômica e social em seu passado camponês, mesmo habitando favelas, alagados ou outras condições vulneráveis de assentamentos populares urbanos.

Essas teses sobre a estrutura social da América Latina embasaram, de alguma forma, boa parte da produção da sociologia do desenvolvimento brasileiro até os anos 1960. A crítica mais expressiva a estas teses do subdesenvolvimento, que integraram em parte o modelo estruturalista cepalino e as propostas do ISEB, origina-se da escola paulista, e concentra-se sobre alguns postulados que tratam da natureza da transição burguesa, do caráter de dependência, da estrutura de classe e do processo de dominação, e das condições de exploração e reprodução capitalista com base na constituição de um imenso exército de reserva.

O primeiro desses postulados refere-se às críticas de Caio Prado Júnior, no seu livro *A revolução brasileira* (1966), ao caráter da transição do feudalismo para o capitalismo, de parte da sociedade brasileira tradicional. Prado Júnior considera equivocada a transposição de um processo de transição de épocas passadas, ocorrido em outras sociedades europeias, para países como o Brasil. Para ele, a burguesia nacional não existia e nem poderia ser um ator central do projeto de desenvolvimento e modernização nacional, porque estava bloqueada internamente pelas estruturas de dominação tradicionais, e, externamente, pela dependência do capital internacional. Com estas teses, Caio Prado Júnior deixa um lastro histórico sobre os vínculos da dependência dos processos de acumulação no país que, certamente,

constituíram referenciais importantes para a crítica da escola paulista às teses do desenvolvimento propostas pelo ISEB.⁸

Uma segunda contribuição decisiva diz respeito à natureza dos processos de dominação e ao caráter da coalizão das classes sociais que integram o pacto do projeto de desenvolvimento e modernização brasileira, formulado por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, no livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1970). Estes autores constroem uma perspectiva sociológica sobre o desenvolvimento na América Latina, visando estabelecer a natureza social e política inerente à coalizão das classes neste processo, em diálogo com a economia política. “A problemática sociológica de transformação econômica requer a análise das situações em que a tensão entre grupos e classes sociais revele as bases de sustentação econômica e política” (*op. cit.*, p. 37). Para eles, o estudo das “estruturas de dominação e das formas de estratificação social que condicionam os mecanismos e tipos de controle e decisão do sistema econômico em cada caso particular” (*op. cit.*, p. 37) é decisivo para o entendimento da natureza do processo do desenvolvimento e da transição brasileira.

Portanto, observa-se que a análise se desloca de um dilema cultural relativo à capacidade de assimilação de valores necessários à racionalidade moderna, que considera os traços do “atraso” como óbices ao pleno processo de implantação de uma sociedade capitalista, à análise da estrutura social com base na natureza das classes e na estrutura de dominação como contradições centrais ao dilema da modernização da sociedade brasileira.

Francisco de Oliveira (1976), na crítica às concepções dualistas e estruturais da Cepal, distingue a contribuição de Cardoso e Faletto (1970) das outras análises sobre a dependência e a dominação externa.

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto elaboram uma teoria da dependência cuja postulação essencial reside no reconhecimento de que a própria *ambiguidade* confere especificidade ao subdesenvolvimento, sendo a “dependência” a forma em que os interesses internos se articulam com o resto do sistema capitalista. Assim, [estes autores] afastaram-se do esquema cepalino que vê nas relações externas apenas *oposição a supostos interesses nacionais globais*, para reconhecerem que, antes de uma *oposição global*, a “dependência articula os interesses de determinadas classes e grupos

8. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi um órgão criado em 1955, dotado de autonomia administrativa, mas vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, cuja missão era o ensino e o estudo das ciências sociais. Constituiu-se um núcleo difusor das ideias do desenvolvimentismo e das ações do Estado no governo Juscelino Kubitschek, visando orientar a burguesia em relação a seu papel nas transformações econômicas, sociais e culturais do país. Participaram deste grupo inúmeros intelectuais brasileiros com formação e orientações distintas, como: Miguel Reale; Sergio Buarque de Holanda; Hércio Jaguaribe; Roland Corbisier; Guerreiro Ramos; Nelson Werneck Sodré; Antônio Cândido; Candido Mendes, Inácio Rangel; Alvaro Vieira Pinto; Carlos Estevam Martins; Abdiaís Nascimento, entre outros. Foi influenciado pelas ideias da Comissão Econômica de Estudos para a América Latina e o Caribe (Cepal), tendo também como colaboradores Celso Furtado e Heitor Villa Lobos. O ISEB foi extinto após o golpe de 1964. Ver Bresser Pereira (2004) e CPDOC - FGV <<http://goo.gl/SYNURO>>.

da América Latina com os interesses de determinadas classes e grupos sociais de fora da América Latina” (Oliveira, 1976, Nota 4, p. 70-71).

Segundo Oliveira, os estudiosos da dependência latino-americana – orientados segundo a relação entre centro e periferia e pela constituição de um “modo de produção subdesenvolvido” –, à exceção da tese de Cardoso e Faletto, deixaram de tratar aspectos relativos às contradições de classes e às estruturas de dominação que conformam o processo de acumulação próprio a países periféricos, como o Brasil:

toda a questão do desenvolvimento foi vista sob o ângulo das relações externas e o problema transformou-se, assim, em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes internas (*op. cit.*, p. 9).

Para o autor, essa discussão teve importância decisiva, desconsiderando a indagação principal sobre “a quem serve o desenvolvimento econômico capitalista no Brasil?” (Oliveira, 1976, p. 10). Assumindo uma interpretação marxiana relativa às tensões entre trabalho e capital e à remuneração do trabalho, Oliveira critica o modelo de “substituição da importação”:

O fato de que o processo tenha desembocado num modelo concentracionista, que numa segunda etapa de expansão vai deslocar o eixo produtivo para a fabricação de bens de consumo duráveis, não se deve a *nenhum fetiche ou natureza dos bens*, a nenhum ‘efeito-demonstração’, *mas à redefinição das relações trabalho-capital, à enorme ampliação do ‘exército industrial de reserva’, ao aumento da taxa de exploração, às velocidades diferenciais de crescimento de salários e produtividade que reforçam a acumulação*” (*op. cit.*, p. 22, grifo nosso).

A teoria do “subdesenvolvimento”, portanto, à época, ocupou grande parte da teoria sociológica, entendendo-se o “subdesenvolvimento” como um modo de produção específico e uma etapa anterior ao pleno desenvolvimento capitalista pretendido, considerando diferentes óbices a serem ultrapassados por estas sociedades: tanto no plano do progresso técnico, como no das raízes socioculturais e da cultura política, consideradas, ambas, impeditivas da mudança planejada. Tais óbices seriam superados por um processo linear, evolutivo e promovido do desenvolvimento, inerente ao projeto nacional de substituição das importações implantado pelo Estado nacional.

Dessa perspectiva, “a nação” aparece como uma unidade homogeneizada do cenário das transformações progressivas, e o Estado como seu protagonista e agente principal. Do ponto de vista do Estado-nação, a dimensão territorial representaria uma subunidade de reprodução do modelo nacional em escalas menores, e definida em relação à centralidade do modelo nacional de crescimento, seja como possibilidade de transformação ou de resistência à mudança, como no caso das regiões atrasadas ou daquelas com capacidade transformadora, respectivamente.

A crítica brasileira a essa perspectiva, que nucleou grande parte da pesquisa sociológica brasileira, no período (Cardoso e Faletto, 1970; Oliveira, 1976), baseou-se num horizonte epistemológico ancorado fortemente na economia política e no papel do Estado como mediador dos interesses de classe e ator central da racionalidade modernizadora da realidade brasileira.

A modernização brasileira, baseada no projeto urbano-industrial dos anos 1950 e 1960, sempre esteve marcada pela *reprodução das desigualdades socioeconômicas, geradas, inclusive, por formas institucionais excludentes*, e se expressa na persistência de uma imensa massa de trabalhadores fora das relações assalariadas, em condições de pobreza e miséria extremadas, especialmente se são considerados os níveis de reprodução da riqueza no país. Daí a concepção da “modernização conservadora”,⁹ usada especialmente nos estudos agrários dos anos 1970 e 1980, assentada em progresso técnico, aumento de produtividade e crescimento econômico, mas sem alteração qualitativa das relações sociais e da distribuição de poder, dos bens e de capacidades.

Diante desse modelo, a produção sociológica brasileira formulou uma crítica sobre o caráter dependente, autoritário e conservador dessa modernização, que alcançou acelerado progresso técnico e crescimento econômico, mas manteve uma estrutura social marcada por enormes desigualdades sociais. Tais desigualdades caracterizam uma massa de indivíduos que sobrevivem em condições de extrema pobreza e excluídos dos direitos sociais, formando um imenso segmento de famílias de trabalhadores associados às atividades informais e à produção para a subsistência.

Se os sociólogos puderam tratar de fenômenos econômicos, por exemplo, processos relativos à pobreza, às desigualdades econômicas, à “dualidade” do mercado de trabalho, com o “subemprego” e a “informalidade”, entre outros, foi exatamente buscando enfrentar as “falências” do “modelo de crescimento econômico” brasileiro, os déficits da integração social de uma massa significativa de brasileiros submetidos a condições de extrema pobreza e fora dos direitos da cidadania e proteção do Estado.

Discussões relativas às teorias da marginalidade e da dependência, à heterogeneidade do mercado de trabalho, à pobreza e às desigualdades sociais, ao processo de proletarianização e urbanização acelerada e às desigualdades regionais foram alguns dos temas priorizados pela pesquisa sociológica brasileira no período de 1970 e 1980. Da mesma forma, análises relativas ao caráter de dependência e à natureza da revolução burguesa no Brasil, à estrutura das classes sociais e

9. Expressão utilizada por Barrington Moore Jr. (1975) para analisar o desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão. Foi especialmente utilizada na literatura das ciências sociais, das décadas de 1970 e 1980, para caracterizar a modernização do campo brasileiro, assentada no progresso técnico, na implantação de modernos complexos agroindustriais, mas sem alteração da estrutura fundiária, caracterizada por elevado nível de concentração.

às características da via autoritária do desenvolvimento brasileiro nucleavam o debate sociológico dos anos 1970 aos 1980, explicitando os limites deste desenvolvimento autoritário no Brasil.

2.2 A modernização socialmente excludente: a integração periférica e precária no mercado de trabalho

O conjunto dessas análises e discussões sobre o caráter do desenvolvimento e da modernização do capitalismo periférico influenciou as interpretações relativas à constituição do mercado de trabalho urbano-industrial, problematizando a questão de integração da massa trabalhadora nos processos de urbanização e industrialização capitalista brasileiros. Até então, prevaleciam estudos que discutiam a dualidade do mercado de trabalho. Num segundo momento, as análises orientaram-se para entender a configuração do mercado de trabalho pelas modalidades do processo de acumulação do capital. A questão da pobreza e a da integração social da massa de brasileiros associavam-se às condições de estruturação do mercado de trabalho e às condições segmentadas de reconhecimento da cidadania, restrita aos trabalhadores assalariados. Pobreza e trabalho integravam um mesmo horizonte paradigmático de compreensão dos limites da integração e da participação das camadas populares no processo de desenvolvimento econômico brasileiro.

Os dados relativos a emprego e desemprego tendiam a subestimar o trabalho, aplicando critérios de medição válidos para países industriais desenvolvidos. O uso do conceito de “desocupação” para caracterizar a massa do trabalho não assalariada mostrava-se claramente inadequado. Muitas proposições e análises críticas foram, então, realizadas, com o objetivo de discutir as diferentes formas de inserção de trabalhadores pobres nos dois setores da economia, o formal e o informal.¹⁰ Entre estas designações, a noção de *subemprego* considerava atividades de baixa produtividade. Esta noção, no entanto, não ultrapassava a dualidade da estrutura do mercado de trabalho.

Reconhecendo os graus de heterogeneidade do mercado de trabalho, alguns economistas recusaram o esquema dualista e propuseram a análise em termos do “setor informal”,¹¹ compreendendo-o como a proporção da força de trabalho que busca, como alternativa de sobrevivência, empregos de baixa produtividade. Este setor era, então, caracterizado como “mercado de fácil entrada”, por compreender

10. A resenha de Coelho e Valladares (1982) resgata a evolução das diversas categorias de análise do mercado de trabalho urbano-industrial, da perspectiva das disciplinas economia, sociologia e antropologia. Parte da síntese feita nesta parte segue essa resenha. Carvalho (1986) retoma esse quadro, observando as tendências para os estudos e autores da região Nordeste.

11. Economistas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Programa Regional de Empleo para America Latina y Caribe (PREALC); do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Instituto de Pesquisa em Saúde (INPES), no Brasil. Ver Coelho e Valladares (1982, p. 10).

atividades pouco capitalizadas, com tecnologia simples e que requerem mão de obra pouco qualificada.

A superação crítica das perspectivas duais do mercado de trabalho inerentes ao uso das noções de *subemprego* ou *subocupação* mobilizou também uma dimensão social e política do reconhecimento simbólico da condição de “trabalhador” para os indivíduos ocupados em atividades intermitentes e esporádicas, mas não protegidas. Os sociólogos do trabalho passaram a conceituar estes segmentos como “trabalhadores por conta própria” ou “trabalhador independente”, ou, ainda, como “pequeno produtor independente”.

Esse “giro linguístico” em favor da identidade dos trabalhadores é relevante, uma vez que a condição de “desocupação” ou “subocupação” pode considerá-los como “ociosos” ou uma subcategoria. Ele reforça a condição de sujeitos do trabalho para aqueles inseridos no “setor informal”, trabalhadores participantes da divisão social do trabalho, ainda que sobrevivendo em condições de reprodução social de pobreza extrema e fora das condições de proteção do Estado, dada a forma de inserção no setor de economia de subsistência e da economia informal urbana.

Paralelas aos estudos de renda e sobre a dinâmica do mercado de trabalho, desenvolveram-se também pesquisas sociológicas mais qualitativas e antropológicas, que buscaram resgatar as condições de reprodução das atividades de trabalho do setor não formal, a partir das formas como os sujeitos organizam suas estratégias de reprodução. Coelho e Valladares (1982) apontam para abordagens relativas às estratégias cotidianas de ocupação e sobrevivência nos períodos de inatividade, a dinâmica interna do mercado de trabalho não formal em áreas urbanas e a integração de trabalhadores de setores tradicionais nas formas capitalistas de acumulação.¹²

Avançando na crítica à perspectiva dualista, e com base na análise que privilegiava a interpretação dos segmentos não capitalistas como parte do “exército de reserva”, desenvolveu-se um conjunto de trabalhos sobre as formas de integração destas atividades no processo da acumulação capitalista, no limite do equilíbrio entre a manutenção dos baixos salários e a contenção do desemprego de massa.¹³

12. Os estudos sobre *estratégia de sobrevivência* analisam como trabalhadores sobreviviam em áreas onde a reduzida dimensão do mercado não comportava a aplicação de técnicas mais modernas de produção. Nesta linha de abordagem, Coelho e Valladares (1982) citam a pesquisa desenvolvida pelo Museu Nacional (1975-1977) sobre condições ocupacionais e modos de vida de determinados grupos sociais (Lopes *et al.*, 1979). Ademais, as autoras destacam também os estudos de Machado da Silva (1971); Ivo (1975); e de Souto de Oliveira e Prado (1975).

13. Destaca-se a pesquisa sobre *força de trabalho e emprego*, desenvolvida em colaboração entre o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e o Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia (CRH/UFBA), cujos resultados constam do livro organizado por Guaraci Adeodato de Souza e Vilmar Faria, *Bahia de todos os pobres* (1980). Entre estes estudos, destacam-se: Jelin (1974); Kowarick (1975); Oliveira (1972); Prandi (1978); Carvalho e Souza (1980); e Singer (1980).

O artigo de Carvalho e Souza (1980), *A produção não capitalista no desenvolvimento em Salvador*,¹⁴ considera as modalidades de trânsito e complementaridade que se estabelecem entre distintas formas de atividade e inserção ocupacional, no âmbito do indivíduo e da sua família, bem como a homogeneidade de condições de vida marcadas por sua superexploração e pobreza, chegando a duas outras conclusões. Primeiramente, considera a importância das atividades não capitalistas, tanto para a manutenção da reserva de mão de obra como para a complementação de renda de segmentos assalariados; e, em segundo lugar, a unidade da massa trabalhadora como proletariado urbano, acima e apesar da diversidade de formas de inserção ocupacional e das relações de dominação e da subordinação entre capital e trabalho, que podem ser constatadas na realidade nordestina (Bahia) e, de um modo geral, na própria sociedade brasileira.

O ideário do desenvolvimento, de uma utopia capaz de aglutinar ações de diferentes atores nacionais e mesmo agências internacionais (programas de “ajuda para o desenvolvimento” e para a “cooperação”), teve, no plano das práticas, grande efeito sobre a orientação de políticas de planejamento regional e de desenvolvimento urbano-industrial e tecnológico, de modernização agrária, bem como no avanço de ações e políticas voltadas para a cidadania e a inclusão social, como eixos modernizantes para o ideal de bem-estar social, ainda que incompletos. Em que pese o caráter inconcluso deste projeto, cuja maior expressão é a persistência ampliada de um *mercado de trabalho informal*, organicamente articulado ao núcleo central do trabalho assalariado e protegido, o desenvolvimento econômico possibilitou a incorporação crescente de trabalhadores no mercado de trabalho formal.

A perspectiva da *igualdade* esteve ausente no paradigma histórico da modernização e do desenvolvimento da sociedade brasileira. A utopia do desenvolvimento ultrapassa, portanto, a ideia de simples crescimento econômico ou uma percepção quantificada do desempenho de setores econômicos e considera um processo mais complexo de variáveis estruturais, que se desdobram, no longo prazo também, nas formas das relações de trabalho e das relações políticas e sociais.

O debate sociológico desse modelo, considerando a dimensão e os objetivos da cidadania, diz respeito a como os resultados da economia são distribuídos socialmente, questionando-se os custos do crescimento, “como” se está crescendo e para “quem”. Portanto, a crítica à modernização excludente refere-se a uma crítica geral do regime de acumulação e contém implícitas, além da dinâmica econômica, as dimensões sociais e políticas que legitimam este regime e, no caso brasileiro, tem por horizonte o desafio da distribuição e da maior equidade entre indivíduos, grupos e/ou regiões.

14. Carvalho e Souza (1980) e Singer (1980) identificam, nesses estudos, quatro formas de organização da produção: a capitalista; a estatal; a produção simples de mercadorias; e a economia doméstica.

3 A SOCIOLOGIA COMO POLÍTICA: O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO PELA CIDADANIA E INFLEXÕES DA DEMOCRACIA PELA REFORMA DOS ANOS 1990

3.1 O projeto de democratização nacional e a emergência de novos atores sociais

A década de 1980, considerada a “década perdida” da perspectiva do projeto modernizador, pela estagnação econômica dos países da América Latina, com retração da produção industrial, volatilidade dos mercados e redução do ritmo do crescimento, expressa uma crise do modelo. A ênfase do desenvolvimento nacional contempla, a partir da década de 1980, o processo de modernização agrária, com os complexos agroindustriais e os programas descentralizados do Programa de Desenvolvimento Integrado Regional (PDRI), como agência socializadora de integração da pequena produção rural. Ao mesmo tempo, acompanha esta conjuntura a emergência de novos atores sociais e políticos no cenário nacional, em processos de resistência e lutas que pressionam para o reconhecimento de direitos da cidadania. A ênfase econômica da modernização da sociedade brasileira, no período de implantação do projeto de industrialização e urbanização, resultou em poucos avanços quanto aos valores de equidade social.¹⁵

Do ponto de vista político, o período caracterizou-se por um alto nível do conflito social, quando o modelo nacional-desenvolvimentista mostra sinais de esgotamento, e o projeto nacional é reapropriado pela cidadania mobilizada, com a emergência de novos atores sociais e políticos, numa sociedade cada vez mais diferenciada. Os estudos sociológicos do período acompanham, em grande parte, as transformações da modernização do agrário brasileiro e as lutas por cidadania, investigando a natureza dos novos movimentos sociais, das lutas sociais, no campo e na cidade, por acesso à terra, reforma agrária e acesso à moradia e a serviços públicos, bem como os processos de exclusão social e de constituição da nova pobreza, especialmente urbana.

A dívida social do país com a grande maioria excluída se expressa na persistência de um mercado de trabalho informal que integra a maioria dos trabalhadores, sobrevivendo em patamares mínimos de reprodução social e fora dos direitos à proteção social. Por outro lado, articuladas a estas desigualdades socioeconômicas e políticas, observam-se discriminações e desigualdades socio-culturais (de gênero, étnicas, etárias, religiosas etc.), herança da “tradição”, com pautas políticas reatualizadas na escala internacional pelas lutas por direitos civis das minorias (étnicas; de gênero; de ambientalistas, entre outras), em redes também nacionais e pontos de mobilização da agenda local, que se entrecruzam

15. A centralidade do crescimento econômico desse modelo de modernização foi objeto da crítica do pensamento nacional, sintetizada na seção precedente.

com as condições de classe e de reprodução das camadas populares trabalhadoras, em níveis de extrema pobreza.

A sociologia acompanhou a transição brasileira, no contexto dos anos 1980, analisando as lutas para a expansão dos direitos da cidadania, com base numa ampla mobilização nacional pela redemocratização da sociedade e das instituições políticas de um Estado de direitos e liberdade de expressão. Preocupou-se com a análise do processo de diferenciação da sociedade civil sob a influência de novos atores sociais nacionais, seus processos identitários e suas redes internacionais de conexão: o novo sindicalismo, os novos movimentos sociais e as pressões de organizações não governamentais que se expandem desde 1986, de intelectuais, da Igreja, dos partidos de esquerda de oposição ao regime militar, da imprensa, e, também, a formação de um novo empresariado paulista produtor de bens de capital.

Do ponto de vista de coalizão das forças sociais, a sociedade brasileira completou as bases institucionais da cidadania social com a Constituição de 1988, por meio da construção da Seguridade Social. Em termos políticos e institucionais, a Carta Magna de 1988 expressa um grande acordo nacional, pactuado entre diferentes atores sociais nacionais, quanto aos direitos sociais, de uma perspectiva mais universalista, para além de um paradigma do contrato, na medida em que reconhece e estende direitos sociais e de proteção a cidadãos não contributivos.

Os dilemas históricos de desigualdade social e a via de integração social da cidadania foram encaminhados institucionalmente com base em políticas de Estado e de um sistema de Seguridade Social no país, composto de três núcleos: a Saúde, a Assistência Social e a Previdência. Pela primeira vez, introduziu-se a noção de direitos universais como condição da cidadania, rompendo-se (em tese) a dualidade do sistema anterior vigente, que mantinha a grande massa de famílias das camadas populares dependente de formas de lealdade pessoais e de clientelismo político pela via da assistência pública e privada. Esta dualidade do sistema, no entanto, permanece na prática, como analisa Vianna (2000), dividida entre aqueles que podem pagar e que continuam fazendo uso do sistema previdenciário privado, e as camadas populares, usuárias dos serviços públicos, que, apesar de universalizados, ainda apresentam déficits enormes em termos de qualidade do atendimento.

O Estado deslocou-se, então, de seu papel racionalizador da mudança e do progresso técnico-industrial atrelado a compromissos com empresários e trabalhadores urbanos, para atuar, sobretudo, como mediador dos conflitos de uma sociedade civil mais complexa e ampliada (empresários, trabalhadores e novos movimentos sociais), que pressiona por direitos civis, políticos e sociais na década de 1980. A alta mobilização de atores sociais e partidos encaminhou mudanças institucionais do Estado de direito, que se consolidaram na Constituição Brasileira de 1988, especialmente na universalidade de direitos sociais e de participação da cidadania.

Mas essa conquista ocorre no momento em que os pilares do modelo de bem-estar, apenas parcialmente aplicado no Brasil, sofrem inflexões radicais nas sociedades do capitalismo avançado, sob hegemonia e orientação das reformas e ajustes de caráter neoliberal, sustentadas pelas teses econômicas e políticas da governabilidade e da crise fiscal, associadas às mudanças no perfil demográfico destas sociedades.

3.2 Inflexões da questão social no contexto da globalização

Quando a trajetória da modernidade, no contexto do capitalismo globalizado, envolve rupturas no contrato social que sustentou as racionalidades do direito moderno em favor da cidadania, mediado pelo Estado nacional, romperam-se as soluções de compromisso experimentadas historicamente entre Estado, mercado e sociedade civil, pactuada no Brasil na Carta Constitucional de 1988.

A integração periférica do país na economia globalizada e as mudanças de reestruturação produtiva comprometeram os princípios que orientaram a construção de uma democracia assentada numa sociabilidade real,¹⁶ especialmente a partir da década de 1990. Promoveram-se ajustamentos no encaminhamento da questão social, do paradigma universalista constitucional para ações focalizadas de política social nos anos 2000. Esta transição não resultou exclusivamente de forças sociais “internas”. Ela decorre do confronto e da radicalização de setores liberais conservadores sobre os pilares do Estado de bem-estar social, o que significou mudança na concepção dos Estados nacionais, pressionando-os no sentido de redução do papel redistributivo do Estado nacional em favor da autorregulação e liberação do mercado.

Essa contradição entre a agenda brasileira pactuada na Constituição de 1988 e a reestruturação da matriz produtiva no âmbito do processo de globalização da economia envolve mudanças significativas quanto à regulação social, subordinada a critérios da estabilidade e competitividade do mercado, encapsulando o lado emancipatório da questão social via direitos.

Algumas tensões marcam esse período:

- uma mudança na natureza e no papel do Estado nacional em favor das instâncias de desenvolvimento locais, contrapondo os ganhos da democratização pelos ajustes fiscal em benefício da estabilidade e competitividade das nações;
- uma crise simultânea de antinomia entre os processos de regulação social e seu potencial emancipador, considerando-se a passagem da universalidade de direitos para ações estratégicas de um Estado “eficiente”; e

16. Aquela resultante do poder social dos diversos movimentos sociais organizados.

- a via de solução das tensões inerentes à modernização avançada, o que historicamente implicou o encaminhamento de soluções não mercantis, por meio de políticas sociais de Estado, passou a operar a focalização pela “remercadorização” da assistência aos mais pobres com base no modelo de transferência de renda.

Nos anos 1990, as soluções de compromisso que, em outras sociedades, encaminharam as tensas relações entre Estado, mercado e sociedade civil via a “desmercadorização” como um princípio de socialização parcial da economia e que haviam sido recentemente pactuadas no Brasil, foram desreguladas em favor da liberalização do mercado. Isto provocou graves processos de dessocialização e ampliação das desigualdades, precarização do trabalho, transformação do sujeito do trabalho em sujeito do consumo, entre outros processos simultâneos, inerentes às dinâmicas da urbanização e industrialização, que implicaram riscos e degradação ambiental.

A perspectiva anterior supunha a prevalência de valores de solidariedade e de coletividades na administração do conflito, tanto no âmbito das classes trabalhadoras, pela luta e organização sindical, quanto em relação a um pacto social mais amplo, institucionalizado nas estruturas mediadoras da redistribuição com base em mecanismos de solidariedade nacional, executadas pelas agências governamentais centralizadas. Implicava, portanto, engajamentos que consideravam projetos coletivos, evidentemente conflitantes, mas encaminhados por instituições mediadoras da representação e pactuação dos interesses em instâncias mais amplas.

A desestruturação das formas clássicas de solidariedade (trabalho, sindicato e, mesmo, a crise de representação via partidos políticos), na década de 1990, expressa fraturas dos vínculos sociais entre indivíduo, trabalho e comunidade nacional. Especialmente nas regiões metropolitanas do país, esta desestruturação reforça a fragmentação social, o aumento da violência, e implica dificuldades de construção de projetos mais coletivos, com enormes dificuldades de costura social.

Essas reorientações, em realidade, expressam mudanças de concepção do papel do Estado social, que resultam no confronto de dois projetos distintos: o da democratização política e extensão da cidadania, que enfatizam o Estado social, de um lado, e os mecanismos de reestruturação produtiva e ajustes institucionais do Estado, de outro, num contexto de competitividade da economia globalizada.

Observando-se a evolução das políticas sociais brasileiras, especialmente na década de 2000, algumas antinomias e segmentações definem as suas principais tensões:

- a vocação universalista de um sistema de proteção securitário, mas, de fato, dual e com tendências privatizantes, dividido entre aqueles que

podem pagar os sistemas privados e os trabalhadores que se beneficiam de previdências especiais, e as camadas populares, usuárias do sistema público;

- o caráter redistributivo da ação pública, a partir de direitos sociais básicos de caráter constitucional, que cobrem grupos de pessoas não contributivas, especialmente a Previdência especial rural;
- a ênfase nas ações de combate à *pobreza*, a partir dos anos 2000, diluindo diferenciais importantes da “população assistida”, como a heterogeneidade entre trabalhadores precarizados, trabalhadores inseridos no mercado de trabalho protegido com baixa remuneração, e indivíduos *incapazes* para o trabalho (deficientes etc.);
- a perda do caráter residual do sistema de *assistência social*, que passa a se constituir na prioridade das ações oficiais, segundo objetivos focalizados e descentralizados, a partir dos anos 1990; e
- uma reorientação na noção da cidadania para o plano econômico, com integração dos *pobres* ao mercado por meio dos programas de transferência de renda, procedendo-se, então, a uma passagem do *sujeito do trabalho* para o *sujeito do consumo*¹⁷ e alterando-se, pois, o *ethos* do conflito para o âmbito de contratos cobertos por direitos civis e comerciais.¹⁸

Lautier (1999) analisa que, por meio de uma mobilização de princípios de caráter moral em defesa dos mais pobres, desvincula-se a pobreza dos seus determinantes estruturais e separam-se os indivíduos submetidos a esta condição dos seus lugares efetivos no mercado de trabalho. Por conseguinte, como complemento, a assistência passa a centralizar a estratégia de encaminhamento das formas de integração social, como um atributo individual daqueles que “moralmente” têm direito ou potencialidade para se desenvolverem.¹⁹ A discussão desloca-se do campo da justiça redistributiva para objetivos combinados de uma moral humanitária, de natureza compensatória e mitigadora, e a adoção de uma ação estratégica da focalização, como um novo paradigma da “justiça social com eficácia distributiva” sobre os que mais necessitam (Ivo, 2011).

Conquanto se reconheçam resultados positivos dessas prestações de renda no alívio das famílias em condição de extrema pobreza e alcances eficazes de um Estado gestor, o eixo de encaminhamento das tensões inscritas na questão social

17. Numa imagem a que Oliveira (1998) se refere como “*persona* do trabalho” para a “*persona* do consumo”.

18. O direito dos consumidores, as regras de subcontratação da flexibilização do trabalho.

19. A busca pelo trabalho protegido sempre se constituiu em objetivo para amplos contingentes de trabalhadores participantes do mercado informal. A reorientação da prioridade da ação oficial, em torno da “assistência à pobreza”, significa, de um lado, reconhecer a impossibilidade de estes segmentos integrarem-se a sistemas securitários e, de outro, admitir efeitos simbólicos sobre a representação dos trabalhadores, que deixam de ser vistos como tal, para serem reenquadrados na categoria genérica de *pobres*.

opera uma “reconversão do tratamento da questão social” (Ivo, 2004a), de uma dimensão de política universalista, de caráter redistributivo mais amplo, para privilegiarem-se ações estratégicas e focalizadas sobre seus “efeitos”. Ou seja, trata-se de medidas mitigadoras setorializadas e focalizadas sobre alguns segmentos e grupos de pessoas submetidas a condições da pobreza, dentro de um modelo historicamente excludente.²⁰ Exatamente quando se observa uma política de austeridade e contração do “emprego”, afirma-se um consenso generalizado em torno do compromisso do Estado na erradicação da “pobreza”, acompanhando a agenda prioritária das agências multilaterais.

Para observar os alcances e implicações empíricas e metodológicas dessa transfiguração, cabe lembrar os principais problemas e dilemas postos pela sociologia do desenvolvimento, indicados na primeira parte deste capítulo. Embora se observem tanto mudanças como continuidades na “metamorfose da questão social” brasileira, as continuidades não significam retorno ao passado e às velhas categorias, pois a natureza destas relações são ressignificadas no contexto da globalização, tanto pela reestruturação do Estado nacional e mudanças na ordem global do capitalismo, como pelas condições de socialização vivenciadas pelos trabalhadores e pelas camadas populares nas experiências cotidianas de enfrentamento da vida, moradia, trabalho e resistência.

Ademais, a sociedade experimentou processos sociodemográficos importantes, que redefinem e ressignificam a transição e os parâmetros do desenvolvimento nos anos 1990-2000. Ianni (2002), analisando as inflexões da sociologia no final do século XX, diz que “o globalismo confere novos significados às realidades locais, nacionais e regionais, nas relações norte e sul, orientais e ocidentais” (*op. cit.*, p. 16).

Assim, a tensão fundamental no Brasil, especialmente no contexto dos anos 1990, localizou-se na antinomia entre processos internos voltados para a democratização política e social e as forças externas da ordem econômica mundializada, sob hegemonia do mercado. O paradoxo de uma inversão entre o regime político democrático, recentemente conquistado, voltado para o reconhecimento da cidadania e sua *inclusão* política, e a dinâmica de uma economia que historicamente produziu as maiores taxas de desigualdades socioeconômicas, funda um dos principais dilemas do Brasil, país com uma das mais elevadas taxas de desigualdades socioeconômicas, apesar da redução dos seus limites: manter a ordem jurídica e política baseada no princípio da igualdade básica entre cidadãos, num ambiente institucional pós-constituente com garantias dos direitos políticos e cívicos, e uma matriz socioeconômica que reorienta a ação do Estado nacional no sentido da desregulamentação dos direitos sociais, com tendência à redução dos custos do trabalho para segmentos de trabalhadores de faixas de renda menores e ênfase nas

20. Refere-se aqui às condições históricas do processo de formação do trabalho informal (ver capítulo 3 neste volume).

políticas sociais focalizadas sobre os mínimos sociais.²¹ Esta tensão encaminha uma solução de integração socioeconômica da cidadania, que expressa uma ruptura da relação estrutural entre pobreza, trabalho e proteção nacional.

A reconstituição histórica das teses centrais da “modernização conservadora” – que marcam a sociologia do desenvolvimento até a década de 1980 – aponta um conjunto de processos que determinam maior complexidade no encaminhamento da questão social hoje, no Brasil.²² Entre eles, atuam: a longa história do escravismo e do latifúndio, que sedimentou relações profundamente verticais e desiguais, hierarquizadas; o caráter centralizador, patrimonialista e autoritário da cultura política brasileira, permeado por relações clientelistas que se alternam e/ou complementam com o círculo burocrático (Nunes, 1997); o caráter dependente do capitalismo periférico; a natureza restrita da política de seguridade social, resultante de uma matriz salarial e inscrita nos compromissos corporativistas do Estado com os trabalhadores (Fleury, 1998); e o enorme volume da pobreza, como fenômeno de massa. Juntos, tais processos atuam na formação de um massivo processo de desenvolvimento histórico excludente da sociedade brasileira (Lautier, 1995). Ademais, o *caráter restrito da proteção social*, decorrente de uma inclusão imperfeita da massa trabalhadora ao regime salarial, e a persistência de amplos contingentes de trabalhadores informais, excluídos com suas famílias de um sistema de seguro e de direitos sociais, também aprofunda as condições de iniquidade da estrutura social brasileira, no contexto de 1990 (Ivo, 2001; 2008).

Ao final do século XX, num quadro de crescimento do desemprego e de precarização do vínculo salarial, tanto em países desenvolvidos como na Europa e também em países da América Latina, duas novas noções reaparecem no contexto dos estudos sobre desigualdade e pobreza, a noção de *exclusão social* e a de *novos pobres* (Ivo e Sherer-Warren, 2004), de origens distintas, dando novos contornos a estas problemáticas (Caputo, 2004). Analisando a emergência destes processos na Europa, alguns autores referem-se a precarização, vulnerabilidade e nova pobreza por meio de categorias epistemológicas que pretendem destacar a natureza processual das mudanças, não necessariamente lineares: as noções de “desqualificação” (Paugam, 1991); “empobrecimento” (Salama e Valier, 1995); “desfiliação” e vulnerabilidade (Castel, 1995); e exclusão social (Paugam, 1996; Lenoir, 1996; Thomas, 1999). Estes autores tentam resgatar a dimensão da exclusão e da vulnerabilidade como

21. As alterações nos indicadores das desigualdades socioeconômicas de distribuição da renda no país só aparecem na segunda metade da década de 2000.

22. Nunes (1997), na sua *Gramática política do Brasil*, destaca quatro fatores: o clientelismo, o patrimonialismo, o corporativismo e o insulamento burocrático. Este último, referindo-se à combinação de velhos e novos atores para a modernização deliberada da sociedade brasileira, é encaminhado pelo Estado autoritário. Jessé Souza (2003, p. 97) critica a centralidade de uso das categorias como personalismo, familismo e patrimonialismo para explicar as mazelas sociais dos países periféricos, por expressarem uma visão “cultural essencialista”, e considera, alternativamente, que a naturalização das desigualdades resultou de um processo de grandes proporções que tomou o país a partir do início do século XIX.

processos de formação da categoria dos “novos pobres”, diretamente associada às mudanças no universo do trabalho e na matriz da sociabilidade da família, que envolvem a dimensão de desproteção, exclusão do mercado de trabalho e pobreza (como efeitos).

A noção de *novos pobres*, originalmente adotada nos Estados Unidos, tenta expressar os processos de fragmentação social num contexto de alta competitividade e grande mobilidade social. No seu sentido original, os *novos pobres* seriam aqueles que não conseguem se reciclar no âmbito do trabalho, não atendem às pautas culturais da modernidade e se distanciam das exigências de uma sociedade liberal, que garante igualdade de oportunidades, mas pune duramente as más decisões dos projetos individuais.

A expressão foi reapropriada para explicar o empobrecimento de grandes setores da classe média na América Latina, especialmente na Argentina. Sara Caputo (2004) descreve o uso deste termo referindo-se à crise do emprego dos setores médios, isto é, do segmento daqueles que, tendo ascendido a certo nível de bem-estar por meio da estabilidade no trabalho, sofreram queda dos salários reais na década de 1980 e, na década de 1990, enfrentaram a crise do emprego. Além de sofrerem com a perda dos fluxos de renda e da cobertura de seguridade social, eles também enfrentaram conflitos sociais e familiares associados ao desemprego prolongado. A mudança das relações de trabalho, no contexto da reestruturação produtiva, e os efeitos sobre o mercado de trabalho os vão convertendo, gradativamente, em “excluídos”²³ (Ivo e Sherer-Warren, 2004; Ivo, 2008).

A produção sociológica acompanha simultaneamente esses processos, considerando a dimensão diferenciada de escalas – local, nacional, regional e mundial – e a capacidade emancipatória de grupos e movimentos sociais, da mesma forma que analisa processos de dominação e reapropriação inerentes aos novos arranjos que emergem das novas regulações microssociais. Preocupa-se em entender as novas arenas de concertação, distinguindo a natureza de novos atores, como as organizações não governamentais (ONGs). Ademais, observa tanto o caráter restritivo como a potencialidade das inovações nos níveis territorial e local. Neste contexto, algumas categorias básicas da reflexão sociológica, como a noção de classe social e de Estado nacional, bem como a dimensão mais estrutural e regulatória dos conflitos inerentes ao desenvolvimento parecem declinar ou se reconfigurar, desafiando a imaginação sociológica, priorizando as análises de processos de sociabilidade dos agentes em contextos específicos, num esforço de desreificar os processos macrossociais e regulatórios do desenvolvimento econômico.

23. Castel (1995), refletindo sobre o processo de “desfiliação”, diz que a exclusão não distingue mais, hoje, uma categoria estática da população, mas um percurso de vida que conduz a uma ruptura progressiva dos vínculos sociais tanto no trabalho como na vida social, no âmbito da família, da moradia, do consumo, da saúde, da educação.

4 UMA NOVA EPISTEMOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

Esse movimento de desconcentração do Estado e emergência desses novos atores e movimentos é acompanhado de uma crítica epistemológica ao caráter dedutivo e estrutural da noção de desenvolvimento como “um modelo universal” e único, regido pelo mercado e pela democracia liberal (ou por modelos autoritários), como se só existisse um tipo de regulação para os conflitos sociais em todas as sociedades e em todos os seus segmentos.

Essa crítica buscava superar a perspectiva homogeneizadora do desenvolvimento das décadas de 1950-1960, como modelo universal, e é pensada alternativamente por alguns “como um projeto de humanidade solidária inerente a todos os atores sociais com capacidade autotransformadora para o desenvolvimento” (Prieto, 2010, p. 82). Este paradigma articula a tradição de lutas dos movimentos sociais com os novos postulados liberais de capacitação e organização dos pobres para lutarem contra sua condição de pobreza, formulado por Amartya Sen.

Na realidade, parte dessa epistemologia se constitui nas lutas por emancipação dos novos movimentos sociais (NMS) por igualdade e reconhecimento das diversidades, frente às múltiplas formas de exclusão social e cultural (de gênero, de raça, de religião, de gerações etc.), associadas às lutas sindicais e dos trabalhadores por justiça redistributiva. Estas lutas pressionaram por políticas públicas de acesso a bens públicos e fundiários (movimentos dos sem terra, movimentos urbanos pela moradia, sem-teto, etc.) e à melhoria das condições de vida (movimentos contra a carestia, entre outros) e a serviços públicos urbanos etc. (Gohn, 1985; Jacobi, 1989; Sherer-Warren *et al.*, 2000; Sherer-Warren 2003).

Do ponto de vista liberal, a mobilização dos pobres refere-se à perspectiva emancipatória de autonomia e responsabilidade individual dos sujeitos em condição de pobreza. Supõe-se a transformação dos indivíduos “pobres” da condição de “sujeito passivo” para a de “sujeito ativo” protagonista da mudança social (mobilidade), o que implica, para Sen, o acesso e o desenvolvimento de capacidades estratégicas das camadas populares. Esta tese orienta os relatórios das organizações multilaterais, como as Nações Unidas (PNUD, 1997), quanto a uma nova perspectiva do *desenvolvimento social e humano*, e orienta a construção de metodologias de mensuração da pobreza segundo “Necessidades Básicas”,²⁴ como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), induzindo políticas públicas que enfatizam o acesso dos “pobres” a capacidades básicas (educação, saúde, poder etc.).

24. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) agrega indicadores sintéticos de educação, saúde (expectativa de vida ao nascer) e renda, possibilitando comparação entre países e regiões. Ele classifica os países, segundo o grau de desenvolvimento humano, em três blocos: aqueles com *alto* desenvolvimento humano (países desenvolvidos); os de *médio* desenvolvimento humano (países em desenvolvimento); e os que apresentam *baixo* desenvolvimento, típicos dos países subdesenvolvidos, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A superação entre a abordagem mais estrutural e os novos paradigmas do desenvolvimento, que acompanhou a desconcentração do papel do Estado nacional e, ao mesmo tempo, a matriz emancipatória das lutas sociais, tem sido encaminhada, ao menos, por duas perspectivas teórico-metodológicas de caráter mais complexo. Primeiramente, encaminhou-se para um esforço metodológico de *transversalidade*, no sentido de articular as dimensões de trabalho e classe que envolvem a redistribuição, com dimensões estratificadas das desigualdades e vulnerabilidades sociais, em termos de atributos socioculturais (escolaridade, raça, gênero, gerações e território), na dinâmica de conformação dos mercados de trabalho.

Os autores Axel Honneth (1992; 2002) e Nancy Fraser (1997), da teoria social crítica renovada da Escola de Frankfurt, encaminham a superação da polarização das pautas *redistributivas*, inerentes à noção marxiana da classe social, com as lutas por *reconhecimento*, associadas à dimensão weberiana do *status*. Honneth, fazendo das normas implícitas do reconhecimento o fundamento dos vínculos sociais, produz as bases de uma legítima crítica social (Géguen e Malochet, 2012, p. 46). Nancy Fraser considera que o retorno à teoria do reconhecimento ocorreu pela ênfase cultural das sociedades contemporâneas (*cultural turn*). Para ela, muitas reivindicações de justiça não exigem apenas melhorias econômicas, mas o reconhecimento de identidades e diferenças culturais.

A autora, no entanto, critica as teorias do reconhecimento restritas às dimensões culturais, morais e identitárias, por desconhecem a dimensão redistributiva da justiça. Fraser (1997) considera que a questão da justiça, nas sociedades contemporâneas, caracteriza-se pela articulação de dois tipos de “injustiça”: a do tipo socioeconômico, manifesta pela exploração do trabalho e pelas condições de reprodução material; e as do tipo cultural e simbólico, submetidas a formas de dominação cultural, desqualificação e invisibilidade social.

Por outro lado, a categoria *redes sociais* possibilita superar a oposição metodológica entre estrutura e ação e ultrapassar a dependência analítica da matriz social pela racionalidade instrumental. Desta perspectiva, o uso da noção de *rede* permite recompor as relações baseadas na confiança e na cooperação mais direta entre agentes, reforçando o circuito clássico das trocas sociais da dádiva, entre dar, receber e retribuir, como entendia Marcel Mauss (2003).

Granovetter (1973) destaca a importância das redes sociais informais para a obtenção de empregos nos mercados de trabalho. Ele considera como os laços, numa cadeia de relações, podem responder pelo maior ou menor sucesso dos indivíduos. Dessa forma, o autor assevera que as formas de relação social são concretas e permeadas de atitudes recíprocas e podem ser produtoras de coesão social (*op. cit.*, p. 1.373). Este caráter “antecipado” da rede, como produtora de coesão, associa-se a uma visão da sociedade a partir dos indivíduos, articulando às teses “virtuosas”

sobre o capital social e o caráter multilinear das redes, o que pode resultar numa circularidade analítica inerente às técnicas indutivas e, do ponto de vista da relação entre ação e estrutura, dificultar a observação das tensões inerentes à construção de interesses entre grupos e classes sociais.

Da perspectiva da organização e das formas de resistência, a articulação das organizações sociais e das associações de movimentos em escalas, como a construção dos fóruns mundiais na luta antiglobalização nos anos 2000, aparece como arena ampla e emblemática de articulação de *redes de atores sociais* em escala internacional na constituição de um espaço público. As organizações não governamentais e outros movimentos sociais, comprometidos com a formulação de novos entendimentos e alternativas ao desenvolvimento, transnacionalizam as *redes* de inúmeros movimentos sociais na crítica ao regime de acumulação globalizado e ao “modelo único” (Gohn, 1985; 2008; Sherer-Warren *et al.*, 2000; Sherer-Warren 2003).

Uma segunda *dimensão da transversalidade* é observada a partir *do território*, dos agentes e dos destinos locais, nas suas interfaces e arranjos no âmbito das escalas e cadeias produtivas dos grandes projetos locais. Para outros, as alternativas do “modelo” visam considerar a permeabilidade de arranjos entre atores na construção de pautas políticas locais ou regionais, em cada país, de acordo com suas singularidades históricas, como analisaram Danielle Leborgne e Alain Lipietz para os contextos pós-fordistas na Itália (Leborgne e Lipietz, 1991a; 1991b), e José Ricardo Ramalho (2005), quando discute a formação de novos padrões de participação e a formação de redes sociopolíticas que se constituem nas localidades onde ocorrem as atividades industriais.

Esses arranjos mobilizam atores distintos, quer se considerem as áreas metropolitanas ou as tipicamente rurais. Nas metropolitanas, o desenvolvimento local e territorial contempla arranjos e interesses entre empresas industriais, trabalhadores e agentes locais. Boschi e Gaitán (2008) destacam que alguns acordos têm grande importância na geração de bem-estar para os assalariados, a exemplo dos “acordos institucionais do mercado de trabalho (...) por meio das negociações entre os diversos atores envolvidos, no desdobramento de estratégias de qualificação da mão de obra. A singularidade e a inovação destes acordos exploram a dimensão participativa de empresários e trabalhadores “além da fábrica” (Ramalho e Santana, 2003), considerando os destinos regionais, a exemplo da análise sobre a experiência da Comissão Tripartite do ABC paulista (Ramalho e Jacome, 2010) e dos distritos automotivos da Baixada Fluminense (Jacome *et al.*, 2006).

Por outro lado, o impacto de grandes projetos nacionais tem efeito no âmbito local e regional, em relação à estruturação econômica e à questão social e ambiental, mobilizando agentes (econômicos, sociais e políticos) em diversas *escalas de governança*, que envolvem arranjos em diferentes níveis. Estes espaços

contêm a superposição de interesses contraditórios de atores nos limites do território e constituem campos alternativos de negociação do conflito, mas também de pactuação parcial orientados para possibilidades e consensos, na construção de projetos de desenvolvimento sustentado, em diferentes escalas (local, nacional e global). Envolvem movimentos contraditórios de integração ou exclusão, ou seja, o destino das populações tradicionais e locais preexistentes e a emergência de novos atores de grandeza e força distintas sobre um mesmo território, como grandes empresas multinacionais.

Do ponto de vista do *desenvolvimento territorial de base rural*, Wanderley (2000) mostra como a opção prioritária por políticas agrícolas gerou problemas de exclusão de áreas e grupos socialmente marginalizados, com a necessidade consequente de integração de espaços e populações na dinâmica econômica e social, assegurando a preservação dos recursos naturais como patrimônio de toda a sociedade, além da superação das desigualdades e da pobreza.

Assim, do ponto de vista político, o território incorpora um movimento de mão dupla. De um lado, ele se constitui como um espaço de realização de projetos coletivos e, de outro, ele é o lugar de intervenção das políticas, dos poderes públicos e dos agentes produtivos. Dessa perspectiva, um projeto de desenvolvimento local resulta da convergência das demandas e iniciativas locais e da interferência dos grandes projetos nacionais e supranacionais (Wanderley, 2000).

É na tensão desses arranjos e escalas entre diferentes agentes que se conformam e constroem as possibilidades do (novo) desenvolvimento, no âmbito dos lugares e do território. O modelo de desenvolvimento territorial oficial, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), concilia combate à pobreza, segurança alimentar e nutricional, proteção ambiental e geração de renda. O território torna-se, portanto, “um novo espaço de construção de projeto e articulação de políticas públicas em parceria com estados, municípios e sociedade civil” (Brasil, [s.d]).

O processamento dos conflitos em escala global opera a passagem dos projetos de desenvolvimento local e dos interesses particulares de múltiplos atores para escalas e entendimentos mais globais. Esta passagem não significa que o desenvolvimento nacional se constitua em um somatório de iniciativas locais, mas resulta da força dos agentes para orientarem estes projetos e da capacidade de construção da hegemonia entre mercado, Estado e sociedade, em escalas mais ampliadas. Depende, portanto, da capacidade do Estado na relação com países, mas também da interface da rede de atores sociais nacionais e globalizados. O desafio posto pelas novas epistemologias é ultrapassar dimensões particularistas na direção de questões universais e globais, sem o risco da capitulação dos sujeitos pelo universalismo econômico liberal do mercado, ou pelo essencialismo dos movimentos identitários.

4.1 As novas categorias normativas de ação prática para o desenvolvimento e a polissemia conceitual²⁵

A perspectiva reformista do Estado, nos anos 1990, orientada para a desconcentração do Estado em benefício de *políticas descentralizadas*, também reforça o papel do local e da microeconomia na sustentabilidade de um desenvolvimento endógeno, econômico e social, local e regional, como possibilidade *inovadora e de governança local*.

Diante dos efeitos perversos da aplicação das políticas de ajuste fiscal e da crise de representação dos atores, especialmente urbanos, o Banco Mundial, desde 1989, introduziu, em seus relatórios sobre o desenvolvimento, a noção de *local governance* (World Bank, 1992) como espaço estratégico de intermediação e ação concertada de interesses contraditórios entre os diversos atores da sociedade civil, do mercado e do Estado, por meio de conselhos, comissões e fóruns.

Essa ação concertada constitui um espaço aberto à construção de arranjos entre diferentes agentes sociais privados e públicos na pactuação de projetos de desenvolvimento. Tal modelo reconhece que as possibilidades competitivas dos projetos de desenvolvimento, em distintas escalas, dependem da coalizão e do acordo entre os atores. Por outro lado, rompe com o modelo universalista e o pacto original, restrito à aliança do Estado nacional com a burguesia nacional e os trabalhadores assalariados, ampliando a esfera pública assentada em formas de cooperações entre setores públicos e privados e flexibilizando as alternativas de construção de projetos de desenvolvimento em múltiplas experiências locais, pela capacidade de coordenação de atores entre Estado, mercado e sociedade, em cada situação, escala e temporalidade específicas.

O presidente do Banco Mundial, numa fala de agosto de 1991 (World Bank, 1992), considerava que a estabilidade política e econômica não era suficiente para o desenvolvimento. Sugere um conjunto de dispositivos normativos de “bom governo” e “boas práticas”, de caráter moral (luta contra a corrupção, contra o familismo amoral, o corporativismo e o clientelismo etc.), tendo em vista a construção de um novo consenso sobre a necessidade e a pertinência de um Estado eficiente, caracterizado por medidas institucionais de controle e transparência das contas públicas, eficiência administrativa e competitividade, afastando as “más condutas” e o legado da ordem tradicional das relações políticas corporativas e protecionistas do Estado com setores do empresariado e dos trabalhadores, em favor de um Estado gerente para o mercado.

Com base nas normativas das agências multilaterais, formulam-se orientações práticas e novas modalidades de arranjos para atores públicos e privados. É o caso das parcerias público-privadas, da criação de arenas públicas dos diversos

25. Esta subseção sintetiza parte das análises contidas em Ivo (1997; 1998; 2001).

conselhos sociais, da descentralização das ações das políticas sociais, *accountability* etc., formuladas com vistas à formação de consensos parciais, destacando-se (supostas) virtudes do Estado reformado na construção de ações preventivas contra “condutas indesejáveis”, as quais, segundo esta tese, expressavam a herança de uma cultura política autoritária, patrimonialista, clientelista e corporativa.

Os dilemas que orientam a perspectiva da justiça redistributiva passam a ser traduzidos por uma combinação entre princípios “morais” e eficiência de gestão, apoiados em dispositivos normativos da “boa conduta”, que orientam a noção de “eficácia” do “Estado reformado”. Deslocam-se, assim, do horizonte normativo da justiça redistributiva da democracia e da política para a eficiência competitiva do mercado. Estas normativas reiteram um raciocínio binário e dual entre velhos e novos atores, desconhecendo a permeabilidade e a capacidade de adaptação dos atores nas suas sociabilidades reais da “tradição e da modernidade”, no campo institucional. No âmbito das práticas, os agentes sociais, econômicos e institucionais aparecem como sujeitos com capacidade estratégica para pactuação de interesses específicos, locais e transitórios.

Essa dupla matriz, que caminha em paralelo e segundo marcos políticos e ideológicos distintos – aquela dos novos movimentos sociais emancipatórios e a dos dispositivos normativos da reforma institucional –, produz uma “convergência contraditória”. Tal convergência expressa movimentos de hegemonia e contra-hegemonia, nos quais a polissemia inscrita nas categorias intermediárias de governança – capital social, capital humano, redes sociais, inovação, etc. – manifesta um “giro linguístico” (Ianni, 1999) destas noções como mediadoras da transformação das relações sociais e de poder.

Na linha institucional, na década de 1990, alguns autores (Coleman, 1990; Putnam, 1994; 1996; Baas, 1997; Joseph, 1998; Bullen e Onyx, 1998 etc.) destacam os determinantes culturais e societários como lastro para o desenvolvimento institucional, a inovação econômica e o desempenho das políticas públicas. Eles reconhecem que aspectos da cultura local de populações tradicionais, como as *redes de confiança* e sociabilidade – capital social – geram solidariedades que fomentam a inovação, podendo estimular o empreendedorismo local e fortalecer a democracia.

Outros autores (Le Galès, 1995; Diniz, 1997; Préteceille, 1999; Boschi, 1999; Ivo, 2001; 2004b; Barba *et al.*, 2005) apontam para os limites dessa tese e das categorias de alcance médio, como capital social, *local governance* e redes sociais. Estas categorias, muitas vezes, assumem um caráter normativo e difuso e têm caráter tautológico. Os arranjos societários, longe das condições econômicas que estruturam o conflito redistributivo, podem induzir uma perspectiva “comunitarista romântica”, afastada da dimensão do conflito e das instituições do Estado. Ao considerar o mercado como a via principal da integração social, os processos cooperativos

podem ocultar relações assimétricas entre atores hegemônicos do capital financeiro, por exemplo, e agentes locais, transferindo-se os riscos dos empreendimentos e do fluxo financeiro para os setores populares.

4.2 O paradigma do solidarismo da perspectiva do desenvolvimento

Nas democracias emergentes, forja-se uma nova cultura política assentada na *ideia de solidariedade* como ideologia de base, de caráter mais restrito, voltada para mobilizar um conjunto de agentes políticos e sociais e legitimar sua ação política nas esferas microsociais. Conforma-se uma matriz organizada sob a forma de redes, reconhecendo-se a extrema multiplicidade e pluralidade das relações que se estruturam por meio de valores morais e estruturas normativas, na busca de acesso a direitos coletivos. No entanto, essa solidariedade se exprime em dimensões diversas, nem sempre conciliáveis (Ivo, 1997):

- uma *dimensão institucional*, caracterizada pela aplicação de políticas públicas não mercantis, orientadas para a justiça redistributiva, com aplicação dos direitos e distribuição de bens e serviços públicos por meio da instauração de mecanismos regulatórios, agora mais restritivos, em função do redesenho das políticas focalizadas;
- uma dimensão *familiar*, que envolve a dinâmica de reprodução da unidade doméstica, assentada nas relações intrafamiliares de proteção primária e intergeracional;
- uma *dimensão cidadã*, que envolve a ação de sujeitos políticos coletivos, assentada na ação reivindicativa, na identidade de valores de base, na organização de interesses no espaço público e na relação entre pobreza e cidadania; e
- uma *dimensão concertada* entre agentes públicos e diferentes setores da sociedade civil na construção de arenas públicas de negociação e organização de interesses divergentes, ou na ação partilhada em torno de interesses comuns, com a formação de um espaço público ampliado.

Alguns autores²⁶ tomam a *família*, e, nela, a mulher, como o centro de estruturação das políticas sociais. Analisam a pobreza a partir da concepção da reprodução familiar (Eguia, 2004). Na base deste postulado, encontra-se um diagnóstico que reconhece a potencialidade das famílias populares (como capital social), as quais, por meio das redes de vizinhança, parentesco e amizade, conseguem desenvolver mecanismos de reprodução e resistência às condições de pobreza, frente à ausência das políticas públicas e de proteção de caráter mais efetivo.

26. Entre eles, ver: Carvalho (1994); Draibe (1994); Lopez e Salles (2000); Carvalho (2003). Eguia (2004), em artigo recente, sintetiza algumas destas contribuições.

Outros, a partir da estruturação dos ciclos de vida, têm analisado os mecanismos de solidariedade intra e intergeracionais, destacando a relação dos papéis desempenhados pelos membros da família em cada fase do ciclo de vida e suas relações conexas com sistemas de proteção e reprodução familiar (Souza, 2005). A “feminização da pobreza”, ou seja, a tese de que os domicílios chefiados por mulheres têm probabilidade de ser mais pobres que aqueles chefiados por homens (Leon e Parker, 2000) acaba se constituindo em critério de seletividade dos beneficiários dos programas sociais focalizados de combate à pobreza.²⁷

A crítica a essa dimensão é que a focalização não pode resolver problemas estruturais, geradores da vulnerabilidade e da exclusão. Assim, o desemprego tem afetado os papéis internos na família e vem influenciando nas condições de reprodução social e mobilidade social que alimentaram o padrão de integração das décadas anteriores, já que os jovens estão confrontados por uma “exclusão da inserção”. Portanto, existem problemas estruturais que não podem se resolvidos no plano das solidariedades primárias, mas implicam políticas amplas de geração de emprego e renda.

Quanto às *ações cidadãs*, observa-se a produção de um conjunto de estudos voltados para a as relações entre pobreza e cidadania, explorando a perspectiva dos movimentos sociais e da participação cidadã nas políticas sociais, de forma a apreender os dilemas da cidadania e pobreza na construção da democracia. No campo dos movimentos sociais e participação cidadã, pode-se destacar Sherer-Warren (1999; 2003); Sherer-Warren *et al.* (2000); Doimo (1995); Ziccardi (2004); Gohn (1995; 2000); Jacobi (2000); Ferreira (1999); e Teixeira (2001), entre outros.

Quanto à análise das *ações concertadas*, destacam-se estudos sobre a formação e os alcances das arenas públicas; mudanças na ação coletiva; constituição de conselhos municipais; estudos sobre desenvolvimento local; papel do terceiro setor na implementação dos projetos etc. (Landim, 1999; Jacobi, 2000; Ziccardi, 1995; e muitos outros).

Essas tendências conformam uma convicção sobre a importância dos processos de regulação de caráter societal (participação política) e execução das políticas em âmbito local (municípios) – descentralização e desconcentração – como alternativas de desenvolvimento local autossustentáveis.

Como analisa Granovetter (1985), as visões “supersocializadas” ou “subsocilizadas” do ator em universos microssociais conformam novos formatos associativos na economia popular e supõem uma hipótese teórico-metodológica de que não se pode entender a ação econômica e do Estado sem recolocar o ator no centro

27. Entre os fatores que explicam essa “feminização da pobreza”, situa-se a posição desfavorável das mulheres no mercado de trabalho – marcada por salários mais baixos, menor proteção social, discriminação na ocupação dos postos de trabalho –, associada à carência quanto aos indicadores culturais, como acesso à educação.

das relações e interações, questão analisada por Pierre François (2008). Deduz-se, portanto, que a ação econômica e política do desenvolvimento inscreve-se em cadeias de interação sociais, em escalas crescentes. Uma parte importante das análises mais recentes considera que a abordagem do desenvolvimento, sobretudo nos universos locais e territoriais, deve ultrapassar a dimensão abstrata, estrutural e dedutiva dos modelos de desenvolvimento, para observá-lo como resultado da sociabilidade dos atores em suas experiências de trabalho, vida, proteção e produção.

Dessa perspectiva, o trabalho do sociólogo consiste em explicitar e conhecer as cadeias de interação mais ou menos estáveis que tratam das formas como os agentes constroem as atividades econômicas relacionadas com o mercado e o Estado, quer se considerem as redes sociotécnicas, as ordens locais e os sistemas de atores, quer se focalizem as organizações sociais etc. Esta consideração remete à ideia de Schin (2000), analisada por François, de que o mundo social e, especialmente, o mundo econômico e político não constituem um espaço indiferenciado no qual opera a trama das trocas e regulações e nos quais não importa buscar fronteiras, processos de diferenciação ou heterogeneidades manifestas. Mas, ao contrário, importa compreender exatamente as formas desta diferenciação e os mecanismos sobre os quais ela se define.

Desse modo, a ênfase nas categorias intermediárias da ação prática e normativa – capital humano, capital social, redes sociais, *empowerment* – e nas formas alternativas de economia solidária deslocam a pactuação da solidariedade nacional para o âmbito das solidariedades mais restritas e circunscritas a universos interpessoais de redes microssociais e acompanham esta mudança epistemológica, centrada na sociabilidade dos sujeitos ou na ideia de “empoderamento” dos indivíduos como atores sociais em escalas e cadeias de trocas sociais, econômicas e políticas.

Se, analiticamente, é inquestionável a riqueza dessa abordagem para captar os processos reais e as formas concretas de sociabilidade e socialização dos sujeitos, por outro lado, ela individualiza a luta dos programas sociais contra a pobreza e pode reforçar a dimensão dos sujeitos como responsáveis por esta situação e consolidar perspectivas moralizadoras da pobreza como “insucesso pessoal”. A remercadorização da assistência pela transferência da renda às famílias mais pobres nem sempre pode encaminhar a questão mais ampla da redistribuição, nem os problemas estruturais das “portas de saída” de inserção qualificada no mercado de trabalho, fomentando uma antinomia entre pobreza e trabalho.

Discussões relativas ao *desenvolvimento local e ao desenvolvimento sustentável* enfatizam o papel da microeconomia e da transferência da renda no âmbito de um desenvolvimento local e regional. A ideia de sustentabilidade associada ao desenvolvimento anuncia uma nova utopia de equilíbrio entre crescimento econômico,

equidade social e proteção do meio ambiente (Lebauspain, 2010). Mas mostra também a complexidade e a polissemia implícitas nestes processos, que podem fetichizar o lugar do conflito dos agentes em favor do mercado.

A complexidade sociocultural e a capacidade de autotransformação dos atores sociais como agentes de mudança acompanham, portanto, o pensamento social na construção de um novo paradigma do conhecimento sociotécnico, que questiona uma pretensa legitimidade progressiva e universalista do desenvolvimento econômico geral, e sua legitimidade como expressão nacional. Reconhece e prioriza, dessa maneira, peculiaridades territoriais, grupais e socioculturais, abandonando, de alguma forma, a dimensão conflitiva das classes sociais. Para Hinkelammert (1999, p. 137), “a crise do ambiente revela o limite implícito do crescimento econômico ilimitado, seja este desigual ou igual” (*apud* Prieto, 2010).

De outra perspectiva, a sustentabilidade do desenvolvimento (Veiga, 2005; Sachs, 2002; 2004), combinada ao paradigma da igualdade e da proteção social, anuncia uma nova utopia da sustentabilidade, capaz de agregar projetos coletivos. Assim, a noção de “desenvolvimento sustentável”, desde fins do século XX, vem se constituindo num paradigma aglutinador de projetos críticos ao modelo de crescimento econômico, associando a ele a defesa do meio ambiente e o princípio da equidade social. E ainda recoloca o *tema da integração social* por meio da luta contra a pobreza como condição fundamental do novo desenvolvimento sustentado.²⁸

Do ponto de vista da ação pública, buscam-se saídas inovadoras ao esgotamento do modelo econômico sob a hegemonia do capital financeiro. Muitos autores falam do retorno a políticas keynesianas, na retomada do Estado como indutor do desenvolvimento, na consolidação do mercado interno, com ênfase na microeconomia. Alguns sociólogos, preocupados com alternativas ao desenvolvimento, reconhecem a potencialidade dos programas de transferência de renda e do microcrédito como mecanismos de dinamização de um círculo virtuoso da microeconomia, de inserção social e estímulo ao mercado interno, que poderiam estar impactando positivamente sobre a mobilidade social mais ampla. Outros, no entanto, advertem sobre os alcances limitados destes processos, entendendo que a erradicação da pobreza não pode se dar pela via unilateral de ações governamentais – como os programas de transferência de renda –, mas depende das condições estruturais da distribuição, da qualidade das políticas públicas e das formas de inserção dos indivíduos na esfera do trabalho, eixo fundamental da integração social.

28. O documento final da *Rio+20 O futuro que nós queremos* reafirma esses princípios, que enfatizam promessas para avançar para uma “economia verde”, que freie a degradação do meio ambiente, combata a pobreza e reduza desigualdades, que não atendeu às expectativas das ONGs por faltar comprometimentos reais sobre os meios e recursos para viabilizar estas transformações.

Do ponto de vista sociológico, observa-se, também, um retorno a reflexões relativas aos vínculos sociais e ao padrão de coesão social das sociedades contemporâneas, resultantes da ruptura dos pilares que mediavam as contradições entre a economia e a política, com base no paradigma do contrato, em favor de um novo paradigma da solidariedade inscrita na condição geral da cidadania. A “busca da utopia de maior coesão social” (Sojo e Uthoff, 2007; Tironi e Sorj, 2007) como horizonte analítico sugere, no entanto, uma crise subjacente dos referenciais societários e políticos articulados às clássicas mediações da proteção e da solidariedade nacional nos regimes de acumulação globalizado, e é acompanhada, também, de uma crise de paradigmas no âmbito das ciências sociais.

5 A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO NA ORDEM MUNDIAL CONTEMPORÂNEA

A crise estrutural e histórica contemporânea, no centro do capitalismo, contudo, recolocou o papel desses países emergentes e periféricos na ordem mundial, o que impõe repensar-se em novas mediações entre a sociedade, o Estado e o mercado no contexto de uma nova ordem mundial.

A crise de 2008 inverte a posição relativa dos países emergentes (Brasil, China, Índia) e polos do desenvolvimento na ordem mundial, recolocando estas economias numa posição estratégica, no sentido de poderem constituir uma “saída” à crise das economias desenvolvidas. Estes países emergentes, como a China e a Índia, ao apresentaram as “maiores taxas de crescimento mundial” na última década, integrados a uma economia mundial unificada, alteram o quadro das relações de forças, na ordem mundial, entre os países centrais e emergentes (Ivo e Laniado, 2012).

Na América Latina, a grande novidade no contexto da crise de 2008 é que os países da região apresentaram mudanças no padrão da distribuição de renda, por meio de ações decisivas dos governos nacionais no campo econômico e social (Cepal, 2011). Alguns economistas (Chesnais, 2008; Salama, 2009; Zarifian, 2009), no entanto, atenuam o papel desses países emergentes, pela fragilidade da matriz prevalente das desigualdades sociais e do mercado de trabalho, que, apesar da relativa recuperação, ainda não são consistentes para atenderem ao desenvolvimento interno e responderem à crise global.

Diante da ação prioritária do Estado nacional na área social, na década de 2000, caracterizada pela ênfase em políticas sociais de combate à pobreza aplicadas massivamente nos países latino-americanos, alguns autores e organizações, a exemplo de Delcourt (2009) e a própria Cepal (2011), indagam sobre a emergência de um *novo Estado social*, de caráter mais redistributivo, pró-po-

bres, cujas estatísticas oficiais exibem indicadores de redução das desigualdades sociais e reestruturação das classes de renda, particularmente no Brasil. Esta nova conjuntura sugere repensar-se criticamente as tendências e possibilidades deste desenvolvimento, seus avanços e limites, agora protagonizados pela multiplicidade de atores sociais.

Novas hipóteses e teses retornam à pauta do desenvolvimento no presente, recolocando para a sociologia a tarefa de retomar discussões relativas: à nova estrutura social; à natureza das classes, estratificação social e mobilidade social; ao papel do mercado de trabalho e à desigualdade social, especialmente entre trabalhadores com rendimentos do trabalho mais baixos (até dois salários mínimos); ao impacto das políticas de transferência de renda e aposentadorias sobre a formação do mercado interno; e à “qualidade da cidadania”.

Em primeiro lugar, indaga-se como *o crescimento econômico impactou sobre as oportunidades individuais* abertas pelo processo de desenvolvimento econômico, e como este movimento expressa uma nova estratificação social segundo a renda e o consumo. Questiona-se o que significa a antinomia no comportamento dos estratos de renda do trabalho. De novo, retorna-se a uma das teses centrais do desenvolvimento apresentada por Stavenhagen e que diz respeito a dois fatores: *i*) a constituição de um mercado interno; e *ii*) a formação e expansão da classe média. Nesta linha, abundam estudos sobre a expansão dos estratos médios, a redução dos índices de desigualdade de renda, e o reaquecimento do mercado interno subsequente ao aumento de renda dos setores mais pobres, além do aumento do consumo e créditos direcionados para estes setores.²⁹

A maioria dos estudiosos da pobreza comprova mobilidade maior entre estratos de renda mais baixos, mas, como analisa Waldir Quadros (2010), se e a mobilidade social em direção à massa trabalhadora (pobre) e à baixa classe média (remediada) foi grande, o dinamismo desta mobilidade se arrefece substancialmente nos estratos da classe média mais baixa para cima. Portanto, a questão central está no dinamismo, na configuração e na qualidade das relações de trabalho.

A questão das desigualdades e as possibilidades de mobilidade social não podem ser entendidas como política social e assistencial, ou seja, não se restringem à *melhoria* na distribuição *pessoal* da renda via políticas de transferência de renda e créditos, mas deve considerar a relação entre a participação dos ativos e o trabalho, conclusão a que chegaram inúmeros economistas e sociólogos dos estudos sobre pobreza, desigualdade e desenvolvimento.

29. Ver Neri (2010), Souza (2010) e Quadros (2010) sobre a nova estrutura brasileira, seus limites e desafios.

6 A SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO COMO OBJETO

6.1 Análise da subárea da sociologia do desenvolvimento no CNPq

Com base em dados dos grupos de pesquisa (GPs) registrados na Plataforma Lattes do CNPq, observou-se que o objeto da sociologia do desenvolvimento, a partir dos anos 1990, passa por transformações, incorporando novos processos e significados, que enfatizam a mobilização de atores na inserção social via mercado, deslocando-se das questões mais estruturais, tratadas na década de 1960, a respeito do papel do Estado nacional, ou ainda dos processos de configuração dos mercados de trabalho, dominação e estruturação das classes sociais que nortearam as críticas ao projeto modernizador dos anos 1960-1970. As temáticas emergentes aproximam-se das novas formas regulatórias da agenda pública nacional e internacional e correspondem também a inflexões teórico-metodológicas na crítica ao universalismo e ao caráter mais dedutivo da análise sociológica, no período mais recente.

O mapeamento do diretório de grupos de pesquisa da Plataforma Lattes do CNPq foi realizado³⁰ pelo sistema de busca do termo “sociologia do desenvolvimento”. O resultado deste levantamento constatou a presença de 115 grupos de variados campos disciplinares, neles incluídas outras áreas, como agronomia e economia. No entanto, ao aplicar-se o filtro da grande área das ciências humanas e, nesta, da subárea da sociologia, foram encontrados 42 grupos de pesquisa, aos quais se acrescentaram dois grupos, que tratam do desenvolvimento a partir da sociologia do trabalho. A inclusão destes dois grupos considerou a centralidade do trabalho como matriz de sociabilidade e integração social e, ainda, a importância que a dinâmica do mercado de trabalho teve, nos anos 1960, em relação à crítica ao modelo de desenvolvimento. Assim, importava observar as temáticas e interseções do campo do trabalho com a noção e a perspectiva do desenvolvimento hoje.

Os dados foram levantados em duas bases de pesquisa: a primeira, dos grupos de pesquisa (GPs) registrados no CNPq que integram a subárea da sociologia do desenvolvimento, abrange 425 pesquisadores e 324 estudantes. O levantamento realizado a partir da base de dados dos pesquisadores, por se limitar à área mais restrita da sociologia, é menor em número de pesquisadores que o número de pesquisadores vinculado aos GPs. Portanto, nem sempre o registro dos pesquisadores da subárea coincide com a base de pesquisadores que integram a rede dos GPs, pois estes têm caráter interdisciplinar, abrangendo pesquisadores de outras áreas; inversamente, nem todos os pesquisadores com projetos na subárea da sociologia

30. O trabalho de concepção e categorização dos dados é de Anete Ivo, mas o levantamento e sistematização das informações foi realizado pelo pesquisador e mestre em administração pela UFBA Mateus Santos da Silva, membro do LABMUNDO – Bahia (UFBA), orientando da professora Elsa Kraychete.

do desenvolvimento pertencem a GPs registrados na mesma subárea temática. Do levantamento dos pesquisadores da subárea encontrou-se um total de 242 pesquisadores-doutores, abarcando um total de 1.619 projetos de pesquisa. Destes, foram eliminados 276 projetos por estarem incompletos ou serem anteriores à década de 1990, o que resultou num total de 1.343.

Esses pesquisadores apresentam o seguinte perfil de qualificação: 60% são doutores, 32% têm pós-doutorado, e 8% são livre-docentes. Mais da metade (139) titulou-se na década de 2000, 48 deles na década de 1990, e 31 nos últimos dois anos. A maior parte (66%) titulou-se em instituições nacionais, e 34% em instituições estrangeiras. A Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), respectivamente com 19% e 14% dos pesquisadores, foi responsável pela formação pós-graduada destes pesquisadores da subárea.³¹

A agregação das informações seguiu quatro etapas no processo de sistematização. Na primeira, foram levantados e reunidos todos os GPs, com a preocupação maior de traçar o perfil das temáticas do grupo. Para tanto, foi feito o registro da definição do grupo e da instituição principal dos líderes. Em seguida, foram realizadas leitura e avaliação dos argumentos descritivos do GP, o que levou a uma classificação de oito grandes temáticas e subtemáticas trabalhadas pelos 44 GPs (apêndice A, quadros A.1 a A.8). Numa terceira etapa de sistematização das informações dos GPs, destacaram-se informações sobre unidades analíticas e método adotados. Estas informações, contudo, apresentaram uma grande lacuna, pois nem sempre o enunciado do GP contempla tais dimensões. Por fim, os dados foram agregados num quadro sintético (apêndice A, quadro A.8) por temáticas e subtemas associados às instituições e regiões.

O levantamento dessas informações, nessas duas bases de dados, traz algumas possibilidades e limitações. Possibilita identificar pistas sobre redes e projetos de pesquisas na subárea, nos últimos anos, sua distribuição entre as instituições nacionais, especialmente as universitárias, no contexto mais recente. Entretanto, apresenta reconhecidas limitações decorrentes da imprecisão do preenchimento dos dados, já que projetos anteriores à criação da plataforma, no geral, deixaram de ser registrados, especialmente por pesquisadores mais seniores. Ademais, como a noção de desenvolvimento mobiliza inúmeras fronteiras disciplinares, parte desta produção pode estar registrada em outra subárea, como a das “sociologias específicas” ou a da “sociologia urbana” ou “rural”.

31. Em função da insuficiência de tempo, não foi possível realizar a análise detalhada dos dados levantados por temática. O desdobramento temático aqui apresentado refere-se, portanto, à base de dados dos GPs do CNPq.

Adota-se o ponto de partida dos GPs ou dos pesquisadores da sociologia que classificam seu trabalho na subárea temática do desenvolvimento, considerando que esta inclusão, antecipada pelo próprio pesquisador, reflete o seu entendimento sobre o objeto da sociologia do desenvolvimento, no momento.

Questões relativas às mudanças e transformações no Estado e na sociedade civil ou às classes e à estratificação social certamente foram registradas em outra subárea da sociologia política, ou da sociologia urbana, como movimentos sociais, classes e estratificação social. De todo modo, a desconexão destas questões, na perspectiva da subárea da sociologia do desenvolvimento, é reveladora de certa autonomização de campos de pesquisas e processos de fragmentação e especialização da disciplina, que se descola, gradativamente, da preocupação com as dimensões mais universalistas de um projeto de desenvolvimento nacional, refletindo, talvez, a incapacidade de a noção de desenvolvimento aglutinar e mobilizar a agenda das ciências sociais entre 1990 e 2000.

O resultado do levantamento realizado na Plataforma Lattes do CNPq permitiu observar a circulação da categoria “sociologia do desenvolvimento” em escopos científicos diversos, o que articula a sociologia, de um lado, ao mercado e, de outro, aos processos institucionais, na criação de convenções e ajustes entre atores, como uma perspectiva da ação coletiva.

Essa recomposição do objeto com seus subtemas explicita a pluralidade dos usos e apropriações diferenciadas da sociologia do desenvolvimento hoje, e revela, de alguma forma, o entendimento de parte da comunidade científica sobre a noção e o sentido do desenvolvimento como subcampo específico da sociologia.

O conjunto dos GPs foi organizado em torno de oito núcleos temáticos: desenvolvimento agrário ou local (21%); epistemologia e desenvolvimento (20%); instituições e regulação (18%); desenvolvimento e meio ambiente (11%); trabalho e desenvolvimento (11%); instituições de socialização (9%); ciência, tecnologia e inovação (5%); e organizações e mercado (5%). Ou seja, são oito temáticas (gráfico 1) que se distribuem fundamentalmente em instituições universitárias e públicas, sendo 66% de universidades federais e 25% de universidades estaduais (gráfico 2), com menor participação de grupos de pesquisa de universidades privadas (10%). Analisando-se a distribuição dos grupos por Grandes Regiões brasileiras (gráfico 3), observa-se que a maioria destes GPs (55%) concentra-se na região Sudeste, seguida pela região Sul, com 23%, enquanto a região Nordeste abarca 18% dos GPs, e a Centro-Oeste, com participação menor, 4%, o que corresponde apenas a GPs da Fundação Universidade de Brasília (UnB).

GRÁFICO 1
Distribuição temática dos grupos de pesquisa (GPs)
 (Em %)

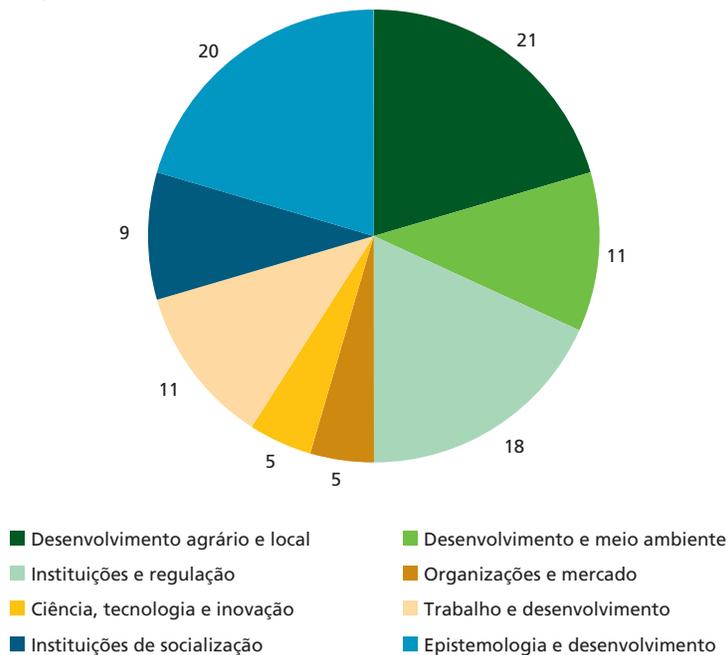


GRÁFICO 2
Classificação da natureza das instituições dos grupos de pesquisa (GPs)
 (Em %)

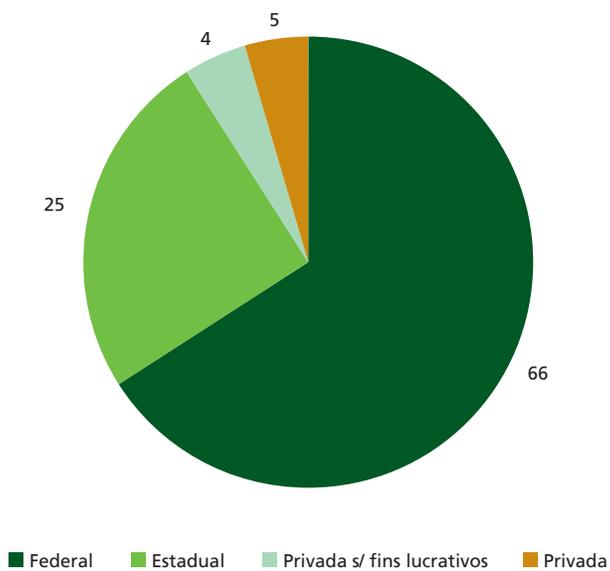
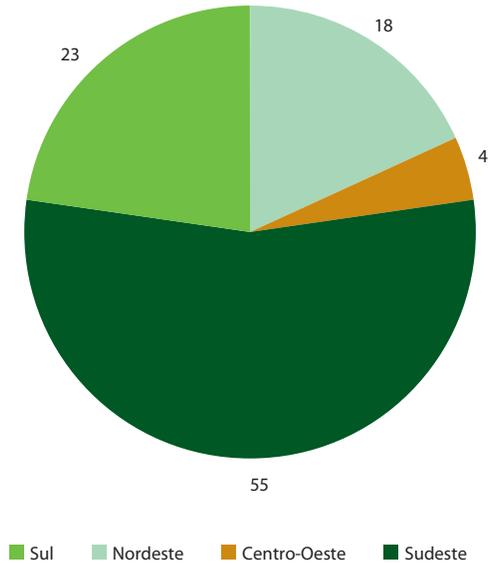


GRÁFICO 3
Distribuição geográfica (por região) dos grupos de pesquisa (GPs)
(Em %)



Aprofundando a distribuição dos grupos por Unidades da Federação (UFs), São Paulo é responsável por 23% de grupos de pesquisa dedicados à subárea da sociologia do desenvolvimento, seguido pelo Rio de Janeiro (18%) e Minas Gerais (11%). Na região Sul, as instituições do estado de Santa Catarina abarcam 14% dos GPs universitários nesta subárea localizados nesta região. A relação entre Grandes Regiões e UFs pode ser mais bem observada nos gráficos 4 e 5.

GRÁFICO 4
Distribuição geográfica dos grupos de pesquisa (GPs) por Unidade da Federação (UF)
 (Em %)

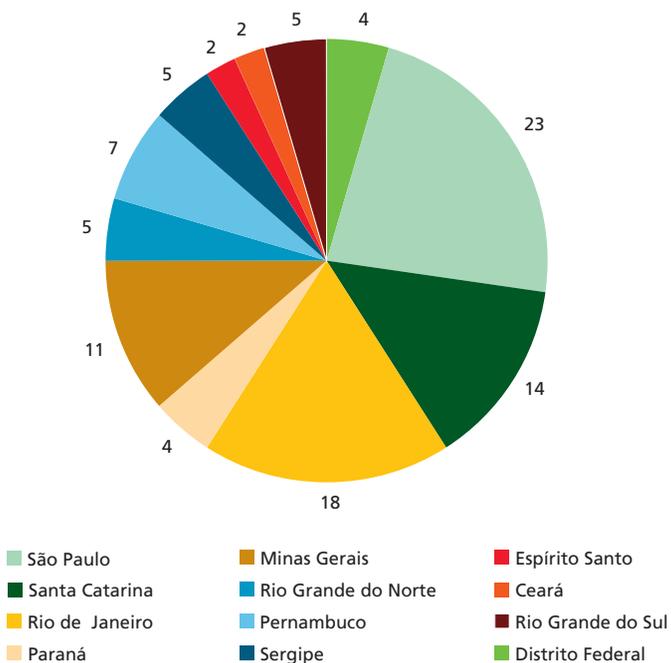
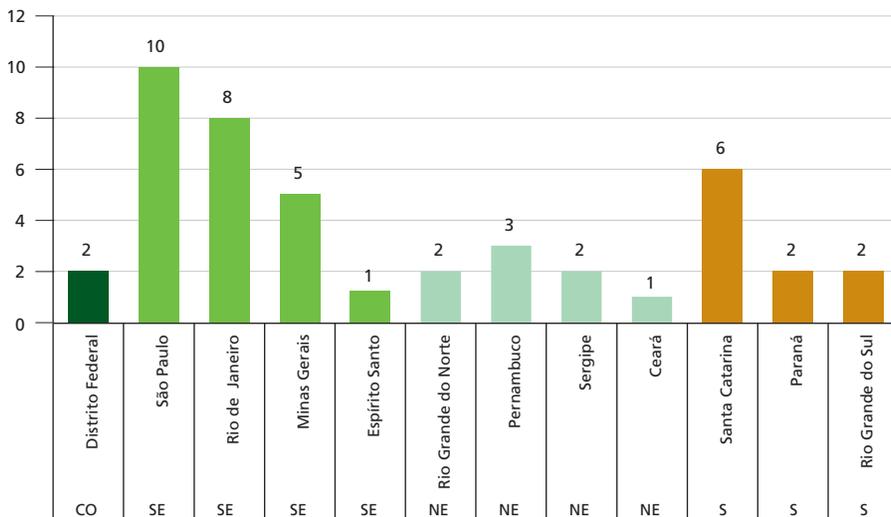


GRÁFICO 5
Distribuição dos grupos de pesquisa (GPs) por UFs e regiões



Esses oito núcleos temáticos subdividem-se em questões e problemáticas (apêndice) que contemplam uma perspectiva transversal e interdisciplinar na fronteira da sociologia com a economia, a ciência política e a antropologia. Organizam-se em torno de questões de caráter mais epistemológico, que exploram o jogo de interações entre a construção social do desenvolvimento, como resultado da sociabilidade dos atores em diferentes instâncias (mercado, organizações sociais e políticas públicas), e a regulação política do processo de desenvolvimento econômico e social, especialmente em relação aos arranjos entre atores sociais e políticos, públicos e privados, em processos de governança e pactuação de microgendas locais.

Cada tema combina e recombina um elenco de subtemas (apêndice, coluna 2 dos quadros A.1 ao A.6), orientado pela perspectiva do “ator” em processos de “integração social” e/ou regional pela via do mercado, ou por instituições de socialização, como a família, a escola e as políticas públicas voltadas para a capacitação dos agentes sociais e públicos.

A ação e a sociabilidade dos atores sociais estão diretamente atreladas às formas de regulação microsociais, entre o mercado e a sociedade, por meio da rede de atores em diferentes escalas territoriais. Estes territórios referem-se mais às realidades rurais e, em sua grande maioria, à agricultura familiar ou aos assentamentos da reforma agrária. No contexto agrário, os temas gravitam em torno do mercado, dos processos de ruralidade e identidades de comunidades tradicionais, mas também contemplam arranjos de governança. No contexto das cidades, predominam os processos de governança urbana ou local, participação ou descentralização de políticas ou problemas vinculados a riscos, violência e segurança pública, e as temáticas que se referem à implementação de políticas públicas descentralizadas.

As conexões e passagens entre esses âmbitos acompanham um deslocamento da ação coletiva com base no ator estratégico e na capacitação destes agentes segundo “oportunidades”. Esta reorientação da emancipação social, dissociada das tensões inerentes à dinâmica dos mercados de trabalho e dos princípios redistributivos, expressa também limitações das políticas de transferência de renda pela “porta da oferta”, dificultando observar a relação entre estas políticas e a estrutura de poder intrínsecas às contradições e tensões dos mercados, do consumo e do sistema produtivo, e às condições de reprodução da cidadania.

O levantamento e a análise dos objetos que constituem o campo da produção sociológica autoclassificada como “sociologia do desenvolvimento” nos GPs do CNPq colocaram em evidência que a abordagem histórico-estrutural não se constitui na referência central para aqueles que se autoclassificam nesta subárea do desenvolvimento, especialmente nos grupos de pesquisa constituídos nos anos 2000.

Parte dos GPs levantados, especialmente aqueles associados a esforços mais analíticos e maduros agregados na temática da “epistemologia do desenvolvimento”, exploram problemáticas teórico-metodológicas mais amplas, observando a passagem e as relações entre os universos microssociais e macrossociais, com base na ideia de “processos”, movimentos de reconversão produtiva, além da dimensão das desigualdades sociais no campo dos estudos do trabalho.

A profunda transformação da sociedade, especialmente a partir dos anos 1990, provocou um realinhamento de teses e opções de pesquisa, privilegiando a transversalidade na análise dos processos sociais. Da utopia do desenvolvimento como projeto nacional, encaminhado com base num pacto entre o Estado nacional, o empresariado e os trabalhadores assalariados urbanos, passou-se a uma concepção do desenvolvimento reorientada para um paradigma de desenvolvimento endógeno, local, que é acompanhado de dois processos regulatórios de natureza e sentidos diversos: *i*) os dispositivos da reforma do Estado inerentes ao diagnóstico conservador da governabilidade de inspiração neoliberal, em favor do mercado; e *ii*) o processo nacional de desconcentração do Estado nacional em favor de maior democratização do poder, com o reconhecimento das instâncias locais como aquelas mais apropriadas para o estabelecimento de mecanismos de integração da cidadania com o Estado nos espaços territorializados.

Enquanto os estudos da década de 1960 e 1970 preocupavam-se com a tensão entre as classes, as limitações de assimilação e a mobilidade das famílias – questionando as relações de dominação e dependência do país na ordem mundial, de uma perspectiva histórica e macroestrutural, e observando os dilemas da integração social pela segmentação do mercado de trabalho e do sistema de proteção restrito aos trabalhadores assalariados urbanos –, os GPs registrados na plataforma do CNPq, especialmente nos anos 2000, revelam uma reorientação desta perspectiva, enfatizando, agora, os atores sociais (agricultura familiar, movimentos sociais e agentes públicos) e sua atuação sobre o mercado, explorando a interface de uma sociologia econômica, ou da sociologia das organizações ou convenções, assentadas no paradigma de desenvolvimento local e arranjo dos agentes e atores em acordos parciais.

A perspectiva da mudança social inerente ao processo de modernização urbano-industrial – que envolveu análises críticas sobre a heterogeneidade do mercado de trabalho e as lutas urbanas por cidadania – contempla agora, fundamentalmente, as possibilidades de mobilização e integração do mundo rural e do desenvolvimento agrário e/ou local (urbano e rural). Ou, ainda, focaliza um empreendedorismo urbano e rural das classes populares de rendas mais baixas como matriz de um desenvolvimento endógeno, com base em dois paradigmas centrais: *i*) um paradigma institucional, dos arranjos entre atores pela via da governança, da dinâmica organizacional e da implementação de políticas descentralizadas;

e *ii*) outro de caráter solidarista, que busca romper com o determinismo das categorias econômicas sobre a construção das relações sociais, para observar as trocas econômicas como resultado dos processos de sociabilidade dos agentes.

Pode-se destacar algumas agências de socialização nesses estudos: a *família* e a *escola* ou a educação, a *empresa* e as *políticas públicas*, bem como as *comunidades territoriais* tradicionais, que aparecem como matrizes da integração social, condição e oportunidade de mobilidade dos agentes diante dos mercados, como no caso da agricultura familiar ou das políticas públicas voltadas para a inserção produtiva e para o reconhecimento da cidadania.

Grande parte dos estudos apoia-se em análises sobre o mercado e consumo, mobilização e integração das famílias e agentes econômicos e (ou) políticos, considerando as teses relativas à economia popular, à economia solidária e às categorias intermediárias do capital social e das redes sociais como “ativos econômicos”. Os estudos sobre saúde integram a perspectiva do meio ambiente e da sustentabilidade, problematizando as tensões entre natureza, sociedade e política, especialmente da perspectiva da qualidade e sustentabilidade do desenvolvimento.

O peso dado à “cultura” e ao “capital social” integra-se à dinâmica do desenvolvimento econômico e social por duas vias. De um lado, pela potencialidade da “cultura” como fomento ao mercado, observando-se como elementos da cultura local e tradicional podem ser mobilizados para projetos de desenvolvimento urbano (econômico e social) diante da crise das sociedades fordistas. Como Kliksberg (2001, p. 107) ressalta da fala de Enrique Iglesias em conferência na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO):

há múltiplos aspectos da cultura de cada povo que podem favorecer seu desenvolvimento econômico e social; é preciso descobri-los, potencializá-los, e apoiar-se neles, e fazer isto com seriedade significa rever a agenda do desenvolvimento de modo que resulte, posteriormente, mais eficaz, porque tomará em conta potencialidades da realidade que são de sua essência e que, até agora, foram ignoradas (Iglesias, 1997).

De outro lado, especialmente aqueles que integram a subtemática do “desenvolvimento e meio ambiente” analisam como as comunidades tradicionais podem ter seus direitos preservados e garantir autenticidade e autonomia cultural na preservação do meio ambiente, no processo de sua integração a um modelo de desenvolvimento econômico e social. Desta perspectiva, processos de diferenciação sociocultural e política mobilizam estudos relativos a povos e comunidades territoriais tradicionais. No conjunto destes estudos, permanece, no entanto, a questão subjacente de saber até que ponto o paradigma multicultural, o do solidarismo ou o institucional possibilitam explicitar e identificar relações de poder e imaginar formas de transformá-las em relações de autoridade partilhada.

Esses paradigmas, orientados exclusivamente pela ação dos indivíduos, assentam-se na perspectiva liberal do sujeito “empoderado” – o “pobre” –, como condição de autonomia, e não se referem às condições determinantes da pobreza. Eles têm influenciado a concepção das políticas sociais contemporâneas, com base nos paradigmas do capital humano, do capital social e da *local governance*, que operam o “mito” do desenvolvimento exclusivamente pela capacitação dos “pobres” na luta para a superação de sua própria condição de pobreza.

Essa tese traz uma tautologia implícita: converte a inserção individual dos pobres no mercado (como produtores e consumidores) em “virtude emancipatória”. Reorienta os precários bens disponíveis das famílias populares (casa, terra e trabalho) em “ativos” e “bens de capital” do empreendimento, orientados para superar sua condição de vulnerabilidade social e de pobreza que se produz na dinâmica assimétrica e segmentada do mercado de trabalho.

Segundo o Banco Mundial, à mobilização desses “ativos” (propriedades), que, em realidade, se constituem recursos de sobrevivência dos trabalhadores do setor informal, agregam-se outros “capitais” sociais e culturais, segundo Moser (1996), como a solidariedade familiar e as redes comunicativas, consideradas como “oportunidades” no encaminhamento das soluções para as condições de pobreza. Ou seja, as formas de resistência dos trabalhadores autônomos da economia informal são ressignificadas como “virtudes do mercado”.

A estratégia orientada para a microeconomia é a via liberal para os “pobres viáveis”, aqueles com possibilidade de se transformarem em “cidadãos empreendedores e consumidores” pela via de integração ao mercado. Sem desconhecer a potencialidade dos empreendimentos solidários e da microeconomia no fomento ao mercado interno e mesmo na superação de situações de pobreza, a tese da auto-organização estratégica do setor popular ativo transforma “os pobres viáveis”, aqueles inseridos no mercado, em agentes financeiros e consumidores no âmbito local, pelo acesso ao crédito e ao consumo, assumindo também os riscos do endividamento no médio prazo.

Portanto, a mobilização das variáveis sociais e culturais como fontes exclusivas de desenvolvimento pode ocultar o caráter conflitual do mercado em favor do “mito” das “virtudes” do mercado e da “cooperação”, reorientando a sociabilidade do setor popular como “bens” do mercado, ou transformando quaisquer tipos de “inserção” em supostas virtudes da integração social via mercados.

Em síntese, a “nova” sociologia do desenvolvimento, na forma como se expressa nas temáticas e objetos dos GPs da plataforma do CNPq, traduz-se em objetos muito diversos (sociologia política, sociologia do mercado, microeconomia, sociologia das organizações, do terceiro setor etc.) e em correntes teóricas muito heterogêneas, apoiando-se também em modelos muito diferentes.

Tal opção leva a operar algumas descentralizações em relação às teses originais da nova sociologia do desenvolvimento. Do ponto de vista *cronológico*, pode-se admitir uma renovação da noção de desenvolvimento nos anos 2000, que se afasta das teses do desenvolvimento e de suas críticas, fundadoras da sociologia do desenvolvimento e da modernização das sociedades latino-americanas, nas décadas de 1960 e 1970. O mundo rural não é entendido como um mundo à parte, mas integrado e mobilizado por uma microeconomia, sustentada em cadeias produtivas articuladas também à agricultura familiar. Ele compreende dimensões da inovação e novas tecnologias que teorizam sobre a relação entre natureza, sociedade, economia e cultura, da perspectiva da sustentabilidade. Processos de difusão, antes considerados a partir das cidades, referem-se, hoje, a processos de produção e reconversão produtivas próprias do mundo rural.

No entanto, permanecem os riscos inerentes às formas de integração desses agentes como sujeitos do consumo e as limitações de um grande contingente de famílias integradas em economias de subsistência, apenas parcialmente protegidas, com base em políticas de transferência de renda e nos limites da subsistência.

Em termos de *concepção lógica*, a questão do desenvolvimento, antes nor-teada em torno da ação do Estado nacional como grande agente racionalizador do processo da modernização, é reorientada hoje sob a hegemonia do mercado. A questão da integração social e das lutas por cidadania contemplava aspectos referentes a mercados de trabalho segmentados e a limitações em relação aos direitos da cidadania. A discussão atual faz uma disjunção entre trabalho e capital e entre pobreza e trabalho. E a questão da cidadania é encaminhada prioritariamente com base na aplicação massiva de transferências monetárias de renda pelos governos a um amplo contingente da população, articulada diretamente ao governo pelos benefícios de políticas e programas sociais, e não como resultado da inclusão produtiva qualificada destas famílias no mercado de trabalho.

A abordagem, em termos dos atores, induz à indagação sobre a *natureza* deste ator. Ela pode variar segundo a dimensão de gênero e de geração dos indivíduos e pessoas (homens e mulheres; jovens e idosos), bem como do tipo de organizações ou outras formas de associações, e até mesmo de famílias. Por outro lado, é importante considerar os *recursos* de que estes atores dispõem e que mobilizam nas suas trocas mercantis, elementos difíceis de apreender na base de dados trabalhada. Eles correspondem tanto a *constrangimentos* ou limitações resultantes de assimetrias do ator em um sistema de relações sociais, como às deficiências no acesso a tecnologias e na qualidade das políticas de educação e saúde, constrangedoras de oportunidades ou mesmo responsáveis por problemas resultantes das fragilidades acumuladas nas suas trajetórias sociais nos ciclos reprodutivos da família.

Ademais, o padrão da distribuição não é linear, com diferenças de impacto por regiões e estratos de renda, condicionadas pela configuração do mercado de trabalho e pela dinâmica das atividades produtivas. Por fim, indaga-se também sobre a grandeza dos fenômenos estudados, o que pressupõe estabelecer dimensões que articulem necessariamente processos sociodemográficos mais amplos.

Por fim, é necessário observar as antinomias e contradições entre os ativos e o mercado de trabalho, bem como a qualidade de inserção neste mercado, o que supõe pactuar direitos à proteção e à reprodução que ultrapassem as iniciativas individuais, supondo pactos mais coletivos e um papel ativo do Estado do ponto de vista do exercício da justiça redistributiva, num país com elevado grau de desigualdades sociais e de renda. Só assim os processos de mobilidade social podem ultrapassar o tratamento de políticas sociais e o estágio das necessidades dos estratos mais baixos da pirâmide de renda, integrados como efeito da aplicação de políticas sociais assistenciais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira A. **O ISEB e o desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas. Disponível em: <<http://goo.gl/PXsaoK>>. Acesso em: 10 abr. 2012.
- BAAS, Stephan. Participatory institutional development. *In*: CONFERENCE ON SUSTAINABLE AGRICULTURE AND SAND CONTROL IN GANSU DESERT AREA, 1997, Pequim. **Anais...** Pequim: FAO, 1997.
- BARBA C. *et al.* Research horizons: poverty in Latin America. *In*: OYEN, E. **The polyscopie landscape of poverty research**: state of art in international poverty research. Bergen: CROP/ISSC, Apr. 2005. 182p. Disponível em: <<http://goo.gl/1IQJkZ>>.
- BOSCHI, Renato. Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador. **Dados**, Rio de Janeiro, IUPERJ, v. 42, n. 4, p. 655-690, 1999. Disponível em: <<http://goo.gl/76xMiz>>.
- BOSCHI, Renato; GAITÁN, Flávio. Intervencionismo estatal e políticas de desenvolvimento na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 13, n. 53, p. 305-322, maio-ago. 2008.
- BRASIL; MDS – MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Desenvolvimento territorial**. [s.d.]. Disponível em: <<http://goo.gl/D1RALN>>.
- BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido. **Dados**, Rio de Janeiro, IUPERJ, v. 47, n. 1, p. 49-84, 2004.

BULLEN, Paul; ONIX, Jenny. **Measuring social capital in five communities in NSW**. Sydney: University of Technology; CACOM, 1998. (Working Paper series, n. 41).

CAPUTO, Sara. Sobre el concepto de pobreza. **Observatório social**, Buenos Aires, n. 7, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CARVALHO, Inaiá Maria M. Urbanização, mercado de trabalho e pauperização no Nordeste brasileiro: uma resenha dos estudos recentes. **Boletim informativo e bibliográfico de ciências sociais**, São Paulo, n. 22, p. 3-25, 2º sem., 1986.

_____. Família e pobreza. In: SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Pobreza e desigualdades sociais**. Salvador: 2003. p. 117-134. (Série estudos e pesquisas, 63).

CARVALHO, Inaiá Maria M.; SOUZA, Guaraci A. A produção não-capitalista no desenvolvimento em Salvador. In: FARIAS, Vilmar; SOUZA, Guaraci A. **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980.

CARVALHO, Maria do Carmo B. de. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, S. N. (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 1994. p. 93-108.

CASTEL, R. **Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat**. Paris: Fayard, 1995.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Panorama social da América Latina 2010**. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/whbCgN>>. Acesso em: 23 maio 2011.

CHESNAIS, François. Crise financière: quelques détours par la théorie. **Savoir/Agir**, [s.l.], n.4, 2008. Disponível em: <<http://goo.gl/xutQjH>>. Acesso em: 14 nov. 2008.

COELHO, Magda; VALLADARES, Lícia. Pobreza e mercado de trabalho: uma análise bibliográfica. **Boletim informativo e bibliográfico de ciências sociais**, São Paulo, n. 14, p. 5-27, 1982.

COLEMAN, James. **Foundations of social theory**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990.

DELCOURT, Laurent. Retour de l'État: pour quelles politiques sociales? **Alternatives Sud**, Louvain-la Neuve, v.16, p. 7-36, 2009.

DINIZ, Eli. **Crise, reforma do Estado e governabilidade**: Brasil, 1985-95. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume Dumará, 1995.

DRAIBE, Sônia. Um esforço de proteção à família: contribuição à reforma dos programas de assistência social no Brasil. *In*: KALOUSTIAN, S. N. (Org.) **Família brasileira**: a base de tudo. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 1994. p. 109-130p.

DURAND, José Carlos Garcia (Org.). **Sociologia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. (Textos básicos de ciências sociais).

EGUIA, Amália. Pobreza e reproducción familiar: propuesta de un enfoque para su estudio. **Caderno CRH**: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA, Salvador, n. 40, v. 17, p. 79-92, jan.-abr. 2004.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **The three worlds of welfare capitalism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

FERREIRA, Marcelo. Associativismo e contato político nas regiões metropolitanas do Brasil: 1988-1996 – revisitando o problema da participação. **RBCS**, São Paulo, ANPOCS, v. 14, n. 41, out. 1999. Disponível em: <<http://goo.gl/QjedTv>>.

FGV – FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Jucelino Kubtscheck**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, [s.d.]. Disponível em: <<http://goo.gl/SYNRU0>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

FLEURY, S. Política social, exclusión y equidad en America Latina en los 90. **Nueva sociedad**, Caracas, n. 156, jul./ago., p. 72-94, 1998.

FRANÇOIS, Pierre. **Sociologie des marchés**. Paris: Armand Colin, 2008. (Collection U sociologie).

FRAZER, Nancy. **Justice interruptus**: critical reflections on the 'post-socialist' condition. New York: Routledge, 1997.

GÉGUEN, Haud; MALOCHET, Guillaume. **Les théories de la reconnaissance**. Paris: La Découverte, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **A força da periferia**: a luta das mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. Cidade, ONGs e ações coletivas: novas parcerias, atores e práticas civis. **Revista São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 33-44, 1995.

- _____. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA, Salvador, v. 21, n. 54, p. 438-455, set.-dez. 2008.
- GRANOVETTER, Marc. The strength of weak ties. **American journal of sociology**, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.
- _____. Economic action and social structure: the problem of Embeddedness. **American journal of sociology**, Chicago, v. 91, n. 3, p. 481-510, nov. 1985.
- HEINTZ, Peter. Tipos de sistemas de hipóteses e a sociologia do desenvolvimento econômico e social. (Tradução de Amauri Mário Tonucci). In: DURAND, José Carlos Garcia (Org.). **Sociologia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 107-120. (Textos básicos de ciências sociais).
- HINKELAMMERT, F. **Ensayos**. La Habana (Cuba): Ed. Caminos, 1999.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, [1936] 1996.
- HONNETH, Axel. **La lutte pour la reconnaissance**. Paris: Le Cerf, [1992] 2002.
- IANNI, Otávio. **Língua e sociedade**. Campinas: Instituto de Filosofias e Ciências Humanas, v. 84, abr. 1999.
- _____. A sociologia numa época de globalismo. In: FERREIRA Leila da C. (Org.). **A sociologia no horizonte do século XXI**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. p. 13-25.
- IGLESIAS, Enrique V. Cultura, educación y desarrollo. In: EXPOSIÇÃO NA ASSEMBLÉIA-GERAL DA UNESCO, 1997, Paris. **Anais...** Paris: Unesco, 1997.
- IVO, Anete B. L. **Pesca, tradição e dependência**: um estudo dos mecanismos de sobrevivência de uma atividade “tradicional” na área urbano-industrial de Salvador. 1975. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.
- _____. Uma racionalidade constringida: uma experiência de governança urbana em Salvador. **Caderno CRH**: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA, Salvador, n. 26-27, p. 107-145, 1997.
- _____. L'expérience de gouvernance urbaine à Salvador de Bahia au Brésil. **Les Annales de la Recherche Urbaine**. Paris: Ministère de l'Équipement, des Transports et du Logement, n. 80-81, p. 55-63, dec. 1998.
- _____. **Metamorfoses da questão democrática**: governabilidade e pobreza. Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2001.

_____. A reconversão do social: dilemas da redistribuição no tratamento focalizado. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, SEADE, n. 2, v. 18, p. 57-67, abr.-jun, 2004a. Disponível em: <<http://goo.gl/ar5YSd>>.

_____. *A urban governance* e as políticas sociais: entre consentimento e emancipação. In: ZICCARDI, A. (Org.). **Participación ciudadana y políticas sociales en el ámbito local**. México: UNAM/IIS/INDS/Consejo Mexicano de Ciencias Sociales, 2004b. p. 77-104.

_____. (Org.). Regimes de bem-estar na América Latina. **Caderno CRH**: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA, Salvador, n. 50, v. 20, p. 189-196, maio-ago. 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/yYO2KN>>.

_____. **Viver por um fio**: pobreza e políticas sociais. São Paulo: Annablume; Salvador: CRH, 2008.

_____. Bolsa família: caminhos da coesão social ou segmentação da pobreza? In: BARBA, Carlos; COHEN, Nestor (Org.). **Perspectivas críticas sobre la cohesión social**. Buenos Aires: CLACSO, 2011. p. 171-194. Disponível em: <<http://goo.gl/Sa8qnc>>.

_____. O paradigma do desenvolvimento, do mito fundador ao novo desenvolvimento. **Caderno CRH**: caderno do Centro de Recursos Humanos da UFBA, Salvador, v. 25, n. 66, p. 187-210, maio-ago. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/y6NGAU>>.

IVO, Anete B.; LANIADO, Ruthy N. The brazilian approach to crisis: growth recovery, basic social income, and a wide social pact. In: SCHUERKENS, Ulrike (Ed.). **Socio-economic outcomes of the global financial crisis**. New York; London: Routledge, 2012. p. 210-238.

IVO, Anete B. L.; SCHERER-WARREN, Ilse. Pobreza, dádiva e cidadania: introdução. **Caderno CRH**: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA, Salvador, v. 17, n. 40, p. 11-16, 2004.

JACOBI, P. **Movimentos sociais e políticas públicas**: demandas por saneamento e saúde. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

JACOME, Iram *et al.* Velhos e novos operários da indústria automobilística: comparações entre o ABC paulista e o Sul Fluminense. **Caderno CRH**: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA, Salvador, v. 19, n. 46, p. 75-85, jan.-abr. 2006.

JELIN, Elizabeth. Formas de organização da atividade econômica e estrutura ocupacional: o caso de Salvador. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 9, p. 51-79, 1974.

- JOSEPH, J. **Democracy's social capital: civil society in a new era**. Pretoria: Adress, 1998.
- KLIKSBERG, Bernardo. **Falências e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez, 2001.
- KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- LANDIM, Leilah. Notas em torno do terceiro setor e outras expressões estratégicas. **O social em questão**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 61-98, jul.-dez. 1999.
- LAUTIER, Bruno. Les malheureux sont les puissants de la terre... (représentations et régulations étatiques de la pauvreté en Amérique Latine). **Revue tiers monde**, Paris, v. 36, n. 142, p. 383-409, avr.-juin, 1995.
- _____. Les politiques sociales en Amérique Latine: propositions de méthode pour analyser en éclatement en cours. **Cahiers des Amériques Latines**, Paris, n. 30, p. 19-44, 1999. (IHEAL Editions).
- LE GALÈS, Patrick. Du gouvernement des villes à la gouvernance urbaine. **Revue française de science politique**, Paris, n. 45, p. 57-94, 1995.
- LEBAUSPIN, Ivo. Por uma nova concepção de desenvolvimento. **Le monde diplomatique**, Paris, n. 40, nov. 2010.
- LEBORGNE, Danielle; LIPIETZ, Alan. Two social strategies in the production of new industrial spaces. *In*: BENKO, G; DUNFORD, M. (Ed.) **Industrial change and regional development**. London: Pinter Publisher-Belhaven Press, 1991a.
- _____. L'après-fordisme: idées fausses et questions ouvertes. **Espaces et sociétés**, Paris, n. 66, 1991b. (Couverture orange CEPREMAP, 9103, 1990).
- LENOIR, Daniel. L'exclusion face au droit. *In*: PAUGAM, S. **L'Exclusion: état de savoir**. Paris: La Découverte, 1996. p. 78-87.
- LEÓN, J. Gómez; PARKER, S. Bienestar y jefatura femenina en los hogares mexicanos. *In*: LOPEZ, Ma. de la Paz; SALLES, Vânia (Org.) **Familia, género y pobreza**. México: Grupo Interdisciplinario sobre Mujer, Trabajo y Pobreza, 2000.
- LOPEZ, Maria de la Paz; SALLES, Vânia (Org.). **Familia, género y pobreza**. México: Grupo Interdisciplinario sobre Mujer, Trabajo y Pobreza, 2000.
- MACHADO DA SILVA, L. **Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade**. 1971. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1971.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. *In*: _____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MOORE JR., B. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MOSER, Caroline. **Confronting crises**: a summary of household responses to poverty and vulnerability in four poor urban Communities. Washington: World Bank, 1996. (ESD studies and monographs series, n. 7).

NERI, Marcelo (Coord.). **A nova classe média**: o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/RRiKw>>. Acesso em: 07 set. 2011.

NUN, José. **Marginalidad y exclusión social**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: ENAP, 1997.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia brasileira**: crítica à razão dualista. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, [1972] 1976. p. 7-78 (Seções CEBRAP).

_____. A derrota da vitória. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 50, p. 13-21, mar. 1998.

PAUGAM, Serge. **La disqualification sociale**. Essai sur la nouvelle pauvreté. Paris: Presses Universitaires de France/ Quadrige, 1991.

_____. **L'Exclusion**: état de savoir. Paris: La Découverte, 1996. p. 78-87.

PERROUX, François. In: DURAND, José Carlos Garcia (Org.). **Sociologia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. (Textos Básicos de Ciências Sociais).

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do desenvolvimento para a erradicação da pobreza**. Lisboa: Trinova Editora, 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Revista dos tribunais, 1933.

_____. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRANDI, R. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo: Símbolo, 1978.

PRÉTECEILLE, Edmond. Inégalités urbaines, gouvernance, domination? Réflexions sur l'agglomération parisienne. In: BALME, R. *et al.* **Les nouvelles politiques locales**: dynamiques de l'action publique. Paris: Presses de Sciences Po, 1999. p. 57-76.

PRIETO, Mayra P. Espina. **Desarrollo, desigualdad y políticas sociales**: acercamientos desde uma perspectiva compleja. La Habana: Publicaciones Acuario, 2010.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, [1994] 1996.

QUADROS, Waldir. Brasil: país de classe média? **Le monde diplomatique**, Paris, v. 4, n. 40, nov. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/HJacXw>>. Acesso em: 13 jun. 2011.

RAMALHO, José Ricardo. Novas conjunturas industriais e participação local em estratégias de desenvolvimento. **Dados**: revista de ciências sociais, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 147-178, 2005.

_____; SANTANA, Marco Aurélio (Org.). **Além da fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____; JACOME, Iram. Sindicato, crise econômica e estratégias regionais: novas dimensões da participação política no ABC Paulista. **Caderno CRH**: revista do Centro de Recursos Humanos, Salvador, v. 23, n. 59, p. 339-351, 2010.

RICÚPERO, Bernardo. Caio Prado e o lugar do Brasil no mundo. *In*: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília M. (Org.). **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 224-239.

RIO+20: o futuro que nós queremos. Disponível em: <<http://www.ofuturoquenosqueremos.org.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2012.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Desenvolvimento**: incluído, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SALAMA, Pierre; VALIER, J. Mesures des pauvretés et de l'appauvrissement. **Revue tiers monde**, Paris, v. 36, n. 142, avr.-juin., 1995.

_____. Argentina, Brasil e México diante da crise internacional. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 23, n. 65, p. 27-48, 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/s0mO82>>. Acesso em: 04 jul. 2011.

SCHINN, Terry. Formes de division du travail scientifique et convergence intellectuelle: la recherche tecnico-instrumentale. **Revue française de sociologie**, Paris, v. 41, n. 3, p. 447-473, 2000.

SHEREN-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. A problemática da pobreza na construção de um movimento cidadão. **Revista política e sociedade**, Florianópolis, n. 3, 2003. (Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política).

_____. *et al.* **Cidadania e multiculturalismo**: a teoria social no Brasil contemporâneo. Lisboa/Florianópolis: Socius/Edufsc, 2000.

SINGER, P. A economia urbana de um ponto de vista estrutural: o caso de Salvador. *In*: SOUZA, G. A.; FARIA, V. **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis: Vozes, 1980. (Cadernos CEBRAP, n. 34).

SOJO, Ana; UTHOFF, Andras. **Cohesion social em América Latina y El Caribe**: una revisión perentoria de algunas de sus dimensiones. Santiago de Chile: CEPAL, 2007.

SOUTO DE OLIVEIRA, Jane; PRADO, R. P. O biscateiro como uma categoria de trabalho: uma análise antropológica. *In*: IPEA/IPLAN. **Sistemas de informação para políticas de emprego**. Brasília: 1975. p. 329-368.

SOUZA, Guaraci A. A. Implicações sociais dos novos padrões de reprodução demográfica na Bahia. **Caderno CRH**: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA, Salvador, v. 18, n. 43, p. 71-86, jan.-abr. 2005.

_____.; FARIA, Vilmar. (Org.) **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis: Vozes, 1980. (Cadernos CEBRAP, n.34).

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

_____. Uma nova classe social. **Le monde diplomatique Brasil**, Paris, v. 4, n. 40, nov. 2010. (Entrevista concedida a Silvio Caccia Bava). Disponível em: <<http://goo.gl/9vPB4z>>. Acesso em: 13 jun. 2011.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Sete teses equivocadas sobre a América Latina. (Tradução de José Carlos Garcia Durand). *In*: DURAND, José Carlos Garcia (Org.). **Sociologia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 121-136. (Textos básicos de ciências sociais).

TEIXEIRA, Elenaldo C. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Recife: Equip, 2001.

TIRONI, Eugenio; SORJ, Bernardo. Cohesión social en América Latina: un marco de investigación. **Pensamiento iberoamericano**, Madrid, n. 1, p. 105-127, 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/GOzZO1>>. Acesso em: 09 fev. 2009.

THOMAS, Hélène. **Les exclus**. Paris: PUF, 1999.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VIANNA, Maria Lúcia. T. Werneck. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil**: estratégias de bem-estar e políticas públicas. Rio de Janeiro: Revan, UCAM/IUPERJ, 2000.

VILLAS BOAS, Gláucia. **Mudança provocada**: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, out. 2000.

WEGNE, Robert. Caminhos de Sérgio Buarque de Holanda. *In*: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília M. (Org.). **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 210-225p.

WORLD BANK. **Gouvernance and development**. Washington: World Bank, 1992.

ZARIFIAN, Philippe. Uma crise inédita do capitalismo, tanto em suas características quanto em sua gravidade: análise e perspectivas. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 23, n. 65, p. 7-26, 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/jNT6Pr>>. Acesso em: 04 jul. 2011.

ZICCARDI, Alícia (Org.). **La tarea de gobernar**: gobiernos locales y demandas ciudadanas. México, UNAM/Miguel Porrúa, 1995.

_____. (Org.). **Participación ciudadana y políticas sociales en el ámbito local**. México: UNAM/IIS-INDS/Consejo Mexicano de Ciencias Sociales, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARAN, Paul. **A economia política do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

BERNAL, John Desmond. **Science in history**. London: Watts, 1954.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília M. (Org.). **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DELGADO, Guilherme; THEODORO, Mário. Desenvolvimento e política social. *In*: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2005. p. 409-435.

ECHEVARRIA, José Medina. As relações entre as instituições sociais e as econômicas: um modelo teórico para a América Latina. (Tradução de José Carlos Garcia Durand). *In*: DURAND, José Carlos Garcia (Org.). **Sociologia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 73-106. (Textos básicos de ciências sociais).

HOSELITZ, Bert. Sociologia do desenvolvimento. *In*: DURAND, José Carlos Garcia *et al.* (Org.). **Sociologia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. 136 p. (Textos básicos de ciências sociais).

JELIN, Elizabeth. A baiana na força de trabalho: atividade doméstica, produção simples e trabalho assalariado em Salvador. *In*: SOUZA, G. A. A. de; FARIAS, V. (Orgs.). **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis: Vozes, 1980. (Cadernos CEBRAP, n.34).

LOPES, José Sergio *et al.* (Org.) **Mudança social no Nordeste**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARTINS, Paulo Henrique. As redes sociais, o sistema da dívida e o paradoxo sociológico. **Caderno CRH**: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA, Salvador, v. 17, n. 40, p. 33-49, jan.-abr. 2004.

MELLO, Marcos André. Ingovernabilidade: desagregando o argumento. *In*: VALLADARES, Lícia; COELHO, Magda (Org.). **Governabilidade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 23-48.

NUN, José. Superpopulación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. **Revista latinoamericana de sociología**, México, v. 5, n. 2, p. 178-236, 1969.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

STREN, Richard. Investigaciones sobre gobierno urbano en el mundo en desarrollo: hacia un nuevo enfoque del conocimiento comparativo operacional. *In*: RODRIGUEZ, A; WINCHESTER, L. (Eds.) **Ciudades y gobernabilidad en America Latina**. Santiago do Chile: SUR, 1997.

THOMAS, Hélène. **La production des exclusion. Politiques sociales et processus de désocialisation socio-politique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

VALLADARES, Licia. Cem anos repensando a pobreza (urbana) no Brasil. *In*: BOSCHI, R. (Org.) **Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991. p. 81-112

ZICCARDI, Alícia. (Org.) **Pobreza, desigualdad social y ciudadanía: los limites de las políticas sociales en America Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

APÊNDICE

APÊNDICE A

QUADRO A.1

Desenvolvimento agrário e local

| Temática | Subtemas | Atores ou unidades analíticas | Método | Instituição |
|--|--|--|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento rural agrário ou local (5) • Desenvolvimento agrário e meio ambiente • Estudos rurais e urbanos • Ruralidades e meio ambiente • Sociologia do desenvolvimento <p>Nº de grupos: 9 Nº de pesquisadores: 107 Nº de estudantes: 92</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Agricultura familiar (4) • Assentamentos rurais • Associativismo • Comunidades tradicionais (2) • Conhecimento • Economia solidária • Educação (2) • Estudo local • Exclusão social • Gestão territorial • Histórias de vida • Mares • Meio ambiente (4) • Metodologia • Modernização tecnológica • Mundo rural • Narrativas do desenvolvimento • Negócios rurais • Novos agentes locais • Participação de atores em redes • Políticas públicas (3) • Reforma agrária • Regional • Renda • Ruralidades (2) • Segurança alimentar • Sustentabilidade (2) • Tecnologia • Tecnologias sociais • Transformações sociais | <ul style="list-style-type: none"> • Agentes gestores • Agricultores familiares (2) • Assentamentos de RA • Associações • Comunidades tradicionais (2) • Ensino do método • Mercado • Movimentos sociais • Novos agentes locais • Políticas públicas (3) • Regional | <ul style="list-style-type: none"> • Economia solidária • Estudos qualitativos • Estudos regionais • História de vida • Interdisciplinaridade: geografia, socioeconômico e ambiente • Redes sociais • Relações de trabalho campo – cidade • Socioantropológica • Sociologia do desenvolvimento • Teoria do conhecimento | <ul style="list-style-type: none"> • Centro de Estudos e Pesquisas Agrárias e Ambientais • Centro de Estudos Rurais e Urbanos (2) • Instituto de Economia Agrícola • Universidade de Brasília • Universidade do Estado de Santa Catarina • Universidade Federal de Sergipe (2) • Universidade Federal do Vale do São Francisco |

Elaboração da autora.

QUADRO A.2
Instituições e regulação

| Temática | Subtemas | Atores ou unidades analíticas | Método | Instituição |
|--|--|--|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Integração regional e regulação • Democracia e políticas públicas (3) • Descentralização e federalismo • Desenvolvimento e setor de energia • Gestão pública e desenvolvimento urbano • Política social | <ul style="list-style-type: none"> • Estado • Regulação (1) • Ajuste estrutural • Avaliação de políticas • Burocracia • Capacitação de agentes • Cidadania • Cidade • Classes sociais • Controle interno • Corrupção • Descentralização administrativa • Desenvolvimento regional • Direitos e aspectos jurídicos • Integração regional-Mercosul • Matriz institucionalista • Processo decisório • Racionalidade burocrática • Reestruturação do setor elétrico • Reforma do Estado • Regimes democráticos • Reivindicação de direitos • Sociologia nos processos políticos • Sociologia pública | <ul style="list-style-type: none"> • ANEEL • Associação de bairros • Corrupção • Eletrobras • Estado • Agentes públicos • Burocracia • Classes sociais • Estado • Mercosul • Políticas públicas | <ul style="list-style-type: none"> • Abordagem histórica • Análises comparativas • Análise estrutural • Estudos locais: bairros • Interdisciplinaridade estrutural • Neoinstitucionalismo • Sociologia e antropologia | <ul style="list-style-type: none"> • Universidade Federal de Santa Catarina • Universidade do Contestado • Universidade Federal do Rio de Janeiro • Universidade Federal de Uberlândia • Centro de Estudos de Cultura Contemporânea • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro • Universidade Estadual do Ceará • Universidade Federal de Minas Gerais |
| <p>Nº de grupos: 4 Nº de pesquisadores: 31 Nº de estudantes: 50</p> | | | | |

Elaboração da autora.

QUADRO A.3
Desenvolvimento e meio ambiente

| Temática | Subtemas | Atores ou unidades analíticas | Método | Instituição |
|---|---|--|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Educação ambiental • Meio ambiente e sociedade • Riscos e sustentabilidade • Saúde e ecologia humana • Tecnologias ambientais | <ul style="list-style-type: none"> • Atores sociais • Cidadania • Conflitos socioambientais • Conselhos • Governança (2) • Justiça ambiental • Meio ambiente (3) • Políticas de saúde • Produção e inovação tecnológica • Redes agroalimentares • Riscos (ambientais, alimentares e tecnológicos) • Riscos sociais • Sustentabilidade (3) • Tecnologias ambientais • Tecnologias sociais • Tomadas de decisão | <ul style="list-style-type: none"> • Atores sociais • Capacitação • Comunidades tradicionais • Conselhos • Governança • Movimentos sociais • Conflitos socioambientais • Políticas de saúde • Redes agroalimentares • Servidores | <ul style="list-style-type: none"> • Cultura e política • Tecnologias sociais • Estudo de caso local • Extensão • Múltiplos e complexos vínculos sociais entre riscos (ambientais, alimentares, tecnológicos), suas percepções, os desafios de sua governança e as estratégias de sustentabilidade | <ul style="list-style-type: none"> • Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte • Universidade Estadual de Londrina • Universidade Federal de Minas Gerais • Universidade Federal de Santa Catarina (2) |
| <p>Nº de grupos: 5 Nº de pesquisadores: 51 Nº de estudantes: 43</p> | | | | |

Elaboração da autora.

QUADRO A.4
Epistemologia e desenvolvimento

| Temática | Subtemas | Atores ou unidades analíticas | Método | Instituição |
|--|--|--|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Epistemologia, meio ambiente e desenvolvimento • Modernidade e produção cultural brasileira • Pensamento social brasileiro • Risco e segurança social • Sociedade industrial: processos e teorias sociais • Sociologia brasileira • Sociologia brasileira: história e paradigmas • Sociologia econômica • Transformações do mundo rural e ciências sociais | <ul style="list-style-type: none"> • América Latina • Cidades • Desigualdade social • Epistemológicos e teóricos contemporâneos • Estudo sobre a escola de sociologia e política – SP • Estudos sobre Brasil moderno • Formação social brasileira • Globalização • Globalização e agricultura • Governança • Inovação • Juventude rural • Meio ambiente • Modernidade • Mudança social • Natureza e desenvolvimento social • Padrão de vida dos trabalhadores em SP (pioneiros) • Políticas de emprego • Políticas públicas • Processos sociais • Processos sociais rurais • Produção cultural • Questão agrária • Representações • Sociologia da cultura • Tendências institucionais • Teoria da dependência e desenvolvimento • Teoria do conhecimento | <ul style="list-style-type: none"> • América Latina • Arenas de concertação • Atores sociais • Cidades • Classes: empresários, Estado e trabalhadores • Escola de Sociologia e política de SP • Governança • Museus • Políticas públicas • Produção cultural • Produção Intelectual • Produção sociológica (2) | <ul style="list-style-type: none"> • História das ideias sociológicas • Interdisciplinar: história, sociologia, c. política, antropologia, biblioteconomia e administração pública • Interface antropologia e sociologia • Levantamento crítico de abordagens: neoinstitucionalismo, as redes e relações sociais, estudos comparados, diferenciação do capitalismo • Natureza e desenvolvimento • Pensamento social contemporâneo • Processos sociais rurais • Recomposições identitárias • Reconversões produtivas • Sociabilidade • Sociologia do conhecimento • Teoria do conhecimento | <ul style="list-style-type: none"> • Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo • Universidade de Brasília • Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho • Universidade Federal de Alfenas • Universidade Federal de Pelotas • Universidade Federal de Pernambuco • Universidade Federal do Paraná • Universidade Federal do Rio de Janeiro • Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| <p>Nº de grupos: 9 Nº de pesquisadores: 105 Nº de estudantes: 60</p> | | | | |

Elaboração da autora.

QUADRO A.5
Ciência, tecnologia e inovação

| Temática | Subtemas | Atores ou unidades analíticas | Método | Instituição |
|---|---|---|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Ciência e tecnologia • Sociologia da ciência e tecnologia <p>Nº de grupos: 2</p> <p>Nº de pesquisadores: 24</p> <p>Nº de estudantes: 14</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Dinâmica territorial • Governança • Inovação • Políticas públicas • Saúde • Significado cultural de tecnologias • Sistemas regionais de inovação • Tomada de decisões • Transformações produzidas | <ul style="list-style-type: none"> • Governança • Políticas públicas • Sistema de inovação | <ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa comparada • Cultura e tecnologia • Pesquisa quantitativa • Intersetorialidade | <ul style="list-style-type: none"> • Fundação Oswaldo Cruz • Universidade Federal de Pernambuco |
| Instituições de socialização | | | | |
| <p>Temática</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento e violência • Instituições de socialização: família e educação • Sociologia da infância e educação • Violência e cidadania <p>Nº de grupos: 4</p> <p>Nº de pesquisadores: 31</p> <p>Nº de estudantes: 50</p> | <p>Subtemas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Antropologia da criança • Cidadania • Direito • Gerações • Memória social • Pedagogia • Relações entre escola e família • Segurança pública • Serviço social • Violência | <p>Atores ou unidades analíticas</p> | <p>Método</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abordagem teórico-política • Educação • Interdisciplinar: antropologia, serviço social, direito • Pesquisas interdisciplinares e transdisciplinares | <p>Instituição</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fundação Universidade Regional de Blumenau • Universidade Federal de Ouro Preto • Universidade Federal do Espírito Santo • Universidade Federal Rural do Semiárido |

Elaboração da autora.

QUADRO A.6
Organizações e mercado

| Temática | Subtemas | Atores ou unidades analíticas | Método | Instituição |
|--|--|---|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Organização e mercado • Organização e sociedade | <ul style="list-style-type: none"> • Mercado, relações sociais e redes de poder • Mercado como construção social (relações sociais, culturais, morais e redes de poder) • Rede empresa, empresários e sociedade • Políticas públicas | <ul style="list-style-type: none"> • Atores • Empresários • Empresas • Organizações • Políticas públicas | <ul style="list-style-type: none"> • Economia e construção social • Estudo de redes • Interdisciplinaridade • Sociologia francesa | <ul style="list-style-type: none"> • Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho • Universidade Federal Fluminense |
| Nº de grupos: 2 Nº de pesquisadores: 17 Nº de estudantes: 17 | | | | |

Elaboração da autora.

QUADRO A.7
Trabalho e desenvolvimento

| Temática | Subtemas | Atores ou unidades analíticas | Método | Instituição |
|--|---|---|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Mercado, direito, instituição e atores • Relações de trabalho • Relações de trabalho, emprego e desigualdade • Trabalho e poder • Trabalho, sociedade e esfera pública | <ul style="list-style-type: none"> • Associativismo e participação • Ativismo político e cultural • Atores locais e regionais • Atuação sindical • Desenvolvimento regional • Desigualdades • Emancipação coletiva • Escalas local, nacional e global • Esfera pública • Estruturas política • Formas ideológicas e culturais • Formas organizacionais • Identidades coletivas • Mercado de trabalho • Mercado de trabalho e emprego • Movimentos sociais (greves) • Organização sindical • Reconhecimento identitário • Relações de classe • Reorganização do trabalho e da produção • Sindicalismo • Sujeito e emancipação • Sujeitos políticos • Trabalho • Transformações do mundo do trabalho | <ul style="list-style-type: none"> • Associativismo (2) • Classes populares • Direitos • Esfera pública • Greves • Instituições • Líderes sindicais • Lutas sociais • Movimentos sociais • Organização sindical • Organizações • Sociabilidades • Sociedade civil • Trabalhadores | <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento regional • Interdisciplinaridade (sociologia, antropologia, política); teoria e prática; ciência e poder • Representações analíticas de dicotomia: rural e urbano; local e global • Sociologia do trabalho (3) • Territórios • Trabalho como categoria ontológica • Tradicional e moderno | <ul style="list-style-type: none"> • Universidade do Estado do Rio de Janeiro • Universidade Federal de São Carlos • Universidade de São Paulo • Universidade Federal Fluminense • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro |
| Nº de grupos: 5 Nº de pesquisadores: 18 Nº de estudantes: 38 | | | | |

Elaboração da autora.

QUADRO A.8
Desenvolvimento rural e local

| Temática | Subtemas | Atores ou unidades analíticas | Método | Instituição | Grande Região |
|---|--|--|---|---|---------------|
| Desenvolvimento rural agrário ou local | <ul style="list-style-type: none"> • Agricultura familiar • Exclusão social • Participação de atores em redes • Sustentabilidade • Negócios rurais • Associativismo • Economia solidária • Segurança alimentar • Renda • Reforma agrária | <ul style="list-style-type: none"> • Associações • Agricultores familiares • Mercado | <ul style="list-style-type: none"> • Economia solidária • Redes sociais | <ul style="list-style-type: none"> • Universidade de Brasília | CO |
| Desenvolvimento rural agrário ou local | <ul style="list-style-type: none"> • Agricultura familiar • Novos agentes locais • Políticas públicas • Meio ambiente • Comunidades tradicionais | <ul style="list-style-type: none"> • Novos agentes locais • Comunidades tradicionais • Políticas públicas | - | <ul style="list-style-type: none"> • Instituto de Economia Agrícola | |
| Desenvolvimento rural agrário ou local | <ul style="list-style-type: none"> • Movimentos sociais • Questão ambiental • Assentamentos de trabalhadores rurais • Luta pela terra • Sociedades tradicionais | <ul style="list-style-type: none"> • Assentamentos de RA • Movimentos sociais • Comunidades tradicionais | - | <ul style="list-style-type: none"> • Centro de Estudos e Pesquisas Agrárias e Ambientais | |
| Desenvolvimento agrário e meio ambiente | <ul style="list-style-type: none"> • Políticas públicas • Educação • Sustentabilidade | <ul style="list-style-type: none"> • Políticas públicas | <ul style="list-style-type: none"> • Socioantropológica • Teoria do conhecimento | <ul style="list-style-type: none"> • Centro de Estudos Rurais e Urbanos | |
| Desenvolvimento rural agrário ou local | <ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento • Tecnologia e meio ambiente | - | - | <ul style="list-style-type: none"> • Universidade do Estado de Santa Catarina | S |
| Ruralidades e meio ambiente | <ul style="list-style-type: none"> • Ruralidades e meio ambiente • Mares | - | - | <ul style="list-style-type: none"> • Universidade Federal de Sergipe | NE |
| Estudos rurais e urbanos | <ul style="list-style-type: none"> • Histórias de vida • Narrativas do desenvolvimento • Metodologia | <ul style="list-style-type: none"> • Ensino do método | <ul style="list-style-type: none"> • Estudos qualitativos • História de vida | <ul style="list-style-type: none"> • Grupo de Estudos Rurais e Urbanos | |
| Desenvolvimento rural agrário ou local | <ul style="list-style-type: none"> • Transformações sociais • Mundo rural • Estudo local • Tecnologias sociais • Agricultura familiar • Assentamentos rurais • Gestão territorial | <ul style="list-style-type: none"> • Agricultores familiares • Agentes gestores | <ul style="list-style-type: none"> • Interdisciplinaridade: geografia, socioeconômico e ambiente | <ul style="list-style-type: none"> • Universidade Federal de Sergipe | NE |

(Continua)

(Continuação)

| Temática | Subtemas | Atores ou unidades analíticas | Método | Instituição | Grande Região |
|---|---|---|---|---|---------------|
| Sociologia do desenvolvimento | <ul style="list-style-type: none"> • Modernização técnica • Agricultura familiar • Educação • Regional • Ruralidades • Políticas públicas | <ul style="list-style-type: none"> • Políticas públicas • Regional | <ul style="list-style-type: none"> • Relações de trabalho campo e cidade • Estudos regionais • Sociologia do desenvolvimento | <ul style="list-style-type: none"> • Universidade Federal do Vale do São Francisco | NE |
| Instituições e regulação | | | | | |
| Temática | Subtemas | Atores ou unidades analíticas | Método | Instituição | Grande Região |
| Integração regional e regulação | <ul style="list-style-type: none"> • Regulação • Ajuste estrutural • Integração regional Mercosul • Processo decisório • Classes sociais | <ul style="list-style-type: none"> • Estado • Mercosul • Classes sociais | <ul style="list-style-type: none"> • Análise estrutural | <ul style="list-style-type: none"> • Universidade Federal de Santa Catarina | S |
| Descentralização e federalismo | <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento regional • Descentralização administrativa • Capacitação de agentes | <ul style="list-style-type: none"> • Agentes públicos | - | <ul style="list-style-type: none"> • Universidade do Contestado | S |
| Democracia e políticas públicas | <ul style="list-style-type: none"> • Estado • Direitos e aspectos jurídicos • Burocracia | <ul style="list-style-type: none"> • Burocracia | <ul style="list-style-type: none"> • Interdisciplinaridade | <ul style="list-style-type: none"> • Universidade Federal do Rio de Janeiro | SE |
| Desenvolvimento e setor de energia | <ul style="list-style-type: none"> • Regulação • Reforma do Estado • Reestruturação do setor elétrico | <ul style="list-style-type: none"> • ANEEL • Eletrobras • Estado | <ul style="list-style-type: none"> • Análises comparativas • Abordagem histórico-estrutural | <ul style="list-style-type: none"> • Universidade Federal de Uberlândia | SE |
| Democracia | <ul style="list-style-type: none"> • Regimes democráticos • Matriz institucionalista • Controle interno • Racionalidade burocrática • Corrupção | <ul style="list-style-type: none"> • Administração pública • Corrupção | <ul style="list-style-type: none"> • Neoinstitucionalismo | <ul style="list-style-type: none"> • Centro de Estudos de Cultura Contemporânea | SE |
| Políticas públicas | <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação de políticas • Sociologia nos processos políticos • Sociologia pública | <ul style="list-style-type: none"> • Políticas públicas | - | <ul style="list-style-type: none"> • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro | SE |
| Gestão pública e desenvolvimento urbano | <ul style="list-style-type: none"> • Reivindicação de direitos • Cidadania • Cidade | <ul style="list-style-type: none"> • Associação de bairros | <ul style="list-style-type: none"> • Sociologia/ antropologia • Estudos locais: bairros | <ul style="list-style-type: none"> • Universidade Estadual do Ceará | NE |
| Políticas sociais | - | - | - | <ul style="list-style-type: none"> • Universidade Federal de Minas Gerais | SE |

(Continua)

(Continuação)

| Desenvolvimento e meio ambiente | | | | | |
|--|---|---|--|--|---------------|
| Temática | Subtemas | Atores ou unidades analíticas | Método | Instituição | Grande Região |
| Saúde e ecologia humana | <ul style="list-style-type: none"> • Atores sociais • Tomadas de decisão • Riscos sociais • Políticas de saúde • Meio ambiente | <ul style="list-style-type: none"> • Atores sociais • Políticas de saúde | - | <ul style="list-style-type: none"> • Universidade Federal de Santa Catarina | S |
| Meio ambiente e sociedade | <ul style="list-style-type: none"> • Conflitos socioambientais • Sustentabilidade • Justiça ambiental • Tecnologias sociais • Cidadania | <ul style="list-style-type: none"> • Comunidades tradicionais • MS- Conflitos socioambientais | <ul style="list-style-type: none"> • Cultura e política • Tecnologias sociais | <ul style="list-style-type: none"> • Universidade Federal de Minas Gerais | SE |
| Riscos e sustentabilidade | <ul style="list-style-type: none"> • Meio Ambiente • Sustentabilidade • Redes agroalimentares • Riscos (ambientais, alimentares e tecnológicos) • Governança | <ul style="list-style-type: none"> • Redes agroalimentares • Governança | <ul style="list-style-type: none"> • Múltiplos e complexos vínculos sociais entre riscos (ambientais, alimentares, tecnológicos), suas percepções, os desafios de sua governança e as estratégias de sustentabilidade | <ul style="list-style-type: none"> • Universidade Federal de Santa Catarina | S |
| Tecnologias ambientais | <ul style="list-style-type: none"> • Tecnologias ambientais • Produção e inovação tecnológica | <ul style="list-style-type: none"> • Servidores | <ul style="list-style-type: none"> • Estudo de caso local | <ul style="list-style-type: none"> • Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte | NE |
| Educação ambiental | <ul style="list-style-type: none"> • Meio ambiente • Sustentabilidade • Conselhos • Governança | <ul style="list-style-type: none"> • Conselhos • Capacitação | <ul style="list-style-type: none"> • Extensão | <ul style="list-style-type: none"> • Universidade Estadual de Londrina | S |
| Epistemologia e desenvolvimento | | | | | |
| Temática | Subtemas | Atores ou unidades analíticas | Método | Instituição | Grande Região |
| Epistemologia, meio ambiente e desenvolvimento | <ul style="list-style-type: none"> • Teoria do conhecimento • Natureza e desenvolvimento social | <ul style="list-style-type: none"> • Produção Intelectual | <ul style="list-style-type: none"> • Teoria do conhecimento • Natureza e desenvolvimento | <ul style="list-style-type: none"> • Universidade Federal do Paraná | S |
| Sociologia Econômica | <ul style="list-style-type: none"> • Globalização • Políticas públicas • Governança • Inovação • Políticas de emprego | <ul style="list-style-type: none"> • Arenas de concertação • Classes: empresários, Estado e trabalhadores | <ul style="list-style-type: none"> • Levantamento crítico de abordagens: neoinstitucionalismo, as redes e relações sociais, estudos comparados • Diferenciação do capitalismo | <ul style="list-style-type: none"> • Universidade de Brasília | CO |
| Sociologia brasileira | <ul style="list-style-type: none"> • Estudos sobre Brasil moderno • Formação social brasileira | - | <ul style="list-style-type: none"> • Pensamento social contemporâneo | <ul style="list-style-type: none"> • Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo | SE |

(Continua)

(Continuação)

| Epistemologia e desenvolvimento | | | | | |
|---|---|---|--|--|---------------|
| Temática | Subtemas | Atores ou unidades analíticas | Método | Instituição | Grande Região |
| Transformações do mundo rural e ciências sociais | <ul style="list-style-type: none"> Mudança social Processos sociais rurais Meio ambiente Questão agrária Globalização e agricultura Juventude rural | <ul style="list-style-type: none"> Políticas públicas Atores sociais | <ul style="list-style-type: none"> Reconversões produtivas Processos sociais rurais Recomposições identitárias | <ul style="list-style-type: none"> Universidade Federal de Pernambuco | NE |
| Modernidade e produção cultural brasileira | <ul style="list-style-type: none"> Modernidade Produção cultural Sociologia da cultura | <ul style="list-style-type: none"> Museus Produção cultural | <ul style="list-style-type: none"> Interface antropologia e sociologia Historia das ideias sociológicas | <ul style="list-style-type: none"> Universidade Federal do Rio de Janeiro | SE |
| Sociedade industrial: processos e teorias sociais | - | - | - | <ul style="list-style-type: none"> Universidade Federal de Alfenas | SE |
| Pensamento social brasileiro | <ul style="list-style-type: none"> Estudo sobre a escola de sociologia e política – SP Padrão de vida dos trabalhadores em SP (pioneiros) | <ul style="list-style-type: none"> Produção sociológica Escola de Sociologia e Política de SP | <ul style="list-style-type: none"> Interdisciplinar: história, sociologia, c. política, antropologia, biblioteconomia e administração pública | <ul style="list-style-type: none"> Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho | SE |
| Sociologia brasileira: história e paradigmas | <ul style="list-style-type: none"> Tendências institucionais, epistemológicas e teórico contemporâneos Teoria da dependência e desenvolvimento América Latina | <ul style="list-style-type: none"> Produção sociológica América Latina | <ul style="list-style-type: none"> Sociologia do conhecimento | <ul style="list-style-type: none"> Universidade Federal do Rio Grande do Sul | S |
| Risco e segurança social | <ul style="list-style-type: none"> Representações Processos sociais Cidades Desigualdade social | <ul style="list-style-type: none"> Cidades Governança | <ul style="list-style-type: none"> Sociabilidade | <ul style="list-style-type: none"> Universidade Federal de Pelotas | S |
| Ciência, tecnologia e inovação | | | | | |
| Temática | Subtemas | Atores ou unidades analíticas | Método | Instituição | Grande Região |
| Ciência e tecnologia | <ul style="list-style-type: none"> Dinâmica territorial Tomada de decisões Políticas públicas Governança Saúde Inovação | <ul style="list-style-type: none"> Políticas públicas Governança | <ul style="list-style-type: none"> Pesquisa quantiquitativa Intersetorialidade | <ul style="list-style-type: none"> Fundação Oswaldo Cruz | SE |
| Sociologia da ciência e tecnologia | <ul style="list-style-type: none"> Sistemas regionais de inovação Significado cultural de tecnologias Transformações produzidas | <ul style="list-style-type: none"> Sistemas de inovação | <ul style="list-style-type: none"> Pesquisa comparada Cultura e tecnologia | <ul style="list-style-type: none"> Universidade Federal de Pernambuco | NE |

(Continua)

(Continuação)

| Instituições de socialização | | | | | |
|--|---|---|---|--|---------------|
| Temática | Subtemas | Atores ou unidades analíticas | Método | Instituição | Grande Região |
| Desenvolvimento e violência | - | - | - | • Universidade Federal Rural do Semiárido | NE |
| Violência e cidadania | <ul style="list-style-type: none"> • Violência • Segurança pública • Memória social • Cidadania | - | • Pesquisas interdisciplinares e transdisciplinares | • Universidade Federal do Espírito Santo | SE |
| Instituições de socialização: família e educação | <ul style="list-style-type: none"> • Relações entre escola e família | - | • Educação | • Universidade Federal de Ouro Preto | SE |
| Sociologia da infância e educação | <ul style="list-style-type: none"> • Gerações • Antropologia da criança • Serviço social • Pedagogia • Direito | - | <ul style="list-style-type: none"> • Abordagem teórico-política • Interdisciplinar: antropologia, serviço social, direito | • Fundação Universidade Regional de Blumenau | S |
| Trabalho e desenvolvimento | | | | | |
| Temática | Subtemas | Atores ou unidades analíticas | Método | Instituição | Grande Região |
| Relações de trabalho | <ul style="list-style-type: none"> • Emancipação coletiva • Sujeitos políticos • Reconhecimento identitário • Formas organizacionais • Ativismo político e cultural | <ul style="list-style-type: none"> • Movimentos sociais • Classes populares • Organizações • Associativismo | • Representações analíticas de dicotomia: rural e urbano; local e global; tradicional e moderno | • Universidade Federal Fluminense | SE |
| Mercado, direito, instituição e atores | <ul style="list-style-type: none"> • Movimentos sociais (greves) • Mercado de trabalho e emprego • Sindicalismo | <ul style="list-style-type: none"> • Líderes sindicais • Greves • Direitos • Instituições | • Sociologia do trabalho | • Universidade Federal de São Carlos | SE |
| Trabalho e poder | <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho • Relações de classe • Estruturas políticas • Formas ideológicas e culturais • Sujeito e emancipação | • Lutas sociais | <ul style="list-style-type: none"> • Interdisciplinaridade (sociologia, antropologia, política); teoria e prática; ciência e poder • Trabalho como categoria ontológica | • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro | SE |
| Relações de trabalho, emprego e desigualdade | <ul style="list-style-type: none"> • Transformações do mundo do trabalho • Identidades coletivas • Associativismo e participação • Mercado de trabalho • Organização sindical • Desigualdades | <ul style="list-style-type: none"> • Associativismo • Organização sindical • Sociabilidades | • Sociologia do trabalho | • Universidade do Estado do Rio de Janeiro | SE |

(Continua)

(Continuação)

| Trabalho e desenvolvimento | | | | | |
|--------------------------------------|--|--|--|--|---------------|
| Temática | Subtemas | Atores ou unidades analíticas | Método | Instituição | Grande Região |
| Trabalho, sociedade e esfera pública | <ul style="list-style-type: none"> • Atuação sindical • Atores locais e regionais • Esfera pública • Reorganização do trabalho e da produção • Desenvolvimento regional • Escalas local, nacional e global | <ul style="list-style-type: none"> • Trabalhadores • Sociedade civil • Esfera pública | <ul style="list-style-type: none"> • Sociologia do trabalho • Territórios • Desenvolvimento regional | <ul style="list-style-type: none"> • Universidade de São Paulo | SE |
| Organizações e mercado | | | | | |
| Temática | Subtemas | Atores ou unidades analíticas | Método | Instituição | Grande Região |
| Organização e mercado | <ul style="list-style-type: none"> • Mercado, relações sociais e redes de poder • Mercado como construção social (relações sociais, culturais, morais e redes de poder) | <ul style="list-style-type: none"> • Organizações • Atores | <ul style="list-style-type: none"> • Interdisciplinaridade • Economia e construção social • Sociologia francesa | <ul style="list-style-type: none"> • Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho | SE |
| Organização e sociedade | <ul style="list-style-type: none"> • Rede empresa, empresários e sociedade • Políticas públicas | <ul style="list-style-type: none"> • Empresas • Empresários • Políticas públicas | <ul style="list-style-type: none"> • Estudo de redes | <ul style="list-style-type: none"> • Universidade Federal Fluminense | SE |

Elaboração da autora.

O “ESTADO DAS ARTES” NA PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO*

Carlos Montaña**
Rodrigo de Souza Filho**
Caio Martins***
Vinícius Correia Santos***
Wesley Felício Silva***

1 INTRODUÇÃO

O texto visa apresentar, após uma caracterização sobre o debate do Serviço Social com a questão do desenvolvimentismo e o *desenvolvimento de comunidade*, o *estado da arte* contemporâneo na produção teórica da profissão em relação ao tema.

Para isso, foi tratada a produção do atual contexto, de 2003 (com os governos do Partido dos Trabalhadores – PT) a 2010, nas dissertações de mestrado e teses de doutorado, nas comunicações do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e nas revistas *Serviço Social & sociedade* e *Katálisis* (Qualis A).

Foram selecionados os trabalhos que trataram dos seguintes temas: desenvolvimento (teorias desenvolvimentista e da dependência e questões relacionadas) e neodesenvolvimentismo; desigualdade, pobreza e pauperismo; combate à pobreza; e orçamento público.

2 O DEBATE TEÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO

2.1 O capital, as políticas sociais e o Serviço Social

É com o desenvolvimento do capitalismo monopolista, sua expansão produtivo-comercial consolidada após a Segunda Guerra (1945) e com as lutas de classes que surge e se expande um padrão de resposta às manifestações da “questão social”, fundamentalmente mediante a intervenção das políticas sociais estatais (Borgianni e Montaña, 2000a). No marco destas, cria-se um espaço sócio-ocupacional que será parcialmente ocupado por uma emergente profissão, o Serviço Social (Iamamoto, 1997; Netto, 1997). Este *surgimento* da profissão, muitas vezes, foi confundido com a evolução das “formas não profissionais de ajuda” para sua “profissionalização” (Montaña, 1998). Na verdade, a profissão de Serviço Social surge e se expande embrionariamente vinculada ao surgimento e à expansão das políticas sociais estatais.

* Texto apresentado na II Conferência Do Desenvolvimento (Code). Ipea, Brasília, novembro de 2011.

** Coordenador de Pesquisa da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

*** Pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Estas últimas constituem-se, assim, na “base de sustentação funcional-ocupacional” da profissão (Montaño, 1997). O assistente social surge como implementador das políticas sociais – elas determinam a funcionalidade e o seu campo de trabalho; desta forma, o que sucede com estas atinge e afeta aquele.

Assim, as políticas sociais constituem instrumentos de intervenção estatal funcionais ao então projeto hegemônico do capital (produtivo), embora tensa e contraditoriamente representem conquistas das classes trabalhadoras e dos setores subalternos. Representam direitos conquistados para que certas necessidades sejam atendidas pelo Estado, o que, por sua vez, significa também que o *status quo* e a acumulação capitalista permanecem inalterados.

O sentido social das políticas sociais (sua função de reprodução do sistema socioeconômico e político e do *status quo*) e sua tensão e contradição internas (constituir direitos conquistados pelas classes subalternas) são transferidos para aqueles atores que com elas trabalham; entre eles, os assistentes sociais. Estes passam a incorporar, em sua prática, o sentido social das políticas sociais. Com isto, aparece uma primeira determinação da prática profissional:

- o Serviço Social constitui (com base em sua vinculação embrionária com as políticas sociais) uma *engrenagem na reprodução das relações sociais e do sistema dominante*; sua prática social resulta *funcional à manutenção da ordem social e às relações capitalistas* (a exploração do trabalho, o controle social, a diminuição das lutas sociais e a acumulação de capital).

Mas essa afirmação não pode ignorar as outras duas determinações dessa prática:

- o Serviço Social desenvolve sua intervenção em um *espaço de tensão e contradição* entre sua função de reprodução do sistema (a partir dos interesses hegemônicos do grande capital) e sua defesa dos direitos e das conquistas sociais (a partir de demandas e de lutas das classes trabalhadoras e subalternas); isto reflete uma prática profissional que é *essencialmente política*, inserida no interior das contradições entre as classes, ocupando um espaço de disputa de interesses;¹ e
- o Serviço Social, condicionado pelas estruturas sociais e pelas demandas institucionais (geralmente representantes dos interesses hegemônicos), ainda assim, pode apresentar um *certo protagonismo e uma margem de manobra relativa* ao orientar sua ação profissional; na medida em que dirige seu processo de formação não meramente para o atendimento direto das demandas institucionais, mas formando um profissional crítico e competente, que organize o coletivo em entidades fortes e representativas

1. Sobre isso, ver Iamamoto (1997, p. 143 e seguintes), ao tratar do “profissional da coerção e do consenso”; e Guerra (Borgianni, Guerra e Montaño, 2003, p. 185 e seguintes), sobre a “instrumentalização do Serviço Social”.

e que consolide códigos de ética claramente orientados por certos valores definidos coletivamente, o assistente social pode ver reforçada sua margem de manobra para *uma prática profissional que, sem eliminar os condicionantes sistêmicos, privilegie a garantia dos direitos sociais conquistados*.

Têm-se, nesse sentido, as determinações fundantes da profissão, no contexto do capitalismo monopolista, quando o Estado toma para si a responsabilidade, mediante as políticas sociais, da resposta à questão social (Netto, 1997).

2.2 Dependência e desenvolvimento na América Latina e no Brasil

A partir dos anos 1950 e 1960, duas grandes teorias tendem a lançar diferentes (e antagônicas) interpretações sobre a condição do capitalismo do Brasil e sobre seu caminho para a industrialização e modernização.

Sob a influência da teoria geral de Keynes e estruturada a partir da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), desenvolve-se a teoria do “desenvolvimento”. Esta, a partir da *renda nacional e per capita* e do *ritmo das inversões*, classifica os países em: *i)* desenvolvidos; *ii)* em vias de desenvolvimento; e *iii)* subdesenvolvidos. Estas se constituíam em etapas de um “processo natural” que seria vivido por todos os países: o subdesenvolvimento como uma etapa inicial do necessário desenvolvimento econômico. Para a Cepal, este processo de desenvolvimento econômico e social deve ser *estimulado pelo Estado e ter a participação da sociedade, mediante metas de crescimento industrial e de infraestrutura*, o que promoverá maior produção e consumo e, conseqüentemente, maior bem-estar social. Neste caso, a passagem de um país subdesenvolvido para um país desenvolvido seria produto de investimentos estatais na produção, no consumo e na infraestrutura (produtivo-comercial e em serviços sociais). Surge assim o “desenvolvimentismo” nos países latino-americanos, que, no Brasil, vai caracterizar fundamentalmente o governo Juscelino Kubitschek e o “milagre econômico” da ditadura militar.

Contrária a essa visão, que pensa o processo de desenvolvimento como fenômeno autônomo de cada nação, surge, nos anos 1960-1970, a teoria da “dependência”. Imbuídos nesta, autores como Theotonio dos Santos (1972), Ruy Mauro Marini (1977) e André Gunder Frank (1983), com base na obra de Marx e inspirados nas categorias trotskystas de “desenvolvimento desigual e combinado” (Trotsky, 2007, p. 19 e seguintes) e de imperialismo de Lenin (1979), pensam o desenvolvimento e o subdesenvolvimento no capitalismo mundial como um processo que se dá na relação entre os países, e não de forma autônoma para cada nação.

Assim, concebe-se, no sistema capitalista mundial, a existência de países desenvolvidos e subdesenvolvidos não segundo características individuais e endógenas, mas de acordo com sua posição como países de “centro” e de “periferia”. Estes últimos, considerados como *dependentes*, ou neocolônias, têm sua condição explicada não pelo grau

de desenvolvimento, mas pela posição subordinada, periférica e dependente no sistema capitalista mundial. Nesta concepção, *pode existir um país dependente e subordinado que, no entanto, possa ter um grau significativo de desenvolvimento industrial*. É o caso, àquela época, do Brasil. País cujo importante e significativo desenvolvimento econômico-industrial processa-se na sua condição de país periférico e dependente; país que, por se situar na periferia do capitalismo e por sua dependência, apresenta áreas de significativa modernização industrial, plenamente capitalistas, convivendo com áreas desindustrializadas, atrasadas, com relações pré-capitalistas (neoescravistas, latifúndios, economia de subsistência etc.); bem como país que apresenta grande acumulação capitalista (com elevada concentração de capital em poucas mãos) e enormes setores regionais e populacionais completamente pauperizados. Na expressão popularizada, em 1974, pelo economista Edmar Bacha, o Brasil é uma “Belíndia”, ou seja, apresenta uma desigual distribuição da riqueza que combina uma pequena e rica Bélgica com uma grande e pobre Índia, sendo atualmente o 9º país em relação ao produto interno bruto (PIB) mundial, o 70º no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), assim se encontrando entre os doze países com maior desigualdade na distribuição de renda (com um coeficiente de Gini de 0,57).

Nessa teoria, *a ruptura com a condição de país dependente não é mais desenvolvimento capitalista*, mas uma ruptura com o imperialismo, e até com a ordem capitalista: uma revolução socialista.

Para relativizar essa necessidade, e contrariamente a essa abordagem, surge – primeiramente na obra de Celso Furtado (1961; 2007) e depois na de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970) – uma visão cepalina sobre a dependência, avessa à saída socialista, aceitando a “inserção autônoma” do país no cenário capitalista internacional e concebendo um processo de “industrialização dependente”, sem romper com os interesses do grande capital internacional e dos países centrais, mediante forte investimento estatal.

Na atualidade, a criticada teoria desenvolvimentista volta a se tornar referência na análise do país. Paradoxalmente, foi reintroduzida no governo de um dos autores da “dependência”, Fernando Henrique Cardoso; em seguida, nos governos Lula e Dilma, mas com nova denominação: em lugar de países “em vias de desenvolvimento”, denominaram-nos “emergentes”, reintroduzindo-se a concepção evolutiva e autonomista do “desenvolvimentismo”, na qual, mantendo e consolidando a sua condição de periferia e dependência, pretende-se um processo de modernização conservadora, a exemplo do atual Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

2.3 Expansão capitalista e desenvolvimentismo e dependência

No contexto da expansão capitalista no segundo pós-Guerra (1945), o mercado capitalista requer sua ampliação mundial, ampliação esta impedida pela divisão mundial em dois blocos: o capitalista (sob o comando hegemônico dos Estados Unidos) e o socialista (com países reunidos ou vinculados à União Soviética).

Ou, dito de outro modo, *o mercado mundial dividia-se em dois blocos*, claramente impenetráveis mutuamente, obrigando o capital a expandir seu mercado *dentro* dos limites do “mundo ocidental”.

Assim, na fase “imperialista” do capitalismo (Lenin, 1979), o grande capital promove, nos países latino-americanos, uma nova forma de colonialismo: a dependência tecnológica e financeira.

A motivação para esse processo de “desenvolvimento” nas ex-colônias, nos atuais países do chamado “terceiro mundo” (periféricos), é a maior acumulação de capital. Mandel esclarece isto: se, no século XIX até finais da Segunda Guerra Mundial, era conveniente ao capital produzir nos centros metropolitanos (países centrais), após a depressão de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, resulta importante aos interesses do grande capital transferir para a periferia algumas áreas da produção – “o padrão das indústrias exportadoras imperialistas deslocou-se cada vez mais para máquinas e bens de capital (...). No entanto, a exportação cada vez maior de elementos de capital fixo resulta no interesse crescente dos maiores grupos monopolistas por uma industrialização incipiente do Terceiro Mundo”, justificando que “é esse fato (...) que constitui a raiz básica de toda a *‘ideologia’ do desenvolvimento*” (Mandel, 1982, p. 42-43, 57 e 243, grifo nosso). Para o autor, “o superlucro só pode ser obtido às expensas dos países, regiões e ramos industriais menos produtivos” (Mandel, 1982, p. 70). Sem regiões, países e indústrias subdesenvolvidas “não pode haver transferência de excedente para os desenvolvidos” (Mandel, 1982, p. 70).

É assim que o “desenvolvimento industrial” nasce na América Latina, *subordinado aos interesses expansionistas do capital internacional*. Os países periféricos (particularmente os latino-americanos) deixam de ser meras colônias exportadoras de matérias-primas e importadoras de produtos manufaturados, e passam a processar industrialmente as mercadorias. O grande capital internacional precisa de mais produção barata e de mais consumo. Nossos países podem produzir mais barato (com força de trabalho mais barata e com abundância de recursos naturais) e consumir mais.

Mas, para isso, é necessário promover um processo econômico e social que transforme nossos países pobres, ex-colônias, saqueadas de todas as suas riquezas durante séculos, em nações industrializadas e consumidoras. Torna-se necessário, para os interesses do grande capital internacional, “desenvolver” nossos países. Ou seja, desenvolver nossos mercados, de produção e de consumo, conforme os interesses hegemônicos do capital internacional. Exemplo disso é a marca do governo Juscelino Kubistchek: crescer “50 anos em 5”.

É por meio da necessidade do grande capital de ampliar a capacidade produtiva e de consumo dos países latino-americanos – preservando uma relação de dependência e controle político e econômico, agora centrado na tecnologia e no financiamento necessários para tal processo – e das pressões e lutas dos povos destes países para saírem da situação de pobreza e miséria – lutas de classes, de indígenas, dos “miseráveis” – que se inicia o processo de “desenvolvimento” nos nossos países, conhecido como “desenvolvimentismo”.

Os países “subdesenvolvidos”, após a injeção de recursos, passariam a estar “em vias de desenvolvimento”, para finalmente atingir a condição (ideológica) de “desenvolvidos”. E este processo realiza-se com a supervisão e o estímulo do grande capital internacional. Ou seja, o grande capital, como parte de seu processo expansionista dentro dos limites do “mundo ocidental”, injetará recursos nos países latino-americanos para financiar sua adequação às necessidades mercantis (de produção e de consumo).

Para promover esse desenvolvimento econômico, institui-se, na Organização dos Estados Americanos (OEA), entre 1961 e 1970, o programa Aliança para o Progresso. Este processo, portanto, nada tem a ver com uma suposta ruptura ou superação da condição de dependência ou de periferia do Brasil: *o desenvolvimentismo confirma e preserva a relação de dependência e desigualdade entre países de centro e periferia.*

2.4 O Serviço Social e o “desenvolvimentismo” na América Latina e no Brasil: conhecimento e intervenção

Para esse processo de “desenvolvimento” (industrial, comercial e social) na América Latina, o Estado assumiu papel fundamental, e teve como atores coadjuvantes, primeiramente, os movimentos sociais (“populares”, de bairro) e, em um segundo momento, as organizações não governamentais (ONGs) – estas, recebendo recursos internacionais para promover o “desenvolvimento social”. Nelas, as políticas sociais e os serviços sociais públicos ocuparam um lugar de destaque.

Por tal motivo, dada a relação embrionária entre política social e Serviço Social, nesse processo o Serviço Social latino-americano se volta para a intervenção no Estado, no contexto de políticas e serviços sociais fundamentalmente estatais, e se debruça no debate teórico sobre o Estado e a sociedade civil.

Constituem eixos centrais do debate profissional latino-americano, nos “reconceituadores” anos 1960 e 1970 (adentrando também os anos 1980), a compreensão crítica do papel do *Estado* e das *políticas sociais*, a *participação popular* (Cornely, 1976;

Ammann, 1978; Lima, 1979) e os *movimentos sociais* (Ammann, 1991) e o *desenvolvimento de comunidade* (Porzecansky, 1972; Silva, 1975; Baptista, 1976; Cardoso, 1977; Ander-Egg *et al.*, 1978; Ammann, 1980; Souza, 1989; Wanderley, 1993).

Esta produção mostra que se deu um engajamento da profissão com o “desenvolvimento”, e explicita as ênfases que foram dadas a este processo: a ideia de que o *espaço* do desenvolvimento deve ocorrer no contexto das “comunidades”; seus *atores privilegiados*, além do Estado, seriam os movimento sociais e as ONGs; e que este processo deve se *orientar* mediante a “participação social” destes atores.

2.5 Crise do capital e hegemonia neoliberal

É consenso entre os intelectuais que o sistema capitalista, após quase trinta anos de clara expansão econômica (1945-1973), ingressa em uma profunda crise: do seu padrão de produção (fordista), do seu sistema de regulação (keynesiano), do seu Estado (de bem-estar social), do tipo de trabalhador (especializado), da sua racionalidade (positivista), da crise fiscal, do padrão dólar, das fontes energéticas (petróleo) e do subconsumo. Na realidade, o que se observa hoje é uma crise *geral, sistêmica*.

Diante de tal fenômeno, a fração da classe hegemônica (o grande capital financeiro) aliada aos capitais nacionais desenvolve uma nova forma de enfrentar a crise; por um lado, ampliando a exploração do trabalhador e, por outro, subjugando os pequenos e médios capitais. Surge assim, posteriormente a um surto de ditaduras militares, a nova resposta do capital à crise: o projeto *neoliberal*. A *programática neoliberal* representa, portanto, a atual estratégia hegemônica de *reestruturação geral do capital* (que, para a América Latina, segue o receituário do Consenso de Washington, de 1989) frente à crise e às lutas de classes, derivando basicamente em três frentes articuladas: o *combate ao trabalho* (às leis e políticas trabalhistas e às lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas “reestruturação produtiva” e “(contra) reforma do Estado” (Montaño, 2002).

2.6 Repercussões nas conquistas das classes subalternas e no Serviço Social

Nesse sentido – dadas as substanciais transformações no mundo do trabalho, de tal forma a afetar a realidade das classes trabalhadoras, principais usuárias das políticas sociais, e dadas as alterações desenvolvidas no âmbito dos Estados nacionais, organismos responsáveis, por excelência, pelas respostas às refrações da “questão social”, sendo as políticas sociais mediações entre o Estado e as classes sociais –, pode-se então afirmar que, conseqüentemente, as políticas sociais no atual contexto neoliberal são substancialmente alteradas em suas orientações e em sua funcionalidade.

Como solução parcial à crise capitalista, o neoliberalismo pretende a reconstituição do mercado livre, reduzindo, inclusive eliminando, a intervenção social do Estado em diversas áreas e atividades. Assim, nesta nova estratégia hegemônica (neoliberal) do grande capital, é concebido um novo tratamento à “questão social”. Cria-se uma modalidade polimórfica de respostas às necessidades individuais, diferentes conforme o poder aquisitivo de cada pessoa. Portanto, tais respostas não constituiriam um direito, mas uma atividade filantrópica/voluntária, ou um serviço comercializável; também a qualidade dos serviços responde ao poder aquisitivo da pessoa; a universalização cede lugar à focalização e à municipalização; a “solidariedade social” passa a ser localizada, pontual, identificada com a autoajuda e com a ajuda-mútua.

É assim que, no que concerne ao novo tratamento da “questão social”, a *orientação das políticas sociais estatais* é alterada de forma significativa. Elas são *privatizadas*, transferidas ao *mercado* e/ou inseridas na sociedade *civil*; por sua vez, contra o princípio universalista e de direito de cidadania, são *focalizadas*, isto é, dirigidas exclusivamente aos setores portadores de necessidades pontuais, o que permite sua *precarização*; finalmente, elas são também *descentralizadas administrativamente*, levando as regiões pobres a terem de se contentar com a administração de recursos insuficientes para suas respostas sociais (Laurell, *apud* Borgianni e Montaña, 2000a; Montaña, 2002).

Com isso, ocorrem, por um lado, *claras perdas de direitos conquistados* pelos trabalhadores e setores subalternos da sociedade, particularmente em relação às já precárias estruturas de atenção, assistência e segurança sociais. Passa-se da política social e da assistência social como um direito do cidadão – garantido pela ação estatal – para a ação voluntária, filantrópica, assistencialista, clientelista – desenvolvida no âmbito das organizações e pelos indivíduos da sociedade civil.

Por outro lado, observam-se inflexões na profissão repercutindo significativamente em pelo menos três níveis, conforme resumido a seguir.

- 1) Em sua *condição de trabalhador* – aumentando o desemprego profissional, precarizando o vínculo trabalhista, levando a uma tendência à “desprofissionalização”.
- 2) Em sua *demanda direta e indireta* – aumentando e diversificando as manifestações da “questão social” enfrentadas pelo assistente.
- 3) Em sua *prática de campo* – reduzindo os recursos para implementar serviços sociais; demandando o “tarefismo” ou o “ativismo”, que subordinam a qualidade do atendimento à quantidade, com a “desuniversalização” das políticas sociais, atuando o assistente social em microespaços; com a tendência à “filantropização” e ao “assistencialismo”, inclusive à “mercantilização” dos serviços sociais, retirando-lhes a dimensão de direito de cidadania.

2.7 Desenvolvimento em contexto de crise – ou o neodesenvolvimentismo contra a ortodoxia neoliberal

É nesse contexto de crise e hegemonia neoliberal que se *repõem e reconfiguram* o projeto e o debate do “desenvolvimento”.

Se, *na fase de expansão capitalista e da Guerra Fria*, existia um excedente econômico suficiente para financiar as políticas públicas (sociais, de infraestrutura, de promoção da produção e de consumo) e para promover o “desenvolvimento” (industrial/comercial e social) nos países centrais e, particularmente, nos países da América Latina – dado o interesse do grande capital na produção barata e no consumo abundante nesta região –, *no período de crise capitalista, fim do bloco socialista e da hegemonia neoliberal*, tal excedente diminui drasticamente, exigindo a redução do gasto público social e da tributação ao capital para manter as taxas de acumulação, bem como reorientando o investimento para os países da extinta União Soviética.

Se, na fase anterior, o “desenvolvimento” constituiu um processo vinculado à expansão estrutural da produção e do consumo, promovendo estruturalmente o crescimento industrial articulado a certo desenvolvimento social – principalmente nos países centrais –, no período atual, o “desenvolvimento” assume um caráter subordinado à lógica financeira – juros altos, austeridade fiscal, contenção do gasto social público, desregulação do mercado, redução do “custo-país” etc.

Se, no contexto expansionista, o desenvolvimento foi um projeto estrutural que acompanhou a expansão industrial/comercial e as conquistas políticas e sociais das classes trabalhadoras, o atual projeto “neodesenvolvimentista” constitui, na verdade, uma variante menos ortodoxa do projeto neoliberal em contexto de crise capitalista.

Se o desenvolvimentismo da fase de crescimento capitalista se sustentava em um pacto social entre o capital industrial/comercial (hegemonicamente) engajando a classe trabalhadora industrial-urbana, no atual contexto, este pacto social é substituído pela hegemonia do capital financeiro, com a exclusão das demandas dos trabalhadores.

No contexto expansionista, o desenvolvimento industrial/comercial se insere em política macroeconômica, de responsabilidade fundamentalmente estatal e empresarial, com participação importante de movimentos sociais. Contrariamente, na atualidade, o desenvolvimento perde o caráter estrutural, assumindo uma forma focalizada e autorresponsabilizadora: os chamados empreendedorismo e economia solidária, por um lado; e as políticas de geração de emprego e renda – focadas não em um processo estrutural, mas na promoção assistencialista e centrada de “pessoas carentes”, desresponsabilizando o Estado e desonerando o capital, bem como repassando a incumbência para a “sociedade civil”, transmutada em “terceiro setor”, e para os próprios indivíduos –, por outro. A dita sustentabilidade passa a ser o critério para esta noção de desenvolvimento.

2.8 O debate contemporâneo do desenvolvimento: menos Estado e mais sociedade civil – empreendedorismo, terceiro setor, responsabilidade social e sustentabilidade

No debate profissional do Serviço Social, assim como, de alguma maneira, no debate das ciências sociais em geral, essas mudanças têm impacto.

Perde centralidade o próprio conceito de desenvolvimento, assim como o de participação social. Por seu turno, começam a ganhar espaço os conceitos de controle social, empoderamento, parceria, solidariedade e sociedade civil organizada. Promover o desenvolvimento, agora, parece estar mais relacionado não à ação estrutural do Estado, articulando crescimento industrial com desenvolvimento social, mas à autonomização da esfera social. A comunidade parece ser substituída pelo “terceiro setor”; a política social estatal, pela ação social das pessoas, das ONGs e/ou das empresas; o enfrentamento da pobreza, concebido como um processo de solidariedade e responsabilidade social. Veja-se a seguir como se apresenta este debate na atualidade.

3 O ATUAL “ESTADO DAS ARTES” DO DEBATE PROFISSIONAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO

O objetivo deste capítulo é traçar um panorama, ou o “estado da arte”, da produção acadêmica do Serviço Social brasileiro relativamente ao tema do desenvolvimento. Para tanto, utilizaram-se como fontes de pesquisa: *i*) os dados constantes no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação (MEC); *ii*) os anais dos ENPESS; e *iii*) as revistas *Serviço social & sociedade* e *Katálysis*.

Para todas essas fontes, adotou-se como corte temporal a produção acadêmica realizada entre 2003 e 2010, correspondentes aos dois primeiros mandatos presidenciais do PT, sob o comando de Luiz Inácio Lula da Silva.

Quanto ao banco de teses e dissertações da Capes, foram selecionados apenas os trabalhos de programas de pós-graduação da área de Serviço Social com notas iguais ou superiores a 5. As revistas acadêmicas supracitadas, por sua vez, foram selecionadas por serem ambas as únicas avaliadas pela Capes com nota máxima (A1). Os anais dos ENPESS, por sua vez, foram analisados em sua totalidade.

A seleção dos trabalhos sobre o tema desenvolvimento deu-se mediante palavras-chave e/ou pela análise dos resumos das produções. Foram selecionados os trabalhos que trataram dos seguintes temas: *i*) desenvolvimento – teorias desenvolvimentista e da dependência e questões relacionadas – e neodesenvolvimentismo; *ii*) desigualdade, pobreza e pauperismo; e *iii*) combate à pobreza e orçamento público.

O levantamento de dados deu-se por meio destas palavras-chave: desenvolvimento; desenvolvimentismo; neodesenvolvimentismo; novo desenvolvimentismo (expressão exata); teoria da dependência (expressão exata); acumulação capitalista (expressão exata); desigualdade social (expressão exata); desigualdade; pauperismo; pobreza; combate à pobreza (expressão exata); e orçamento público (expressão exata). Os trabalhos que não apresentavam palavras-chave foram analisados mediante resumo e pelo título, sendo selecionados pela relação com os temas aqui expostos. Este critério também foi aplicado à escolha de alguns trabalhos que não incorporavam nenhuma das palavras-chave, mas guardavam clara relação com o tema pesquisado.

O resultado dessas buscas gerou uma tabela, na qual estão reunidas informações de 296 trabalhos. Estas se referem às seguintes categorias: ano, autor, título, tipo de publicação, instituição responsável, objeto/tema, palavras-chave, eixo temático, resumo, ideia central e região em que foi realizada a pesquisa. Os diferentes tipos de publicação analisados fizeram que, em alguns casos, nem todas as informações pudessem ser tabuladas.

Após isso, classificaram-se todos os trabalhos segundo a sua perspectiva teórico-política na relação com o tema tratado: desenvolvimento. Dividiram-se os trabalhos em três perspectivas básicas: acrítica, crítica reformista e crítica radical. Conforme será visto adiante, esta categorização fundamentou-se no pensamento de Mészáros (2008), que classifica nas sociedades de classes as formas específicas de consciência social nestas três tipologias.

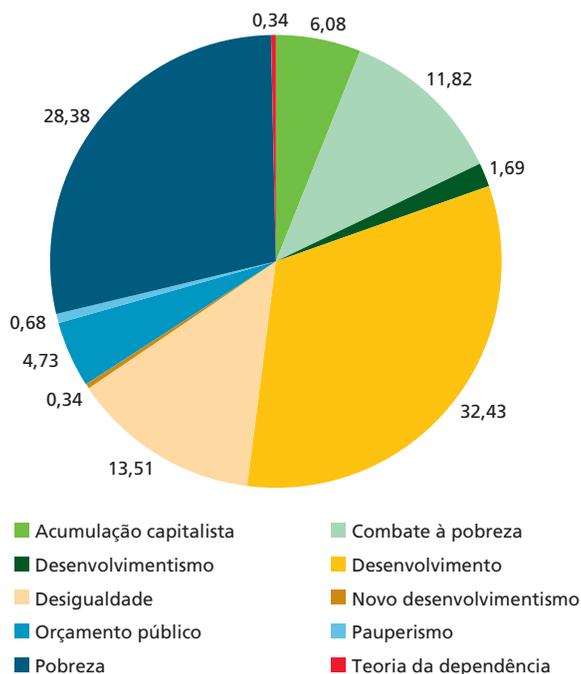
Por isso, a seguir, buscar-se-á descrever de modo sintético as informações coletadas. Tal apresentação será realizada em duas etapas. Em um primeiro momento, serão apresentadas as características dos trabalhos selecionados, com base nos critérios acima expostos. Em um segundo momento, será analisada a amostra relacionando-a com a classificação da perspectiva teórico-política, com o objetivo de apontar tendências gerais do debate no campo do Serviço Social.

4 DESCRIÇÃO DA AMOSTRA

4.1 Distribuição da produção acadêmica selecionada por eixo temático

A distribuição dos 296 trabalhos de acordo com o eixo temático revela a concentração em torno dos temas desenvolvimento (32,43%) e pobreza (28,38%), conforme se pode observar no gráfico 1. Ainda de acordo com o gráfico 1, depreende-se que os temas também com significativa representatividade são desigualdade (13,51%) e combate à pobreza (11,82%).

GRÁFICO 1
Frequência de temas
 (Em %)



Elaboração dos autores.

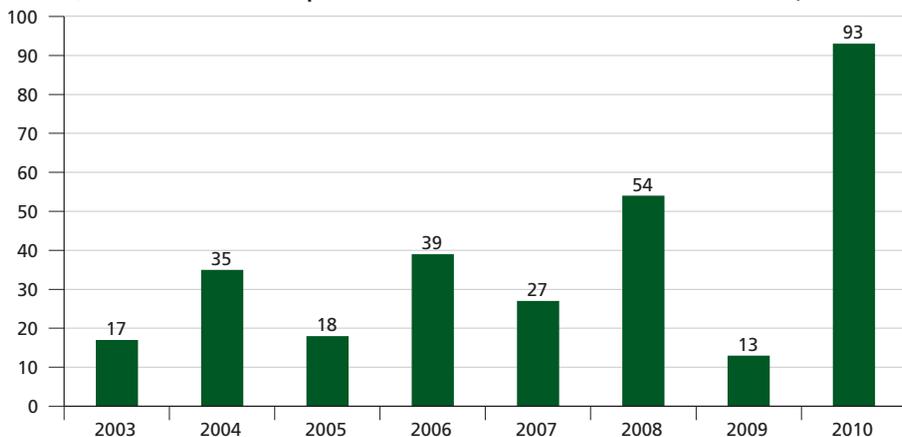
4.2 Distribuição temporal da produção

Adotando-se como critério de distribuição temporal da produção os trabalhos no ano de sua publicação, observa-se que houve um aumento de mais de cinco vezes nas produções relacionadas ao tema desenvolvimento. Em 2003, por exemplo, o número de trabalhos publicados total era dezessete; já em 2010, houve um aumento considerável, alcançando-se a marca de 93 publicações (gráfico 2).

Entretanto, vale ressaltar que essa disparidade entre o número de publicações em 2003 e em 2010 deve ser relacionada com a realização do ENPES em 2010, uma vez que o tema do encontro foi Crise do Capital e Produção do Conhecimento na Realidade Brasileira: Pesquisa para Quê, para Quem e Como? Este fato contribuiu para que a grande maioria dos trabalhos fosse apresentada e selecionada como contraponto ao neoliberalismo.

GRÁFICO 2

Quantidade de trabalhos publicados relacionados ao tema desenvolvimento (2003-2010)

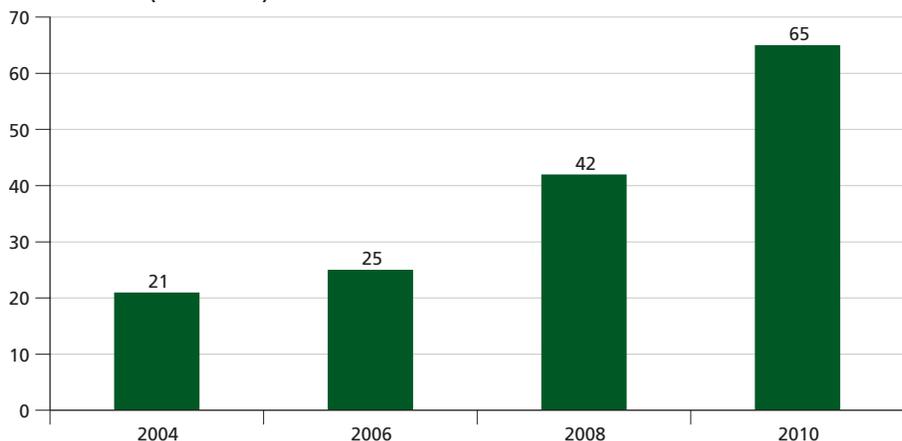


Elaboração dos autores.

Mesmo se considerando apenas o ENPESS, evento realizado a cada dois anos, porém, dentro do corte temporal aqui adotado, percebe-se que houve um crescimento das pesquisas relacionadas à temática do desenvolvimento, como se verifica no gráfico 3.

GRÁFICO 3

Quantidade de trabalhos relacionados ao tema desenvolvimento publicados no ENPESS (2004-2010)



Elaboração dos autores.

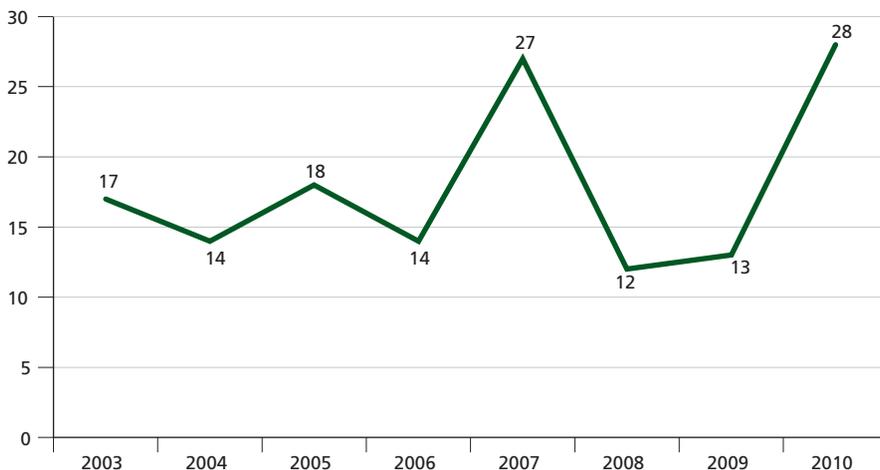
De 2004 a 2010, então, triplicaram os trabalhos publicados nos anais do evento, passando de 21 para 65, respectivamente (gráfico 3). Esta tendência de crescimento das publicações foi se confirmando entre os anos em destaque, como se percebe em 2006 e 2008, quando o número de publicações passou de 25 para 42, respectivamente, nos encontros do ENPESS (gráfico 3).

Essa tendência de crescimento das publicações correlatas ao tema desenvolvimento também pode ser verificada nas publicações sem se considerar o evento. Assim, considerando-se apenas as publicações nas revistas *Serviço social & sociedade* e *Katálysis* e as teses e dissertações analisadas no período em destaque, nota-se, como se observa no gráfico 4, que, mesmo se mantendo a tendência de crescimento – referente ao período 2003-2010 –, houve, entre 2003 e 2009, várias oscilações, ao contrário do crescimento linear verificado nas publicações do ENPESS.

Dessa forma, excluindo-se os trabalhos do ENPESS, em 2003 o número de publicações foi dezessete (12%), enquanto em 2004 este caiu para quatorze (10%), conforme dados do gráfico 4. Em 2005 mantém-se os 13% do total destas, correspondendo a dezoito trabalhos; enquanto em 2006 houve quatorze, mantendo-se a margem de 10% da publicação total. Em 2007, porém, este índice aumenta novamente, correspondendo a quase o dobro de publicações do ano anterior, e a pouco mais que o dobro do ano seguinte. Neste ano, portanto, houve 27 publicações, correspondentes a 19% do total de trabalhos publicados, enquanto em 2008 e 2009 houve, respectivamente, apenas doze (8%) e treze (9%) trabalhos publicados. O crescimento só é retomado em 2010, quando se atinge o patamar de 19% do total de publicações, correspondendo a 28 trabalhos publicados em revistas e defesas de teses e dissertações, como se percebe no gráfico 4.

GRÁFICO 4

Quantidade de publicações relacionadas ao tema desenvolvimento sem considerar o ENPESS (2003-2010)



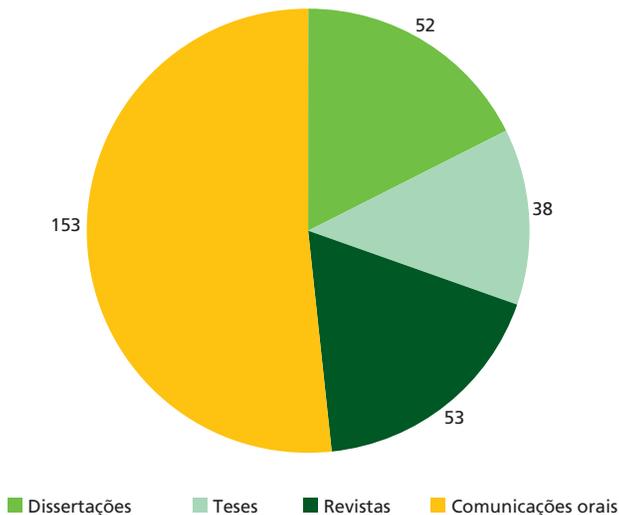
Elaboração dos autores.

Portanto, somando-se as publicações nas revistas, teses e dissertações, obtém-se um total de 143 (48%) trabalhos; juntando-se estes com as 153 (52%) publicações dos ENPESS, totalizam-se 296 trabalhos analisados, conforme já destacado. Assim, apesar da oscilação dos trabalhos ao se excluir o ENPESS, pode-se afirmar que, de modo geral, as produções relacionadas, direta ou indiretamente, ao tema do desenvolvimento no Serviço Social seguiram a tendência de crescimento no período 2003-2010.

4.3 Distribuição das publicações por tipo de produção

Dos trabalhos levantados nesta pesquisa, foram analisadas 52 dissertações, correspondendo a 17% das publicações analisadas, e 38 teses, correspondendo a 13% das análises. As publicações em revistas somaram 53, ou seja, 18% do total destas, assim dispostas: 27 na revista *Serviço social & sociedade* e 26 na *Katálysis*. Por fim, representam 52% do total das publicações as comunicações orais do ENPESS, com 153 trabalhos distribuídos no período 2003-2010, consoante demonstrado no gráfico 5.

GRÁFICO 5
Tipo de publicação (2003-2010)

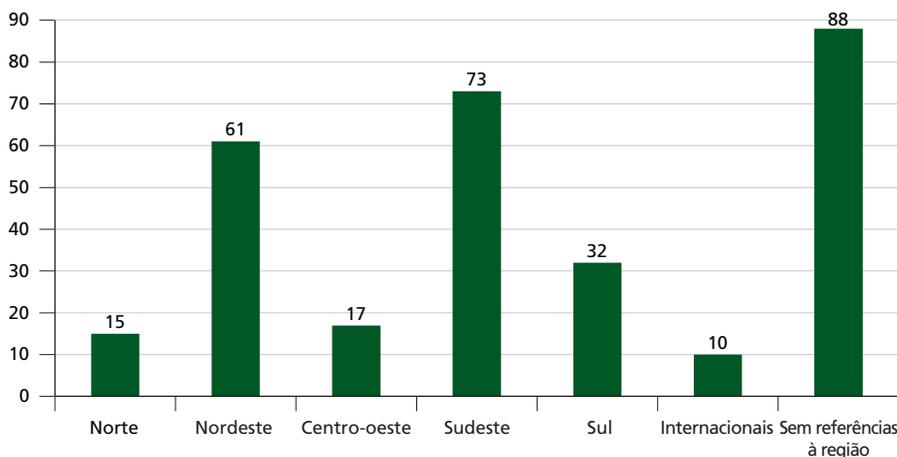


Elaboração dos autores.

4.4 Distribuição das pesquisas por região

Das produções analisadas, foi levantado o número de pesquisas relacionadas às cinco regiões do país. Consideraram-se, para tanto, os objetivos descritos nos resumos das publicações no que se refere à aplicabilidade da pesquisa em cada região.

GRÁFICO 6
Pesquisas por região (2003-2010)



Elaboração dos autores.

Nesse sentido, as pesquisas foram assim distribuídas: quinze (5%) para a região Norte; 61 (20%) para a região Nordeste; dezessete (6%) para a região Centro-Oeste; 73 (25%) para a região Sudeste; e 32 (11%) para a região Sul, totalizando 198 trabalhos, de acordo com os temas pesquisados. O restante dos trabalhos (98) corresponde aos bibliográficos sem referência à região específica, sendo 88 (30%) ao todo, e àqueles que fazem referência a outros países, podendo ser pesquisas de natureza comparativa com a realidade brasileira, ou mesmo de conjunturas específicas de outros países, não ultrapassando dez (3%) pesquisas.

A tabela 1 mostra a distribuição percentual das pesquisas por região no Brasil, as pesquisas internacionais/comparativas, bem como as de natureza bibliográfica sem especificação da região.

TABELA 1
Quantidade de trabalhos por região
(Em %)

| Região | Quantidade de trabalhos |
|--------------------------|-------------------------|
| Norte | 5 |
| Nordeste | 20 |
| Centro-Oeste | 6 |
| Sudeste | 25 |
| Sul | 11 |
| Internacional | 3 |
| Sem referências à região | 30 |

Elaboração dos autores.

Diante disso, pode-se perceber que as regiões Sudeste (25%) e Nordeste (20%) concentram o maior índice de trabalhos, seguidas pelas regiões Sul (11%), Centro-Oeste (6%) e Norte (5%). Busca-se aqui, pois, mostrar a seguir os tipos de publicação e, em seguida, expor a frequência de temas conforme a região.

4.5 Tipos de publicação e frequência de temas por região

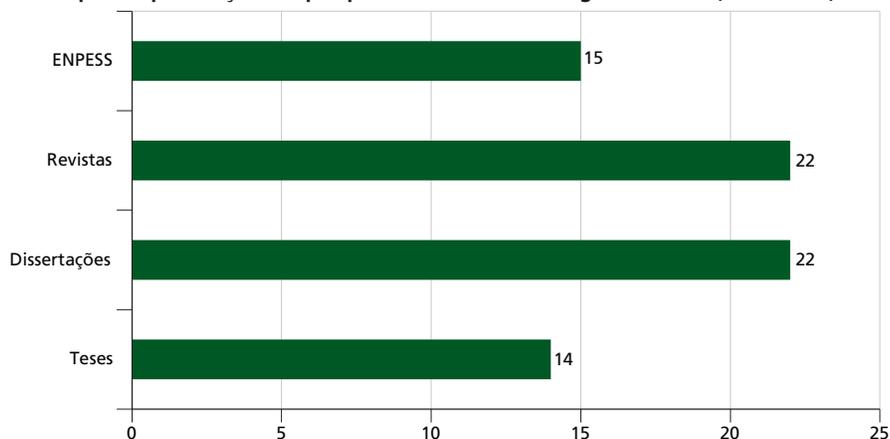
As pesquisas foram divididas por tipo de publicação e frequência de temas, relacionando-as com as suas respectivas regiões.

4.5.1 Tipos de publicação na região Sudeste

A região Sudeste apresenta o maior número de pesquisas, com um total de 73 trabalhos, entre comunicações orais do ENPSS, revistas, dissertações e teses.

GRÁFICO 7

Tipos de publicação das pesquisas relacionadas à região Sudeste (2003-2010)



Elaboração dos autores.

Conforme demonstrado no gráfico 7, das 73 pesquisas relacionadas à região Sudeste, os artigos publicados em revistas e as dissertações expressam o maior número de publicações (22), seguidos pelos trabalhos publicados nos anais do ENPSS (15) e pelas defesas de teses durante o período analisado (14).

As defesas de teses e as dissertações podem ser distribuídas entre as universidades pesquisadas dessa região conforme disposto na tabela 2.

TABELA 2

Distribuição de teses e dissertações por universidade da região Sudeste (2003-2010)

| Universidade | Dissertações | Teses | Total |
|--|--------------|-------|-------|
| Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) | 7 | 3 | 10 |
| Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) | 9 | - | 9 |
| Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) | 6 | 11 | 17 |

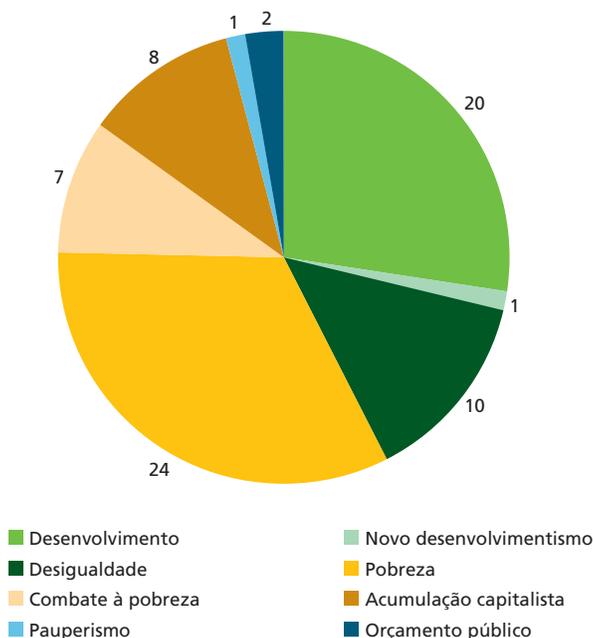
Elaboração dos autores.

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) apresenta o maior número de defesas de teses (onze) relacionadas ao tema pesquisado, acompanhada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com três teses publicadas. Entre 2003 e 2010, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), não houve defesa de tese relacionada ao tema desenvolvimento e às palavras-chave aqui pesquisadas; contudo, houve o maior número de dissertações (nove) defendidas no período aqui em destaque, seguida pela UFRJ (sete) e pela PUC/SP (seis).

4.5.2 Frequência de temas na região Sudeste

Os temas que mais apareceram nas publicações indicadas estão divididos nesta ordem, conforme disposto no gráfico 8, em: *i*) pobreza, com 24 publicações (33%); *ii*) desenvolvimento, com vinte publicações (27%); *iii*) desigualdade, com dez publicações (14%); *iv*) acumulação capitalista, com oito publicações (11%); e *v*) combate à pobreza, com sete publicações (10%).

GRÁFICO 8
Frequência de temas na região Sudeste (2003-2010)



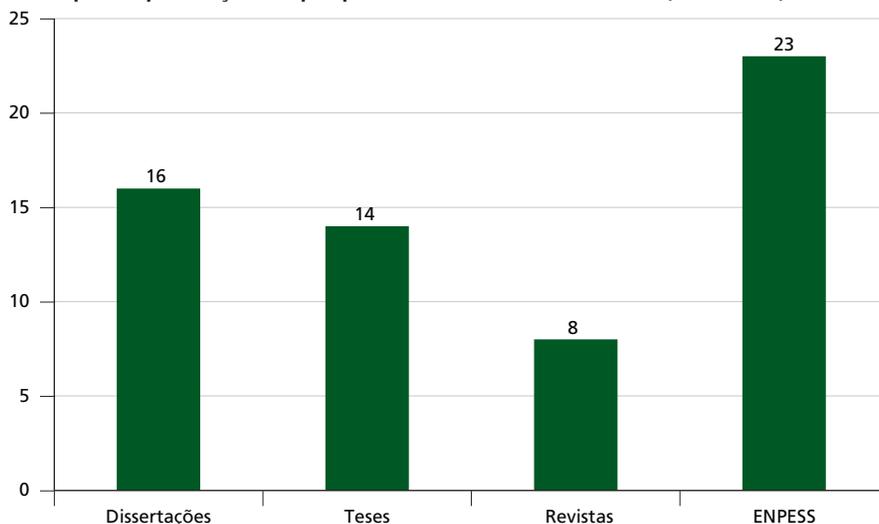
Elaboração dos autores.

4.5.3 Tipos de publicação na região Nordeste

O gráfico 9 expõe, para o Nordeste, com o segundo maior número de trabalhos publicados, a divisão por tipo de publicação: 23 comunicações orais no ENPES; dezesseis dissertações; quatorze teses; e oito artigos em revistas, totalizando 61 trabalhos.

GRÁFICO 9

Tipos de publicação das pesquisas relacionadas ao Nordeste (2003-2010)



Elaboração dos autores.

As defesas de teses e dissertações dos programas de pós-graduação analisados no Nordeste somam trinta pesquisas, as quais podem ser divididas em: dez dissertações e sete teses defendidas na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e seis dissertações e sete teses na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), conforme dados da tabela 3.

TABELA 3

Distribuição de teses e dissertações, por universidade, na região Nordeste (2003-2010)

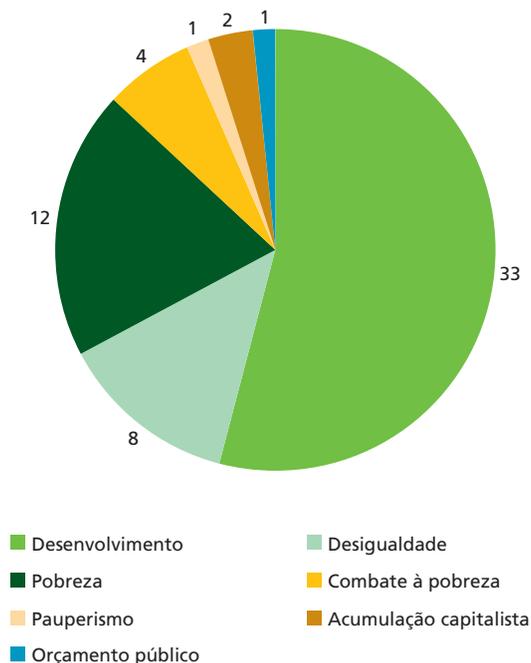
| Universidade | Dissertações | Teses | Total |
|---|--------------|-------|-------|
| Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) | 10 | 7 | 17 |
| Universidade Federal do Maranhão (UFMA) | 6 | 7 | 13 |

Elaboração dos autores.

4.5.4 Frequência de temas na região Nordeste

Dos 61 trabalhos da região Nordeste analisados, a frequência dos temas está distribuída em: *i*) desenvolvimento, com 33 trabalhos (54%); *ii*) pobreza, com doze trabalhos (20%); *iii*) desigualdade, com oito trabalhos (13%); *iv*) combate à pobreza, com quatro trabalhos (6%); *v*) acumulação capitalista, com dois trabalhos (3%); e *vi*) pauperismo e orçamento público, ambos com um trabalho (2%), conforme dados do gráfico 10.

GRÁFICO 10
 Frequência de temas no Nordeste (2003-2010)



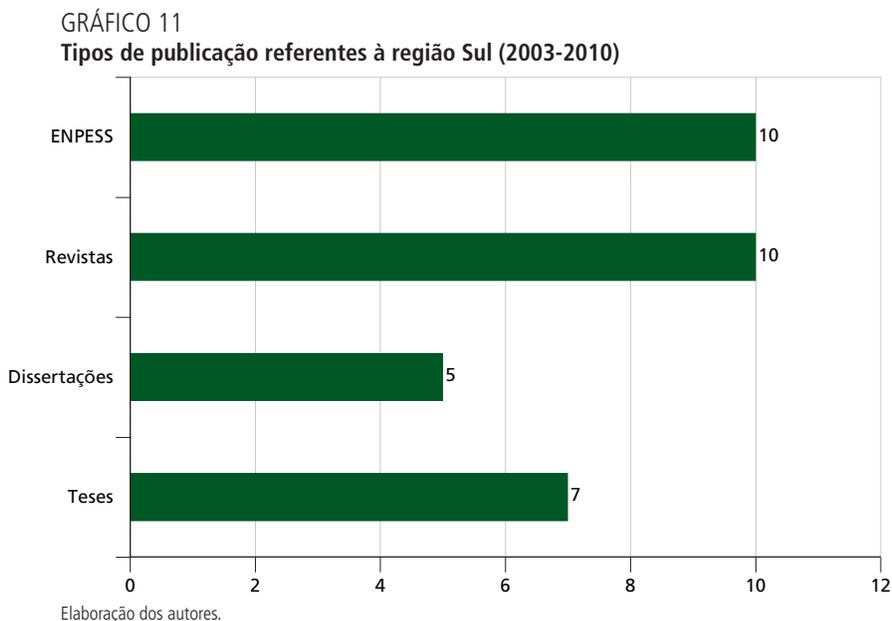
Elaboração dos autores.

No Nordeste, portanto, os temas de maior incidência, considerando-se o período em tela, foram: desenvolvimento – com mais da metade das publicações –, pobreza e desigualdade, nesta ordem.

4.5.5 Tipos de publicação na região Sul

O terceiro maior volume de pesquisas refere-se à região Sul, que atinge um total de 32 trabalhos, divididos em dez comunicações publicadas no ENPESS, dez artigos publicados em revistas, sete teses e cinco dissertações (gráfico 11).

Como apontado pelo gráfico 11 adiante, na região Sul predominam as publicações no ENPESS e nas revistas, sendo ambos responsáveis por 62,5% das publicações referentes ao Sul. As dissertações e teses analisadas referem-se apenas às defesas realizadas na PUC-RS entre 2003 e 2010, sendo cinco dissertações e sete teses.



4.5.6 Frequência de temas referentes à região Sul

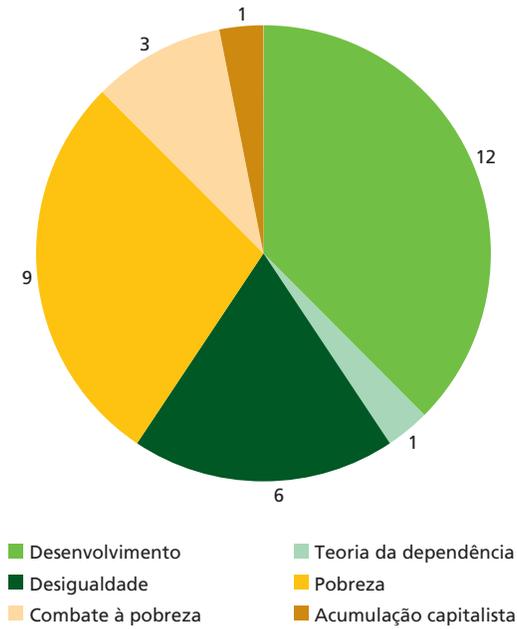
Os temas mais frequentes observados nos trabalhos que se referiam à região Sul são, nesta ordem: *i*) desenvolvimento, com doze trabalhos (38%); *ii*) pobreza, com nove trabalhos (28%); *iii*) desigualdade, com seis trabalhos (19%); *iv*) combate à pobreza, com três trabalhos (9%); e *v*) teoria da dependência e acumulação capitalista, com apenas um trabalho cada (3%), conforme exposto no gráfico 12

Na região Sul, então, as publicações seguem a tendência geral até aqui exposta, de a temática do desenvolvimento ocupar um dos principais lugares nas produções acadêmicas, junto com os temas pobreza e desigualdade.

4.5.7 Tipos de publicação referentes à região Centro-Oeste

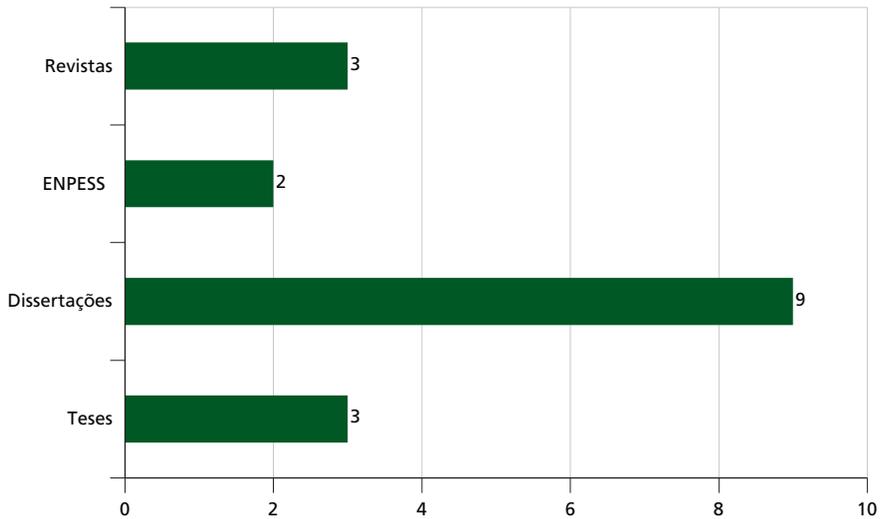
Com o segundo menor número de publicações acerca do tema desenvolvimento está a região Centro-Oeste, com apenas dezessete pesquisas. A divisão destas por tipo de publicação segue, portanto, esta ordem: defesas de dissertações possuem 53% das publicações, sendo nove defesas no período analisado desta região; três publicações em revistas e três defesas de teses, correspondendo a cerca de 17,5% das publicações cada uma; e duas (12%) comunicações orais apresentadas no ENPESS, como exposto no gráfico 13.

GRÁFICO 12
 Frequência de temas relacionados à região Sul (2003-2010)



Elaboração dos autores.

GRÁFICO 13
 Tipos de publicação referentes à região Centro-Oeste (2003-2010)



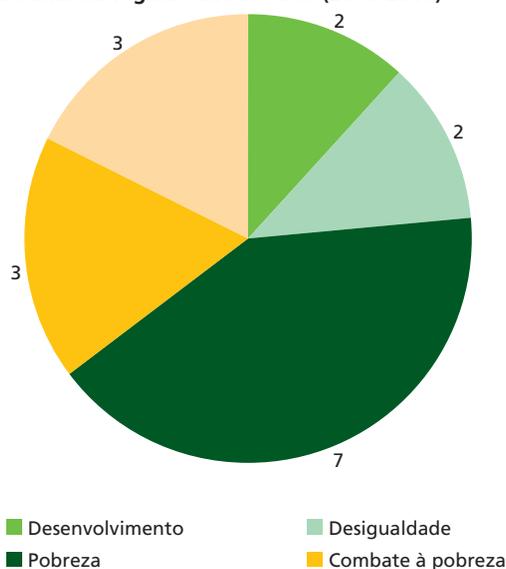
Elaboração dos autores.

Na região Centro-Oeste, o maior número de pesquisas é oriundo das defesas de dissertações ocorridas no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB). Se forem somadas as defesas de teses e dissertações levantadas, esta passa a ser responsável por mais de 70% das publicações entre 2003 e 2010.

4.5.7 Frequência de temas referentes à região Centro-Oeste

Na região Centro-Oeste, a frequência dos temas pesquisados foi: *i*) pobreza, com sete publicações (41%); *ii*) orçamento público e combate à pobreza, com três publicações respectivamente (17,5%); e *iii*) desigualdade e desenvolvimento, ambos com dois trabalhos (12%), conforme disposto no gráfico 14.

GRÁFICO 14
Frequência de temas na região Centro-Oeste (2003-2010)



Elaboração dos autores.

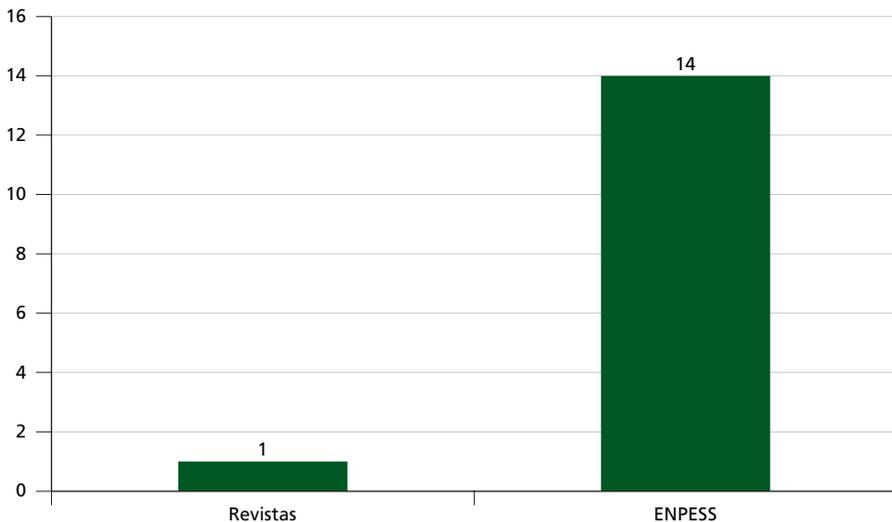
Conforme o levantamento feito por esta pesquisa, na região Centro-Oeste, pobreza é o tema mais pesquisado (sete trabalhos analisados, ou 41% das publicações), seguido de orçamento público (três; 18%) e combate à pobreza (três; 18%), assim dispostos no gráfico 14. Desenvolvimento apresenta, junto com desigualdade, o menor número de pesquisas, ambos com dois trabalhos (12%).

4.5.8 Tipos de publicação referentes à região Norte

As publicações que se referem à região Norte podem ser divididas em quatorze comunicações orais, publicadas no ENPESS, e um artigo de revista, compondo o total de quinze publicações entre 2003 e 2010 (gráfico 15).

GRÁFICO 15

Tipos de publicação referentes à região Norte (2003-2010)



Elaboração dos autores.

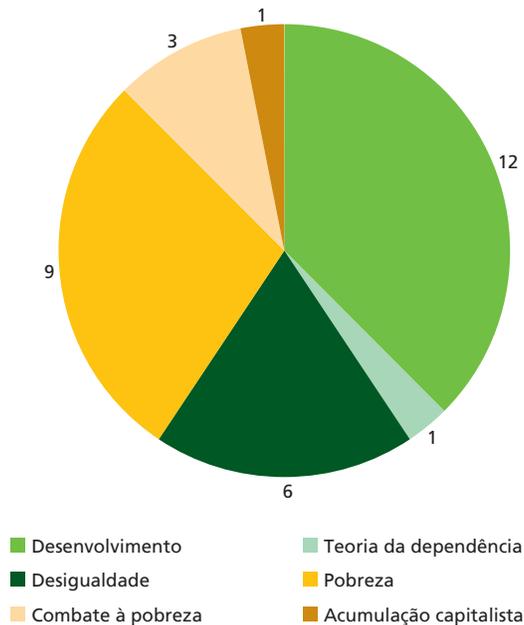
Assim, dos dados levantados, as pesquisas que se referem à região Norte possuem 93% das publicações no ENPESS. Os outros 7% correspondem a apenas um artigo de revista.

4.5.9 Frequência de temas relacionados à região Norte

A frequência dos temas pesquisados relacionados à região Norte se divide em: *i*) desenvolvimento, com nove trabalhos publicados (60%); *ii*) acumulação capitalista, com dois trabalhos (13%); e *iii*) desenvolvimentismo, pobreza, desigualdade e combate à pobreza, com um trabalho cada tema, conforme exposto no gráfico 16.

Na região Norte, o tema mais recorrente foi, portanto, desenvolvimento, seguindo a tendência geral da pesquisa. Os outros temas já assinalados tiveram um número de trabalhos com diferença pouco significativa.

GRÁFICO 16
 Frequência de temas relacionados à região Norte (2003-2010)



Elaboração dos autores.

5 A DISTRIBUIÇÃO DAS PUBLICAÇÕES POR PERSPECTIVA TEÓRICO-POLÍTICA

Conforme sinalizado anteriormente, buscou-se, com base no levantamento das produções acadêmicas sobre o tema desenvolvimento entre 2003 e 2010, dividir os resumos das publicações por perspectivas teórico-políticas, tendo como referência as tipologias apresentadas por Mészáros (2008).

Segundo Mészáros (2008), nas sociedades de classes, as formas específicas de consciência social podem ser caracterizadas em três tipologias: *i*) as que defendem ou não veem problemas na ordem capitalista; *ii*) as que indicam os limites e as irracionalidades do modo de produção capitalista, mas não visam a sua superação; e *iii*) as que questionam radicalmente a ordem para sua superação.

A primeira forma de consciência social, segundo Mészáros (2008, p. 11), “apoia a ordem estabelecida com uma atitude acrítica, adotando e glorificando a contiguidade do sistema dominante”, que doravante classificou-se de publicações de perspectivas *acríticas*.

Nesse contexto, as de segundo tipo são as que “expõe[m], com êxito significativo, as irracionalidades da *forma específica* de sociedade de classe (...) mas sua crítica é viciada pelas contradições de sua própria posição social” (Mészáros, 2008, p. 11). Ou seja, este

tipo de ideologia aponta as contradições do modo de produção capitalista, mas indica como solução reformas dentro da ordem estabelecida. Sendo assim, classificaram-se como publicações de posições *reformistas*.

Por fim, “em contraste com as duas anteriores, [o terceiro tipo] questiona radicalmente a persistência histórica do próprio horizonte de classe, antevendo, como objetivo de sua intervenção prática consciente, a supressão de todas as formas de antagonismo de classe” (Mészáros, 2008, p. 11). Tais publicações foram denominadas perspectivas *radicais*.

Essas classificações se expressam, em relação ao tema da investigação (desenvolvimento e questões correlatas), conforme exposto a seguir.

- Perspectiva *acrítica*: quando não relaciona o tema (pobreza, pauperismo, desigualdade, acumulação, desenvolvimento etc.) com a análise crítica do atual modelo econômico hegemônico e/ou a forma pela qual a economia capitalista brasileira vem se desenvolvendo, incorporando, desta forma, perspectivas liberal, conservadora, neoliberal, neoconservadora ou pós-moderna.
- Perspectiva crítica-reformista: quando relaciona criticamente a forma de desenvolvimento da economia capitalista, no geral, e, especificamente, a brasileira com os temas selecionados, afirmando, ao mesmo tempo, outra alternativa (desenvolvimento sustentável; desenvolvimento local ou regional; aumento para os recursos de assistência e seguridade social etc.), porém, dentro da ordem.
- Perspectiva crítica-radical: quando relaciona criticamente os temas em questão com o desenvolvimento capitalista, no geral, e, especificamente, o brasileiro, pondo em perspectiva a necessidade de superação do capitalismo como condição para superação desses problemas.

É importante destacar que a classificação refere-se exclusivamente a sua relação com o tema do desenvolvimento. Por esta razão, os resumos cujos temas são imbricados com outras determinações da economia capitalista – tais como pobreza, desigualdade, pauperismo etc. – podem apresentar uma perspectiva teórica que seja em si mesma crítica, mas *acrítica* em relação ao desenvolvimento capitalista em sua forma atual no Brasil. Nesse sentido, como visto anteriormente, os autores concordaram com as análises que enquadram o projeto de desenvolvimento brasileiro atual (ou neodesenvolvimentismo), no máximo, como uma variação ajustada do modelo neoliberal.

Em relação à *crítica-reformista*, referiu-se, neste trabalho, a um nível de análise bastante heterogêneo, mas que encontra na necessidade de um outro tipo de desenvolvimento da economia capitalista, no sentido distributivista, um ponto comum (seja ele “sustentável”, democrático, “mais justo” etc.).

Finalmente, foram consideradas como *crítica-radical* aquelas análises que encontram nos fundamentos da economia capitalista e em suas formas particulares de desenvolvimento os nexos explicativos das manifestações da “questão social” ou das políticas sociais no quadro brasileiro da última década, apresentando a necessidade de superação da ordem do capital.

No que tange ao Serviço Social, o mapeamento dessas diferentes perspectivas em âmbito nacional e a possibilidade de projetar algumas tendências têm substancial importância. O profissional desta área vincula-se, por sua própria natureza, às políticas sociais, as quais são necessária e funcionalmente vinculadas a um tipo de desenvolvimento da economia capitalista. Assim, ao lidar, em seu cotidiano profissional, com as manifestações da “questão social”, não lhe é indiferente – quando se trata de explicar tais manifestações – que se trate de uma economia de orientação neoliberal, keynesiana, social-democrata, de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável etc. Do mesmo modo, tanto a “questão social” quanto as diferentes formas de desenvolvimento capitalista são determinadas pelos fundamentos deste modo de produção. Nesse sentido, o critério de classificação aqui adotado remete à relação estabelecida entre os fenômenos, objetos e temas estudados e suas determinações mais essenciais.

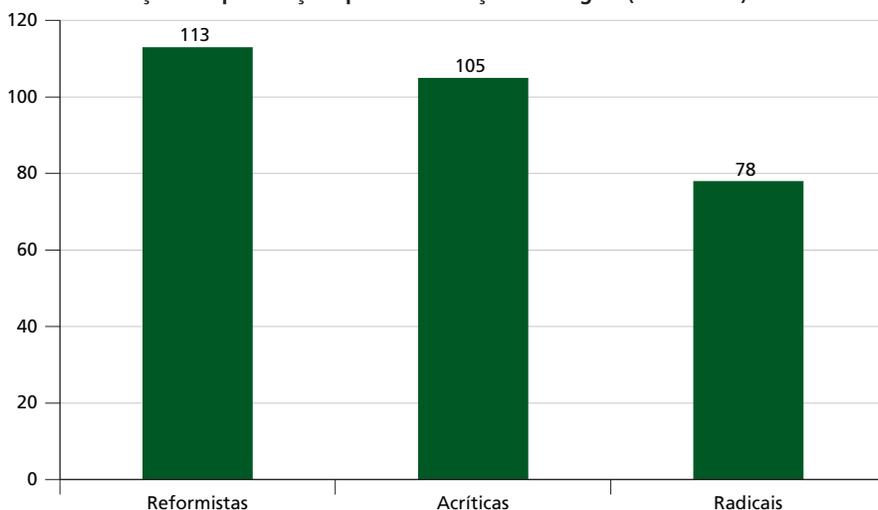
Evidentemente que pode haver equívocos na classificação de cada trabalho se considerado isoladamente. Entre outros motivos, isto ocorre pelo fato de a análise levar em conta, fundamentalmente, os resumos dos trabalhos selecionados. Os resumos acadêmicos têm o objetivo de:

apresentar aspectos das pesquisas a que se referem; trazem uma certa padronização quanto à estrutura composicional: anunciam o que se pretendeu investigar, apontam o percurso metodológico realizado, descrevem os resultados alcançados; e, em sua maioria, seu estilo verbal é marcado por uma linguagem concisa e descritiva, formada de frases assertivas, em um certo tom “enxuto”, impessoal, sem detalhamento, com ausência de adjetivos e advérbios. É verdade que nem todo resumo traz em si mesmo e de idêntica maneira todas as convenções previstas pelo gênero: em alguns falta a conclusão da pesquisa; em outros, falta o percurso metodológico; ainda em outros, pode ser encontrado um estilo mais narrativo (Ferreira, 2002, p. 268).

Nesse sentido, quando se realiza a classificação dos resumos dos trabalhos selecionados, sabe-se que não se têm elementos suficientes para se avaliar, com exatidão, a perspectiva ético-política adotada na produção. No entanto, a proposta aqui não consiste em classificar com perfeição cada produção tomada isoladamente, nem mesmo estabelecer um panorama do todo com precisão estatística. O objetivo é que tal classificação, em sua totalidade, permita detectar tendências da produção acadêmica do Serviço Social em sua relação com o tema do desenvolvimento.

Então, cabe ressaltar que a análise realizada da perspectiva teórico-política expressa pelos autores em seus resumos em hipótese alguma incide sobre a qualidade acadêmica da produção, tampouco pode ser considerada a perspectiva efetivamente adotada na tese/dissertação/artigo. Ou seja, pode haver resumos com concepções acríicas, cuja produção efetivamente é acríica e bem desenvolvida, academicamente falando, assim como podem ocorrer, também, análises críicas no resumo que não se realizam na produção e cuja qualidade acadêmica é baixa. Postas estas considerações, vejam-se os dados do gráfico 17.

GRÁFICO 17
Distribuição das publicações por classificação ideológica (2003-2010)



Elaboração dos autores.

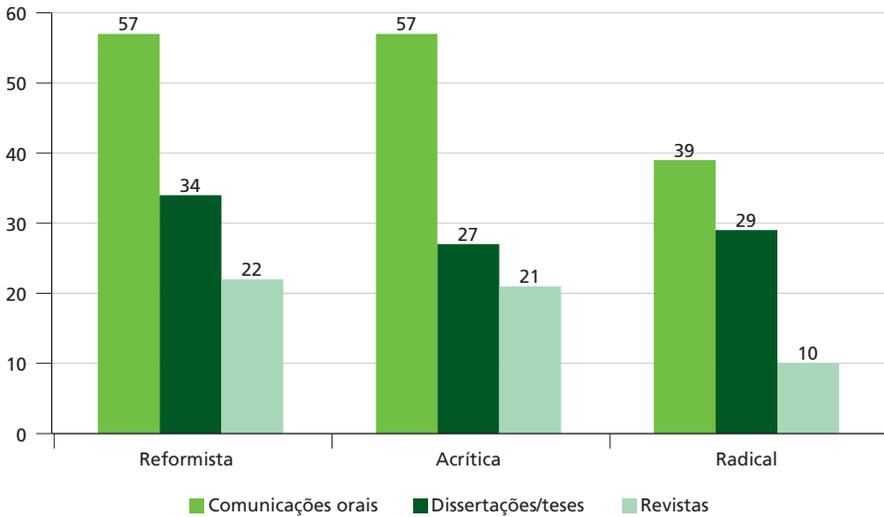
Dessa forma, com base nas tipologias de ideologias indicadas por Mészáros (2008), do total de 296 publicações pesquisadas, constatou-se que 113 (ou aproximadamente 38% das publicações) se encaixam no perfil *reformista*; 105 publicações (36% do total) são classificadas como *acríicas*; e, consequentemente, 78 publicações (26%) se enquadram no perfil *radicais* (gráfico 17).

Esses dados indicam que as publicações na área do Serviço Social brasileiro não estão defendendo a ordem estabelecida na atualidade, pois, se juntamos as reformistas e as radicais, teremos 64% do total.

Continuando nessa linha de análise, percebe-se, nos gráficos adiante, que o caráter quantitativo da publicação comunicação oral é maior, mas que há uma equalização entre 57 publicações tanto de caráter reformista como acríica dentro deste tipo de publicação.

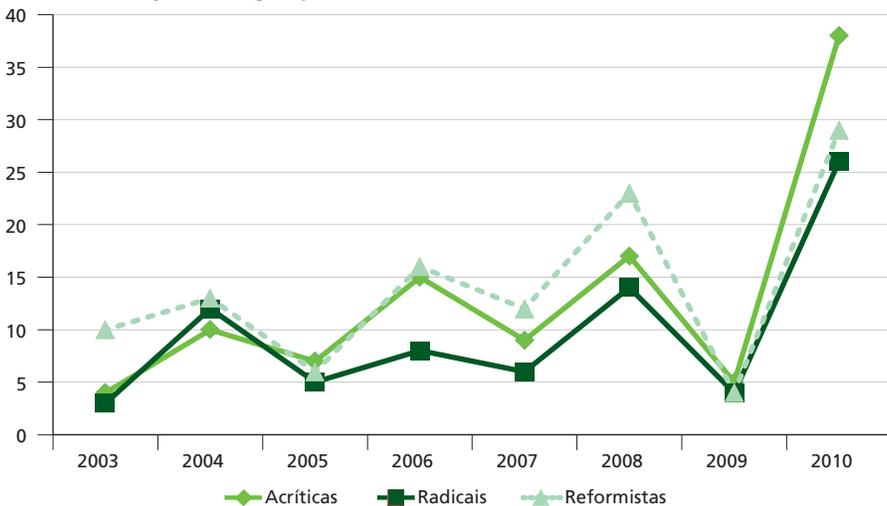
Nas teses e dissertações, a maioria da produção acadêmica é *reformista* ou *radical* (respectivamente, 34 e 29 publicações, conforme o gráfico 18). Isto aponta que os estudantes de pós-graduação na área de Serviço Social não estão satisfeitos com a ordem estabelecida, seja para tender à reforma, seja para tender à radicalização.

GRÁFICO 18
Distribuição de publicações por tipo de classificação acadêmica e ideológica (2003-2010)



Elaboração dos autores.

GRÁFICO 19
Classificação ideológica por ano (2003-2010)



No entanto, ao se analisar a distribuição das categorias no tempo, percebe-se que existe uma tendência para o aumento tanto de quem é “acrítico” à ordem como de quem aponta as contradições do modo de produção – reformistas e radicais (gráfico 19). Percebe-se que de 2008 para 2009 houve uma queda generalizada nas três categorias de análise e que em 2010 estas voltam a crescer substantivamente. Mesmo dividindo-se as publicações por questão ideológica, percebe-se que tanto os “acríticos” quanto os “reformistas” e os “radicais” têm uma tendência ao crescimento; mas se se juntar os “radicais” com os “reformistas” revela-se a tendência à insatisfação com a realidade brasileira no tocante à questão do desenvolvimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando-se a questão do desenvolvimento no Serviço Social brasileiro, constatou-se que a produção acadêmica dentro do marco temporal de 2003 a 2010, anos de gestão dos dois governos Lula, indicou a concentração das publicações em torno dos temas desenvolvimento, pobreza, desigualdade e combate à pobreza.

Com relação às publicações por distribuição temporal, notou-se que houve um crescimento considerável das publicações ao longo de 2003-2010. Este crescimento deve-se às publicações nos ENPESS em separado, como nas outras publicações analisadas. Como as produções deste são determinantes para o aumento dos trabalhos nos anos de seu acontecimento, pode-se notar seu peso no *estado da arte* sobre desenvolvimento no Serviço Social. Porém, mesmo sem se considerar o peso das publicações no ENPESS, esta tendência de crescimento das publicações permaneceu nas revistas, teses e dissertações analisadas.

Nesse sentido, as produções dos programas de pós-graduação analisados correspondem a 30% da publicação total, dividida em teses e dissertações. As publicações em revistas correspondem a 18% das publicações gerais, enquanto os restantes 52% das produções foram realizadas nos ENPESS. Por esta razão, de acordo com os tipos de produção analisados no período, o peso deste vem seguido, nesta ordem, pelas defesas de teses e dissertações e pelas publicações nas revistas analisadas.

Ao se relacionarem as pesquisas levantadas com as cinco regiões do país, percebe-se que a região Sudeste possui o maior número de pesquisas, seguida pelo Nordeste, pela região Sul, pelo Centro-Oeste e pela região Norte. No Sudeste, contudo, as revistas e as universidades tiveram papel fundamental para o número de publicações analisadas, haja vista que foram analisadas quatro universidades. No Nordeste e no Norte, por sua vez, o tipo de publicação de maior peso foram as comunicações orais do ENPESS, consideradas as teses e dissertações separadamente. No Centro-Oeste, os trabalhos do ENPESS tiveram peso pouco significativo, sendo

as dissertações responsáveis pelo maior número de publicações nesta região. Por fim, no Sul, os trabalhos que mais interferiram no número de produções foram as publicações do ENPESS e os artigos das revistas analisadas.

Ao se relacionarem os temas mais frequentes por região, concluiu-se que o tema desenvolvimento tem maior expressividade nas publicações referentes às regiões, nesta ordem: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Nas quatro primeiras regiões assinaladas, o tema desenvolvimento ocupa os principais assuntos abordados, junto com pobreza e desigualdade. Na região Centro-Oeste, porém, o tema que mais predomina é pobreza, enquanto os demais têm uma relativa semelhança no número de publicações.

Tratando-se da divisão das publicações de acordo com a classificação ideológica, constatou-se que a maioria se enquadra no perfil *reformista* (38%), seguido do *acrítico* (36%) e do *radical* (26%). Constatamos que as publicações na área do Serviço Social brasileiro referentes ao tema *desenvolvimento* têm o caráter de crítica ao neoliberalismo, pois se juntarmos as pesquisas de caráter reformistas com as de caráter radical teremos 64% do total das publicações analisadas neste *estado da arte*.

Portanto, nessa divisão categorial entre tendências *reformistas* e *radicais*, deve-se considerar uma tendência geral dos trabalhos tecerem a crítica ao neoliberalismo, porém sem com isso buscarem uma superação da ordem capitalista.

REFERÊNCIAS

- AMMANN, Safira Bezerra. **Participação social**. São Paulo: Cortez; Moraes, 1978.
- _____. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1980.
- _____. **Movimento popular de bairro**. São Paulo: Cortez, 1991.
- ANDER-EGG, Ezequiel *et al.* **Metodología y práctica del desarrollo de la comunidad**. Buenos Aires: Humanitas, 1978.
- BAPTISTA, Miriam Veras. **Desenvolvimento de comunidade**. São Paulo: Cortez; Moraes, 1976.
- BORGIANI, Elisabete; MONTAÑO, Carlos. (Orgs.). **La política social hoy**. São Paulo: Cortez, 2000a. (Coleção Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social, v. 5).
- _____. **Metodología y servicio social, hoy en debate**. São Paulo: Cortez, 2000b. (Coleção Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social, v. 6).

BORGIANNI, Elisabete; MONTAÑO, Carlos; GUERRA, Yolanda. **Servicio social crítico**: hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional. São Paulo: Cortez, 2003. (Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social, v. 10).

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento**: Brasil JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CORNELY, Seno. **Serviço Social, planejamento e participação comunitária**. São Paulo: Cortez; Moraes, 1976.

DOS SANTOS, Theotônio. **Dependencia y cambio social**. Santiago, Chile: Editora do Cesó, 1972.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “Estado da Arte”**. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em: out. 2011.

FRANK, Andre Gunder. **Reflexões sobre a crise econômica mundial**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Servicio social y división del trabajo**: un análisis crítico de sus fundamentos. São Paulo: Cortez, 1997. v. 2.

_____. A questão social no capitalismo. **Revista temporalis**, Brasília, ABEPSS, n. 3, 2001.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1979.

LIMA, Sandra Amêndoa Barbosa. **Participação social no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 1979.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. 3. ed. México: Serie Popular Era, 1977.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O serviço social frente ao neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. **Serviço social & sociedade**, São Paulo, n. 53, 1997. Disponível em: <<http://goo.gl/Qyn3LS>>.

_____. **La naturaleza del servicio social**: un ensayo sobre su génesis, su especificidad y su reproducción. São Paulo: Cortez, 1998. (Coleção Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social, v. 4).

_____. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

NETTO, José Pablo. A crítica conservadora à reconceptualização. **Serviço social & sociedade**, São Paulo, ano 2, n. 5, p. 59-75, mar. 1981.

_____. **Capitalismo monopolista y servicio social**. São Paulo: Cortez, 1997. (Coleção Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social, v. 1).

PORZECANSKY, Teresa. **Desarrollo de comunidad y subcultura de clase**. Buenos Aires: Humanitas, 1972.

SILVA, Maria Lúcia Carvalho. **Coletânea de textos sobre desenvolvimento de comunidade**. Rio de Janeiro, CBCISS, n. 97, 1975.

SOUZA, Maria Luiza. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. São Paulo: Cortez, 1989.

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. **Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade**. São Paulo: Cortez, 1993.

AS CONTROVERSAS NOÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E O CAMPO TEMÁTICO E OPERATIVO DO SERVIÇO SOCIAL

Joaquina Barata Teixeira*

1 INTRODUÇÃO

O presente texto, elaborado como uma contribuição ao debate sobre *o serviço social e o desenvolvimento*, aborda tal noção no universo da economia política e no campo temático e operativo do serviço social. As referências básicas para a sua construção encontram-se em Montaña *et al.* (2012), cujo excelente trabalho *O estado das artes na produção teórica do serviço social sobre desenvolvimento* processa a articulação do conceito às metamorfoses da sociedade capitalista, identificando a produção conceitual do serviço social sobre este processo. Tomou-se a liberdade também de recorrer ao texto didático intitulado *Desenvolvimento autossustentado e meio ambiente no universo temático e tático-operativo do serviço social* (Teixeira, 2000), produzido para o Módulo 4 do Curso de Especialização a Distância promovido pela Universidade de Brasília (UnB) e pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), o qual tematizou a trajetória do conceito de desenvolvimento até a sua polêmica dimensão *sustentável*, como tentativa da economia política de resgatar esta noção.

Objetiva-se, com o presente capítulo, processar informações sobre as matrizes do conceito de desenvolvimento, sua vinculação ao movimento de reprodução ampliada do capital no Brasil, sua atual relação com a questão social, com a questão ambiental e com o planejamento estratégico, e repercussões incidentes às demandas que batem à porta dos assistentes sociais no Brasil, gerando requerimentos no campo da formação profissional.

O debate sobre o serviço social e o desenvolvimento modifica-se e atualiza-se a cada década, em face dos novos desafios postos à mundialização da economia, às políticas públicas e às lutas sociais, mas vale afirmar que, desde a década de 1960, em nenhum momento o planejamento deixou de pautar-se pelo ideário do desenvolvimento, qualquer que fosse sua versão, ensejando várias controvérsias. Sequer a ótica do *sustentável* lhe garantiu consenso ou credibilidade, nem lhe fez escapar às polêmicas levantadas pelo *ecodesenvolvimento* e pelas novas teorias do planejamento estratégico, que articula o desenvolvimento com a gestão pública.

* Professora aposentada da Universidade Federal do Pará (UFPA). Consultora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). E-mail: <joaquina@ufpa.br>.

Mesmo quando o governo brasileiro recua para noções pré-desenvolvimentistas em seu planejamento, como as usadas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o tema do desenvolvimento continua a fomentar o debate dentro e fora do serviço social neste início de século.

O texto está organizado de forma a introduzir o tema e a responder de que desenvolvimento se está tratando. Discorre, também, sobre o caráter volitivo do desenvolvimento e suas diferentes versões e sintetiza o debate atual que relaciona o desenvolvimento com o planejamento e com a gestão. Por fim, apresenta alguns desdobramentos profissionais, ao tecer as considerações finais.

2 DE QUE DESENVOLVIMENTO SE FALA?

É sabido o largo espectro do emprego do termo *desenvolvimento* no acervo conceitual e operativo da produção de conhecimento em todas as áreas do saber e da vida. Sua ampla acepção vincula-se a processos de mudanças que representam novas conquistas, novos aportes, novas descobertas, novas tecnologias, que favorecem o desabrochar das potencialidades da natureza e dos seres humanos, geram bem-estar aos seres sociais, aumentam a produtividade social do trabalho, diminuem esforços supérfluos, facilitam a vida, diminuindo os riscos do infortúnio pessoal ou coletivo.

A psicologia e a pedagogia trabalham conteúdos relativos aos seres que estão *em desenvolvimento* ao referir-se a crianças e jovens, que passam da infância à adolescência e à idade adulta precisando ser acompanhados de processos educativos capazes de torná-los pessoas autônomas e contributivas para si, suas famílias e seu meio. Fala-se de desenvolvimento quando uma semente é plantada e precisa *desenvolver* o seu potencial até seu amadurecimento, realizando a promessa nela contida – uma árvore, uma flor, um produto alimentício, oleaginoso, cosmético, medicamentoso, entre outros. Enfim, desenvolvimento é um conceito de tão ampla generalidade que, por ser demasiado abstrato, oculta diferentes e divergentes perspectivas, especialmente quando se refere a processos econômicos, sociais e culturais.

Se o termo for tomado em sua amplitude, pode-se dizer que o serviço social sempre esteve inscrito em processos profissionais com a perspectiva do desenvolvimento, quer de pessoas, quer de famílias, quer de comunidades, quer de outros coletivos, mesmo quando sua atuação circunscrevia-se ao domínio privado das grandes centrais corporativas, tipo Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), que na década de 1950 e 1960 atuavam no mundo do trabalho, para treinar a *mão de obra* do capital e para atender algumas formas de manifestação da questão social, no ambiente direto da relação capital *versus* trabalho.

Mas não é nesse domínio de abstração que se quer trabalhar o presente texto. Quer-se tomar como referência o movimento em que a ação profissional expande-se “mediante a intervenção das políticas sociais estatais” (Montaño *et al.*, 2012, p. 2), ou seja, aborda-se o conceito de desenvolvimento que orienta políticas ditas macroeconômicas, inseridas no enfrentamento objetivo e subjetivo das demandas das classes sociais e das várias formas de eclosão da questão social no capitalismo antes emergente, depois maduro, e hoje considerado agonizante.

Nessa direção, a profissão vem contribuindo para consolidar, na sociedade capitalista, um *serviço* voltado às expressões de sua genética questão, afloradas na superpopulação relativa,¹ mediando ações de enfrentamento à pobreza, à miséria, à indigência, em uma sociedade em que tais manifestações não se apresentam *puras*, mas atravessadas por outras determinações no excludente campo dos preconceitos: de cor, de gênero, de etnia, de orientação sexual, de idade, entre outros – os ditos *excluídos*, no sentido comumente utilizado pelo Banco Mundial em seus relatórios recentes.²

É nesse contexto que todos os embates, subjacentes às teorias do desenvolvimento e suas práticas, reverberam no serviço social. A profissão está mergulhada nesse conflito ético-político e econômico-social, no interior do já mencionado espaço de “tensão e contradição” (Montaño *et al.*, 2012, p. 2), movimentando-se, como afirma o autor, entre reprodução do sistema *versus* defesa e conquista de direitos, na perspectiva da emancipação humana. Fala-se, portanto, do desenvolvimento das sociedades, outrora e ainda hoje preconizado para as *nações*, horizonte já tensionado pela mundialização da economia.

Esse *desenvolvimento*, mesmo na chamada era de ouro do capitalismo, não escapou ao seu caráter desigual, conflituoso e predatório, haja vista a situação da África, do Oriente Médio e da América latina. Sabe-se que foi um momento de grande avanço das forças produtivas (e destrutivas), de gigantesca produtividade social do trabalho, de produção de novas e múltiplas mercadorias e serviços, de grande acumulação da propriedade industrial e do capital dinheiro – todos vinculados à sua genética natureza concentradora e monopolista.

3 O DESENVOLVIMENTO COMO RESULTADO DA AÇÃO VOLITIVA E SUAS VERSÕES CONCEITUAIS

Contrariando algumas versões que entendem a marcha da história como um processo inscrito no *piloto automático* das sociedades, quaisquer que sejam suas formas – tribal, feudal, escravista, capitalista e socialista –, vale destacar aqui o seu caráter volitivo,

1. Superpopulação relativa é uma categoria da teoria crítica que se refere à força de trabalho excedente no processo de produção capitalista.

2. Segundo o antropólogo Ximenes (1984), o preconceito, na ordem social capitalista, cumpre a função de justificar a exclusão, sendo, pois, uma superestrutura do mercado, que não comporta trabalho e emprego para todos.

ou seja, o desenvolvimento das sociedades está submetido à vontade humana, sendo que nas sociedades classistas, via de regra, subordinado à vontade dos detentores do poder, quer seja do poder econômico (forças sociais), quer seja do poder político (forças políticas),³ entendidas estas não somente como as emanadas do poder de Estado, mas também oriundas dos processos de organização política coletiva, inseridos aí os movimentos sociais. Este panorama é subjacente à luta de classes.⁴

É essa a razão pela qual as teorias do desenvolvimento revelam choques de concepções e de interesses, tornando-se um embate de dimensão econômico-social e ético-política. Nesse embate comparecem diferentes versões: as evolucionistas (lineares ou não), as etapistas, as ambientalistas, a versão estratégica, entre outras. O trabalho de Montaña *et al.* (2012) apresenta um apanhado significativo desse trajeto.

Tatiwa (2004) ilustra o caráter volitivo do desenvolvimento no século XIX, com o primeiro plano de desenvolvimento feito no mundo – o Kogio Tken (1884), plano decenal japonês. E no século XX a “planificação socialista” na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com a criação da Glosplan. Diz o autor que:

Nas sociedades capitalistas, as experiências de planejamento se intensificaram após as guerras mundiais. O *New Deal*, do presidente dos Estados Unidos Franklin Roosevelt (1933-1945), é considerado um marco do planejamento do mundo capitalista do ocidente. Em 1946, o comissariado de planejamento na França elaborou um plano de recuperação econômica e de modernização. Em 1947, foi elaborado pelos Estados Unidos o plano de recuperação econômica da Europa e do Japão, também conhecido como plano Marshall (Tatiwa, 2004, p. 31).

Foi o reconhecimento da volitividade do desenvolvimento que passou a impor a temática *da gestão do desenvolvimento* e do seu *planejamento*.

3.1 A versão etapista

Essa versão do desenvolvimento, teorizada por Rostow (1971), é rechaçada hoje no contexto do multiculturalismo, dado o conteúdo extremamente preconceituoso contido na ideia de que as sociedades evoluiriam por etapas. Para esta visão, uma tribo indígena estaria em um estágio inferior e a sociedade americana no topo. Os países atrasados, segundo esta visão, deveriam mirar-se no espelho das sociedades americana, inglesa, alemã e francesa.⁵

3. É Gramsci (1978) o criador dessas categorias de poder na sociedade capitalista. As forças sociais expressam o poder dos proprietários dos meios de produção e do capital dinheiro. As forças políticas expressam não só o poder político institucionalizado no Estado, mas a força dos que se organizam politicamente. Aqui está indicada a visão dialética do poder, que não se resume mecanicamente ao poder da classe dominante, mas abre espaço para os avanços decorrentes das lutas sociais.

4. As sociedades do chamado “socialismo real”, desde a década de 1930, contribuíram para dar visibilidade a esse caráter volitivo do planejamento com sua planificação socialista da sociedade.

5. Para aprofundar essa leitura, consultar Teixeira (2000).

Tal visão, reduzida ao economicismo do produto interno bruto (PIB), detonou com a diversidade cultural do planeta, porque todos os outros grupos étnicos – que não o branco ocidental capitalista – passaram a ser olhados como *atrasados*, como *rudimentares* – estariam no patamar inferior –, devendo alcançar o modelo da civilização ocidental industrializada de consumo.

Como já afirmado no trabalho de Teixeira (2000), é dessa matriz teórica que ainda derivam termos usuais da economia política, expressando uma bipolaridade simplificadora e discriminatória: desenvolvidos/subdesenvolvidos, primeiro mundo/terceiro mundo, entre outros.

Diz-se que Rostow foi ultrapassado desde a ascensão da teoria da dependência, mas suas raízes, banidas no plano dos conceitos, atravessaram as estratégias da modernização conservadora imposta por organizações financeiras internacionais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial – aos governos da América Latina, da África, da Ásia, até o advento do neoliberalismo, quando a modernização conservadora deu lugar à modernização *destrutiva*, na expressão de Harvey (1992).

3.2 A versão da dependência

Montaño *et al.* (2012) explicitou claramente o conteúdo dessa versão, mostrando sua linha contestatória – não ao conceito de desenvolvimento propriamente dito, mas ao seu movimento desigual no planeta –, sublinhando suas características de concentração e centralização, formadoras dos chamados países *centrais* e países *periféricos*, estes sem autonomia para libertar-se, no plano endógeno, dos grilhões da dominação imperialista. A visão cepalina, contudo, prevaleceu, apresentando um recuo e preconizando a busca da autonomia nacional na ordem social vigente via fortes investimentos estatais, como especifica o autor. São identificados, desde 1961 (Furtado, 1961), não só países periféricos, mas também regiões periféricas, no interior de uma mesma Nação, o que passou a fundamentar, desde 1964, o Programa de Ação Econômica do governo Castelo Branco (1964-1966), o Programa Estratégico de Desenvolvimento do governo Costa e Silva (1967-1970), o I Plano Nacional de Desenvolvimento do governo Garrastazu Médice (I PND) e o II Plano de Desenvolvimento do governo Ernesto Geisel (1975-1979), todos avançando para consolidar relações sociais capitalistas em todas as regiões do Brasil, especialmente na Amazônia, região tida como "periférica". Os estragos deste processo nesta região são conhecidos: intrusão nas terras indígenas, expropriação da posse dos trabalhadores do campo, devastação da floresta, contaminação dos rios, formação de grandes latifúndios e instalação de enclaves.⁶

6. Enclaves são considerados empreendimentos econômicos voltados para interesses exógenos, isto é, que não geram efeitos para frente e para trás nas regiões onde se instalam, mas apenas efeitos deletérios sobre a natureza e sobre a força de trabalho (pauperização).

É certo que o Brasil percorreu a trajetória da intervenção estatal nas decisões do planejamento do desenvolvimento nacional desde 1939, com o Plano Nacional de Obras Públicas e Acompanhamento da Defesa Nacional. Passou ainda pelo Plano de Obras e Equipamentos de 1943, pelo Plano Salte entre 1948 e 1950 e pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek em 1956 – quando se institucionaliza o Conselho de Desenvolvimento. Em 1961 é criada a Comissão Nacional de Planejamento e em 1962 é elaborado o Plano Trienal, sendo que em 1963, às vésperas do golpe militar, foi criado o Sistema Nacional de Planejamento do desenvolvimento.

No interior do regime de arbítrio o processo continuou, com o I, II e III PND – este de João Figueiredo (1980-1984); com o Plano Cruzado I e II (1986-1987); com o Plano de Controle Macroeconômico do governo Sarney (1987-1991); e, já em um contexto de democracia eleitoral, com o Plano Real em 1994.

Na Amazônia, entre o I e o III PND (regime militar), o Desenvolvimento de Comunidade (DC), preconizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para os países pobres, teve sua ascensão às instâncias mais altas do poder militar regional, tendo sido convidadas docentes do curso de serviço social da Universidade Federal do Pará (UFPA) para coordenar a difusão dessa abordagem conceitual do DC, assumida pelo planejamento estatal na então Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Alguns desses docentes assumiram altos cargos de direção neste órgão. Cursos de DC foram ministrados em toda a região Norte para muitas equipes não só da Sudam, como para os demais órgãos e grupos vinculados ao planejamento. Eram basilares nesta difusão os conceitos de desenvolvimento e participação. A noção de participação, contudo, assentava-se em duas duvidosas premissas, conforme especificado a seguir:

- 1) Em uma microvisão social localista, reduzida às fronteiras das distintas formas de associativismo, ou aos limites espaciais das comunidades: vilas, povoados, aldeias, pequenas cidades. Esperava-se uma contribuição das lideranças com os tecnocratas no estudo de problemas locais ou na programação de melhorias localizadas.
- 2) Em uma visão harmônica e unitária do todo societário, quando os planos pensavam as instâncias macrossocietárias, no interior da linha keynesiana, ou seja, o desenvolvimento é identificado com as plataformas do governo, cabendo ao Estado promovê-lo, orientá-lo e planificá-lo. À população cabia aderir a estes planos.

Independentemente da intenção dos docentes e técnicos assistentes sociais que ministraram esses cursos e trabalharam na Sudam e na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a prática do DC e da participação, nesse

período, tinha como escopo a *adesão* da população aos programas governamentais de rompimento das relações não capitalistas de produção, consideradas *atrasadas*, que deveriam dar lugar a grandes empreendimentos capitalistas – os tristemente famosos enclaves –, que perduram até hoje.

3.3 A versão sustentável

Há quem considere que o *ecodesenvolvimento* – linha de contestação no universo ambientalista – teria preparado os caminhos ao *desenvolvimento sustentável* – conceito hoje banalizado e capturado pelo discurso do poder. Mas não é bem assim. Pelo contrário, como já indicado em Teixeira (2000), várias manifestações no mundo científico fazem questão de demarcar nítida separação político-ideológica entre a visão do ecodesenvolvimento e as concepções do desenvolvimento sustentável, achando que esta noção (sustentável) “surge no momento em que o setor empresarial verde insere-se no movimento ecológico” (Layrargues, 1997, p. 5), promovendo o estilo do desenvolvimento sustentável.

Foi reconhecido apenas um ponto em comum entre as propostas do ecodesenvolvimento e as do desenvolvimento sustentável: a *defesa ao direito das gerações futuras como um princípio básico*. Além disso, nada mais se assemelha, porque suas diferenças, segundo Layrargues, situam-se no plano ídeo-político:

Enquanto o ecodesenvolvimento coloca limites à livre atuação do mercado, o desenvolvimento sustentável afirma que a solução da crise ambiental virá com a instalação do mercado total na economia das sociedades modernas (Layrargues, 1997, p. 5).

Reafirma-se aqui que “o importante, na verdade, é estar-se atento ao fato de que a insustentabilidade do ambiente e da vida é questão fundamentalmente sócio-política e não ambiental *strito sensu*” (Teixeira, 2000, p. 11), daí não se poder descolar o debate da sustentabilidade do campo das lutas sociais e dos projetos societários pretendidos.

Eis que Acselrad (1997) se pronuncia reforçando esse entendimento, ao dizer que não há sentido em separar-se *meio ambiente* das configurações históricas das sociedades, porque *sustentáveis* ou *não sustentáveis* são as formas de apropriação da natureza para a reprodução social, e não o meio ambiente em si.

Um exemplo disso é o fato de que muitas das formas sociais não capitalistas de produção, comprovadamente sustentáveis (indígenas, quilombolas), tornaram-se insustentáveis, ao serem destruídas pela formação social capitalista envolvente e dominante. As sociedades indígenas têm uma história de reprodução sócio-ambiental de mais de 10.000 anos. Bastaram 500 anos de contato com a sociedade capitalista para conhecerem a devastação, a miséria e a pobreza (Teixeira, 2000, p. 12).

3.4 A versão do ecodesenvolvimento

Foi o canadense Maurice Strong quem usou, pela primeira vez (1973), o conceito de ecodesenvolvimento, entretanto foi Ignacy Sachs quem formulou os princípios básicos desta nova visão, assim explicitados:

a) a satisfação das necessidades básicas de todos os seres humanos no presente (solidariedade sincrônica); b) a solidariedade com as gerações futuras (solidariedade diacrônica); c) a participação real (e não adesão) da população envolvida em todos os programas de desenvolvimento; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a construção de um sistema social com garantia de trabalho, segurança social e respeito a outras culturas; e) programas de educação (Sachs *apud* Teixeira, 2000, p. 4).

Presentemente, enquanto a bancada ruralista anistia os devastadores, Inácio Sachs, do alto de seus atuais 84 anos e mais de vinte livros publicados, é implacável ao afirmar que não haverá saída fora do trinômio *desenvolvimento, justiça social e sustentabilidade*: “se sacrificarmos a justiça social no altar da sustentabilidade ambiental, aprofundaremos a distância entre a minoria que ocupa os camarotes de luxo e a maioria que disputa trabalho no sótão” (Arnt, 2011, p. 12).

Esse debate, presente na União Internacional das Ciências Geológicas, cunhou o termo *antropoceno* – a era geológica devastadora do *homo sapiens* –, para caracterizar o intenso impacto da atividade humana no planeta, a partir da revolução industrial da sociedade capitalista, chegando ao ponto da urgência de as políticas públicas enfrentarem, simultaneamente, duas questões: sustentabilidade ambiental e justiça social. Mas não enfrentar de forma tibia. Enfrentar de forma contundente, reduzindo “a distância abissal entre o sótão e os camarotes” (Arnt, 2011, p. 11).

No intervalo de vinte anos entre a Conferência Rio – 92 e a Conferência Rio + 20, que aconteceu em junho de 2012 também no Brasil, a devastação, a poluição e a mudança climática só pioraram. O capitalismo já remodelou mais de 75% da superfície do planeta.

4 O DEBATE ATUAL

Como se vê, as contestações às pretensões desenvolvimentistas e ao conceito de desenvolvimento continuam a eclodir no corpo teórico do ecodesenvolvimento, no corpo teórico do planejamento estratégico – que valoriza a gestão do processo –, nas manifestações de entidades ambientalistas e nas pesquisas feitas na academia – inclusive nos institutos de ciências sociais aplicadas e humanas e nos institutos de geociências –, conforme o levantamento de Montaña *et al.* (2012), procedido no âmbito do serviço social.⁷ Sua pesquisa constata a permanência do tema desenvolvimento na produção

7. As fontes são: o banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), os anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e as revistas *Serviço social e sociedade* e *Katálysis*.

acadêmica do serviço social (entre 2003 e 2010), em 32,4% dos 296 trabalhos estudados. Foi possível ver na pesquisa a sintonia do serviço social com as perspectivas de mudança, pelo volume maior de produções, no grupo, de trabalhos com horizontes reformista e radical, mas não deu para ver a controvérsia no interior dos que estão voltados para o tema desenvolvimento propriamente dito. De modo geral, supõe-se que o tema seja controverso também no serviço social.

4.1 A gestão do desenvolvimento: planejamento estratégico

Sabe-se que o contexto da crise da acumulação capitalista suscitou, nas instâncias conservadoras, a retomada das teses de Hayek (1990), que instrumentalizaram a gestão da saída da crise, com os encaminhamentos neoliberais nos países capitalistas do ocidente – assunto já bastante processado na literatura acadêmica. Todavia, por seu turno, provocou, em alguns segmentos de esquerda, a tentativa de reinventar o planejamento do desenvolvimento, desta vez concebido de forma institucionalizada para todos os níveis da *gestão* estatal.

Nesse campo teórico da gestão do desenvolvimento, na linha estratégica, passa a haver o reconhecimento do movimento como um fenômeno intrínseco e necessário ao universo, às sociedades e às organizações. Produções teóricas neste campo tomam a clássica afirmação de Heráclito de que “não podemos entrar duas vezes no mesmo rio, pois como as águas, nós mesmos já somos outros” (Hirschberger, 1965 *apud* Teixeira, 2004, p. 13). É o momento em que o planejamento do desenvolvimento quer explicitar o seu sentido político, que não precisa mais esconder-se em armadilhas técnicas e passa a absorver a noção de estratégia. Tal absorção desnuda o pluralismo da sociedade – diferenças políticas, culturais, religiosas, partidárias, ideológicas e étnicas, que estão presentes e devem ter garantido o seu espaço de manifestação – e a necessidade de produzir consensos ou posições de maioria para alcançar horizontes largos, em um contexto de tensões e conflito. E mais, a noção de estratégia implica ainda que a inconformação está presente e a *utopia* é o horizonte, daí haver uma dimensão de luta e combate permanente, entre forças antagônicas e às vezes até hostis, empenhadas em conquistar ou manter o poder, daí que os seguintes procedimentos, inter-relacionados, passam a fazer parte do exercício de planejar o desenvolvimento:

- identificação do *terreno* ou *cenário* em que se desenvolverá a ação e suas tendências;
- identificação de *aliados*, *oponentes*, *interessados*, *neutros* e, em alguns casos, até *inimigos*, mapeando a natureza e a consistência de seus vínculos;
- identificação do perfil das forças em confronto, seus recursos, suas técnicas, suas alianças – em magnitude e qualidade –, sua capacidade operacional; e
- identificação do tempo disponível de luta.

As teorias do planejamento estratégico propuseram-se criar um clima propício à criação e à construção do *novo*, buscando mecanismos agilizadores que concretizem os sonhos, transformando-os em projetos.

4.2 Corte epistemológico? Até onde vai o corte?

Ora, o planejamento estratégico tem várias escolas – e na América Latina, são conhecidas as contribuições de Carlos Matus –, assunto que não pode ser tratado nos limites deste capítulo, mas para que sejam entendidas as tensões, presentes nessa abordagem, é necessário que se saiba sua instrumentalidade também no campo empresarial. Verifica-se que, no universo do mercado, o planejamento estratégico vem servindo para tirar grupos econômicos da falência, potencializando sua competitividade em um contexto cada vez mais exigente de inovações.

Mannermaa (1991), no campo ídeo-político da crítica radical, afirma que há um caráter eminentemente emancipatório do conhecimento na antecipação de um futuro compartilhado, porque auxilia as pessoas a se libertarem das velhas linhas de pensamento e a criar novas ideias – e desta maneira fazer do impossível o possível.

Sem dúvida, não se pode criar uma realidade diferente com base nos paradigmas que orientaram o pensamento do mundo que se quer modificar. Reconfigurar realidades significa também reconfigurar pensamentos, rever as bases teórico-metodológicas que permitiram imaginar, no passado, o presente construído, o qual não é fruto apenas da causalidade, mas da escolha dos antepassados.

A questão paradigmática deve, pois, vir à tona no exercício do planejamento estratégico, para que o processo de mudanças que se deseja deflagrar afirme-se como uma consciente fuga dos modelos mecanicistas e adaptativos da razão instrumental. Por isso o planejamento estratégico pretende um corte epistemológico em relação ao planejamento do desenvolvimento tradicional, mas isto nem sempre ocorre.

5 DESDOBRAMENTOS PROFISSIONAIS

Assistentes sociais hoje, em suas produções acadêmicas, participam do debate do desenvolvimento conforme comprovado em Montaño *et al.* (2012), participam de planos estratégicas e programas ambientais em várias instâncias acadêmicas e espaços de políticas públicas. Atuam no campo da seguridade social e fora dele, quer no âmbito da gestão, quer na ponta. Atuam nas universidades na graduação, na pós-graduação e na administração. Estão presentes em ministérios, nos sistemas de saúde, de assistência e de informação. Seu trabalho, no campo do planejamento, é exercido nas três esferas federativas (federal, estadual e municipal), elaborando planos, programas e projetos de desenvolvimento, tendo sua perspectiva voltada ao atendimento a direitos de primeira, segunda, terceira e quarta gerações. Estão inseridos em espaços sindicais, comunidades e movimentos sociais. Atuam no

Legislativo, no Executivo e no Judiciário. A profissão expandiu-se extraordinariamente e, como outras, enfrenta as grandes questões de seu tempo, entre as quais vale destacar as que assolam o mundo, barbarizam a força de trabalho e a natureza, no interior da lógica trágica da ordem social capitalista.

Nessa expansão profissional, o serviço social depara-se com novas questões cada vez mais complexas, novos dilemas no campo dos direitos, novas demandas, o que lhe impõe também novos desafios explicativos, normativos e interventivos – o que implica revisões teóricas, estratégicas e tático-operativas.

Passa a ser uma consequência, portanto, o crescimento exponencial das exigências à formação dos assistentes sociais no atual universo social de mudanças cada vez mais velozes, que deles exige novos aportes, novas contribuições e novas competências – entendida em seu sentido pedagógico como a soma de conhecimentos, habilidades e atitudes.

Esse dinamismo torna obsoletas práticas que o passado celebrava como verdadeiras/necessárias e que já não dão conta de processos contemporâneos. Ou revoluciona paradigmas de práticas que sofriam preconceito no passado.

Quem relacionaria há quarenta anos o serviço social com o meio ambiente? Quem concebia a necessidade de especializações para atuar com indígenas? Com quilombolas? Com questão agrária? Pareciam questões fora do âmbito do assistente social. Hoje estão todas dentro.

À medida que o serviço social promove um vínculo com os direitos humanos e sociais e caminha para afirmá-los no garantismo do Estado como política pública, seus desafios se ampliam no âmbito da questão social, da questão ambiental, da questão do pluralismo cultural, enfim, todas relacionadas com a desigualdade social de nosso tempo, as quais passam a ser pautadas como questões da profissão.

Entende-se que tal complexidade exige um horizonte mais que desenvolvimentista, sobretudo ético-político, com desdobramentos no campo da alteridade. Por isso o serviço social formula sua busca e explicita um projeto ético-político que se ancora nos pilares a seguir descritos (Braz e Teixeira, 2009).

- 1) Em valores e princípios ético-políticos balizadores de suas ações e concepções. Como afirma o alemão Oelssemann (2003) em uma de suas conferências: “a busca de princípios e valores éticos é a busca de uma identidade com a qual se tenha coerência”, no caso, que forme o caráter profissional, que lhe dê uma visão de mundo, que sirva de parâmetro, de estrada, de caminho, e que permita enfrentar as violentações da vida. “Ética é a busca crítica de uma reflexão de princípios em um horizonte de utopia” (Oelssemann, 2003). Há que identificar, portanto, compromissos ético-políticos profissionais não somente com a geração presente,

mas também com as gerações futuras. Compromissos e responsabilidades para com os outros animais e até com os seres inorgânicos, porque a cadeia orgânica e inorgânica planetária é interdependente.

- 2) Em matrizes teórico-metodológicas que promovam a leitura crítica da realidade social em sua totalidade. Esta leitura envolve a crítica radical ao conteúdo devastador da ordem social capitalista.
- 3) Em lutas e posicionamentos histórico-concretos na sociedade, ante sua estrutura e suas conjunturas – por exemplo, foi tibia a luta da sociedade contra o Código Florestal no Congresso Nacional. As(os) assistentes sociais e suas entidades participaram dessa luta?
- 4) Em definição e identificação de sujeitos/atores políticos na categoria e na sociedade, para uma articulação ampliada e a construção de alianças na perspectiva das lutas sociais. Há necessidade, aí, da identificação dos movimentos sociais e das lutas do povo na busca por direitos fundamentais, sociais, econômicos e culturais, na defesa da natureza, da floresta, na luta pela terra, na luta pela liberdade e igualdade.

6 NOTAS FINAIS

Entende-se que a relação *desenvolvimento e serviço social* deva continuar sendo teorizada e problematizada, como um esforço de desvendamento da complexa teia de situações a serem enfrentadas e resolvidas em todos os campos do trabalho profissional.

A instrumentalidade profissional – teorias, métodos, técnicas – deve orientar-se pelo princípio da historicidade, em suas dimensões epistemológica, teórica e política, o que implica intensificação de pesquisas e reinvenção das ações profissionais. Quando algumas formulações da pós-modernidade generalizam a crítica às ciências sociais (humanas ou aplicadas) acusando-as de velhas e colonialistas, exageram na desconstrução de tudo o que já foi criado e produzido, e ignoram a grande revolução metodológica dialética que orienta, desde o século XIX, a subordinação de teorias, categorias e formulações ao movimento da história e das culturas, atualizando-as na dinâmica sempre incessante da reprodução social e da vida.

Algumas características predominam no trabalho contemporâneo das(os) assistentes sociais e precisam ser consideradas:

- a atuação em equipes multiprofissionais, com exigências de abordagem integradoras;
- a exigência de grande conhecimento das realidades locais e sua relação com os contextos mais abrangentes, inclusive globais;

- a interlocução permanente com os grupos populares, na perspectiva das trocas recíprocas, ou seja, acesso das equipes ao acervo cultural – de onde são extraídos saberes; e
- a inserção no processo organizativo das lutas sociais.

Estudos e ações contemporâneas exigem a superação de todas as velhas dicotomias presentes na academia e nas instituições públicas – entre teoria e prática, entre saberes científicos e saberes populares, entre os que pensam e os que executam, entre os que ensinam e os que aprendem–, para que uma verdadeira rede, virtual e presencial, de conhecimentos e ações potencializem a construção de um futuro diferente, começando aqui e agora. Esse paraíso social imanente é possível.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. **Sustentabilidade e democracia**. Rio de Janeiro: Fase, 1997.
- ARNT, R. A sombra de Gandhi. **Revista planeta**, ed. 470, nov. 2011.
- BRAZ, M.; TEIXEIRA, J. **O projeto ético-político do serviço social**. *In*: CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.
- FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HAYEK, F. F. **O caminho da servidão**. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- HIRSCHBERGER, Johannes. **História da filosofia na antiguidade**. 2 ed. São Paulo: Herder, 1965.
- LAYRARGUES, P. P. **Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?** Rio de Janeiro: Fase, 1997.
- MANNERMAA, M. **In search of evolutionary paradigm for futures research**. London: Futures, 1991.
- MONTAÑO, C. *et al.* O estado das artes na produção teórica do serviço social sobre desenvolvimento. **Temporalis**, n. 23, 2012. No prelo.
- OELSSEMANN, D. **Ética e exercício profissional de serviço social**. Conferência proferida no Conselho Regional de Serviço Social da 1ª Região – CRESS. Belém, 2003.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

TATIWA, R. **Introdução ao planejamento**. 2. ed. Belém: UFPA; Sudam, 2004.

TEIXEIRA, J. **Desenvolvimento autossustentado e meio ambiente no universo temático e tático-operativo do serviço social**. Brasília: UnB; CFESS, 2000.

_____. **Planejamento estratégico**. 2. ed. Belém: EDUFPA, 2004.

XIMENES, R. **Preconceito e exclusão**. Conferência proferida no espaço sindical docente da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará (ADUFPA), Belém: UFPA, 1984.

CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO NA PÓS-GRADUAÇÃO*

Janina Onuki**
Eduardo Noronha***
Ivan Ervolino****
Rafael Nunes Magalhães*****

1 INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que o tema do desenvolvimento sempre esteve presente na agenda de pesquisa das ciências sociais. Para um país como o Brasil, assim como para seus vizinhos e parceiros da América Latina, compreender o processo de desenvolvimento e contribuir com alternativas para tornar os países mais democráticos e igualitários sempre foi argumento central para diversos trabalhos acadêmicos na área da ciência política e, mais recentemente, na área de relações internacionais, que passou a dar ênfase à relação entre as mudanças no plano global e os aspectos domésticos.

Não há como negar que as transformações políticas por que o Brasil passou nas últimas décadas, desde a mudança de regime político, a abertura da economia, assim como a maior inserção internacional, são variáveis que contribuíram para a discussão de um novo conceito de desenvolvimento, mas que, ao mesmo tempo, reafirmaram a importância do tema, refletida nos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos e publicados no Brasil.

O objetivo deste trabalho é elaborar um painel do estado da arte dos estudos sobre *desenvolvimento* no campo da ciência política e das relações internacionais. Para isso, fez-se um diagnóstico preliminar dos temas pesquisados na área da ciência política e relações internacionais, identificando quais as principais lacunas da área

* Agradece-se os comentários feitos durante o 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), em Gramado/RS, em agosto de 2013, na mesa *Ensino e pesquisa em relações internacionais*. Agradece-se também os pareceristas do Ipea que avaliaram este trabalho, com comentários valiosos, e Fabiano Santos e Amâncio Jorge de Oliveira, que disponibilizaram os dados da ABCP para a elaboração deste trabalho.

** Professora associada do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI/USP) e vice-coordenadora do Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (Neci) da USP.

*** Professor associado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e coordenador do Laboratório de Pesquisas, Análises de Dados e Documentação Política (DataPol) da UFSCar.

**** Pesquisador do DataPol/UFSCar.

***** Pesquisador do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (Caeni) da USP.

em termos de pesquisa, e verificou-se como o tema do desenvolvimento aparece nestes trabalhos ao longo da última década.

O tema do desenvolvimento, corrente nos trabalhos da área de ciências sociais no período 1960-1980, ganhou novo sentido a partir do início dos anos 1990, em função da abertura econômica e dos impactos das mudanças internacionais sobre a estrutura doméstica do país. Avaliar como a nova percepção sobre o desenvolvimento impacta os trabalhos de pós-graduação, tanto conceitualmente como do ponto de vista substantivo, parece ser fundamental no momento atual. Além disso, o crescimento do número de trabalhos na recém-constituída área das relações internacionais poderá ser analisado do ponto de vista de sua contribuição para o tema.

A relação entre desenvolvimento econômico e democracia tem sido objeto de uma longa agenda de pesquisa na área de ciência política. Estas pesquisas demonstram haver uma dinâmica de reforço mútuo: a consolidação democrática estabiliza regimes políticos, bem como a consolidação de regimes políticos favorece o desenvolvimento econômico. Uma vez consolidada a democracia no Brasil, o debate se desloca para a relação entre a qualidade da democracia, o papel das instituições políticas e do desenvolvimento econômico.

A partir da pesquisa que foi conduzida, não é possível fazer uma análise qualitativa aprofundada, pois optou-se pelo mapeamento da produção acadêmica na última década, observando-se a quantidade de trabalhos elaborados que adotam o conceito de desenvolvimento como objeto de pesquisa ou como análise secundária. Realizou-se também a categorização desta produção por temas dentro do debate sobre conceito. Admite-se que a análise qualitativa é um passo importante a ser dado e deve ser feito, mas neste levantamento optou-se pelo mapeamento quantitativo do tema.

Longe de ser exaustivo, este trabalho dá conta de analisar três dimensões dos trabalhos de pesquisa da área de ciência política e relações internacionais que tomam como foco o tema do desenvolvimento. Na seção 2, apresenta-se o levantamento dos artigos publicados em cinco revistas classificadas no Sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), são elas: *Dados*, *Revista brasileira de ciências sociais* (RBCS), *Brazilian political science review* (BPSR), *Lua nova e revista de sociologia e política* (RSP). Para esta análise, utilizou-se, também, uma nova ferramenta de pesquisa, que pode auxiliar diferentes pesquisas da área das ciências sociais – a StArt. O critério para seleção destas revistas diz respeito à sua visibilidade na área da ciência política, assim como uma percepção inicial de que nelas se poderia encontrar mais trabalhos que cobrissem a temática em questão. Ainda nesta parte, dedicou-se um espaço para descrever a metodologia da pesquisa, cujo instrumental pode ser útil para novas pesquisas sobre diversos temas, pois permite a condução de análises de conteúdo dos artigos.

Na seção 3, faz-se o levantamento dos trabalhos de pós-graduação – dissertações de mestrado e teses de doutorado –, no período 2005-2011, e dos trabalhos apresentados nos últimos três congressos da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) – 2008, 2010 e 2012.

O objetivo deste capítulo é apresentar um ensaio preliminar, visando à construção de um mapeamento e à análise mais ampla do estado da arte da ciência política brasileira sobre a temática do desenvolvimento no período recente.

2 ANÁLISE DE PUBLICAÇÕES

Com o auxílio da ferramenta StArt, analisou-se a produção de três importantes revistas de ciência política, duas delas com classificação A1 na Capes, a revista *Dados* e a RBCS; e uma revista com classificação B1, a RSP. A escolha das duas primeiras justifica-se por serem estas revistas, com a classificação A, da área de ciência política. Optou-se por analisar a RSP supondo-se que o tema do desenvolvimento tenderia a ser mais frequente devido à sua política editorial.

Foram analisados resumos da revista *Dados* desde 1997. Para a RBCS e a RSP, têm-se dados desde 2006. A justificativa para este recorte é única e exclusivamente as datas em que as revistas estão indexadas na base de dados científica de referência utilizada neste mapeamento.¹ Para tanto, aplicou-se uma técnica conhecida como revisão sistemática; esta técnica caracteriza-se pela identificação, avaliação e interpretação das análises sobre a temática proposta pelo pesquisador.² Ela foi empregada de maneira pioneira e experimental nas ciências humanas brasileiras – mais especificamente em ciência política e relações internacionais. O processo de revisão sistemática, segundo Montebelo *et al.* (2007), pode ser entendido da forma como se apresenta no quadro 1.

QUADRO 1
Processo da revisão sistemática

| Fase | Objetivos | Resumo |
|---|---|--|
| Planejamento | Definir o objetivo e planejar a revisão sistemática | Identificar a necessidade da revisão sistemática Definir os objetivos da pesquisa Criar o protocolo – planejar a revisão sistemática |
| Execução – condução, seleção de estudos e extração de informações | Executar o planejamento feito no protocolo Buscar estudos primários Selecionar os estudos primários para serem sintetizados | Executar os <i>strings</i> de busca nas bases de dados científicas <i>online</i> selecionadas Selecionar os estudos primários de acordo com os critérios de inclusão e exclusão Extrair informações dos estudos primários selecionados |
| Publicação dos resultados – sumarização | Sintetizar os estudos primários que atendem ao propósito da revisão | Sintetizar as informações extraídas dos estudos primários Publicar os resultados – relatório técnico ou artigos |

Fonte: Montebelo *et al.* (2007).

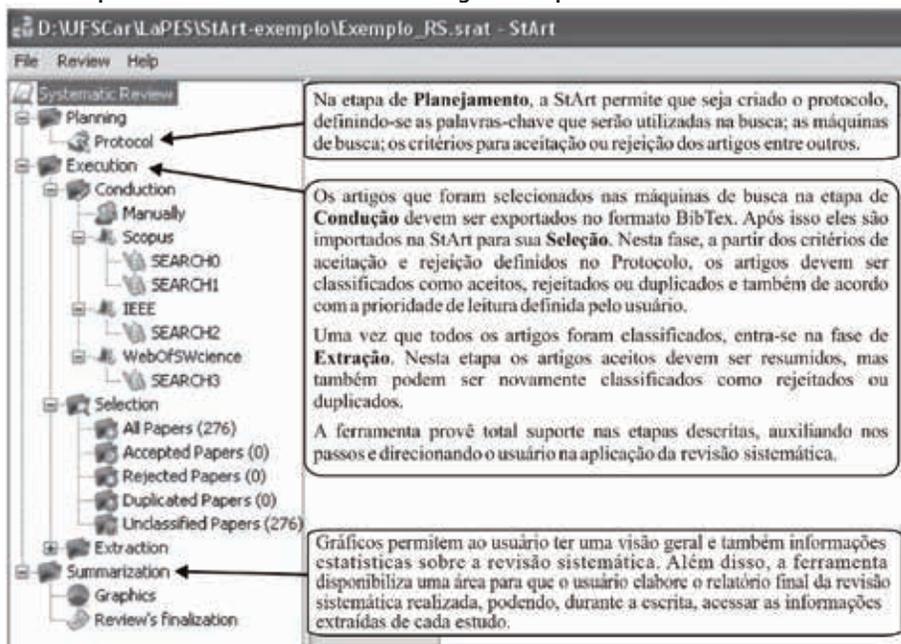
1. Foi utilizado como base para a pesquisa o banco de dados da Scopus.

2. Ver Hernandez *et al.* (2010).

Para aplicar esse processo, foi desenvolvida a ferramenta StArt, concebida pelo Laboratório de Pesquisa em Engenharia de Software (Lapes), coordenado por Sandra Fabbri, professora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Esta ferramenta de apoio à condução de revisão sistemática permitiu realizar as etapas quantitativas de classificação, que serão descritas ao longo deste capítulo. A StArt forneceu suporte em todos os passos propostos pela técnica de revisão sistemática, possibilitando que fosse analisado um número considerável de artigos. Para a etapa do *planejamento*, a ferramenta disponibilizou um protocolo que tem como finalidade a inserção de termos-chave que estruturam formalmente a pesquisa – por meio do preenchimento de critérios de busca. Na *execução*, existem funcionalidades que amparam as fases de condução, seleção e extração das informações previamente selecionadas na etapa anterior. Por fim, na *sumarização*, há a possibilidade de gerar gráficos com os dados obtidos na revisão sistemática e/ou elaborar um relatório sobre a revisão (Hernandes *et al.*, 2010). A figura 1 ilustra a interface de funcionamento da ferramenta.

FIGURA 1

Etapas da revisão sistemática sendo englobadas pela ferramenta StArt



A ferramenta StArt trabalha com um sistema de classificação dos resumos de artigos,³ baseada na pontuação de um protocolo de termos-chave fornecido pelo pesquisador. A pontuação do local de aparecimento das palavras – título, *abstract* e palavras-chave – varia de acordo com as necessidades de cada pesquisa. No caso desta pesquisa, em todas as fases se atribuiu a distribuição presente no quadro 2.

QUADRO 2
Distribuição da pontuação por termos

| | |
|----------|-----------------|
| 4 pontos | título |
| 4 pontos | <i>abstract</i> |
| 2 pontos | palavra-chave |

Elaboração dos autores.

Ao todo analisaram-se 757 resumos, que foram submetidos a um “primeiro protocolo” de 67 conceitos (anexo A) – ou palavras-chave –, retirados de Calise e Lowi (2010). O uso destes 67 termos para identificar a produção em ciência política é claramente apropriado para os objetivos deste trabalho, tanto pela excelência teórica e conceitual da obra quanto pela metodologia utilizada pelos autores: a análise qualitativa e quantitativa dos termos, ou conceitos, utilizados em dez dicionários de ciência política, escritos por autores de cinco diferentes países – Itália, Estados Unidos, Reino Unido, França e Alemanha – e redigidos originalmente em quatro línguas.⁴

Com o intuito de retirar a produção que claramente não fosse de ciência política, nesse primeiro protocolo estipulou-se que o artigo deveria atingir no mínimo dez pontos no *score* – soma dos pontos de título, *abstract* e palavras-chave – para que fosse considerado para a análise seguinte. Isto é, considerou-se que um artigo que não contivesse ao menos um dos 67 termos no título, no *abstract* ou nas palavras-chave – ou qualquer outra combinação que somasse dez pontos – não seria da área de ciência política, e, portanto, deveria ser excluído da lista.

No primeiro corte, foram eliminados 229 resumos. Os 528 restantes foram submetidos a um segundo protocolo, agora com termos ligados a desenvolvimento e desenvolvimentismo,⁵ momento em que se passou a considerar resumos com ao

3. Artigos que são importados para a StArt por meio de um formato de referência chamado BibTex.

4. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino Torino (Eds.), *Dizionario di Politica*, TEA, 1990. Vernon Bogdanor (Ed.), *The Blackwell Encyclopedia of Political Science*, Oxford, Blackwell, 1991. Olivier Duhamel e Yver Mény (Ed.), *Dictionnaire Constitutionnel*, Paris, Press Universitaires de France, 1992. Guy Hermet, Bertrand Badie, Pierre Birnbaum e Philippe Braud, *Dictionnaire de la Ciencia Politique et des institutions politiques*, Paris, Colin, 1994. Adam Kuper e Jessica Kuper (Eds.), *The Social Science Encyclopedia*, 2. ed. Londres e Nova Iorque, Routledge, 1996. Seymour M. Lipset (Ed.), *The Encyclopedia of Democracy*, Washington, Congressional Quarterly, 1995. Dieter Nohlen e Monique Piper (Eds.), *Pipers Worterbuch zur Politik. v. 1*, Politikwissenschaft, 1985. Jack Plano e Milton Greenberg, *The American Political Dictionary*, Nova Iorque, Rinehart and Winston, 1985. David Robertson, *A Dictionary of Modern Politics*, Londres, Europa Publications Ltd., 1993. Jay Shafritz, *The HarperCollins Dictionary of American Government and Politics*, Nova Iorque, HarperPerennial, 1992.

5. Os termos empregados foram *development* e *develop*.

menos dois pontos no *score*, já que esta pontuação seria suficiente para se obter resumos que tratassem sobre desenvolvimento. Deste corte restaram 112 trabalhos, que foram submetidos a um terceiro protocolo de classificação, com termos relacionados à formulação de políticas (anexo B). Utilizou-se o mesmo critério de eliminação da fase número dois. Esta bateria de classificação retornou, enfim, 68 resumos, que foram submetidos a um protocolo que incluiu tanto palavras-chave relacionadas a desenvolvimento quanto palavras ligadas à formulação de políticas. Nesta fase, não foram eliminados resumos automaticamente, mas estes foram ranqueados obedecendo ao *score* que cada artigo atingiu. Posteriormente, foi realizada uma análise mais cuidadosa destes trabalhos para que assim se pudesse realizar uma eliminação mais refinada dos artigos.

2.1 Outras publicações

Os dados sobre a *Brazilian political science review* também foram considerados nessa análise. Todavia, por conta de dificuldades procedimentais – na época da pesquisa, a revista ainda não se encontrava indexada em bases de dados como a Scopus e Scielo –, analisaram-se os artigos sem o auxílio da StArt.

Por se tratar de uma revista recente, não houve problema em se avaliarem individualmente os artigos. Analisou-se o período entre 2007, ano de fundação da revista, e 2012. Ao todo, foram 56 artigos submetidos ao mesmo protocolo das outras três revistas – buscaram-se os termos *develop* e *development* – e obtiveram-se dois artigos que se encaixaram neste protocolo de busca. Devido à pequena quantidade, optou-se por não aplicar automaticamente o terceiro – termos relacionados à formulação de políticas – nem o quarto filtro – palavras-chave relacionadas a desenvolvimento e palavras ligadas à formulação de políticas.

Seguindo a mesma lógica, analisaram-se todos os artigos indexados na base Scielo da revista *Lua nova* desde 1984. Devido a um problema de incompatibilidade do *software* StArt com os relatórios gerados pela Scielo, não foi possível empregá-lo na organização dos artigos desta revista. Contudo, obedeceu-se, criteriosamente, aos mesmos protocolos de palavras que se estavam utilizando nas pesquisas anteriores. Por se tratar também de um número menor de artigos, aplicou-se diretamente o segundo filtro – termos ligados a desenvolvimento e desenvolvimentismo; dessa busca restaram 71 artigos, que foram submetidos a uma busca de termos relacionados à formulação de políticas (anexo B). Desta análise na revista *Lua nova*, restaram dezenove artigos.

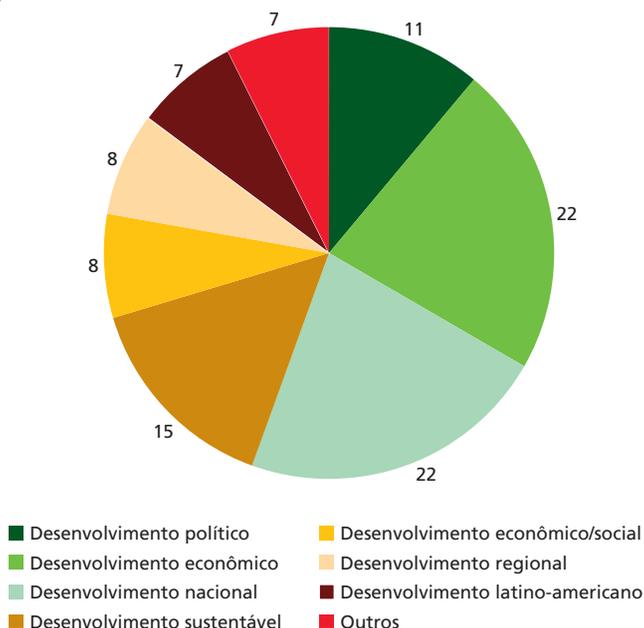
2.3 Análise do material

Buscou-se com este mapeamento uma análise substantiva da agenda de produção dos trabalhos sobre o tema do desenvolvimento. Após o exame e a revisão dos artigos selecionados nas cinco revistas consideradas, obteve-se um total de 27 artigos que

discutem o tema do desenvolvimento. Para auxiliar na conformação do panorama sobre a agenda de produção, observaram-se as categorias existentes e recorrentes entre os artigos, e estes foram divididos segundo esta lógica. Os temas *desenvolvimento econômico* e *desenvolvimento nacional* representam, cada um, 22% do total de artigos analisados. Sobre a categoria *desenvolvimento nacional*, cabe ressaltar que esta foi empregada desta maneira por reunir artigos que tratam sobre Brasil mas não abordam temática específica, ou seja, analisa de maneira geral a temática do desenvolvimento.

Em seguida, têm-se os artigos que tratam do tema de *desenvolvimento sustentável*, que correspondem a 15% da produção, e do tema *desenvolvimento político*, utilizado em 11% dos textos. Com 8%, têm-se os temas de *desenvolvimento econômico/social* e *desenvolvimento regional*, e, por fim, com 7%, os com o tema *desenvolvimento latino-americano* e *outros temas sobre desenvolvimento*.⁶ Os subtemas dos artigos possuem aspectos relativamente amplos e variados, cabendo ressaltar os que tratam sobre bolsa-família, políticas de saúde, teoria e políticas ambientais. O gráfico 1 resume a porcentagem de artigos, a partir dos temas específicos, relacionados à palavra desenvolvimento.

GRÁFICO 1
Mapeamento do tema desenvolvimento nos artigos de ciência política e relações internacionais
 (Em %)



Fonte: Revistas *Dados*, *RBCS*, *RSP*, *BPSR* e *Lua nova*.
 Elaboração dos autores.

6. Processo de modernização e desenvolvimento nacional/internacional.

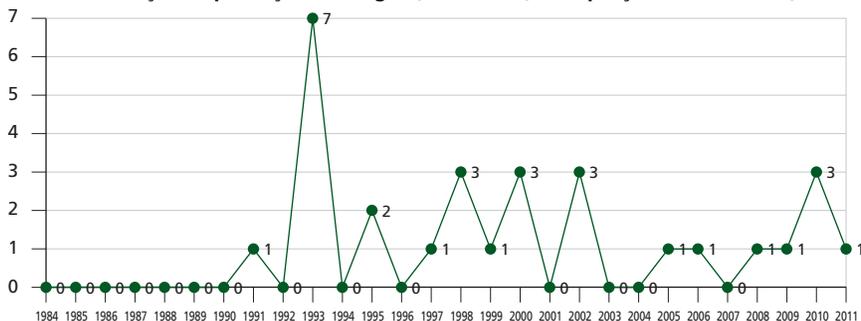
Outra característica é a distribuição da produção dos artigos relacionados à temática do desenvolvimento ao longo dos anos. O período analisado é de 1984, ano do primeiro número indexado na base Scielo, a 2011.⁷ A média do período é de 1,03 artigo por ano, contudo, o que se observa é que a distribuição não é normalizada ao longo dos anos, sendo sua produção concentrada em alguns períodos. O período de maior produção foi 1993, com sete artigos no mesmo ano, sendo que após esta data os anos de 1998, 2000, 2002 e 2010 também se destacaram, com três artigos produzidos em cada ano.

Como se trata de uma análise quantitativa, não se tem condições de avaliar as mudanças que foram implementadas ao longo do tempo e incorporadas à definição do conceito de desenvolvimento. Mas acredita-se que esta primeira apresentação revela dados importantes, que permitem observar como se deu o interesse pela temática e com que enfoque ela vem aparecendo na área da ciência política.

Embora não se possa relacionar esses artigos com as teorias políticas sobre o desenvolvimento, é possível observar que o maior interesse pelo tema coincide com momentos mais recentes, em que a questão do desenvolvimento passa a ser associada à abertura econômica. Não é possível fazer uma inferência causal para se saber quais as motivações desta concentração, nem avaliar a evolução da agenda, dado que se trabalha apenas com os resumos dos artigos, mas chama atenção o fato de que a maior quantidade de trabalhos é publicada justamente no momento de transição política e mudança de regime para a democracia.

GRÁFICO 2

Distribuição da produção de artigos (1984-2011) – Proporção de trabalhos (2005-2011)



Fonte: Revistas *Dados*, *RBCS*, *RSP*, *BPSR* e *Lua nova*.
Elaboração dos autores.

7. O ano de 2012 foi considerado na análise, mas até o primeiro semestre não havia artigos publicados sobre desenvolvimento nas revistas analisadas. Então, optou-se por não colocar este ano no gráfico 2, pois a parte de busca do projeto foi finalizada em meados do segundo semestre de 2012.

3 ANÁLISE DOS TRABALHOS DE PÓS-GRADUAÇÃO (2005-2011)

Nesta parte do trabalho, o objetivo deste estudo foi, em um primeiro momento, traçar um quadro mais amplo sobre a produção da pós-graduação brasileira na área de ciência política e relações internacionais, fazendo um diagnóstico sobre a posição relativa da temática *desenvolvimento*. A definição do universo amostral foi feita por critérios substantivos, e não metodológicos. A classificação substantiva seguirá os critérios da própria área ou será definida de acordo com a experiência dos pesquisadores.

A matriz de dados conforma uma base de dados relacional, gerenciada por meio de pacotes destinados especificamente para esses fins. A decodificação dos códigos temáticos permite a análise estatística adequada para o quadro geral, sendo que a parte dedicada à discussão temática específica recebeu um tratamento qualitativo.

Esta parte do estudo é constituída de um mapeamento sobre a produção elaborada no âmbito dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras sobre o tema em questão. O mapeamento dos estudos foi feito a partir dos relatórios de áreas de cada um dos programas de pós-graduação em ciência política e relações internacionais credenciados no âmbito da Capes. Consideraram-se tanto os estudos diretamente vinculados ao tema *desenvolvimento* como aqueles indiretamente vinculados, mas que por sua contribuição ao tema mais amplo foram considerados dentro da amostra.

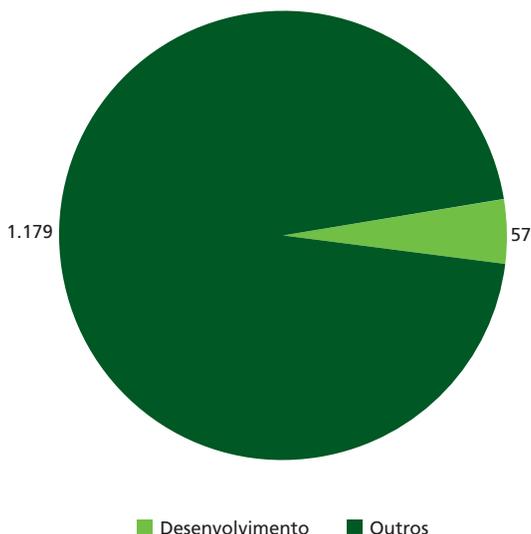
Para essa análise, foram considerados os trabalhos de mestrado e doutorado defendidos no período 2005-2011, disponíveis *online* no *site* da Capes.⁸ Para este período, tem-se um total de 1.236 trabalhos. Selecionando os trabalhos a partir da palavra *desenvolvimento*, observou-se que 57 a levam em seu título. Para um trabalho futuro, certamente será importante analisar de que tipo de trabalho se trata, desagregando o tema, como feito neste estudo, na seção 2, para os artigos publicados nos principais periódicos científicos. Pela dificuldade de acesso integral aos trabalhos e capacidade de análise no tempo previsto para a conclusão deste projeto, não foi possível analisar o conteúdo completo das teses e dissertações. Isto ajudaria a avaliar a evolução e as mudanças por que passou o tema do desenvolvimento, e não apenas fazer o levantamento da inclusão do tema nos títulos.

De todo modo, é interessante observar (gráfico 3) que acontece um relativo crescimento do interesse pela temática do desenvolvimento a partir de 2010. Entretanto, não é possível afirmar a razão deste crescimento. Uma análise preliminar, junto com os trabalhos que foram apresentados no principal congresso da área e que se avaliam a seguir, indica que as pesquisas tornaram-se mais específicas,

8. Informações em: <www.capes.gov.br>.

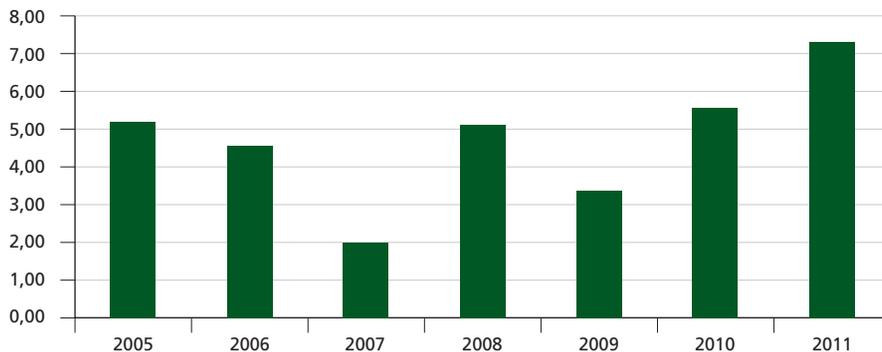
podendo ser delimitadas por aspectos que mais bem qualificam o tema, como desenvolvimento político, econômico e regional.

GRÁFICO 3
Trabalhos de pós-graduação com títulos que mencionam a palavra desenvolvimento (2005-2011)



Fonte: Capes (2012).
 Elaboração dos autores.

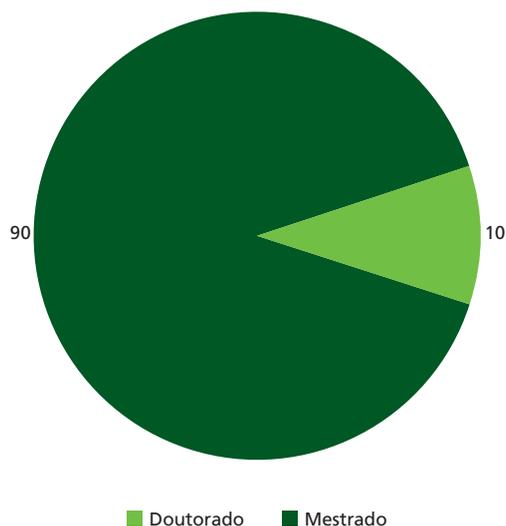
GRÁFICO 4
Trabalhos de pós-graduação com títulos que mencionam a palavra desenvolvimento (2005-2011)
 (Em %)



Fonte: Capes (2012).
 Elaboração dos autores.

GRÁFICO 5

Teses de doutorado e dissertações de mestrado com títulos que mencionam a palavra desenvolvimento (2005-2011)
(Em %)



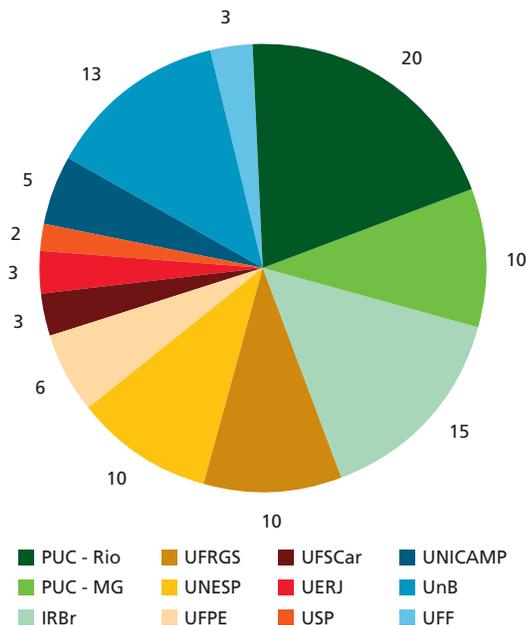
Fonte: Capes (2012).
Elaboração dos autores.

É interessante observar que, do total dos trabalhos de pós-graduação, 90% referem-se a dissertações de mestrado, e a concentração encontra-se em duas instituições: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) – com 20% da produção – e Universidade de Brasília (UnB) – com 13%. A Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) juntas chegam a apenas 7% (gráfico 6).⁹

9. Como as linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação são bastante amplas, não é possível avaliar as razões dessa concentração. Para isso, seria interessante observar as agendas de pesquisa dos docentes e o conteúdo das disciplinas de formação.

GRÁFICO 6

Teses de doutorado e dissertações de mestrado com títulos que mencionam a palavra desenvolvimento, distribuídos por programa (2005-2011)
(Em %)



Fonte: Capes (2012).
Elaboração dos autores.

4 ANÁLISE DOS TRABALHOS APRESENTADOS NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA

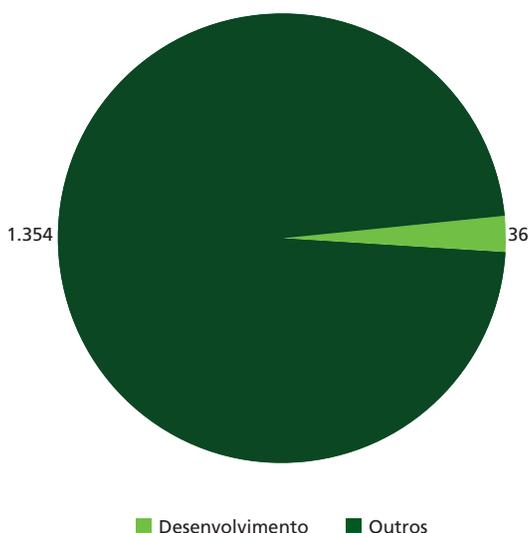
Esta seção avalia os trabalhos apresentados nos congressos da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), onde é possível verificar com mais clareza em que áreas as propostas se inserem e em que temática específica se insere o desenvolvimento. Do total de trabalhos apresentados nos congressos de 2008, 2010 e 2012,¹⁰ é possível dividir o tema do desenvolvimento em três ênfases. O número total de propostas apresentadas nos três congressos foi 1.390 (gráfico 7), sendo que 36 referem-se à temática em questão, ou seja, apenas 2,5%. Mesmo assim, é significativo em termos absolutos, considerando a abrangência de áreas temáticas que compõem a ABCP. Entre estes, a ênfase recai nos trabalhos que tomam o desenvolvimento político como foco (48%). Em seguida, o desenvolvimento econômico (39%) e o desenvolvimento regional (13%).

10. Congressos realizados, respectivamente, em Campinas, Recife e Gramado.

Avaliando as apresentações dos três congressos em questão, pode-se observar nos títulos dos trabalhos uma concentração nos temas da integração competitiva e qualidade da democracia. Passados mais de vinte anos do início do regime democrático e da abertura econômica, estes eventos parecem ter impacto também na produção da área.

GRÁFICO 7

Trabalhos apresentados nos congressos da ABCP utilizando a palavra desenvolvimento (2008, 2010 e 2012)



Fonte: ABCP.

Cabe uma análise mais detalhada por área temática da ABCP (gráfico 8). Como era de se esperar, a de *Estado e políticas públicas* contempla o maior número de trabalhos (15% do total), seguida por *Eleições e representação política* (11%). O que chama atenção é a área de *Relações internacionais*, que aparece em segundo lugar, com 13% do total de trabalhos.

Esse crescimento deve-se, provavelmente, ao fato de o país ter passado de demandante para promotor de políticas públicas globais nos últimos anos. Isto significa, no campo das relações internacionais, que o tema do desenvolvimento passa principalmente pela produção de política externa, que dá ênfase à atuação do Brasil em outros países, com a transferência e a criação de novas políticas públicas.

Embora se frise novamente que não é possível fazer qualquer tipo de inferência sobre as razões desta produção, fica claro que o campo das relações internacionais,

que cresceu enormemente nos últimos anos, toma também a questão do *desenvolvimento* como conceito relevante.

No gráfico 8, é possível observar todos os trabalhos, apresentados nos três congressos da ABCP, que carregam a palavra *desenvolvimento* nos títulos ou resumos, distribuídos por área temática.

GRÁFICO 8

Trabalhos apresentados nos congressos da ABCP utilizando a palavra desenvolvimento, distribuídos por área temática (2008, 2010 e 2012)

(Em %)

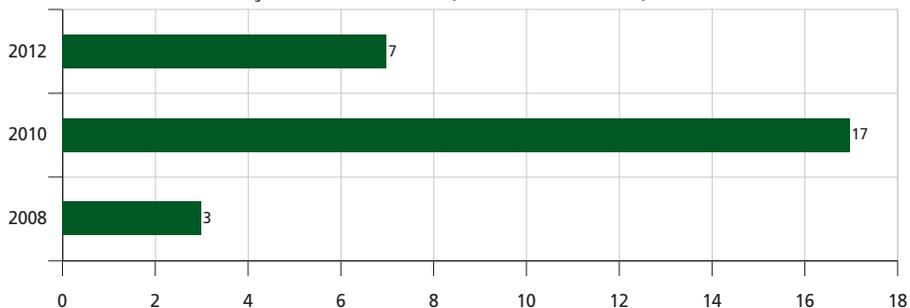


Fonte: ABCP.

Observando o gráfico 9, o que se pode afirmar é que é nítido o crescimento do número de trabalhos que retomam o tema do desenvolvimento como foco no campo das relações internacionais. De 2008 a 2010, o crescimento é enorme, e isto coincide com a consolidação de uma política externa voltada para a agenda Sul-Sul.

GRÁFICO 9

Trabalhos apresentados nos congressos da ABCP utilizando a palavra desenvolvimento, área temática relações internacionais (2008, 2010 e 2012)



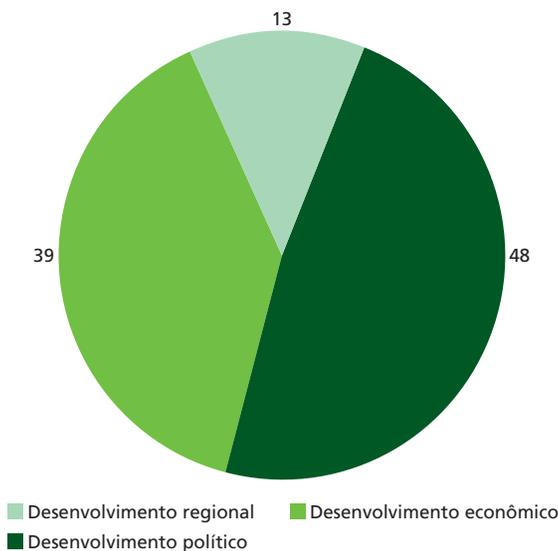
Fonte: ABCP.

Se se tomar os trabalhos dos encontros de 2008 e 2010 (gráfico 10), pode-se observar uma divisão temática entre desenvolvimento político (48%), econômico (39%) e regional (13%). Se se desagregar ainda mais as temáticas, observa-se que a maior parte dos trabalhos dá ênfase à discussão de políticas públicas (gráfico 11). Além disso, tem crescido uma discussão no que se refere à inovação tecnológica (27%) e à profissionalização da política (27%), enfoques mais recentes inseridos no debate sobre desenvolvimento.

GRÁFICO 10

Trabalhos apresentados nos congressos da ABCP utilizando a palavra desenvolvimento, desagregado (2008 e 2010)

(Em %)



Fonte: ABCP.

GRÁFICO 11
Trabalhos apresentados nos congressos da ABCP utilizando a palavra desenvolvimento, desagregado (2008 e 2010)
(Em %)



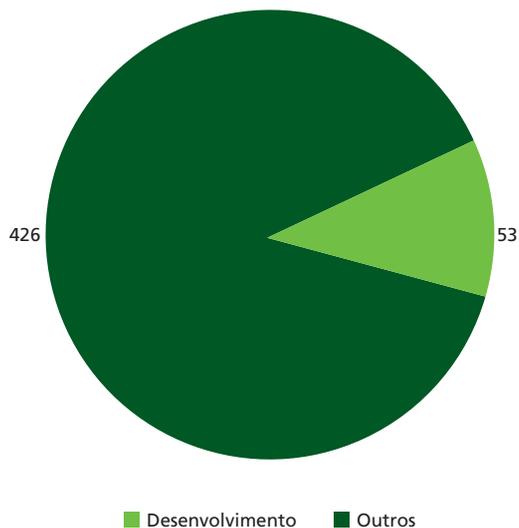
Fonte: ABCP.

Se se observarem duas outras áreas em que o tema é central – Estado e políticas públicas e política e economia –, é significativo, e bastante equilibrado entre as duas áreas, o número de trabalhos apresentados (gráficos 12 e 13). Em ambos os casos, a quantidade de trabalhos é parecida, aproximadamente quinze, o que representa 12% do total de submissões no primeiro caso e 35% no caso do segundo.

Essas são duas áreas em que tradicionalmente se discute o tema do desenvolvimento, seja do ponto de vista político, seja econômico. Com mudanças de orientação na discussão do tema, a apresentação de trabalhos se mantém ao longo dos encontros da ABCP. Cabe analisar, em uma possível próxima etapa da pesquisa, o conteúdo dos resumos para compreender as temáticas que são discutidas, e, assim, avaliar uma possível reorientação dos trabalhos.

GRÁFICO 12

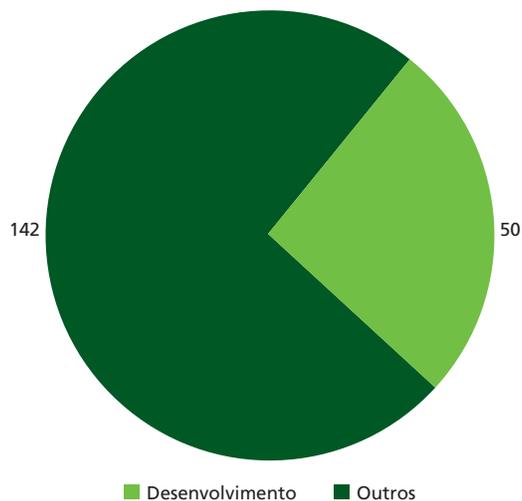
Trabalhos apresentados nos congressos da ABCP utilizando a palavra desenvolvimento, área temática Estado e políticas públicas (2008, 2010 e 2012)



Fonte: ABCP.

GRÁFICO 13

Trabalhos apresentados nos congressos da ABCP utilizando a palavra desenvolvimento, área temática política e economia (2008, 2010 e 2012)



Fonte: ABCP.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou apenas fazer um mapeamento do tema do *desenvolvimento* na produção científica da área de ciência política e relações internacionais. Tomaram-se as duas áreas conjuntamente por compartilharem o mesmo comitê na Capes, e por razões substantivas, já que a proximidade das duas áreas justifica sua análise conjunta.

Com este estudo fez-se uma avaliação ampla de como o tema do desenvolvimento tem aparecido em diferentes ambientes acadêmicos, tomando artigos em publicações relevantes da área, os trabalhos que vêm sendo defendidos nos programas de pós-graduação e apresentados nos congressos da ABCP.

Se se comparar com períodos anteriores, o tema do *desenvolvimento* ganha uma divulgação mais ampla, abrangendo várias áreas, e relaciona-se com diferentes temáticas da ciência política. O desenvolvimento político, econômico e regional continua sendo tomado na tipologia geral, mas aspectos específicos ainda precisam ser desagregados para compreender a orientação do tema e sua relação com a nova conjuntura política doméstica e internacional.

Como dito ao longo da descrição deste texto, não foi possível analisar de forma mais aprofundada o conteúdo e as mudanças que marcam o entendimento sobre o conceito de desenvolvimento, já que só se teve acesso aos títulos e resumos desses trabalhos.

Entretanto, acredita-se que este trabalho representa um primeiro esforço de tratar de forma sistemática e quantitativa a produção da área. Importante para fornecer uma visão preliminar mais ampla. Desta análise, podem-se observar duas questões: em primeiro lugar, o tema do desenvolvimento permanece como conceito relevante nos trabalhos de ciência política, tendo sido desagregado para questões mais específicas. E, em segundo, o interesse pelo tema se ampliou para outras áreas da economia política, abrangendo atualmente as relações internacionais e outras temáticas.

REFERÊNCIAS

CALISE, M.; LOWI, T. **Hyperpolitics**: an interactive dictionary of political science concepts. London: University of Chicago Press, 2010.

HERNANDES, E. *et al.* **Experimental Software Engineering Latin American Workshop**: avaliação da ferramenta StArt, utilizando o modelo TAM e o paradigma GQM. Goiânia: Editora da UFG, 2010.

MONTEBELO, R. P. *et al.* **Systematic Review Automatic Tool (SRAT)**: uma ferramenta computacional de apoio à revisão sistemática. *In*: EXPERIMENTAL SOFTWARE ENGINEERING LATIN AMERICAN WORKSHOP. São Paulo: Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, M. H. T. Ciência política no Brasil: avanços e desafios. *In*: MARTINS, C. B. (Org.). **Para onde vai a pós-graduação em ciências sociais no Brasil**. São Paulo: EDUSC; ANPOCS, 2004. cap. 3, p. 105-121.

ARAUJO, C.; REIS, B. A formação do pós-graduando em ciência política. *In*: MARTINS, C. B. (Org.). **Para onde vai a pós-graduação em ciências sociais no Brasil**. São Paulo: EDUSC; ANPOCS, 2004. cap. 1, p. 51-72.

GRANT, T. What divide us? The image and organization of political science. **Political science and politics**, v. 38, n. 3. 2005.

HERZ, M. O crescimento da área de relações internacionais no Brasil. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 7-40, jan./jun. 2002.

HIRST, M. Relações internacionais no Brasil como área de pesquisa. *In*: MICELI, S. (Org.). **Temas e problemas da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: IDESP, 1998. p. 64-74. (Série Seminários e Debates).

MICELI, S. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré; Brasília: Capes, 1999. v. 3: Ciência política.

SOARES, G. A. D. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. *In*: MARTINS, C. B. (Org.). **Para onde vai a pós-graduação em ciências sociais no Brasil**. São Paulo: EDUSC; ANPOCS, 2004. cap. 2, p. 73-104.

ANEXOS

ANEXO A

QUADRO A.1

Conceitos da ciência política

| | | | | |
|----------------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Administration | Clientelism | Decision | Interest | Market |
| Agenda | Coalition | Democracy | Justice | Oligarchy |
| Authority | Community | Election | Law | Media |
| Autonomy | Conflict | Elite | Leadership | Monarchy |
| Bureaucracy | Consensus | Equality | Legislature | Movement |
| Charisma | Conservatism | Federalism | Legitimacy | Nation |
| Choice | Constitution | Government | Liberalism | Opinion |
| Citizen | Contract | Group | Liberty | Order |
| Civil Society | Corporation | Ideology | Lobbying | Participation |
| Class | Court | Institution | Majority | Party |
| Patronage | Populism | Revolution | State | Welfare |
| Pluralism | Public | Rights | Terrorism | - |
| Policy | Regulation | Rules | Trust | - |
| Polling | Representation | Socialism | Violence | - |

Fonte: Calise e Lowi (2010).

ANEXO B

QUADRO B.1

Termos relacionados à formulação de políticas

| | | | |
|-------------|-----------|-------------|--------------|
| Development | Developed | Political | Policymakers |
| Develop | Policy | Politicians | Political |
| Developing | Policies | Policymaker | - |

Fonte: Calise e Lowi (2010).

REFERÊNCIA

CALISE, M.; LOWI, T. **Hyperpolitics**: an interactive dictionary of political science concepts. London: University of Chicago Press, 2010.

COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, COMUNICAÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Cicilia M. Krohling Peruzzo*

1 INTRODUÇÃO

As sociedades desenvolvem suas formas de organização e sistemas produtivos, político-jurídicos, sociais, culturais e comunicativos que as movimentam. Os modos de comunicação repercutem os modelos de desenvolvimento que as forças que se fizeram dominantes foram capazes de assegurar. Deste modo, as políticas públicas de comunicação, mesmo que não sejam explícitas, articulam-se às propostas de desenvolvimento predominantes, mesmo que estas não cheguem a corresponder aos interesses e às necessidades de todas as classes sociais. É próprio de uma situação como esta a existência de antagonismos e o surgimento de alternativas constituídas por segmentos em busca de soluções para os problemas sociais. É instigante o papel dos grandes meios de comunicação de massa e digitais que, a primeira vista, parecem atuar autonomamente e de forma independente, como se fossem “um quarto poder”, mas que, de fato, são orgânicos às classes dominantes para ajudar na consecução de seus interesses organizados.

Do ponto de vista metodológico, a investigação se ancora em estudo da produção bibliográfica e em pesquisa documental, partindo das seguintes questões: quais são as relações entre as teorias do desenvolvimento e a comunicação; como a comunicação para o desenvolvimento foi vista como funcional à modernização; e que parâmetros reorientam suas concepções na linha do desenvolvimento participativo.

Este estudo tem como objetivo geral sistematizar as principais perspectivas teóricas que originalmente embasaram o tema *comunicação para o desenvolvimento* e identificar as modificações processadas nas abordagens conceituais quando apontam para a comunicação, a cidadania ou a transformação social. Os objetivos específicos são: *i*) situar as abordagens teóricas sobre comunicação para o desenvolvimento no contexto dos principais paradigmas de desenvolvimento; *ii*) verificar as especificidades da comunicação no modelo difusionista e no participativo; e *iii*) indicar desafios do desenvolvimento participativo quando da incorporação de novas tecnologias.

* Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo. *E-mail*: <kperuzzo@uol.com.br>.

Trata-se de um estudo com foco na comunicação, mas que parte de uma breve sistematização dos principais aspectos das teorias do desenvolvimento – modernização, dependência e desenvolvimento participativo ou sustentável – como forma de compreender e situar a elaboração de conceitos comunicacionais e sua relação com as práticas sociais. Por se tratar de um tema complexo e com ampla produção bibliográfica mundial, não é a intenção deste trabalho esgotar o assunto, nem dar conta deste em todas as suas dimensões e na profundidade que ele requer. Tenta-se tecer apenas os aspectos teóricos centrais de modo a explicitar as linhas mestras para o entendimento do tema.

2 TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO

As concepções de desenvolvimento variam, mas a palavra desenvolvimento remete à ideia de progresso, avanço ou melhoria de uma dada situação. As origens desta ideia remontam aos anos 1940, em um espaço geográfico, como diz Chaparro (2012, p. 22), “mal definido que hoje conhecemos como ocidente e começou a impor-se (...) ao resto do mundo (...) por simples interesses especulativos (...) e de submeter a outros construindo um sistema de dependência”. Esta estratégia de desenvolvimento “necessitou inventar a existência de um terceiro mundo, o subdesenvolvido, (...) o qual se dizia ser preciso redimir de suas misérias” (*op. cit.*, p. 22).¹

Imbricada na postura etnocêntrica do ocidente, que jamais reconheceu o sentido das culturas e do desenvolvimento dos povos originários, tal modelo de desenvolvimento procurava ecoar a promessa de progresso econômico tomado como base para o almejado “avanço” político, social e cultural das sociedades. Porém, o processo histórico se encarregou de evidenciar contradições e gerar críticas e revisões de conceitos e de posturas de intervenção.

Trata-se de um tema complexo e amplo sobre o qual apenas se aponta as abordagens teóricas de fundo, ou seja, as linhas mestras das concepções teóricas de desenvolvimento, uma vez que o foco de interesse é compreender como tais concepções influenciaram a comunicação, ou o uso de meios de comunicação, para difundir ideias e visões favoráveis ao progresso.

O desenvolvimento é concebido a partir de diferentes paradigmas, mas, neste texto, toma-se por base o estudo de Servaes (2004), que os agrupa em três, identificados como as teorias da modernização, da dependência e do desenvolvimento participativo ou sustentável, que, em última instância, constituem dois modelos de desenvolvimento, o difusionista e o participativo ou sustentável.

1. As citações de autores estrangeiros são traduções nossas.

2.1 Teoria da modernização

Em meados do século XX, a ideia de desenvolvimento partia da concepção da necessidade da modernização de sociedades vistas como atrasadas ou subdesenvolvidas, tendo como parâmetro os países desenvolvidos, principalmente os do ocidente. Em outras palavras, acreditava-se que o estímulo ao desenvolvimento das nações pobres e com dificuldades de toda espécie viria por meio da modernização, isto é, o progresso econômico adviria da difusão de capital e inovações tecnológicas dos países ricos do ocidente para os do então chamado de Terceiro Mundo² – países empobrecidos de diferentes continentes –, via industrialização destes últimos.

A estratégia era promover uma intervenção nas nações tidas como subdesenvolvidas, como prenúncio de mudanças mediante a modernização dos sistemas de produção e circulação de bens a fim de gerar o presumível desenvolvimento.

Nas palavras de Gustavo Cimadevilla (2004, p. 28), intervenção significa o “processo através do qual se orienta uma ação para modificar um estado de realidade identificado intersubjetivamente, seja de ordem natural – intervenção sobre as condições do ambiente/*habitat* – ou social – intervenção sobre as ordens e princípios de organização social”. Foi exatamente sobre estas duas dimensões que a proposta de *modernização* se efetivou. Na essência, tratava-se de expandir o mercado às grandes corporações multinacionais, principalmente norte-americanas, para a consecução de seus próprios interesses.

Como se disse em outro texto (Peruzzo, 2012), essa concepção de desenvolvimento influenciou as políticas públicas no mundo e, particularmente, na América Latina, ganhou a denominação de *modernização*. Ela norteou as relações entre países ricos do ocidente e pobres ao redor do mundo com base na premissa de que havia a necessidade de se modernizar – industrializar – as sociedades, tidas como atrasadas, seguindo o modelo de industrialização das nações autorreferenciadas como desenvolvidas, lideradas pelos Estados Unidos. Para tanto, baseou-se na difusão de inovações tecnológicas, produtos e da cultura sociopolítica. O pressuposto era que as nações, então tidas como “subdesenvolvidas”, teriam que fazer o mesmo caminho dos países ricos para alcançarem o desenvolvimento. Tal cenário não levava em conta as culturas e demais especificidades das condições locais. De fato, o que importava era ampliar o mercado para a expansão do capitalismo monopolista por meio da “transferência”³ de tecnologias, produtos e serviços. Em um primeiro momento, o modelo de expansão foi centrado no mundo agrícola. O uso de inseticidas, herbicidas, maquinário, por exemplo, era tido como a mola-mestra

2. No nível do Terceiro Mundo surgiu o Movimento dos Países Não Alinhados, ator de lutas anticolonialistas e contra as ditaduras políticas e os ditames do grande capital transnacional.

3. A tecnologia em si nunca foi transferida, apenas estendida, pois os direitos de patentes sempre permanecem nos países de origem, sobre os quais extraem os *royalties*.

de mudanças culturais capazes de gerar progresso. Na realidade, o objetivo de fundo das multinacionais ancoradas no Estado era ampliar o mercado consumidor para seus próprios produtos e serviços, sem considerar as possíveis consequências impróprias e até nocivas de certas práticas para as populações locais e a para ecologia regional e do planeta.⁴

Como diz Jan Servaes (2004, p. 24), “o paradigma da modernização, predominante nos círculos acadêmicos, entre 1945 e 1965, apoiou a transferência de tecnologia e da cultura sociopolítica das sociedades desenvolvidas até as sociedades tradicionais”. O autor explica que o desenvolvimento foi definido como crescimento econômico. A ideia central é a de evolução, que implica o desenvolvimento concebido, primeiramente, como direcional e acumulativo, depois como predeterminado e irreversível, seguido de progressivo e, por último, como imanente com referência ao estado nação. “As sociedades ocidentais desenvolvidas ou modernas eram consideradas as metas últimas que se esforçavam para alcançar as sociedades menos desenvolvidas” (*op.cit.*, p. 25).

Quando esse tipo de intervenção encontra dificuldade em prosperar, atribui-se a problemas da própria sociedade, ou de parte dela, alegando a não aptidão desta em ingressar com rapidez em um processo de desenvolvimento, sem considerar que o problema poderia estar no modelo difusionsita em questão. No entanto, o fato é que suas premissas nortearam as políticas ao redor do mundo. Com base em regaste da produção científica sobre comunicação para o desenvolvimento em todos os continentes, Gumucio-Dagron e Tufte (2008, p. 19) o confirmam:

Devido a sua supremacia tecnológica e econômica, os países industrializados por muitos anos impuseram a crença de que as nações pobres são, de alguma maneira, as responsáveis de sua sorte. Os modelos baseados nas Teorias da Modernização – dominantes ainda hoje em muitas organizações de desenvolvimento – sugerem que as tradições locais impedem que as nações em vias de desenvolvimento deem um salto até a modernidade.

Mesmo como paradigma dominante até os dias atuais, esse tem sido amplamente criticado. Até Rogers, cujos estudos municiaram esse tipo de comunicação, analisou criticamente a problemática desse tipo de desenvolvimento. O autor (Rogers, 2008, p. 206-207) mostra que, no fim da década de 1960 e na década de 1970, vários acontecimentos combinaram com as críticas intelectuais e começaram a ameaçar a credibilidade do paradigma dominante, as quais versam sobre: *i*) o rechaço ecológico sobre a contaminação ambiental nos países desenvolvidos levou a questionar se estes eram modelos ideais para o desenvolvimento; *ii*) a crise mundial do petróleo mostrou que certos países em desenvolvimento poderiam criar

4. Ver, por exemplo, a disseminação da cultura do uso do agrotóxico e toda uma gama de produtos químicos que afetam a saúde do trabalhador e de quem consome produtos impregnados por eles.

suas próprias regras no jogo internacional, com sucesso; *iii*) a súbita abertura das relações internacionais com a China permitiu que o resto do mundo conhecesse detalhes de seu caminho de desenvolvimento que proporcionava bem-estar e mais igualdade; e *iv*) a tomada de consciência de que o desenvolvimento não caminhava muito bem nos países que haviam seguido estritamente o paradigma.

No Brasil, tal concepção de desenvolvimento foi introduzida nos anos 1960, na agenda oficial por Roberto Campos, e assimilada pelo Estado autoritário que investiu “na infraestrutura das comunicações, de telecomunicações, precursoras das infovias. Beneficiadas pela atualização tecnológica, as empresas midiáticas passaram a difundir mensagens modernizadoras, naturalmente filtradas pelos detentores do poder” (Melo, 2012, p. 10).

Esse modelo, que se impôs à sociedade brasileira na segunda metade do século XX, continua predominante. Ele representa, primordialmente, os interesses do grande capital internacional e o nacional a ele associado, voltado à expansão econômica, concentração das riquezas e extração de recursos naturais. Ele deixou um rastro de salários baixíssimos, condições de trabalho insalubres e até regime de semiescravidão, em pleno século XXI. Contingentes de trabalhadores de países produtores de peças para as multinacionais, por exemplo, a China, Indonésia, Brasil, são explorados como mão de obra barata.⁵ Concentrados em fábricas insalubres ou dispersos em suas próprias casas,⁶ por meio da prestação de seus serviços. Chamados de terceirizados, os trabalhadores e as trabalhadoras recebem baixa remuneração e, às vezes, trabalham com condições análogas ao de trabalho escravo.

Por toda essa situação, a mística do desenvolvimento aos poucos foi se definhando, na medida em que as mudanças sociais não se generalizavam, beneficiando apenas as classes médias e os trabalhadores qualificados. Logo, a academia reformulou seu referencial teórico, substituindo o conceito de desenvolvimento pelo de modernização. Tratava-se de legitimar o desenvolvimento sem justiça social, estratificando o bem-estar de poucas camadas da sociedade, o progresso dentro da ordem (Melo, 2011, p. 11).

De fato, certo grau de modernização é real, porém sem um desenvolvimento equitativo. Convivem a abundância das classes dominantes, o alto padrão tecnológico na produção industrial e nas indústrias criativas, com a pequena produção informal, além do elevado grau de pobreza das classes subalternas, o que corresponde a baixos índices de capacidade cognitiva, mesmo entre aqueles que frequentam as instituições de ensino.

5. Ver Klein (2002) e Araujo ([s.d]).

6. Ao serem levados a trabalhar nas próprias residências, há prejuízos às lutas trabalhistas e à participação em organizações sindicais, pois, não estabelecem vínculos nem articulação com seus pares.

2.2 Teoria da dependência

Dada a percepção do fracasso do pretendido desenvolvimento nos países empobrecidos, surgem análises críticas e interpretações, entre elas a teoria da dependência, que evidencia as relações de cumplicidade entre *subdesenvolvimento* e *desenvolvimento*. Estas desvendam os princípios e as estratégias da modernização e seus reflexos nas reais contradições dele decorrente em diferentes cantos do mundo.

Para Theotônio dos Santos ([s.d.], p. 8-9), a teoria da dependência surgiu na América Latina nos anos 1960, o autor tenta explicar

as novas características do desenvolvimento dependente, que já havia se implantado nestes países. Desde os anos 30, eles haviam se orientado na direção da industrialização caracterizada pela substituição de produtos industriais importados das potências imperialistas por uma indústria nacional. Em seguida, terminado o ciclo depressivo (caracterizado por duas guerras mundiais, uma crise global e a exacerbação do protecionismo e do nacionalismo). O capital, concentrado então nos EE.UU. expandiu para o resto do mundo, na busca de oportunidades de investimento que se concentram no setor industrial. Nestes anos de crise, a economia americana generalizou o fordismo como regime de produção e circulação e já iniciara, inclusive, a revolução científico-tecnológica nos anos de 1940. A oportunidade de um novo ciclo expansivo da economia mundial exigia a expansão destas características econômicas a nível planetário.

Servaes (2004, p. 28-29) esclarece que a teoria da dependência se inspira no “neomarxismo ou estruturalismo e nos debates sobre desenvolvimento da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal)”. Ela teve importância no âmbito do então existente Movimento dos Países não Alinhados – anos 1970 – e nos debates internacionais em torno da proposta de uma Nova Ordem Econômica Internacional (Noei) e de uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC), que culminaram com a publicação, em 1980, do *Informe MacBride: un solo mundo, voces múltiples*, auspiciado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), entre outras publicações.

Um dos inspiradores da teoria da dependência é Paul Barán (1964⁷ *apud* Servaes, 2004, p. 31), para quem “os principais impedimentos do desenvolvimento não são a falta de capital e capacidade gerencial, como sustentam os teóricos da modernização, mas (...) que o desenvolvimento do centro determina e perpetua o subdesenvolvimento da periferia”.

Para Paul Barán (*op. cit.*, p. 29),

a continuidade da dependência imperialista depois do fim do período colonial é assegurada principalmente pela reprodução de estruturas políticas e socioeconômicas

7. Baran, P. *A economia política do desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

da periferia em concordância com os interesses dos centros de poder. Esta seria a causa principal do atraso crônico dos países em desenvolvimento, posto que o principal interesse do capitalismo monopólico internacional era impedir, ou, se isto era impossível, tornar mais lento e controlável o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos.

Por sua vez, o paradigma da dependência aponta para a necessidade da autodeterminação política, econômica e cultural das nações, uma vez que identifica relações de cumplicidade entre desenvolvimento e subdesenvolvimento.

No Brasil, uma contribuição expressiva para a compreensão dessa problemática foi a de Celso Furtado,⁸ economista e professor atuante no país, nos Estados Unidos e na França, com obras publicadas em território nacional e no exterior.⁹ O autor explica como este processo de desenvolvimento se desenvolve.

consideramos o subdesenvolvimento como criação do desenvolvimento, isto é, como consequência do impacto, em um grande número de sociedades, de processos técnicos e de formas de divisão do trabalho irradiados do pequeno número de sociedades que se havia inserido na revolução industrial na fase inicial desta, ou seja, até fins do século passado [sec.XIX]. As relações que se estabelecem entre esses dois tipos de sociedades envolvem formas de dependência que tendem a autoproprietar-se. Essa dependência apoiou-se, inicialmente, num sistema de divisão internacional do trabalho que reservava para os centros dominantes as atividades produtivas em que se concentrava o progresso tecnológico; em fase subsequente ela teve como ponto de apoio principal o controle, por grupos integrados nas economias dominantes, daquelas atividades produtivas, instaladas nas economias dependentes, em que mais significativa é a assimilação dos novos procedimentos técnicos (Furtado, 1973, p. 8).

O economista arremata: “desenvolvimento e subdesenvolvimento devem ser considerados como dois aspectos de um mesmo processo, ligado a criação e à forma de difusão da tecnologia moderna” (Furtado, 1973, p. 8-9).

Em outra passagem, Furtado (1973, p. 134) mostra, ainda, que o que caracteriza uma economia dependente é que nela “o progresso tecnológico é criado pelo desenvolvimento, ou melhor, por modificações estruturais que surgem inicialmente do lado da demanda, enquanto nas economias desenvolvidas o progresso tecnológico é, ele mesmo, a fonte do desenvolvimento”.

Muitos outros teóricos do Brasil e do exterior se dedicaram ao tema das relações entre *subdesenvolvimento* e *desenvolvimento*, como Theotônio dos Santos, Luiz Pereira, Costa Pinto, André Gunder Frank, Florestan Fernandes, Luiz Pereira,

8. Ver também Cardoso e Faletto (1981).

9. Entre elas, *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1967); *Um projeto para o Brasil* (1968); *Análise do modelo brasileiro* (1972); e *Hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina* (1973).

Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Hebert Blumer, Paul Sweezy, François Perroux, Jacques Lambert, Peter Heintz, Rodolfo Stavenhagen e Daniel Lerner, entre muitos outros.

Se a teoria da dependência não se constituiu em “modelo” de desenvolvimento, pelo menos se constituiu em paradigma para municiar a compreensão da realidade e inspirar lutas sociais e políticas com vistas à autodeterminação política, econômica e cultural das nações, especialmente na América Latina.

2.3 Teoria do desenvolvimento participativo

Em meio ao movimento histórico de afirmação do capitalismo como sistema mundial, ao mesmo tempo que se constituem forças contrárias e lutas sociais e políticas por independência, vão surgindo outras propostas de desenvolvimento. Aqui se focará na que se centra na teoria do desenvolvimento participativo. Esta incorpora os princípios estabelecidos pela Fundação Dag Hammarskjöld (*apud* Servaes, 2004, p. 32-33), que apregoa outro desenvolvimento, aquele que é gerado para a satisfação de necessidades, a começar pela erradicação da pobreza. Este desenvolvimento é endógeno e autônomo e deve estar em harmonia com o meio ambiente.

A teoria do desenvolvimento participativo se situa no universo das alternativas do desenvolvimento, ou “o outro desenvolvimento”, levantados a partir de autores como Hebert Blumer.

A ideia central é que não há padrão de desenvolvimento que possa ser universal, mas que este seja concebido como processo integral, multidimensional e dialético, que pode diferir de uma sociedade a outra (Servaes, 2004, p. 33). Em outros termos, ele é concebido como desenvolvimento participativo, integral e sustentável, tendo como princípios paradigmáticos:

- as necessidades básicas: o desenvolvimento pretende satisfazer necessidades humanas, materiais e não materiais;
- que seja endógeno: definido a partir do núcleo de cada sociedade, que estabelece com soberania seus valores e a visão de seu futuro;
- que seja autoconfiável: implica que cada sociedade confie basicamente nas próprias forças e recursos, em termos das capacidades de seus membros e de seu ambiente natural e cultural;
- que esteja integrado à ecologia: utilizando racionalmente os recursos da biosfera com plena consciência do potencial dos ecossistemas locais, assim como dos limites globais impostos às gerações atuais e futuras;

- que se baseie na democracia participativa: como a verdadeira forma de democracia, e não só um governo do povo e pelo povo, mas, fundamentalmente, “para as pessoas” em todos os níveis da sociedade; e
- o favorecimento das mudanças estruturais requeridas nas relações sociais, nas atividades econômicas e na distribuição espacial da estrutura de poder para alcançar as condições de autogerenciamento e participação no processo de decisão por todos aqueles afetados, desde a “comunidade” até o mundo como um todo (Servaes, 2004, p. 33-34).

O desenvolvimento participativo é estratégia de longo prazo, cujas bases dependem de construção conjunta complexa. Mas algumas premissas são fundamentais para nortear este novo modelo de desenvolvimento: ele não é só uma questão econômica, de progresso ou de aumento de renda, mas tem a ver com participação, integração, sustentabilidade e igualdade, no sentido de proporcionar retorno dos benefícios a todas as pessoas. E deve ser participativo porque pressupõe a participação ativa da população local como sujeito e, portanto, interferindo, decidindo e se auto-organizando, sem medo de exigir e encontrar saídas coletivas de superação dos antagonismos de classe. Tal modelo pressupõe, por fim, um processo de consciência-organização-ação para compreender a realidade e agir sobre ela (Peruzzo, 2012, p. 8).

Vale ressaltar que a participação, por sua vez, implica desafios, pois ela se desenvolve de diferentes maneiras. Pode possibilitar a interferência popular com poder de decisão ou apenas servir para dar uma roupagem participativa, se houver manipulação para acomodação de interesses de outros.¹⁰ Pode ainda ocorrer em graus distintos, do menor aos mais avançados, como no caso da cogestão e da autogestão. Mas, como se tem dito (Peruzzo, 2004; 2009; 2012), a qualidade participativa se constrói. É preciso levar em conta, especialmente no caso brasileiro, a histórica condição de opressão dos segmentos subalternos da população local: desde o tronco para os escravos que ousavam protestar contra os patrões, até o controle ideológico e político da ditadura militar; passando pelo coronelismo político e o, ainda atual, voto de “cabresto” nos coronéis – se não vota em fulano, não recebe água, luz ou a rua não é calçada etc. –, entre outros mecanismos de impedimento ou cerceamento participativo. Algumas instituições, como Igreja, escola, universidade e família, colaboram na reprodução de valores e práticas favoráveis à submissão e à competição – em vez da colaboração – e manutenção de amplos sistemas de dominação. Porém, não se trata de uma situação imutável. Pode ser lento, mas os grupos sociais acabam por encontrar saídas de interesse público.

10. Ver Peruzzo (2004).

Fala-se em desenvolvimento *integral*, porque este proporciona condições para o crescimento da pessoa em todas as suas dimensões, da cognitiva à produtiva. Significa o desenvolvimento da consciência política, da capacidade de gestão e de gerar conhecimento, bem como o desenvolvimento da própria inteligência, o que ajuda a superar qualquer sentimento de inferioridade que às vezes marca a cultura popular. Tal perspectiva viabiliza que a pessoa seja um ser de relações e não de contatos, na linha de Paulo Freire (1977). É estar com o mundo e agir sobre ele.

Esse desenvolvimento é *sustentável*, porque parte das condições endógenas de cada lugar, respeita a cultura e se baseia no uso responsável dos recursos naturais. Seus benefícios retornam a seus protagonistas. A terra, a água, o petróleo, o ar são de todos e de devem permanecer em condições aprazíveis para as próximas gerações (Peruzzo, 2012, p. 9).

No conjunto, trata-se de *um outro desenvolvimento*, que vem ganhando formulações diferenciadas e provocando a realização de fóruns de debates e conferências, capitaneadas por instituições supra governamentais, governamentais, civis, organismos internacionais¹¹ etc., com a finalidade de discutir e gerar documentos delineadores de políticas públicas e para a ação direta das corporações empresariais. Por exemplo: CDE-Blundtland /Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (desde 1983); Fórum Econômico Mundial (Davos e outros); Fórum Social Mundial (Porto Alegre e outros); Conferência Rio 92; Fórum Global; Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD); G-22; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Conferência Global dos Povos sobre Mudança Climática (2010); entre muitos outros. Em meio a todos estes eventos, relatórios e acordos foram constantemente publicados, como a Carta da Terra, a Convenção da Biodiversidade, a Agenda 21 e a Convención del Cambio Climático.

Assim, em um contexto mundial, há décadas vêm se forjando propostas para *um outro desenvolvimento*, sob diferentes denominações, mas que, no fundo, intencionam colaborar para resolver os problemas relacionados às desigualdades nas relações internacionais e às contradições internas nos países geradas pelas estratégias de operacionalização das forças produtivas, das relações de produção e dos sistemas político-culturais instituídos. As referidas propostas, de acordo com Chaparro (2012, p. 35), receberam denominações, como: “desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano, desenvolvimento local, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento social, alternativo, comunitário, autônomos”.

11. Tais como Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUM), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização Mundial do Comércio (OMC), e assim por diante.

Ou, ainda, ecodesenvolvimento, desenvolvimento durável, desenvolvimento sustentável (Cimadevilla, 2004, p. 121). Todos são conceitos genéricos (Cimadevilla, 2004) e, em geral, operam apenas como pleonasmos (Chaparro, 2012), sem alterar, de fato, os padrões de ação do grande capital. No entanto, ao mesmo tempo que não avançam o desejado – por exemplo, os tímidos documentos finais da Conferência Rio 92 e da Rio + 20 (2012) ou, ainda, a não assinatura de acordos internacionais por parte dos Estados Unidos, como os de clima e da diversidade cultural –, servem para fomentar o debate e inspiram esforços de reorientação política internacional, além de provocar iniciativas concretas governamentais e programas civis, alguns com apoio de órgãos públicos.

Em suma, os documentos emitidos, somados aos graves problemas no mundo, decorrentes das estruturas econômicas e políticas historicamente constituídas, principalmente os relacionados à pobreza e ao meio ambiente, expressam criações em torno de outro desenvolvimento. Suas vertentes, conhecidas como de *desenvolvimento humano e desenvolvimento local e sustentável*, ganharam repercussão internacional. Repercutem também no Brasil, tanto por estar na pauta dos debates quanto pela incorporação de alguns de seus parâmetros em políticas públicas e em programas de governo¹² e de diversas organizações civis e movimentos sociais.¹³ Por exemplo, o Polo Sindical de Borborema (Paraíba)¹⁴ faz um trabalho inovador para desenvolver a região do semiárido, com ampla participação dos agricultores. Apesar de representar apenas uma parte dos sindicatos e da região, pois as outras ainda permanecem na linha do agronegócio, há sinais de mudança favoráveis à ampliação da cidadania e democracia econômica. Primeiro, porque, na área de atuação do polo, a estratégia é a agricultura familiar. E, segundo, pelo caráter das iniciativas. Por exemplo, foram criados o Fundo Comunitário Solidário e o Banco de Sementes e foi desenvolvido um sistema de silos para armazenagem e conservação de alimentos para os animais. O cultivo da terra dispensa e rejeita o uso de agrotóxicos. Houve ainda a participação em um amplo programa de construção de cisternas para acondicionar a água da chuva a fim de guardá-la para os períodos de seca – trata-se de uma política pública do governo federal para todas as regiões do semiárido. Os agricultores recuperam o conhecimento familiar de espécies nativas e aquele usado por seus antepassados para a preservação de sementes por meio de outro programa, o Sementes da Paixão.¹⁵ Em outras regiões do sertão e do semiárido brasileiro, há projetos similares. Quanto àquele

12. Por exemplo: PNUB Brasil, Delis-Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (anos 1990), Programa Fome Zero (anos 2000), Programa Aceleração do Crescimento (anos 2010) etc.

13. Assentamentos e cooperativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sindicatos de trabalhadores rurais, iniciativas de economia solidária nas cidades, movimentos comunitários etc.

14. O polo tem apoio da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). Informações em: <<http://aspta.org.br>>.

15. Sobre Borborema, ver: <<http://goo.gl/gj8KrQ>>.

relacionado às sementes, na região do sertão do Rio São Francisco (Bahia), ele recebe, por exemplo, o nome Sementes Crioulas. Em todo este processo, *outra comunicação* também se desenvolve. Ela se relaciona a toda movimentação em torno das mudanças de mentalidade e de práticas, da mobilização necessária, nos relacionamentos com as instituições, na externalidade necessária às práticas e à busca de visibilidade pública e aceitação social.

A proposta do *desenvolvimento humano* diz respeito a um desenvolvimento que rompa a noção deste apenas como crescimento econômico e avanço tecnológico. Estudos de Amartya Sen, Celso Furtado, Ladislau Dowbor, entre outros, e as evidências práticas ao redor do mundo comprovam que, em países onde houve crescimento econômico, a pobreza, ao contrário de desaparecer, aumentou. Esta proposta sistematiza noções de que desenvolvimento só é desenvolvimento se permitir a realização plena das dimensões educacionais, culturais, produtivas, da saúde, proteção e segurança, participação política, oportunidades econômicas e liberdade de comunicação.

Na visão de Amartya Sen (2000, p. 25), o usufruto de direitos significa ter liberdade: “liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias e transparências, e segurança protetora”. Desenvolvimento se liga à liberdade como “fim primordial” e como “principal meio do desenvolvimento”, ou como “papel constitutivo” e “papel instrumental”.

O papel constitutivo relaciona-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. (...) Ter condições de evitar privações da fome, a subnutrição (...), a morte prematura, (...) liberdades associadas ao saber ler e fazer cálculos (...), ter participação política e liberdade de expressão (Sen, 2000, p. 52).

Como papel instrumental, o autor entende que as

liberdades e direitos também podem contribuir muito para o progresso econômico. (...) Concerne ao modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intituleamentos [entitlements] contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim, para a promoção do desenvolvimento (Sen, 2000, p. 53-54).

Toda a perspectiva de desenvolvimento humano inclui o combate à pobreza e às condições estruturais que a geram e a reproduzem, bem como a defesa das condições gerais da vida societária – meio ambiente, paz, relações sociais, ecologia, saúde, sistema comercial, financeiro e de comunicação etc. – e vem sendo amplamente incorporada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em seus fóruns e declarações, com a participação de seus Estados-membros. Como já foi mencionado, são exemplos: a Declaração do Milênio, os PNUDs e a Carta da Terra.

Esta última levou anos para ser aprovada. Começou no contexto da Conferência Eco 92 e foi aprovada na sede da Unesco,¹⁶ em Paris, em 2000.¹⁷

A Carta da Terra trata diretamente sobre o meio ambiente no patamar da sustentabilidade ecológica, mas não deixa de apontar o compromisso esperado com a erradicação da pobreza, a igualdade de gênero, a promoção da cultura de tolerância, a não violência, a paz, o acesso universal à educação, à assistência médica e às oportunidades econômicas.¹⁸

O índice de desenvolvimento humano (IDH), instituído pela ONU em 1990 para medir a expectativa de vida, a taxa de escolaridade e o nível de vida (renda), também ressoa essas noções, uma vez que coloca em cheque os parâmetros de produto interno bruto (PIB) e de renda *per capita* para medir o desenvolvimento.

Para Sen (2000, p. 17), considerado o pai do IDH,

o enfoque das liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização. (...) [Estes são elementos importantes], mas as liberdades dependem de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os sérvios de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas).

Desse debate decorrem conceituações acerca do capital social e capital humano (Franco, 2002; Putman, 2000; Dowbor, 2003; 2007; Mattos, 2009), que dizem respeito à capacidade de organização dos setores subalternos em prol da satisfação coletiva de necessidades e de interesses econômicos e políticos. Para Bourdieu¹⁹

16. Convém lembrar que são atitudes dos últimos tempos, pois a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), inicialmente – anos 1947 e seguintes –, encampou as propostas do desenvolvimentismo, como se apontou em outra parte deste texto, quando se falou do Schramm. Além do apoio para modernização tecnológica, esta entidade teve um papel importante da formação de recursos humanos por meio do Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para América Latina (Ciespal), do Centro Internacional de Estudos Superiores do Jornalismo (CIESJ) e do Instituto de Comunicação Coletiva (ICC). Ver Melo (2012).

17. A Carta da Terra é uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção, no século XXI, de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. Busca inspirar todos os povos a um novo sentido de interdependência global e responsabilidade compartilhada voltada para o bem-estar de toda a família humana, da grande comunidade da vida e das futuras gerações. Preocupa-se com a transição para maneiras sustentáveis de vida e desenvolvimento humano sustentável. Integridade ecológica é um tema maior. Entretanto, a Carta da Terra reconhece que os objetivos de proteção ecológica, erradicação da pobreza, desenvolvimento econômico equitativo, respeito aos direitos humanos, democracia e paz são interdependentes e indivisíveis. Esta carta é resultado de uma década de diálogo intercultural, em torno de objetivos comuns e valores compartilhados. O projeto da Carta da Terra começou como uma iniciativa das Nações Unidas, mas se desenvolveu e finalizou como uma iniciativa global da sociedade civil. Em 2000, a Comissão da Carta da Terra, uma entidade internacional independente, concluiu e divulgou o documento como a carta dos povos. A redação da Carta da Terra envolveu o mais inclusivo e participativo processo associado à criação de uma declaração internacional. Esse processo é a fonte básica de sua legitimidade como um marco de guia ético. A legitimidade do documento foi fortalecida pela adesão de mais de 4,5 mil organizações, incluindo vários organismos governamentais e organizações internacionais. Disponível em: <<http://goo.gl/MSmNO>>.

18. Ver <<http://goo.gl/MSmNO>>.

19. Bourdieu, P. *Le capital social*: notes provisoires. Actes de la Recherche in Sciences Sociales, n. 31, p. 2-3, 1980.

(*apud* Mattos, 2009, p. 35), capital social “é o conjunto de recursos atuais e potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e interreconhecimento”.

Quanto à outra noção que repercute favoravelmente, a do *desenvolvimento sustentável*, representa uma resposta ao capitalismo predatório dos recursos naturais e das relações intersubjetivas nas sociedades. A proposta da sustentabilidade surge no próprio capitalismo e apregoa a necessidade de um “compromisso de não apenas de conjugar crescimento e desenvolvimento como meio e fim, mas principalmente de combinar progresso com preservação ambiental” (Demo, 1996, p. 14). Ela tem como um dos seus marcos a constituição, pela Assembleia das Nações Unidas, em 1983, da Comissão Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (CMDMA), que, após três anos de trabalho, produziu o *Informe Brundtland*,²⁰ aprovado pela mesma Assembleia em 1987. Segundo Cimadevilla (2004, p. 112),

o informe reúne um exame dos problemas mais críticos vinculados ao desenvolvimento e ao meio ambiente, assim como apresenta uma série de propostas tendentes a resolvê-los. Além das discussões que gerou em torno de suas análises, conseguiu colocar na agenda científico-acadêmica e de divulgação midiática o conceito de desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável proposto passou a ser adotado por intelectuais e atores econômicos e políticos, e oferece “uma estrutura para a integração de políticas ambientais e estratégias de desenvolvimento” (Cimadevilla, 2004, p. 112). Em uma de suas passagens, o *Informe Brundtland* dá o conceito de desenvolvimento sustentável:

[Ele] fornece uma estrutura para integração de políticas ambientais e estratégias de desenvolvimento (...). Muitas vezes o termo é empregado com referência aos processos e transformações econômicas e sociais no terceiro mundo. Mas, todos os países, ricos e pobres, precisam da integração do meio ambiente ao desenvolvimento. (...) O desenvolvimento sustentável procura atender as necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro. Longe de querer que cesse o crescimento econômico, reconhece que os problemas vinculados à pobreza e ao subdesenvolvimento só podem ser resolvidos se houver uma nova era de crescimento na qual os países em desenvolvimento desempenhem um papel importante e obtenham grandes benefícios (Nosso Futuro..., 1991, p. 43-44).

Uma vertente aliada às duas anteriores – desenvolvimento humano e desenvolvimento sustentável – é a de desenvolvimento local (Franco, 2002; Dowbor, 2003; 2007; Akerman, 2005; Friedman, 1992; Frey e Stutzer, 2002) – ou desenvolvimento territorial endógeno (Zapata, Amorim e Arns, 2007).

20. Título do informe: *Our Common Future*. A edição brasileira – intitulada de *Nosso futuro comum* – foi publicada em 1991 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Nas últimas décadas, essas noções repercutem no Brasil em programas de governo,²¹ no discurso e em práticas de alguns agentes econômicos e de outros atores da sociedade civil, que protagonizam iniciativas concretas em prol da transformação social. Apregoa-se a participação comunitária como fundamental e básica, pois, desenvolvimento se efetiva a partir do envolvimento direto de cidadãos e cidadãs – e eles estão no local de onde tem condições efetivas de interferir. São os protagonistas e beneficiários, ao mesmo tempo, tanto das iniciativas para se viver melhor quanto as de comunicação, que, aliás, neste contexto, servem para facilitar a consecução das primeiras.

Diz Augusto de Franco (2002, p. 51) que,

para haver desenvolvimento, é necessário que haja alteração do capital humano e do capital social. (...) Combater a pobreza e a exclusão social não é transformar pessoas e comunidades em beneficiárias passivas e permanentes de programas assistenciais, mas significa, isto sim, fortalecer as capacidades de pessoas e comunidades de satisfazer necessidades, resolver problemas e melhorar sua qualidade de vida.

Como se disse na introdução, não é intenção, nem é possível aprofundar os três paradigmas de desenvolvimento neste texto.²² Porém, as breves indicações precedentes parecem necessárias para situar como a comunicação se constitui neste contexto.

Concorda-se com Jan Servaes (2004), ao relacionar as teorias de desenvolvimento com a comunicação, de que a comunicação para o desenvolvimento pode ser agrupada em dois grandes modelos – o difusionista e o participativo.

3 REPERCUSSÕES DAS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO NA COMUNICAÇÃO

O tema da *comunicação para o desenvolvimento* foi introduzido com sentido instrumental em meados do século XX. Aproximadamente, a partir dos anos 1970, ele ganhou expressividade científico-acadêmico também do ponto de vista crítico em países da América Latina e em outras partes do então chamado Terceiro Mundo. Estes são países com desenvolvimento autóctone, tidos como subdesenvolvidos, segundo os padrões ocidentais, melhor dizendo dos países industrializados da Europa e dos Estados Unidos.

A seguir, é apresentada uma síntese dos dois grandes modelos de comunicação para o desenvolvimento, a partir da classificação de Servaes (2004).

21. Ver, por exemplo, o Desenvolvimento Local Integral e Sustentável (DLIS), nos anos 1990 (Franco, 2002); o Programa Fome Zero, nos anos 2000; entre outros.

22. Recentemente, ganham repercussão novos discursos identificados como *posdesarrollo* (pós-desenvolvimento) ou *bién vivir* (bem viver) que questionam todas as teorias do desenvolvimento por terem como meta universal a ideia ocidental de desenvolvimento (Silva, 2011), e propõem que o mesmo seja holístico, centrado no direito dos povos à felicidade, ao viver bem, e no respeito aos saberes e valores ancestrais, mas que não é possível incluí-los neste texto dada a extensão que requereria.

3.1 Modelo difusionista de comunicação

Em meados do século XX, introduzem-se formulações teóricas conhecidas como *comunicação para o desenvolvimento*, as quais são basicamente funcionais, o que quer dizer que foram pensadas em sua importância e utilidade na implementação de programas de desenvolvimento, na linha da modernização, tal como foi apresentada na seção 2 deste texto. Os expoentes mais ilustres desta fase originária são Wilbur Schramm, Everett M. Rogers e Daniel Lerner. Porém, muitos outros pesquisadores se debruçaram sobre este tema, tanto nesta fase como nas abordagens críticas subsequentes. O livro *Antología de comunicación para el cambio social*, de 2008, organizado por Alfonso Gumucio-Dagron e Thomas Tufte, reúne contribuições de 150 autores de diferentes partes do mundo sobre o tema em questão.

Mas este estudo vai se concentrar na visão destes três clássicos devido ao papel histórico de suas contribuições. Schramm teve sua proposta de *comunicação para o desenvolvimento*, segundo Melo (2012, p. 9), adotada pela Unesco, que prosperou “nos países subdesenvolvidos, no período pós-guerra. Nessa equação, cabia ao desenvolvimento dos meios de comunicação o papel de acelerador do desenvolvimento sócio-econômicos, ‘queimando etapas’ no processo de socialização cultural”. Já no fim da década de 1940, a “recém-fundada Unesco disseminou a mística do desenvolvimento: na verdade, uma estratégia para queimar etapas no processo de urbanização e industrialização, recorrendo à mídia como mediador sociopolítico” (Melo, 2011, p. 135).

Schramm ensina, no livro *Comunicação de massa e desenvolvimento: o papel da informação nos países em crescimento* (1976, p. 195-221), por exemplo, que os meios de comunicação de massa podem: “ser informantes”, “ampliar horizontes”, “orientar atenções”, “elevar aspirações”, “criar um clima para o desenvolvimento”, “ajudar só indiretamente nas mudanças das concepções arraigadas ou práticas estabelecidas”, “alimentar canais interpessoais”, “conferir um *status* especial”, “ampliar o diálogo político”, “reforçar as normas nacionais”, “ajudar a formar gostos”, “afetar as concepções” etc. Em termos práticos, os meios serviram para convencer as pessoas a usar produtos químicos na lavoura, para aderirem ao consumo leite industrializado para bebês em detrimento do materno e assim por diante.

No texto *Lo que la comunicación masiva puede hacer y lo que puede ayudar a hacer por el desarrollo nacional*, publicado originalmente em 1964, Schramm (2008, p. 81-94), mostra “como se produz a mudança social”; discute as “consequências para os meios de comunicação de massa”, caso sejam utilizados sem o conhecimento devido da cultura local; diz que os meios de comunicação massivos podem ajudar: “sendo vigilantes”, a “ampliar horizontes” – no sentido de elevar aspirações –, a “criar um clima de desenvolvimento”, a mudar atitudes para a “tomada de decisões”, a alimentar “os canais interpessoais”, a conferir “prestígio social” etc., além de serem “professores” por intermédio da informação e de sua inserção em “todo tipo de educação e capacitação”.

Rogers, outra figura ilustre nesse assunto, tem, entre suas obras, uma de 1962 que se tornou paradigmática: *Diffusion of innovation*. Nela, Rogers²³ (1962 *apud* Servaes, 2004, p. 35) foi muito claro ao dizer que a “função da comunicação é transferir inovações tecnológicas das agências de desenvolvimento até as audiências, e criar uma predisposição para a mudança por meio da conquista de um clima de modernização entre os membros do público”. Contudo, também soube criticar o “paradigma dominante”²⁴ de desenvolvimento, falando do etnocentrismo, da identificação equivocada das causas do subdesenvolvimento etc., conforme se verá adiante.

Já as ideias de Lerner (1958), segundo Gumucio-Dagron e Tufte (2008, p. 26), são de matriz conservadora e anglocentrista, chegando a dizer que “para formar parte do mundo moderno as comunidades rurais e suburbanas dos países do Terceiro Mundo necessitam deixar para trás suas tradições e adotar os meios massivos de difusão e a nova tecnologia do ocidente”. O autor desenvolveu estudos sobre o conceito de *empatia*, e a concebe como “a capacidade de ver-se a si mesmo na situação de outra pessoa, (...) como uma ferramenta indispensável para que se abandone hábitos tradicionais” (Lerner, 1958 *apud* Servaes, 2004, p. 40).

Portanto, uma vez consentâneas ao momento da supremacia da proposta de desenvolvimento centrada na modernização, as teorias da comunicação para o desenvolvimento nascem comprometidas com as ideias da difusão de inovações e com o incentivo à mudança de hábitos. A teoria da modernização foi capitaneada pelos *mass media*, então denominados de massa, ou *mass media*, especialmente o rádio, os jornais e as revistas de grande circulação e alcance, e a televisão, na qual ela já havia se instaurado.²⁵ Tratava-se de uma mídia que incorporou a ideia da modernização – a revista *Quatro rodas* é um bom exemplo²⁶ –, com conteúdos criados e editados convenientemente aos propósitos do dito desenvolvimento.

A base dessa teoria é congruente às elaborações acadêmico-científicas dos anos 1950 e 1960 nos modelos lineares de comunicação,²⁷ predominantes na época, tais como o que proveio da engenharia da informação, com Shannon e Weaver (fonte – transmissor – canal – receptor – destino), além de outros mais orgânicos à psicologia e à sociologia como os de Lasswell (quem – diz o que – através de que meio – com que efeito), de Schramm (fonte – cifrador/comunicador – canal – decifrador/perceptor – destino), de Berlo (a fonte – o codificador – a mensagem – o canal – o decodificador – o recebedor), entre outros.

23. Rogers, E. M. *Diffusion of innovations*. New York: Free Press, 1962.

24. Ver Rogers (2008).

25. No Brasil, a primeira transmissão televisiva ocorreu no dia 3 de abril de 1950.

26. Foi lançada em 1960 pela Editora Abril e primou pela divulgação de ideias adesistas a novos padrões de consumo, especialmente o automóvel.

27. Ver McQuail e Windahl ([s.d.]) e Spa (1991).

São modelos que concebem a comunicação como transferência de informação e os efeitos dessa transferência sobre os receptores em uma relação linear e unilateral. Nesse contexto, a comunicação foi vista como “um instrumento necessário e também medível, subsidiário do chamado desenvolvimento econômico, cujos resultados teriam que ser incrementados pela dita intervenção e haveria que doutrinar nessa crença os membros da sociedade” (Moreno, 2006, p. 26).

Em outras palavras, como disse Peruzzo (2012, p. 9), a comunicação na perspectiva dos dois grandes modelos de desenvolvimento – o difusionista e o participativo – tem conotações específicas. No contexto do paradigma da modernização, que corresponde ao modelo difusionista, a comunicação é tomada de maneira linear. Preconiza-se o uso da comunicação interpessoal e massiva como vetores de difusão de inovações com vistas à *modernização* de sociedades tidas como atrasadas, como inclusão de tecnologias e mudanças de hábitos culturais no cultivo agrícola, na alimentação,²⁸ produtos de consumo etc. O uso do rádio e da televisão era visto como importante para difundir novos padrões de comportamento. Estes veículos de comunicação ajudaram, por exemplo, a divulgar a ideia da necessidade do controle da natalidade, de que o leite em pó industrializado era melhor para a saúde infantil, do consumo do automóvel, do uso do plástico em vez de produtos à base do sisal, da adesão ao cigarro pelas mulheres, entre outras.

Os meios de comunicação estimulam “de forma direta e indireta a mobilidade e o desenvolvimento econômico; eles são os ‘motivadores’, ‘mobilizadores’ para a mudança e a modernização” (Servaes, 2004, p. 40).

Enfim, os meios de difusão massiva

se converteram em espinha dorsal das campanhas educativas. O modelo se inspirou nas estratégias publicitárias validadas pela promoção de bens de consumo. O rádio e a televisão contribuíram para a difusão de uma versão de harmonia e felicidade em nível internacional. As agências de publicidade social utilizaram estratégias similares às empregadas para posicionar a Coca-Cola para vender o novo emblema de segurança e boa saúde: o preservativo. Mensagens atrativas (...) para persuadir ao invés de educar (Gumucio-Dagron e Tufte, 2008, p. 20).

Em nível internacional se estabeleceu um fluxo de informação a partir dos Estados Unidos e da Europa envolvendo desde agências de notícias, exportação de filmes cinematográficos, revistas, programas de televisão²⁹ etc., por meio dos quais, política e ideologicamente, julgavam-se negativamente os países de orientação socialista e, ao mesmo tempo, “vendia-se” a bonança dos países centrais do ocidente. O papel do Serviço de Informação dos Estados Unidos (USIS) e da

28. O Gusano de Maguey foi até proibido como coisa do “demônio”, no México, na época da colonização espanhola, apesar do alto valor protéico que possui.

29. Há ampla bibliografia sobre tais fluxos. Ver, por exemplo, Luiz Ramiro Beltrán, em *Comunicação dominada* (1982), Juan Somavia, em *Comunicação: realidade e mito* (1979); e outras obras sobre a Ordem Internacional da Informação e sobre a Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC).

Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) está documentado em ações na Guatemala (1951-1954) para persuadir a população a aceitar medidas da ditadura militar (Dagron e Tufte, 2008, p. 20) e em medidas para influenciar os meios de comunicação contra o governo na época de Salvador Allende, no Chile, entre tantos outros exemplos.

Já nos anos 1970 e seguintes, críticas ao paradigma da modernização e, conseqüentemente, ao modelo difusionista de comunicação,³⁰ como já assinalado, não tardaram a demonstrar insatisfações com seu papel instrumental no quadro econômico, político, cultural e ideológico e pelas contradições geradas na América Latina e em outras parte do mundo. Tais críticas se inspiram em elementos da teoria da dependência e fazem todo o sentido em um contexto em que se desnudou o jogo de interesses do capital transnacional, e apontava para a necessidade de autonomia das nações. No âmbito da comunicação, Beltrán (1978) foi um dos que destacaram não ser produtor transferir os conceitos de comunicação para a América Latina sem a devida crítica, além de analisar as incongruências do modelo difusionista nesta região. Rosa Maria Alfaro Moreno (2006) sintetiza o sentido destas críticas ao dizer que a comunicação se

ligava a duas linhas: a construção de uma imagem de coesa segurança onde o desenvolvimento social era sinônimo de crescimento econômico e uma política de posicionamento de qualquer projeto de desenvolvimento para apoiá-lo. A comunicação era, portanto, funcional ao modelo, eminentemente pragmática e pouco significativa à aproximação entre cidadãos e os diversos setores sociais e políticos. E com respeito aos grandes públicos cresce o discurso triunfalista da criação de melhores condições de vida para todos, especialmente no campo de trabalho, como uma promessa de bem estar futuro (Moreno, 2006, p. 26).

É dessa época também parte dos estudos sobre o fluxo unidirecional de informações que predominava no mundo sob a lógica da ordem econômica internacional que culminaram com a publicação do *Informe MacBride* pela Unesco e a elaboração de uma proposta para uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação no âmbito dos países não alinhados, como já apontado neste capítulo. Estudos e práticas de comunicação então chamadas de horizontal, popular, participativa ou alternativa intensificam-se.

Nos anos 1980, “os questionamentos ao modelo de desenvolvimento se intensificam, culminando, na década de 90, com a proposta de desenvolvimento sustentável. Na área da comunicação para o desenvolvimento se fazem propostas baseadas em novos enfoques que derivam na comunicação para o desenvolvimento sustentável” (Bedregal, 2002, p. 15). Esta denominação não é predominante na

30. Autores como Kaarle Nordenstreng, Hebert Schiller, Luiz Ramiro Beltrán, Juan Díaz Bordenave, Cees Hamelink, Jan Servaes, Hector Schmucler, Rafael Roncanglioso, Teresa Flores Bedregal, Alfonso Gumucio-Dagron, Rosa Maria Alfaro Moreno, Gustavo Cimadevilla, Manuel Carlos Chaparro etc.

produção científica na América Latina, que também incorporou outros termos como comunicação para a cidadania, comunicação para a mudança social ou comunicação para a transformação social. No entanto, a ideia da sustentabilidade e de uma comunicação para um outro desenvolvimento estão implícitas ou explícitas em qualquer uma destas denominações. A comunicação popular, comunitária e alternativa é bem representada neste tipo de abordagem. Aliás, convém ressaltar que estas denominações expressam a busca de um distanciamento das propostas da *comunicação para o desenvolvimento*³¹ baseada nos paradigmas da modernização.

Mas os grandes meios de comunicação convencionais – privados e públicos –, amplamente caracterizados como meios de comunicação de massa (*mass media* ou *mainstream*), até os atuais meios digitais corporativos, sempre expressaram em sua agenda pública os paradigmas da modernização, o que continua a se manifestar de forma predominante atualmente. Estes são majoritariamente comprometidos com interesses do grande capital, do ponto de vista direto – como unidade de produção – ou indireto – ao representar os interesses políticos e ideológicos dos grandes grupos econômicos e político-partidários.

A contra-agenda, a das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e dos movimentos sociais populares que demandam transformações estruturais, é omitida ou ganha espaços e interpretações desfavoráveis, salvo raras exceções, nesse tipo de mídia.

3.2 A comunicação no modelo participativo

Esse modelo, de modo geral e a título de síntese, coaduna com princípios embutidos nas propostas de desenvolvimento local, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento humano, muito embora sob estas roupagens possa haver conceitos e práticas ainda inerentes ao modelo difusionista. Não há relações sociais puras nem duais, dadas as complexas configurações histórico-contemporâneas das classes e suas perspectivas político-ideológicas.

A comunicação no modelo participativo, no enfoque que privilegia a transformação das estruturas de poder e enfatiza a dialogicidade – perspectiva herdada de Paulo Freire –, e as noções de acesso igualitário, diálogo e participação – a partir de formulações auspiciadas pela Unesco sobre autogestão, acesso livre e participação³² – passaram a ser reais nas práticas sociais. Formulações teóricas de dezenas de pesquisadores, como os pioneiros desta temática na área da comunicação na América Latina, por exemplo, Luiz Ramiro Beltrán, Mário

31. Esta expressão ainda é muito usada em alguns países, como Bolívia, Equador, México, Argentina etc., mas com o sentido novo.

32. Reunión sobre La Autigestión, el Acceso y la Participación, realizada en Belgrado, de 18 a 21 de outubro de 1977.

Kaplún, Rafael Roncagliolo, Juan Diaz Bordenave, Daniel Prieto Castillo, Juan Sumavia, Fernando Reyes Mata, José Marques de Melo e tantos outros, inspiraram novos estudos e o fortalecimento da pesquisa em comunicação nesta linha crítico-transformadora.

Inserida nos contextos locais, respeitando as culturas, reconhecendo a existência de antagonismos e de lentidão na dinâmica de transformação social, a questão central passa a ser a premência de os processos e meios de comunicação se colocarem em benefício da ampliação da cidadania e que esta é construída pelos próprios cidadãos, na sua interação com as outras forças constitutivas da sociedade. A comunicação a partir deste enfoque pretende se alinhar a um modelo de desenvolvimento que só faz sentido se promover a igualdade no acesso à riqueza e o crescimento integral da pessoa e de todos, ou seja, se tiver como mola-mestra o ser humano (Peruzzo, 2007, p. 49). Portanto, esta não é uma questão de progresso, a menos que este seja entendido como a capacidade da sociedade de “distribuir melhor toda a energia da vida: a comida, a água, a habitação, o desejo, os bens da cultura e, em nosso caso, o saber e as ferramentas para pensar com outros e para gerar informação” (González, 2009, p. 54).

A comunicação, no bojo dessa nova proposta de desenvolvimento, é concebida como facilitadora da geração de processos pessoais e grupais de mudança social em que as pessoas são protagonistas e as mais favorecidas pelos benefícios. Servaes (2004, p. 43) afirma a “importância cultural das comunidades locais e da democratização e da participação em todos os níveis internacional, nacional, local e individual”. A participação nas decisões para o desenvolvimento implica “compartilhar a informação, o conhecimento, a confiança, o compromisso e uma correta atitude a respeito a projetos de desenvolvimento” (Servaes, 2004, p. 43). As novas atitudes e visões, ou as ecologias simbólicas que se formam, relacionam-se com as oportunidades que as pessoas têm de expressar a palavra e participar ativamente. Paulo Freire (1981, p. 87) dizia: “O desenvolvimento, envolvendo não apenas questões técnicas ou de política puramente econômica ou de reformas de estruturas, mas guardando em si, também, a passagem de uma para outra mentalidade”.

Essa comunicação explicita a importância da participação direta, com poder de decisão, tanto nos processos relativos a programas de intervenção comunitária e local quanto nos do *que fazer* comunicacional, sejam eles grupais, sejam midiáticos. A comunicação – nas suas especialidades como as relações públicas, jornalismo, publicidade, radialismo etc. –, ao mesmo tempo que pode ser facilitadora pelo potencial de mediação visando a mobilização, a articulação e o tornar público novas demandas e visões de mundo, serve como instrumento de educomunicação.³³

33. Referência às inter-relações entre educação e comunicação.

Para compreensão de como se dá

a conversão dos códigos de uma cultura popular, (...) nos códigos da cultura hegemônica [e deles a uma criticidade] é (...) importante (...) compreender neles a luta contra a exclusão, e pela cidadania dos contextos populares, [que passam] pelas propostas de parcerias dessas populações com organizações governamentais e não governamentais, na perspectiva de viabilizar o desenvolvimento local (Santos, 2003, p. 41).

O modelo participativo “incorpora os conceitos no marco da multiplicidade. Acentua a importância da identidade cultural de comunidades locais e da democratização e participação em todos os níveis – internacional, nacional, local e individual” (Servaes e Malikha, 2010, p. 71).

Desde as discussões em torno de uma Nova Ordem da Informação e da Comunicação, as propostas de uma comunicação que favoreça a transformação social inserem o debate sobre políticas nacionais de comunicação democrática capaz de corresponder às necessidades dos povos por um desenvolvimento benéfico a todos e que não desconsidere a realidade de cada local. Nesse sentido, há que se observar que a comunicação para o desenvolvimento dos contextos rurais no Brasil esteve atrelada historicamente às políticas públicas governamentais, mas, na prática, a ação de aparatos não governamentais ganha cada vez mais importância, pois traz novas alternativas de convívio com a própria realidade tal como se apresenta e, simultaneamente, de transformação local³⁴ (Peruzzo, 2012, p. 11). Enfim, também a comunicação para o desenvolvimento rural, como uma das especificidades do desenvolvimento brasileiro, indica a existência de novas interpretações teóricas para práticas de intervenção tanto no campo, o que também é válido para o meio urbano. Aliás, esta comunicação tem grande expressividade nas cidades, principalmente nas capitais, já que aí se concentram as contradições e a desigualdade na partilha de bens construídos coletivamente. Daí as demandas crescentes pela comunicação comunitária, especialmente na modalidade rádio comunitária, e suas expressões congêneres, como a popular e a alternativa. Dado o controle oligopólico dos *mass media* e sua tendência em editar os conteúdos a partir da visão e interesses das classes dominantes, essa outra comunicação privilegia sua horizontalidade e pretende estar a serviço da ampliação da cidadania. Esta só ocorre se construída pelos próprios cidadãos.

Por seu turno, essa concepção de comunicação “aparece publicamente como paradigma inovador a partir da década de 1990. Se enfatiza que a pessoa não é só ator do desenvolvimento, entendimento como processo, mas que é a finalidade do mesmo” (Moreno, 2006, p. 30). Esta comunicação, bastante vasta e diversa, em orientações políticas e ideológicas, nas experiências mais avançadas, representa o exercício do direito à comunicação que ultrapassa a noção de direito à informação e

34. Ver as experiências de agricultores pelo Brasil afora, especialmente no Nordeste e do Polo Sindical de Borborema, na Paraíba.

à liberdade de expressão. Trata-se do direito de ter o poder de comunicar por meio dos canais tecnológicos de grande alcance e repercussão, na condição de protagonista.

Essa comunicação não se constitui em si mesma, ou simplesmente em meios – canais –, mas em processos, uma vez inserida em atividades de segmentos subalternos organizados que lutam para melhorar as condições de existência, para ter os direitos respeitados e para poder interferir nas políticas públicas de interesse das maiorias. O poder de difusão de mensagens – para esclarecer, mudar hábitos e responder a “chamados” à participação – é apenas uma de suas dimensões. Entre as suas outras dimensões está a de ser canal facilitador de dinâmicas de interação e mobilização social, pois se constitui em meio capaz de tornar o que antes era apenas receptor, também em provedor e difusor de conteúdos e gestor de unidades de produção.

A comunicação, nessa perspectiva, incorpora, portanto, a noção de desenvolvimento humano (Sen, 2000), pois busca a realização de uma das liberdades, a capacidade de comunicar pelos meios técnicos especializados, mas também por meio da interação interpessoal e grupal. Portanto, as tecnologias modernas não suplantam as relações interpessoais e grupais presenciais. Segundo González (2009, p. 51), “a comunicação é coordenação de ações. É aprender a nos coordenarmos escutando e interagindo. É organizarmo-nos para nos darmos conta de que determinadas formas sociais nos pautam desbalanceadamente a relação com os outros”.

Ressalta-se que esse tipo de comunicação, por sua vez, não está livre de antagonismos e conflitos, como alertava Mário Kaplún nos anos 1980,³⁵ como a manipulação, as dificuldades operacionais, a reprodução de valores culturais conservadores,³⁶ e de se fazer ela mesmo funcional a uma proposta de intervenção social. Moreno (2006, p. 20, p. 44 e p. 151) admite seu caráter instrumental e persuasivo, só que direcionado a ações de mudanças e de interesse humano, e sabendo escutar e formar redes de articulação entre atores e instituições de diferentes âmbitos. O que diz Juan Diaz Bordenave (2008, p. 229), é bem verdade:

os diversos conceitos (...) que enriquecem nosso conhecimento e a função da comunicação no desenvolvimento (...), não alteram de maneira substancial a visão geralmente aceita da comunicação como meio para transmitir informação com um fim persuasivo. Em geral, o comportamento dos comunicadores – professores, agentes de programas de desenvolvimento, especialistas em publicidade etc. – tem revelado uma orientação essencialmente vertical e prescritiva, com a intenção de manipular e doutrinar. Essa orientação parece uma consequência natural da visão do desenvolvimento que sublinha a “modernização”.

35. O autor dizia que não se pode reificar a participação.

36. Não estamos livres da doxa: sistema de representações sociais preconcebidas e, em geral, desfavorável aos segmentos subalternos.

São distorções que ocorrem na prática, em geral, sob boas intenções. Razão pela qual a democracia participativa na comunicação se refere a um aprendizado coletivo, com paciência pedagógica e se distanciando de uma visão apenas a partir dos fins da comunicação, como já dito. Ou melhor, seus fins também podem passar por uma revisão, ser ela uma forma de mediação educativa enquanto processo. Ao mesmo tempo, há incontáveis práticas democratizadas e democratizantes de comunicação. É delas que se extraem elementos para novas formulações.

As proposições teóricas e práticas sociais se somam nessa outra comunicação para a transformação social.³⁷ O organização Consorcio de Comunicación para el Cambio Social pontua que, na comunicação para a transformação social, “o processo é mais importante do que os produtos, tal como se sucede com Comunicação participativa e alternativa” (Gumucio-Dagron e Tufte, 2008, p. 23).

Esses autores esclarecem tratar-se de um processo que depende das condições culturais de cada realidade, entre elas a participação e apropriação comunitária de meios de comunicação; da língua e pertencimento cultural; da geração de conteúdos locais; do uso de tecnologias apropriadas e da formação de redes nas comunidades e para além delas (Gumucio-Dagron e Tufte, 2008, p. 24-25). Portanto, não é o caso de falar em meios de comunicação como eficazes apenas enquanto canais difusores de mensagens, como apregoava Schramm ou como faz a grande mídia até os dias atuais, mas tornar a comunicação entrelaçada a atividades com vistas ao desenvolvimento integral e participativo.

A vertente mais explícita desse tipo de comunicação caracteriza-se como a popular, alternativa e comunitária (Peruzzo, 2004; 2009), aquela que pertence a comunidades e a grupos sociais autônomos, é orgânica a eles, não tem fins lucrativos e é participativa, na sua expressão mais genuína. É protagonizada e/ou apoiada por atores, como os movimentos sociais populares – pela terra, atingidos por barragens, direitos humanos etc. –, associações comunitárias e de produtores, cooperativas, coletivos comunitários, organizações não governamentais (ONGs), comunidades eclesiais de base (CEBs) e as pastorais da Igreja Católica – que atuam sob a inspiração da teologia da libertação –, e algumas outras organizações do terceiro setor.

No bojo das práticas sociais populares desse contexto de organização pela auto-determinação, constrói-se uma outra comunicação – processos e meios –, de caráter emancipatório, como já mencionado. Sim, fala-se em *processos*, pois a comunicação se constitui no contexto de lutas sociais e se mostra colada à dinâmica de coordenação de ações;³⁸ e *meios*, porque a comunicação os forja como canais próprios à medida

37. Preferiu-se a expressão *transformação social* à *mudança social*. Esta última está mais suscetível a mudanças na linha do difusionsimo. Transformação social indica a interferência mais profunda, inclusive, nas estruturas de poder.

38. Ver González (2012).

que percebem a necessidade de comunicar para informar, mobilizar e sensibilizar o outro para a causa que é comum, de interesse público e das maiorias.

Em muitas partes do país, há experiências nesse sentido, a exemplo dos movimentos comunitários em favelas cariocas, como atesta a existência até da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ); do Movimento Enzaizados,³⁹ que começou no Rio de Janeiro e atualmente está em vários estados do Brasil; e do movimento comunitário de Heliópolis, na capital de São Paulo, que, sob a coordenação da União de Núcleos, Associações e Sociedades de Moradores de Heliópolis e São João Clímaco (Unas),⁴⁰ desenvolve importante intervenção nas áreas de moradia, educação, cultura, esportes, saúde, assistência social e comunicação social. São poucos exemplos, entre uma imensidão deles, apenas para indicar a existência, há muitos anos, de um movimento histórico pela transformação das duras realidades do povo empobrecido que vive em zonas urbanas. Também no meio rural há uma efervescência popular, apesar de não ser algo que atinja as maiorias.

Tanto no sertão do Piauí, quanto na região de Borborema⁴¹ – semiárido do estado da Paraíba – e no território do semiárido do sertão do rio São Francisco – estado da Bahia –, além de outras partes do Nordeste e de outras regiões do país, se cultivam formas de promoção de intervenção local – e de comunicação comunitária e local – com vistas ao desenvolvimento humano em condições condizentes à realidade local. Estas, por sua vez, proporcionam crescente bem-estar à população, com respeito à terra e à natureza como um todo.

Por todos esses lugares, há rádios comunitárias, programas radiofônicos veiculados em emissoras convencionais, vídeos, jornais e outras modalidades de comunicação que fazem a diferença. Os exemplos estão na Rádio Comunitária FM Serra, situada em São Francisco de Assis do Piauí, a 499 km ao sul de Teresina; na Rádio Zabelê FM, com sede em Remanso, na Bahia, região do sertão do rio Francisco; na Rádio Comunitária Santa Luz, situada no município de Santa Luz, território sisaleiro da Bahia; como também na capital de São Paulo, como a Rádio Comunitária Cantareira e a Rádio Comunitária Heliópolis,⁴² entre outras. Porém, pelo menos apenas de passagem, ressaltou-se que nesse âmbito se constituem duas vertentes de comunicação, a institucional e a mobilizadora.

Por seu turno, há também iniciativas no âmbito da mídia convencional – privada e pública –, local, regional ou nacional, que colaboram na cobertura de temas

39. Informações disponíveis em: <<http://www.enzaizados.com.br/index.php/about/>>.

40. Informações disponíveis em: <<http://unas.org.br/quem-somos/>>.

41. Ver: <<http://aspta.org.br/programas/programa-paraiba/>>.

42. Sites das emissoras em: <<http://www.radioserra87.com.br/>>; <<http://www.zabelefm.com.br/>>; <<http://www.santaluzfm.com.br/home/index.html>>; <<http://www.radiocantareira.org>>; <www.heliopolisfm.com.br>; e <<http://amarcbrazil.org/radio-heliopolis-979-fm/>>.

relacionados à cidadania. São iniciativas próprias ou advindas das demandas civis, pois as organizações populares, como as aqui mencionadas, buscam crescentemente sua inserção na grande mídia convencional como forma de dar visibilidade às lutas sociais e de obter a legitimidade pública.

4 COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO NA ERA DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS⁴³

Mais que constatar a importância das tecnologias modernas para a comunicação, sem desprezar as antigas ou incorrer em deslumbramentos passageiros, como se a disponibilização de computadores e internet fosse solucionar todos os problemas, há que se discutir e propor formas inovadoras de empoderamento destas. Um bom exemplo é o caso de Pirai, no interior do Rio de Janeiro, que

criou um sistema público de banda larga na internet para todos. Foi um pequeno investimento público, mas representou um grande fator de produtividade para empresas e comércios locais, que passaram a se relacionar com fornecedores e consumidores em escala mais ampla (Dowbor, 2007, p. 79).

Nesse caso, o Dowbor (2007, p. 79) afirma que as “comunidades deixam de ser pequenas demais para serem viáveis, pois também podem se articular de maneira criativa e diferenciada nas diversas territorialidades”. Mas, o ponto-chave “é a iniciativa, o sentimento de apropriação das políticas, que é devolvido ao espaço local, onde as pessoas podem participar diretamente, pois conhecem a realidade e a escala de decisão coincide com o seu horizonte de conhecimento”. Os sistemas de comunicação locais mudaram. Apesar do impacto de inclusão digital ser profundo, “o interessante é que a generalização da conectividade permitiu melhorar a produtividade de todos os setores sociais do município, das escolas, do sistema de saúde e assim por diante” (Dowbor, 2007, p. 80).

Por seu turno, não há que se mistificar as novas tecnologias. Há lugares em que as tecnologias antigas ainda fazem mais sentido para as comunidades locais. Contudo, é cada vez mais premente a democratização de todas elas, antigas e novas, a toda a gente, mas a questão-chave é ultrapassar as fronteiras da técnica para abrir caminhos de auto-organização comunitária.

Estudiosos, bem como algumas políticas públicas, tendem a defender a disseminação das tecnologias de informação e comunicação como algo fundamental para promover a chamada “inclusão” digital e social. É evidente que há a necessidade da *universalização* da internet e de todos os mecanismos e suportes que esta exige para seu funcionamento, mas não se trata apenas de distribuir computadores e promover o acesso à rede, nem de proporcionar treinamentos para viabilizar a sua

43. Ideias originalmente tratadas em Peruzzo (2012).

operacionalidade. Outras questões como o nível educacional, a desigualdade nas condições socioeconômicas, as elaborações culturais pessoais e de grupos, além da cultura comunicacional em cada região, entre outros aspectos, fazem parte do universo de vida das pessoas e, como tal, influenciam o modo de como se relacionam com as tecnologias. Esta é razão para explicar o uso inadequado que em geral se faz de telecentros ou mesmo de salas de informáticas nas escolas, e assim por diante.

O provimento das condições de acesso universal poderia ser mais eficaz se fosse pensado como espaço aglutinador para a geração de conhecimento coletivo e colocado a serviço das próprias comunidades, a partir da auto-organização comunitária capaz de gerar o empoderamento social deste.

Assim sendo, criariam-se condições para desenvolver *cibercultur@*.⁴⁴ Esta, escrita com arroba, distancia-se da *cibercultura*, na visão tradicional, como dimensão constituída a partir das mudanças culturais ocasionadas pelas tecnologias digitais, especialmente a internet. O vocábulo *ciber* refere-se à capacidade de dirigir, de governar-se, de construir saídas inteligentes para problemas que parecem impossíveis de resolver. O arroba – @ –, que indica um “ciclo de retroalimentação positiva, serve para delinear o interesse por estas modulações recentes relacionadas com as tecnologias digitais e a comunicação mediada por computadores diante do desenvolvimento de formas criativas de cognição coletiva” (González, 2012, p. 17).

Reconhece-se que o universo do ciberespaço revoluciona as relações sociais e culturais e que, portanto, há que se entender os meandros tecnológicos e o que fazem com cultura. Mas, ao se incorporar os conceitos de *cibercultur@*, remete-se a um processo coletivo de autodeterminação “diante de problemas concretos, específicos”, uma vez que na “construção da dimensão simbólica de toda sociedade humana encontram-se entretecidos três processos/produtos com características e qualidades altamente desenvolvidas por nossa espécie, sendo eles, a informação, a comunicação e o conhecimento” (González, 2012, p. 15). Assim, é fundamental que se recuperem estas dimensões e que o conhecimento possa ser gerado mediante formas partilhadas de estímulo, conectividade em rede e consistência coletiva de modo a fortalecer um espírito “nossótrico”, do nós, do coletivo frente a situações vividas em comum.

Desenvolver *cibercultur@* é

redesenhar coletivamente, e de baixo para cima (*botton-up*), uma atitude diferente e, ao mesmo tempo, aprender uma série de habilidades transmissíveis que nos permitam operar habilmente com as tecnologias ante as necessidades de informação, para gerar e valorizar o conhecimento e para coordenar ações de comunicação que permitam

44. Escrito com arroba para indicar um processo de retroalimentação progressiva, ou *feedback*, na perspectiva do Laboratório de Investigación y Desarrollo en Comunicación Compleja (Labcomplex). Informações disponíveis em: <www.labcomplex.net>.

romper o círculo vicioso da dependência tecnológica. Ocupar-nos, coletivamente, de reter nossos velhos e desequilibrados vínculos sociais. (...) Significa mudar de atitude, adquirir ferramentas e embarcar numa tríade de processos [informação, Comunicação e conhecimento] interconectados para transformar de maneira plausível, possível e sustentável as relações, as condições e as ações nas quais temos sido historicamente “contados” de fora, “narrados” na perspectiva de um poder com rostos mutantes (“colonialismo”, “neoliberalismo”, “globalização”) que nos subjugou e ao qual continuamos a nos submeter enquanto não formos capazes de nos autogovernar e potencializar nossa inteligência junto com nossas tecnologias (González, 2012, p. 238-239).

As novas tecnologias têm um grande potencial para contribuir com a transformação social, cuja realização depende de como são apropriadas pelos cidadãos. Elas podem servir mais ou menos para a transformação social. Se forem capazes de contribuir para desenvolver os sistemas de informação, para proporcionar a comunicação, no seu sentido mais profundo, entre os seres humanos, além de gerar e socializar o conhecimento, significa que o empoderamento social ocorre, o que tende a proporcionar graus de autodeterminação segundo as condições e capacidade de cada sociedade, em seu tempo histórico, seja a partir dos autofalantes fixos em pequenos lugarejos, seja a partir da mobilidade e suas múltiplas telas que nos rodeiam. O principal é a força motriz: o desenvolvimento humano ao alcance de todos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O paradigma da modernização perpassou décadas do século XX e ainda se mostra vigoroso no Brasil. Ele representa os interesses do grande capital que, na busca incessante de maiores lucros e expansão econômica, revela seu caráter concentrador e depilador das riquezas naturais. As práticas inseridas na perspectiva deste modelo de desenvolvimento incentivam a produção e o consumismo de produtos industrializados, em detrimento dos artesanais e da própria agricultura familiar. Espalham a pobreza no campo e nas cidades, em contraposição a uns poucos postos de agronegócios bem-sucedidos e a nichos de riqueza pertencentes a poucos. Tal modelo ajuda a explicar as contradições existentes desde o Sertão⁴⁵ nordestino até as favelas e cortiços nas grandes cidades brasileiras. Pobreza, fome, violência, precárias condições de moradia, de educação, de cultura e de saúde, por sua vez,

45. O sertão nordestino compreende as áreas mais secas e distantes do litoral leste do Brasil, situadas nos estados do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe e da Bahia. Apenas no Ceará e no Rio Grande do Norte o sertão chega até o litoral. O chamado Polígono das Secas totaliza 936.933 km². Informações disponíveis em: <http://www.grupoescolar.com/materia/sertao_do_brasil.html>.

enquanto no mesmo ambiente há oásis⁴⁶ de conforto e ilhas de progresso econômico desfrutados por uns poucos segmentos de classe detentoras do capital.

A comunicação, na ótica do desenvolvimento participativo, integral e sustentável, constitui-se como parte de processos de emancipação social, porque se insere em práticas organizativas de caráter comunitário orgânicas às necessidades e interesses dos grupos envolvidos. Deste modo, ela contribui para o desenvolvimento integral da pessoa, de todas as pessoas – pelo menos as diretamente envolvidas –, desde as dimensões cognitivas até as produtivas, culturais e comunicativas.

Não resta dúvida de que o grande capital segue seu curso e tem papel primordial na materialização do desenvolvimento das sociedades. Por vezes, as empresas que o incorporam demonstram interesse pró-desenvolvimento humano ou sustentabilidade social e ambiental apenas no discurso. Oxalá se possa compreender as finalidades humanas do desenvolvimento social. A economia solidária, a economia de comunhão, o cooperativismo e os sistemas de autogestão produtiva em curso no Brasil sinalizam a existência de possibilidades diferentes. São novos modos, novas relações que põem em xeque os sistemas tradicionais de exploração do trabalho, de comercialização da produção e da distribuição dos bens e dos lucros produzidos. Não se trata de nada que possa amedrontar as classes dominantes, afinal, até grandes empresas já instituem mecanismos em que os funcionários têm participação nos lucros.

Apesar de existirem parâmetros principais que norteiam as relações entre as forças produtivas e as relações de produção na indústria, na produção agrícola, no comércio e assim por diante, as contradições geradas pelo modo de produção capitalista dão lugar a novas práticas e propostas, como a do desenvolvimento participativo e sustentável. Neste bojo, também a comunicação foi repensando seu lugar e seu papel. De uma comunicação para o desenvolvimento atrelada ao difusionismo, passou-se a conceber uma comunicação para a ampliação da cidadania e transformação social. Esta se imbrica a abordagens que entendem que o desenvolvimento não se refere só ao progresso, mas à democracia econômica e ao crescimento integral das pessoas; que desenvolvimento não se transfere, assim como o conhecimento, mas se constrói com base em ampla e profunda participação popular. A comunicação se constitui como parte do desenvolvimento ao mesmo tempo em que ajuda a constituir as práticas sociais transformadoras – ou conservadoras –, conforme queiram os cidadãos.

46. Oásis é uma região coberta de vegetação no meio do deserto. Pode ser tomado também lugar aprazível que contrasta com o seu oposto. Neste texto, usa-se o termo nestes dois sentidos, porque há de fato oásis verde e com água no meio do sertão do Piauí, por exemplo, em áreas e em propriedades privadas beneficiadas por represas ou açudes, assim como há oásis de bem-estar ao lado de extensas áreas de pobreza, tanto no interior do país como nos grandes centros urbanos.

REFERÊNCIAS

- AKERMAN, M. **Saúde e desenvolvimento local**: princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica. São Paulo: Hucitec, 2005.
- ARAÚJO, M. L. **Pará, o campeão nacional de trabalho escravo**. Belém: UFPA, [s. d.]. Disponível em: <www.ufpa.br/beiradorio/arquivo/Beira22/opinioao.htm>. Acesso em: 21 dez. 2006.
- BEDREGAL, T. F. **Comunicación para el desarrollo sostenible**. La Paz: Plural; Lidema, 2002.
- BELTRÁN, L. R. Premisas, objetos y métodos foráneos en la investigación sobre comunicación en América Latina. **Órbita** 22, Caracas, p. 3-55, dez.-jul. 1978.
- BORDENAVE, J. D. La teoría de la comunicación y el desarrollo rural: una breve reseña. *In*: GUMUCIO-DAGRON, A. G.; TUFTE, T. (Orgs.). **Antología de comunicación para el cambio social**. Lecturas históricas e contemporáneas. La Paz: Plural, 2008. p. 220-231.
- CARDOSO, F. H.; FALETO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CHAPARRO, M. C. Viejos y nuevos paradigmas. *In*: MELO, J. M.; GONÇALVES, E.; BIZELLI, J. L. (Orgs.). **Comunicação para o desenvolvimento**: pensamento e ação. Araraquara: Cultura Acadêmica Editora, 2012. p.19-41.
- CIMADEVILLA, G. **Crítica a la razón intervencionista, la comunicación y el desarrollo sustentable**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.
- DEMO, P. **Combate à pobreza**: desenvolvimento como oportunidade. Campinas: Autores Associados, 1996.
- DOWBOR, L. **A reprodução social**: proposta para uma gestão descentralizada. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. v. 3.
- _____. **Democracia econômica**: um passeio pelas teorias. Fortaleza: BNB, 2007.
- DUPAS, G. **Atores e poderes na nova ordem global**: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo: UNESP, 2005.
- DURAN, J. C. G. (Org.). **Sociologia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- FRANCO, A. **Pobreza & desenvolvimento local**. Brasília: AED, 2002.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. **Educação como prática da liberdade**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

FREY, B. S.; STUTZER, A. **Happiness and economics**: how the economy and institutions affect human well-being. Princeton: Princeton University Press, 2002.

FRIEDMAN, J. **Empowerment**: the politics of alternative development. Cambridge: Blackwell, 1992.

FURTADO, C. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

GONZÁLEZ, J. Pantallas vemos, sociedades no sabemos: barruntos (conjeturas) sobre temporalidades progresivamente apantalladas y cibercultur@. **Intercom**: revista brasileira de ciências da comunicação, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 51-68, 2009.

_____. **Entre culturas e cibercultur@s**: incursões e outras rotas não lineares. São Bernardo do Campo: Metodista, 2012.

GUMUCIO-DAGRON, A. G.; TUFTE, T. Raíces e importancia: introducción. *In*: _____. (Orgs.). **Antología de comunicación para el cambio social**. Lecturas históricas e contemporáneas. La Paz: Plural, 2008. p. 16-45.

KLEIN, N. **Sem logo**: a tirania das marcas em um planeta vendido. Tradução de Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LERNER, D. **The passing of traditional society**: modernizing the Middle East. New York: Free Press, 1958.

MATTOS, H. **Capital social e comunicação**: interfaces e articulações. São Paulo: Summus, 2009.

MCQUAIL, D.; WINDAHL, S. **Modelos de comunicação**. Lisboa: Notícias Editorial, [s.d.].

MELO, J. M. **Brasil democrático**: comunicação e desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2011.

_____. Prefácio: entre o pensamento e a ação – comunicação para o desenvolvimento. *In*: MELO, J. M.; GONÇALVES, E.; BIZELLI, J. L. (Orgs.). **Comunicação para o desenvolvimento**: pensamento e ação. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2012. p. 9-11.

MORENO, A. R. M. **Otra brújula**: innovaciones en comunicación y desarrollo. Lima: Calandria, 2006.

NOSSO FUTURO Comum. Relatório Brundtland. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. Cidadania, comunicação e desenvolvimento social. *In*: KUNSCH, M. M. K.; KUNSCH, W. (Orgs.). **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007. p. 45-58.

_____. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa. **Galáxia**, São Paulo, n. 17, jun. 2009. p. 131-146.

_____. **A comunicação no desenvolvimento comunitário e local, com cibercultur@**. *In*: ENCONTRO DA COMPÓS, 21. Juiz de Fora, 12-15 jun. 2012.

PUTMAM, R. **Bowling alone: the collapse and revival of american community**. New York: Simon & Schuster, 2000.

ROGERS, E. M. La comunicación y el desarrollo: el ocaso del paradigma dominante. *In*: GUMUCIO-DAGRON, A. G.; TUFTE, T. (Orgs.). **Antología de comunicación para el cambio social**. Lecturas históricas e contemporáneas. La Paz: Plural, 2008. p. 200-220.

SANTOS, T. **A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico**. [s.d.]. Disponível em: <<http://goo.gl/LjfRHP>>. Acesso em: 2 jul. 2012.

_____. **A teoria do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, M. S. T. **Comunicação rural: do difusionismo tecnológico ao desenvolvimento local**. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EXTENSÃO E O NOVO ESPAÇO RURAL NO NORDESTE BRASILEIRO. Recife: Bagaço, 2003. p. 38-42.

SCHRAMM, W. **Comunicação de massa e desenvolvimento: o papel da informação nos países em crescimento**. 2. ed. Tradução de Muniz Sodré e Robert Lent. Rio de Janeiro: Bloch, 1976.

_____. Lo que la comunicación masiva puede hacer y lo puede ayudar a hacer por el desarrollo nacional (1964). *In*: GUMUCIO-DAGRON, A. G.; TUFTE, T. (Orgs.). **Antología de comunicación para el cambio social**. Lecturas históricas e contemporáneas. La Paz: Plural, 2008. p. 81-93.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 2000.

SERVAES, J. Comunicación para el desarrollo: tres paradigmas, dos modelos. **Revista comunicação midiática**, Bauru, v. 1, n. 1-2, p. 19-53, 2004.

SERVAES, J.; MALIKHAO, P. Comunicación participativa el nuevo paradigma? *In*: THORNTON, R. D.; CIMADEVILLA, G. (Orgs.). **Usos y abusos del participar**. Buenos Aires: Inta, 2010. p. 67-89.

SILVA, J. S. **Hacia el ‘dia después del desarrollo’**: descolonizar la comunicación y la educación para construir comunidades felices con modos de vida sostenibles. Campina Grande: Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica, 2011.

SPA, M. M. **Teorías de la comunicación**. 6. ed. Madrid: G. Gilli, 1991.

ZAPATA, T.; AMORIM, M.; ARNS, P. C. **Desenvolvimento territorial à distância**. Florianópolis: UFSC, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEDREGAL, T. F. Comunicação para el desarrollo sostenible de latinoamérica. **PCLA**, São Bernardo do Campo, v. 3, n. 3, maio-jun. 2002.

BELTRÁN, L. R. Qué comunicación para el desarrollo? *In*: DAGRON, A. G. TUFTE, T. (Orgs.). **Antología de comunicación para el cambio social**. Lecturas históricas e contemporáneas. La Paz: Plural, 2008. p. 614-616.

BLUMER, H. A ideia de desenvolvimento social. *In*: DURAND, J. C. G.; MACHADO, L. P. (Orgs.). **Sociologia do desenvolvimento II**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 35-53.

BORDENAVE, J. D. **Communication and rural development**. Paris: Unesco, 1977.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **A carta da terra**. Valores e princípios para um futuro sustentável. Brasília, 2007. v. 1. (Série Documentos Planetários, Cadernos de Educação Ambiental). Disponível em: <<http://goo.gl/unQON3>>. Acesso em: 10 out. 2011.

BRITO, S.; ZAPATA, T. **Equidade de gênero e desenvolvimento local**: reflexões e orientações para a prática. São Paulo: IAD, out. 2004. Disponível em: <<http://goo.gl/Lf4kDh>>. Acesso em: 22 out. 2012.

BURIN, D.; HEARS, A. I. (Comp.). **Desarrollo local**: una respuesta a escala humana a la globalización. Buenos Aires: Ciccus, 2007.

CONTEÇOTE, M. L. **Comunicar para mudar**: estudo das metodologias de desenvolvimento de comunidade e comunicação para o desenvolvimento e mudança social. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2008.

DEMO, P. **Pobreza política**. São Paulo: Cortez, 1988.

FRANÇA, C. L.; CAZ, J. C.; SILVA, I. P. (Orgs.). **Aspectos econômicos de experiências de desenvolvimento local**. 2. ed. São Paulo: Instituto Pólis, 2002.

FRANCO, A. **Ação local**. A nova política da contemporaneidade. Brasília: Ágora, 1995.

GONZÁLEZ, J. Cibercultur@ e progreso. *In*: ROJAS, M. **Midiendo el progreso de las sociedades**: reflexiones desde Mexico. Cidade do Mexico: Conacyt, 2008. p. 49-55.

_____. **Cibercultur@ como estrategia de comunicación compleja desde la periferia**. Ciudad de México: Labcomplex-CEICH/UNAM, [s. d.]. Disponível em: <www.labcomplex.net>. Acesso em: 28 fev. 2010.

HOUTART, F.; POLET, F. (Coords.). **O outro Davos**: mundialização de resistências e de lutas. São Paulo: Cortez, 2002.

KAPLÚN, M. **El comunicador popular**. Quito: Ciespal, 1985.

LERNER, D. A personalidade empática e a modernização. *In*: DURAND, J. C. G.; MACHADO, L. P. (Orgs.). **Sociologia do desenvolvimento II**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 82-108.

LUBICH, C. **Economia de comunhão**: história e profecia. São Paulo: Cidade Nova, 2004.

PERUZZO, C. M. K. La participación popular en la comunicación como estrategia para extender el ejercicio de la ciudadanía. *In*: DAGRON, A. G.; TUFTE, T. (Orgs.). **Antología de comunicación para el cambio social**. Lecturas históricas e contemporáneas. La Paz: Plural, 2008. p. 1.169-1.175.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatórios de desenvolvimento humano**. Disponível em: <<http://goo.gl/ZSJHe>>. Acesso em: 10 out. 2011.

ROGERS, E. M. **Communication technology**: the new media in society. New York: Free Press, 1986.

SERTÃO DO BRASIL. Grupo Escolar. [s.d.]. Disponível em: <<http://goo.gl/ikOOsG>>. Acesso em: 13 fev. 2011.

SERVAES, J. Introduction: participatory communication and research in developments settings. *In*: SERVAES, J.; JACOBSON, T. L.; WHITE, S. A. (Orgs.) **Participatory communication for social change**. London: Sage Publication, 1996. p.13-25.

_____. **Approaches do development**: studies on communication cultures. Paris: Unesco, 2003.

SILVEIRA, L. POLO DE BORBOREMA. **Agricultures**: Revista de Agroecologia, n. 25. 4 dez. 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/IK4V7z>>. Acesso em: 14 out. 2012.

SWEEZY, P. **Teoria del desarrollo capitalista**. Barcelona: Hacer, 1968.

TUFTE, T. Estudos de mídia na América Latina. **Comunicação & sociedade**, São Bernardo do Campo, n. 25, p. 21-47, 1996.

YUNES, M. **O banqueiro dos pobres**. A revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países. São Paulo: Ática, 2006.

O TEMA DO DESENVOLVIMENTO NA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA: DIÁLOGO COM ANTROPÓLOGOS*

Alfredo Wagner Berno**
Andrea Luiz Zhouri***
Bela Feldman-Bianco****
Cornélia Erke*****
Gustavo Lins Ribeiro*****
João Pacheco de Oliveira*****
José Sérgio Leite Lopes*****
Aristides Monteiro Neto (entrevistador)*****

Em 2011, a Presidência do Ipea convidou um grupo de onze associações nacionais de pós-graduação em ciências humanas¹ para a construção de um processo de diálogo sobre o tema do desenvolvimento brasileiro. Num momento em que o país retoma sua capacidade de produzir e orientar estratégias de crescimento com inclusão social e matiz democrático, limitações e obstáculos de natureza política, federativa e socioambiental têm se feito igualmente muito presentes. Na verdade, passadas duas décadas – 1980 e 1990 – de predomínio de baixo crescimento econômico e de perdas de capacidade estratégica e institucional dos setores privado e público, a ideia de retomada do desenvolvimento passou tanto a demandar novas perspectivas e novos instrumentos, como a envolver novos atores sociais e políticos não contemplados em estratégias anteriores. Seria preciso, nesta fase recente, revisitar, repensar e buscar a reconstrução da ideia de desenvolvimento para que este se fizesse consentâneo com as necessidades de um país plural e democrático.

* Entrevista realizada no auditório do Ipea, em Brasília, no dia 7 de fevereiro de 2012.

** Professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).SS

*** Professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**** Professora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

***** Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

***** Professor da Universidade de Brasília (UnB).

***** Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

***** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

1. São elas: Associação Brasileira de Antropologia (ABA); Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP); Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS); Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR); Associação Nacional de História (ANPUH); Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPED); e Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom).

Com um sistema acadêmico nas ciências humanas dos mais qualificados do mundo, certamente o país não mais poderia desperdiçar o conhecimento e a capacidade de pesquisa e de reflexão da pós-graduação brasileira. O Ipea, atento a esta questão, buscou aliar-se a parte da academia brasileira com o objetivo de provocar e apoiar um debate sobre visões, limitações e possibilidades teóricas e práticas para o desenvolvimento brasileiro.

O diálogo registrado por meio desta entrevista junto a importantes pesquisadores membros da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) constitui a colaboração desta associação para com o Ipea. A professora Bela Feldman-Bianco, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e presidenta da ABA, capitaneou a vinda dos professores Alfredo Wagner, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA); Andrea Luiza Zhouri, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Cornélia Erke, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Sérgio Lopes e João Pacheco, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e Gustavo Ribeiro, da Universidade de Brasília (UnB). A entrevista foi conduzida pelo técnico de planejamento e pesquisa Aristides Monteiro Neto, então assessor da Presidência do Ipea.²

Aristides Monteiro Neto (Ipea): Senhores e senhoras, qual tem sido a agenda de pesquisa e quais os temas de interesse mais frequente da antropologia brasileira na atualidade? Dito de outro modo, a que tem se dedicado a área nesta última década, e como os profissionais da área encaram as possibilidades e diversidades regionais existentes no país, em certo sentido, representadas pelos profissionais que aqui estão?

Bela Feldman-Bianco: É um prazer estar aqui para realizarmos esse diálogo entre nós, antropólogos, e o Ipea. De fato, este encontro já é uma continuidade da nossa parceria, porque participamos da organização da II Conferência de Desenvolvimento (Code) promovida pelo Ipea aqui em Brasília em novembro de 2011. Foi assim que começou esta colaboração recente, por assim dizer, com a temática do desenvolvimento e como os antropólogos estão trabalhando para essa metanoção de desenvolvimento, com planos e projetos desenvolvimentistas. Primeiro, quero dizer que a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) é a associação mais antiga das ciências sociais no Brasil. Tem mais de 50 anos de existência e tem um papel muito importante, não só em termos científicos, mas também como mediadora na relação entre Estado e movimentos sociais. Tem, portanto, também um papel de ação política, de ação social. Nós temos, hoje, convênios com várias instâncias do Estado brasileiro, entre elas a Procuradoria Geral da República (PGR) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

2. Uma versão resumida do debate foi publicada na revista *Desafios do Desenvolvimento*, n. 72, em junho de 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/FkPRQL>>.

Nesse sentido, pensamos a partir das experiências concretas, não apenas do que a antropologia estuda e pesquisa. É muito difícil falar sobre todas as problemáticas que a antropologia estuda, porque realmente há uma espécie de indisciplina em nosso campo de estudos, vista positivamente, porque a antropologia é uma certa visão de mundo, mas é um método também. Então ela se adapta às problemáticas com que se depara e, indo além, o trabalho de campo da pesquisa reformula suas práticas, suas ferramentas de pesquisa. Assim, ao mesmo tempo em que estamos pensando, investigando, perquirindo, de fato, nós antropólogos podemos também contribuir para as questões relacionadas a políticas públicas. Em sentido amplo, podemos contribuir para pensar a questão do desenvolvimento a partir de nossas pesquisas e a partir também da nossa experiência de mediação entre o Estado e movimentos sociais. Não estamos interessados apenas num debate pontual sobre o tema do desenvolvimento, mas pretendemos criar um fórum de discussões sobre desenvolvimento no âmbito da associação brasileira. Um fórum justamente com o objetivo de refletir sobre desenvolvimento, com base nas nossas pesquisas e também na nossa ação enquanto associação de ação social e de mediação, com a qual nós podemos contribuir para o debate público. Em última instância, nós estamos contribuindo para a implementação de políticas públicas sobre desenvolvimento levando em consideração a própria desconstrução do que seja desenvolvimento, a partir, inclusive, de estudos que incorporem diversas esferas territoriais – em nível local e nacional, mas também global. Ademais, podemos contribuir para mostrar que políticas públicas devem levar em consideração diferentes lógicas culturais, porque não existe uma lógica única. E eu acredito que meus colegas aqui podem dar testemunhos destas diferentes lógicas e saberes, e de como respeitar estes saberes pode ser de grande importância para as políticas e para o estabelecimento, inclusive, de metas de desenvolvimento.

Alfredo Vagner: Com respeito a uma agenda de trabalho conjunta Ipea-ABA, hoje, na discussão que tivemos, o meu colega José Sérgio Leite Lopes deu uma contribuição muito importante ao acentuar que, nessa relação com o Ipea, um dos pontos centrais seria colocar aqui quais são as pautas e os problemas que mobilizam os antropólogos atualmente, em face dos aparatos de Estado no Brasil. Nesta discussão, também colocada pelos meus caros amigos João Pacheco e Gustavo Lins, ficaram bem descritos os problemas com os quais os antropólogos se defrontam, principalmente nesta primeira década do século XXI, marcada pela emergência de novas identidades sociais, e, no caso brasileiro, pela emergência dos problemas que envolvem as reformas dos códigos – o código florestal, o código de mineração, o código penal, o código de processo civil. Todos estes códigos estão sendo alterados, estão em transformação.

Outro ponto relevante é de uma nova divisão do trabalho intelectual. Como os antropólogos se inserem nessa nova divisão do trabalho intelectual, na

qual eles estabelecem um convênio com a PGR, com o Incra, com a Fundação Nacional do Índio (Funai)? Pergunto-me, portanto, que razões mobilizam o Estado brasileiro a procurar os critérios de competência e saber próprios dos antropólogos? Do ponto de vista da associação, e do meu ponto de vista mais particular, penso que uma das explicações está nessa emergência das entidades coletivas relacionadas à questão das terras indígenas, das terras de povos e comunidades tradicionais. Pergunta-se, com frequência, no país, qual é o destino destas terras de uso tradicional, em face dos projetos, dos grandes projetos de desenvolvimento? Como é que se pode dar garantia dos direitos das terras tradicionalmente ocupadas no mesmo momento em que se tem no país uma reestruturação formal do mercado de terras, numa quadra histórica em que existem procedimentos para entregar 67 milhões de hectares de terras públicas na Amazônia no curto prazo de dois anos a empreendimentos privados?

Acho que se colocam problemas e questões muito concretas que vêm mobilizar os antropólogos; são questões que dizem respeito aos conflitos sociais emanados dessas decisões. Então estamos nos defrontando com um período marcado por um grande processo de transformação, apoiado no que muitas pessoas chamam de uma reprimarização da economia, privilegiando elites ligadas aos negócios agrícolas e de extração mineral. E do nosso ponto de vista, certa crítica a este modelo – mais voltado, digamos assim, para fora, e que não respeita os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais. Eu acho que esta é uma das questões que eu poderia frisar aqui com muita propriedade, chamando a atenção para os efeitos que as grandes obras têm sobre esses povos e comunidades tradicionais: sejam as grandes barragens, sejam os grandes projetos de hidrovias, sejam os demais projetos que não têm, digamos assim, observado muitas vezes os direitos territoriais e étnicos destes povos tradicionais. Creio que o fato de os antropólogos estarem sendo procurados pelos seus critérios de competência e saber é porque eles têm um conhecimento aprofundado, têm um conhecimento das realidades localizadas, têm um conhecimento dos processos reais, e podem participar com bastante propriedade e com observações abalizadas acerca de realidades empiricamente observadas. Conhecimentos e saberes que podem, eventualmente, se contrapor a medidas muitas vezes pensadas de fora e que não levam em conta esses processos reais.

Cornélia Erke: Gostaria aqui de fazer alguns comentários no que tange à questão urbana. Isto porque os antropólogos estão sendo pouco demandados em relação às políticas de desenvolvimento urbano, ao contrário de áreas mais tradicionais, onde há uma frequência, digamos, e uma necessidade da mediação do antropólogo. Mas não há dúvida de que, também em contextos urbanos e de políticas de conflito social, há uma importante capacidade de atuação dos antropólogos na mediação junto a diferentes grupos sociais, a comunidades étnicas de minorias, e, sobretudo, em contextos mais desprivilegiados e periféricos no interior

do país, mas também em situações similares nos centros urbanos. O antropólogo tem se colocado como um mediador na busca de construir a partir disto uma reivindicação de políticas públicas. Aos poucos, a antropologia tem sido também convidada a participar de fóruns, de projetos sociais interdisciplinares que atuam em conflitos sociais, em problemas urbanos preeminentes, como no caso da remoção de populações, em função das obras para a realização da Copa do Mundo de futebol, no Brasil, em 2014. Estamos sendo bastante solicitados tanto em termos acadêmicos, quanto na atuação por meio de ONGs, e também, por exemplo, em grupos que estão discutindo sobre prevenção de desastres e catástrofes. Estamos no Rio Grande do Sul com um centro de discussão, neste momento, justamente para tentar mostrar a ausência de poder público, tanto na parte de defesa civil – ou seja, de preparação e de conhecimento científico em relação às tragédias urbanas que têm acontecido –, quanto na mobilização pós-tragédias – quando as populações tendem ao isolamento e sofrem pelo desvio de verbas públicas sem as quais elas não podem recomençar seus projetos. Então, não há dúvida de que há muito a se fazer e nossa reivindicação em termos antropológicos é uma maior demanda desta nossa especialidade, de sermos mediadores em situações de conflitos e problemas sociais.

Gustavo Lins Ribeiro: Em primeiro lugar, acho excelente a oportunidade de dialogar aqui com o Ipea e queria agradecer à direção do instituto pelo convite. A agenda da antropologia é muito vasta, e uma coisa é seu debate teórico, metodológico; outra coisa é sua interface com os problemas reais, políticos, sociais, econômicos e culturais. Desde 1955, quando foi fundada, a Associação Brasileira de Antropologia acumulou uma vasta experiência no engajamento dos problemas de “desenvolvimento” no Brasil. Eu acho que, apesar de compreender por que em alguns momentos os antropólogos são estigmatizados por determinados tipos de interesses políticos e econômicos, é preciso ter em mente que se não fosse a presença de uma antropologia tão forte quanto a antropologia brasileira, os problemas decorrentes do avanço da economia de mercado sobre populações assim chamadas de tradicionais ou sobre as assim chamadas minorias étnicas seriam problemas muito mais graves, com repercussões internacionais, que certamente manchariam o nome do Brasil em vários fóruns mundo afora. A presença de um corpo de antropólogos sofisticados e extremamente dedicados ao bem comum no Brasil é um patrimônio que deve ser, na verdade, muito mais do que temido, deve ser respeitado e engrandecido. Dizendo isto, eu quero ressaltar que, de fato, nós estudamos tanto o que acontece na esfera local quanto em outros níveis espaciais. A antropologia, quando se dedica à questão do desenvolvimento está vendo – e isso é uma riqueza do próprio método da disciplina, a etnografia – o que está realmente acontecendo com as pessoas, e não com o que se diz que está acontecendo. Mesmo porque é a observação direta, aliada à observação extensa, no campo, que dá uma profundidade e uma complexidade de conhecimentos e de perspectivas que dificilmente seriam obtidas se não fosse o uso deste tipo de metodologia.

Contudo, a antropologia não se preocupa somente com o contexto local imediato, isto é, apenas com os impactos de um evento sobre uma comunidade. Há muitos antropólogos estudando os aparatos do Estado brasileiro voltados para questão do desenvolvimento, as grandes agências multilaterais como o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio; enfim, há antropólogos estudando uma ampla gama de instituições.

Claro que, no repertório normal da divisão intelectual do trabalho na academia, aos antropólogos cabe um lugar específico, que é onde realmente somos muito bem treinados. Mas, evidentemente, a interdisciplinaridade é uma suposição *sine qua non* para quem quer que trabalhe com o desenvolvimento, e esse lugar específico diz respeito ao valor atribuído à heterogeneidade e à diversidade: a heterogeneidade de perspectivas e a heterogeneidade de modos de vida como um patrimônio da humanidade, cujas perdas simplesmente significariam, além de uma homogeneização indesejável, a falta de capacidade de descobrir e de inventar soluções que dizem respeito a todos nós. Então, os antropólogos são grandes defensores destes tipos de causa, em que aparecem sempre os valores das populações diferenciadas. Sabemos que, quando se perde este tipo de perspectiva no mundo, perde-se também a possibilidade de encontrar soluções que, muitas vezes, nunca mais serão encontradas e que, se porventura fossem veiculadas, trariam grande benefício para todos. Então, eu acho que a antropologia tem um papel primordial no debate sobre desenvolvimento, por causa da gama de possibilidades, de pesquisa, de interpretações e perspectivas que ela traz, que não naturalizam o desenvolvimento como uma entidade abstrata e universal para a qual todos nós, *a priori*, temos que nos curvar e dizer que é o nosso Deus, e que vai trazer a felicidade ampla, geral e irrestrita para todos indistintamente. Por estas razões os estudos antropológicos de desenvolvimento podem trazer tantas contribuições para os debates de políticas públicas e para os debates acadêmicos.

Bela Feldman-Bianco: Eu vou falar só mais um pouquinho sobre o tema das comunicações internacionais. *A priori*, isto significa que eu trabalho com o tema das interseções e relações entre países. Isto ocorre, por exemplo, na pesquisa sobre migrações internacionais – o que significa levar em conta não somente como as pessoas estão individualmente experienciando e vivenciando a migração, mas também as políticas que os Estados praticam, tanto os recebedores como os expulsos de populações. É preciso ficar claro que este tema é acoplado ao nosso Fórum de Desenvolvimento. Como uma das primeiras iniciativas, estamos agora reunidos num grupo de pessoas que trabalham com temas de deslocamento e migrações. Nosso objetivo é investigar e compreender a remoção de pessoas associada a grandes projetos que atingem os territórios originais: quer o deslocamento se dê no campo, quer na cidade, ou, ainda, quando se trata de deslocamentos internacionais. Este mesmo processo, que tem como causa políticas de desenvolvimento – principalmente as políticas

neoliberais, na Europa –, acaba também levando a construções pejorativas destas populações. Seguem neste mesmo rumo as políticas públicas, por exemplo, que são desenvolvidas a partir de formulações feitas por agências multilaterais, como a que trata da relação entre imigração e tráfico de seres humanos. Ora, nem toda a imigração é tráfico, e hoje se tende a criminalizar a imigração como sendo tráfico. Neste sentido, acho que a antropologia também tem uma grande contribuição a dar, exatamente para distinguir o que é o tráfico e o que não é, bem como quais são as similaridades entre estes diferentes movimentos. Outro aspecto relevante é o da pesquisa *in locu*, mas que sendo *in locu* não se esgota só no local. Tem a ver com as articulações entre o local, o regional, o nacional e o global – questão tão importante também aqui no Ipea. Vejo inclusive que, nas relações internacionais entre países, a complexidade dos processos sociais constitui campo em que a antropologia traz à tona, e de maneira recorrente, muitos questionamentos. O fato concreto é, entretanto, que nós não estamos contribuindo tanto em políticas públicas como poderíamos, mas queremos e podemos fazer mais.

José Sérgio Leite Lopes: Em meus estudos, tenho me dedicado à antropologia do trabalho ou das classes trabalhadoras. A discussão pode remeter a uma agenda científica da antropologia, que é uma agenda ampla e diversificada, mas, ao ser aprofundada com o Ipea e na relação com as instituições governamentais, tem relação direta com o estado da arte da agenda pública da ABA, que foi se constituindo ao longo da história de 50 anos da associação etc., e também da prática da comunidade antropológica do Brasil, que cresceu muito. Se compararmos os seus primórdios, nos anos 1950 e 1960, com as reuniões da ABA de hoje, observa-se um grande aumento do contingente e uma diversificação de objetos de estudo. Passou-se da ênfase e concentração de esforços relacionados às sociedades indígenas para a diversidade dos grupos sociais na sociedade brasileira e no exterior. Nesta agenda pública, a ABA tem uma história de defesa dos grupos indígenas que lhe cabia como mediador e como intérprete, inclusive – como estudar aqueles que não se comunicam pelo português, que têm suas línguas próprias e seu modo de vida própria –, e isso foi estendido também a povos tradicionais, a demais grupos sociais, pois, embora no Brasil se fale a mesma língua, uma língua nacional, esta é também uma língua estratificada regionalmente pelos sotaques, por grupos sociais, por classes sociais, enfim, pelos poderes dados pela educação ou não, pelo acesso ou não à educação. Então, dos estudos sobre os povos indígenas passamos por uma diversidade muito grande até chegar a operários de usinas de açúcar e operários têxteis em Pernambuco, como tem sido o meu trabalho específico. Poderia ter estudado, contudo, os trabalhadores da metalúrgica do ABC Paulista ou os químicos de Santo André, de São Paulo. Estas categorias de trabalhadores se aproximam bastante, no sentido de que são trabalhadores que diminuíram drasticamente. Veja-se o caso de Pernambuco, que era praticamente o terceiro estado

em termos de desenvolvimento têxtil, e viu a queda desta fração de trabalhadores, pelo menos desde os anos 1970 e, principalmente, nas duas últimas décadas. Também os trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo podem se tornar objeto de uma diminuição drástica no panorama social deste representativo município brasileiro. São todos exemplos merecedores de grande atenção pela antropologia; são categorias sociais que apresentaram grande vigor durante um longo período e depois sofreram com as mudanças tecnológicas e/ou de realocização das atividades manufatureiras em outros estados do país.

A categoria povos indígenas, por exemplo, tem seu apelo natural no nosso campo de estudos. Pensava-se que os povos indígenas iriam diminuir terrivelmente com o desenvolvimento industrial e capitalista em geral. Ora, isso de fato não aconteceu, quer dizer, houve uma diminuição drástica com a colonização, uma verdadeira dizimação populacional, mas, nos últimos anos, em que se esperava que houvesse uma extinção, houve, pelo contrário, até um crescimento populacional. Além de uma atuação relevante, justamente dos antropólogos, houve também uma compreensão da sociedade em decorrência desta atividade. Este mesmo processo pode acontecer também com grupos poderosos, como as classes dos trabalhadores, antes vistas como a utopia da nova sociedade e que, no entanto, no cenário atual, já apresentam sinais de que podem desaparecer por grupos inteiros, como bancários e vários outros. Estes grupos devem ser merecedores de atenção dos antropólogos, no sentido do registro de sua cultura própria e suas tradições como grupo profissional. Portanto, além destes alvos tradicionais, como os povos indígenas, os povos tradicionais, enfim, as populações etnicamente marcadas, populações afro-brasileiras, quilombolas etc., trata-se também de estudar a proletarização de grupos tradicionais como uma consequência do desenvolvimento capitalista, e ver como estes grupos se organizam. Neste processo social, outras temáticas vão aparecendo e se constituindo em campo da antropologia, como, por exemplo, o folclore tradicional ou a proteção às atividades culturais tradicionais, que, hoje em dia, transformaram-se numa proteção do patrimônio cultural, material e imaterial. São temáticas que estão sendo absorvidas pelas instituições públicas e são objeto de políticas específicas. Então, igualmente, os antropólogos se movem pela proteção do patrimônio ambiental, histórico, bem como do patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial, enfim, das manifestações culturais etc.

Chegamos, portanto, a uma concepção ampliada do desenvolvimento para além de sua dimensão econômica, pensada pelo progresso material, pelo desenvolvimento da tecnologia, e pela ideia de fortalecimento nacional – visão fortemente introjetada na América Latina e no Brasil e disseminada em instituições multilaterais relevantes como a Cepal e a ONU – mas que, enfim, precisa ser repensada. Esta concepção de desenvolvimento focado na alavancagem de parques produtivos sob o lema de cinquenta anos em cinco, na década de 1950, transformou-se, nos

anos de 1962 e 1963 (no pré-golpe de 1964), num desenvolvimento voltado para o crescimento interno, para a extensão universal dos direitos do trabalho – restritos, como se sabe, aos trabalhadores urbanos e não rurais –, pelas proposições de realizar reformas como as agrária e urbana. Tudo isto levou ao golpe de 1964, por causa do medo deste desenvolvimento social ampliado. Celso Furtado, nosso grande patrono do desenvolvimento, foi cassado por causa de questões como estas. Seu empenho em realizar uma estratégia de desenvolvimento regional, avançada para a época, começou pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), e chegou a um ponto em que ele teve que se mudar do país. Transformações atuais, entretanto, podem ser vistas com bons olhos. Por exemplo, um movimento social como o Movimento dos Sem-Terra (MST), assim como tantos outros movimentos, representam uma felicidade para o Brasil, porque congregam gente que quer ter acesso à terra num mundo em que todos estão fugindo da terra e indo para a cidade. Isto é um capital para este país.

Então, creio que no momento de uma retomada do desenvolvimento de cunho mais keynesiano, depois, digamos, dessa fase autoritária e obscura do pós-1964 e dessas décadas liberais, um novo desenvolvimento pode ser retomado. Deve-se, é claro, observar a história e aprender com os erros do passado. É preciso não reproduzir as práticas do período militar, e buscar fortemente ampliar esse desenvolvimento econômico em relação ao social e aos novos direitos que estão surgindo, ligados à diversidade cultural, do patrimônio cultural, enfim, da diversidade dos povos. Creio que, assim, pode-se, por um lado, contribuir para o avanço civilizatório nacional, ou, por outro, dar uma contribuição à humanidade, se este for o caso. Não é somente o fato de o Brasil se constituir em celeiro do mundo ou a mineração do mundo, ou até mesmo a base hidrológica, mas de ser também um celeiro de alegria cultural e de atividades culturais interessantes. Sem descuidar que, do ponto de vista social, pode-se perseguir essa utopia da diminuição das disparidades sociais – que sempre foi algo problemático no Brasil –, da distribuição de poderes entre os grupos sociais e as classes sociais. Os antropólogos poderiam contribuir com outros profissionais, cada qual em suas especialidades – por exemplo, os economistas que estão em instituições como o Ipea e BNDES, e outros profissionais, da área jurídica etc. –, no sentido desse alargamento de inclusão social e de pensar o desafio desse novo desenvolvimento – que já foi pensado como liberdade por Amartya Sen, prêmio Nobel de economia –, enfim, com a inclusão de direitos humanos.

É claro que essa tarefa é de difícil elaboração política. O Brasil, muitas vezes, tem dificuldade de reconhecer os erros do passado. Em relação aos direitos humanos, por exemplo, há uma enorme dificuldade para se levar adiante a Comissão da Verdade, que vai investigar, mas não vai ter consequências jurídicas para além da questão da honra – que já é muita coisa –, com o reconhecimento do erro pelo Estado, e ao apontar quem são os culpados. Enfim, a preocupação que nós

antropólogos temos é com a possibilidade de realizarmos avanços democráticos efetivos num momento favorável, em que a imagem do país no mundo é muito positiva. Por exemplo, a história de Lula, com sua trajetória notável de migrante nordestino de Caetés e Garanhuns, que de metalúrgico do ABC Paulista virou presidente. Esta é uma fábula incrível, digna de uma narrativa antropológica que vai desde a sociedade camponesa, passando pela migração para o Sul rico do país e, enfim, a constituição de um proletário. Então isso gera uma simpatia, na medida em há um desenvolvimento, digamos assim, que respeita a legalidade jurídica e a propriedade. Aprender com as lições do passado também representa evitar outro golpe do Estado. Para continuar nesta trajetória inclusiva e democrática, é preciso se abrir para as demandas que vêm de baixo. Não é só uma questão de renda, é uma questão também de liberdade e de dignidade. Por exemplo, essa questão da memória e da lisura nos atos públicos é importante no dia a dia da administração pública. É importante a aplicação das regras do estatuto da Ficha Limpa, de maneira a garantir uma administração racional no Estado brasileiro. A Ficha Limpa também deveria ser aplicada em prol do respeito aos direitos humanos, de maneira que se tornasse mais difícil um político se candidatar a cargo público e ser empossado quando crimes cometidos por seus antepassados próximos estejam vigendo. Então, é essa preocupação que os antropólogos têm e que poderia também ser preocupação de outros profissionais. Isto não é um privilégio nosso: são coisas que devem ser vistas de forma ampla como uma questão de cidadania. Mas nós temos por especialidade profissional essa coisa de compreender o outro, compreender grupos que estão sendo marginalizados, muitas vezes por um desenvolvimento maior, quando nem se falava em desenvolvimento, falava-se em colonialismo, em desenvolvimento capitalista etc. São grupos que estão sendo atingidos por este tipo de desenvolvimento – então, como incluí-los? A própria economia pressupõe que haja um dinamismo de consumidores fortalecidos e isto, cada vez mais, dirige-se a bens imateriais – não mercantis, mas culturais – e de outras espécies. Isto é, há que se pensar o desenvolvimento em outros termos, inclusive com atenção à questão ambiental. Devemos pensar o desenvolvimento não industrial com aproveitamento econômico de recursos artesanais ou de recursos da natureza respeitados de outra forma. Talvez esta seja a via do nosso desenvolvimento para um futuro próximo. Temo que possamos vir a nos lamentar que outros países com interesses exatamente contrários façam isto em breve. E a gente tenha que imitá-los quando poderia ter feito antes.

João Pacheco de Oliveira: Trabalho com populações indígenas, sobretudo na Amazônia, e tenho pesquisado também bastante sobre política indigenista e as políticas públicas relativas aos indígenas. Acho que uma questão séria que se pode colocar, procurando ver as questões mais gerais, é qual a contribuição que o antropólogo pode dar para pensar o Brasil. Eu acho que, para isto, nós temos

que começar a problematizar o passado, ou seja, se o Brasil tem alguma consciência sobre a sua diversidade. Em grande parte, isto se deve aos antropólogos, sobretudo a pessoas como Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, autores imprescindíveis para mostrar que o Brasil não é branco, não é europeu simplesmente, mas tem raízes indígenas e raízes negras. Enfim, este país é produto da colonização, da escravidão, do processo bastante pesado de ação colonial. Esta contribuição é, naturalmente, recuperada de diversas maneiras pelos Estados, pelos governos militares, que foram transformando um pouco disto na visão folclórica do Brasil: das escolas de samba, do Parque do Xingu, enfim, do Brasil da bela natureza, que vai sendo mantido daquela maneira, enquanto, na realidade, está sendo todo devastado. Então, eu acho que isso começa a virar outra realidade, e aí já são outras gerações. Tem mais a ver com o próprio trabalho da ABA – e dos antropólogos que estão nela reunidos nos últimos trinta anos – e com a participação dos antropólogos na construção de direitos coletivos populacionais, quer dizer, reconhecimento das terras indígenas, reconhecimento que estas populações não são indivíduos isolados, que só existem dentro de comunidades isoladas onde só manterão sua cultura enquanto estiverem reclusas, enquanto tiverem recursos para sua sobrevivência. Então, isto é uma descoberta do ponto de vista da legislação de trinta anos para cá, consolidada na Constituição de 1988 e por meio de todas as reformas democráticas introduzidas com a mudança do governo militar. Nós todos estamos aqui representando um movimento de mudança, de criação de alternativas. Eu acho que os antropólogos colaboraram, por exemplo, na definição das políticas para indígenas, para quilombolas, para populações populacionais e reservas extrativistas. Tudo isso junto tem um peso enorme na preservação do patrimônio ambiental e cultural brasileiro. Eu acho que os últimos anos têm levado certa consagração e popularização desta visão do Brasil como um país plural. Isto foi muito marcado durante os oito anos de mandato do governo Lula, ou seja, uma imagem do Brasil como país diversificado, exigindo ser pensado a partir de bases econômicas internas e com atores diversificados. Este foi um momento de enorme força política, com reflexos sobre a atribuição de direitos à população antes estigmatizada. O que sentimos hoje dentro das nossas avaliações é que estes direitos, ao mesmo tempo em que são reconhecidos em muitas áreas, não se traduzem ainda em práticas concretas. Em muitas situações, este trabalho levou à efetivação de direitos e à proteção de comunidades como as dos indígenas, as quais têm hoje uma alternativa de futuro. O mesmo se dá em populações quilombolas, em reservas extrativistas – onde o sonho do Chico Mendes está consolidado. Os antropólogos tiveram participação crucial nesta transformação, ao produzir dados técnicos e remetê-los ao Estado, bem como na tarefa de dimensionar terras, costumes e alternativas viáveis para que o estado das coisas fosse efetivamente transformado em ações administrativas. Em outro percurso, acho que existem também importantes elementos indo noutra direção e que é preciso reconhecer e sinalizar sobre seus riscos. A ideia de que os antropólogos possam ser vistos como perigosos

no sentido de elaborar um país que se divide, um país onde a diversidade não é mais vista como um valor, mas como uma ameaça. Então seríamos nós que queremos dividir o Brasil, lotear as várias partes, descosturar o país. Obviamente, não é isto que queremos, nem é pra isto que trabalhamos. Mas, enfim, estas coisas são muito vendidas como resultado do trabalho do antropólogo, e às vezes até como poder autoritário que o antropólogo tem por meio de seus estudos, de laudos, de relatórios de identificação para definir extensões de terras. Estes estudos não são resultado de poder discricionário; são resultado de um processo histórico e democrático de construção da sociedade brasileira. O antropólogo atua nestas questões, que em grande parte – e até falo como acadêmico, pois sempre estive na academia – são também um peso para a nossa agenda acadêmica, fazem parte da nossa responsabilidade cidadã, não são apenas um aspecto de ação.

Creio também ser muito importante ouvir acerca da expectativa do Ipea em relação à discussão das diversidades, das variações regionais, porque este é um tema grato ao antropólogo. Os antropólogos podem gerar acumulação de conhecimentos, providências, sugestões e políticas. Pensando num caso concreto, apesar de todas as mudanças dos últimos anos, grande parte das populações indígenas, quando vista pelo mapa da Fundação Nacional do Índio (Funai),³ detém vastos territórios da Amazônia; entretanto, não está sendo efetivamente considerada em planejamentos governamentais das grandes obras enquanto alternativas econômicas para a construção do futuro. Então, o estabelecimento de diálogos com outras especialidades como a dos economistas é essencial. Porque o ranço da administração pública leva a isolar cada um dentro de caixinhas, e estas caixinhas não foram construídas pelo movimento da sociedade civil, foram construídas por outros interesses. Assim, é importante criar canais de comunicação entre nós, e promover debates. Eu acho que era isto que a professora Bela enfatizou tanto com a ideia da ABA, de se aderir à ideia de criar um fórum de discussão do desenvolvimento. Os antropólogos são contra o desenvolvimento? Não, não são. Eles querem discutir as formas de desenvolvimento, como isto se relaciona com as formas de cidadania e como estas populações podem concorrer a um desenvolvimento do país sem serem varridas para baixo do tapete da história. Eu acho que este é o movimento que nós consideramos importante, e que tem uma expectativa de seus parceiros aí dentro deste trabalho.

Andrea Luiz Zhouri: Tenho trabalhado com as questões ambientais nas últimas décadas. Como a última a falar aqui nesta rodada, só me resta subscrever a tudo que foi colocado aqui pelos colegas, e pela nossa presidenta, Bela Feldman-Bianco. Reforço aqui também as últimas palavras do professor João Pacheco, de que os antropólogos trabalham justamente com e sobre grupos sociais, povos que praticam formas de

3. O mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por sua vez, dimensiona o estado e a população brasileira.

ser, viver, de estar no mundo muito variadas e, desta forma, também praticam economias, pensam soluções para seus problemas, superações de problemas e pensam também formas de alcançar o bem-estar, a prosperidade em seu sentido mais amplo, e a felicidade. Pensam de forma muito variada, e apresentam estas soluções para nós. Então, acho que uma das contribuições da antropologia, ao estudar estas formas diferentes, estas respostas que os diferentes grupos dão aos mesmos problemas de como sermos felizes, como sermos saudáveis, como atingirmos uma prosperidade ampla, é que nosso trabalho vem ajudando justamente a mostrar caminhos possíveis; apontar que não existe só um caminho único para isso, mas vários. Então, neste sentido prático, os antropólogos vêm trabalhando não só na pesquisa acadêmica e nos institutos de pesquisa, mas também nas agências do Estado, na sociedade civil, em ONGs e fundações. Envolvem-se cada vez mais, não tanto no meio urbano, como disse a Cornélia, colega do Rio Grande do Sul, mas, sobretudo, em questões que tratam da regulação fundiária. Por um lado, penso que as políticas públicas poderiam se beneficiar mais da experiência acumulada, da pesquisa, dos trabalhos realizados por nossos colegas em vários ambientes onde o ofício do antropólogo vem se exercitando. De forma que as políticas poderiam, de fato, ser implementadas de maneira mais aberta a propostas que os grupos sociais têm hoje na nossa sociedade. E são inúmeros os exemplos de uma agenda positiva que vem sendo apresentada. Por outro lado, preocupa-nos as condições de trabalho dos antropólogos envolvidos com alguns recortes de políticas públicas, na medida em que se assiste, por exemplo, na minha área, que é a área ambiental, a medidas que vêm diminuindo ou transformando o marco regulatório, como na questão do licenciamento ambiental. Recentemente, com a Portaria Interministerial nº 419, de outubro de 2011, reduziram-se bastante os prazos para os pronunciamentos técnicos, incluindo aí os pronunciamentos dos antropólogos em relação às grandes obras de desenvolvimento. São prazos não condizentes com as condições apropriadas de um trabalho antropológico, assim, mais sério. Quer dizer, trinta dias é pouco para o antropólogo emitir um parecer sobre um grande projeto, e são muitos projetos ao mesmo tempo. Apenas na Amazônia, são projetadas sessenta barragens hidrelétricas. Todas em processos de licenciamento. Com equipes exíguas na Funai, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), fica muito difícil o trabalho do antropólogo nestas condições. Defrontamo-nos com dois desafios, a meu ver: um é dos antropólogos que podem, junto com os grupos da sociedade, revelar propostas alternativas e sugerir modernidades alternativas, desenvolvimentos alternativos para o país. Outro desafio está com os antropólogos que trabalham em instituições governamentais de regulação e de políticas públicas, cujos trabalhos são submetidos a uma lógica, a uma temporalidade, à exigência dos empreendedores e das grandes obras, sofrendo restrições para realizar o seu trabalho da forma devida. Então só antecipo o motivo de preocupação e

um diálogo possível aqui com o Ipea no sentido de pensarmos estas dificuldades. De maneira concreta, como disse o colega Alfredo Wagner, existe a questão dos vários códigos em reformulação, o Código Florestal, o Código da Mineração, o Código das Águas, o licenciamento ambiental, as unidades de conservação, todos submetidos a restrições e limitações. Então gostaríamos de, na questão ambiental, e também nas relacionadas aos povos tradicionais, às comunidades de camponeses e vários outros, discutir as implicações deste projeto e possíveis alternativas, porque temos já um conhecimento acumulado, mapas, proposições para a preservação de ecossistemas e destas culturas. Então, quem sabe, o que falta realmente, como disse o João Pacheco, é um diálogo, uma sinergia no planejamento para que estes esforços, também governamentais, de mapeamento possam ter algum efeito prático e real, digamos assim? Indo um pouco mais além, acho que há a questão da violência no nosso país, que precisa ser mais estudada e explorada. Nós temos uma sociedade bastante violenta: é a violência na cidade, no meio urbano, e violência no campo. Nosso índice de assassinatos e mortes extrapola os níveis internacionais. Este também é um tema com o qual nossos colegas vêm trabalhando, e acho que, para uma agenda de desenvolvimento do país, é imprescindível que se trabalhe também buscando formas de coibir a violência e de criar uma sociabilidade mais pacífica entre os brasileiros. É, sem dúvida, uma contribuição importante que os antropólogos podem dar ao país ainda.

Bela Feldman-Bianco: Eu só queria reforçar uma coisa: quando a gente fala em antropologia, nós estamos falando sempre em interfaces, interfaces de antropologia e saúde, interfaces de antropologia e cidades, sempre tem um lado que é bastante interdisciplinar, seja com a economia, ou qualquer outra área. Então, é importante pensar nos problemas, e a partir dos problemas definir as interfaces, porque nós nunca estamos estudando algo em isolamento.

Aristides Monteiro Neto (Ipea): Nas ciências sociais, até algumas décadas atrás, trabalhava-se com metanarrativas e tipos ideais para a realização de pesquisas e narrativas históricas: concepções de civilização, de Estado e de nação, entre outras. Foram elas próprias formadoras de projetos teóricos. O conceito de nação, por exemplo, é tema muito caro à compreensão da história das sociedades, porque, supostamente, é por meio da nação que coletividades e comunidades organizam o seu desenvolvimento. É como se organiza uma direção para uma dada coletividade. E nem sempre isto é pacífico. Às vezes, há guerras e conflitos, mas tem sido no Estado-nação que a questão da comunidade se colocou. Nos últimos anos, entretanto, estamos vivendo e discutindo a globalização, que está aí em curso, quer seja no aspecto econômico, quer seja em outras esferas da vida, ou, ainda, nas trocas culturais e na migração. O tema da globalização impõe desafios novos em face do fato de que determinadas comunidades nacionais e, até mesmo, determinados indivíduos necessitam da globalização para estar e se realizar. Eles não se importam

mais se são americanos ou se são franceses, eles podem ter nascido na América ou na França, mas operam melhor na Alemanha. Já migraram, são donos de capitais simbólicos, culturais ou econômicos. Então, já há certo abandono e conforto em viver deste modo, em viver em trânsito. Tudo isto significa que, para os Estados nacionais, sua capacidade de impor direção e sentido coletivo refluí e se enfraquece. Para os economistas, por exemplo, isto implica perda de autonomia para a política econômica. Noutro contexto, pode-se perceber também a perda de autonomia em casos de direitos humanos – muito embora a agenda de direitos humanos receba impactos de fora visando alargar o horizonte interno. Eu queria ouvir um pouco de vocês sobre isto, sobre esta natureza da globalização e como o Brasil se situa nisto hoje, a partir da visão de antropólogos. Falou-se anteriormente de contribuições feitas por importantes pensadores muito próximos da antropologia. Gilberto Freyre foi um deles, mas há outros que pensaram metanarrativas, desconstruíram algumas, construíram outras. Pergunto, então, qual é a metanarrativa do Brasil hoje? Há uma metanarrativa em curso? Esta ideia ainda faz sentido? Em outro aspecto, reconhece-se que há muita polifonia, muitas vozes e, em certo sentido, isto é produzido para questionar determinadas amarras que foram produzidas no passado, e uma delas é esta, de uma sociedade pacífica. Queria ouvir de vocês suas impressões sobre estas questões.

Bela Feldman-Bianco: Na antropologia, quando da realização da pesquisa, existe um perigo a ser evitado, que é o nacionalismo metodológico, ou seja, partir do Estado, partir do conceito de nação para se elaborar temas sociais. No entanto, uma contribuição importante do antropólogo é exatamente desconstruir a metanarrativa e mostrar como ela foi construída. Por exemplo, quando pensamos em metanarrativa de nação, existe o perigo de reificação do Estado-nação. Como pesquisadores – não apenas como antropólogos, mas como sociólogos ou economistas –, devemos nos preocupar e temos de evitar a reificação, procurando verificar de fato, em termos de dados, a unicidade do objeto, mas também a sua inter-relação com outros objetos. É isso que todos têm mostrado; eu mostro no trabalho que fiz no final da década de 1980, começo de 1990, quando se falava muito do colapso do Estado-nação. Havia uma literatura – entre vários autores, por exemplo, os trabalhos de Otávio Ianni – que apontava que o Estado iria acabar; até mesmo a literatura internacional apontava para este provável percurso. E o que se percebeu afinal? De fato, houve uma reformulação do Estado, mas ele não acabou. Realmente, por meio da minha própria pesquisa, mostrei que, de um lado, tem um aumento de transnacionalismo, o caso de imigrantes, e do outro, ao mesmo tempo, o aumento de localismos. Ocorre isto mesmo, uma relação entre global e local; entre os localismos e os globalismos, numa interessante dinâmica. Então, sim, o Estado mudou, mais se reformulou do que acabou. E hoje no Brasil, o que é? É o Estado que está ganhando força de novo, não é isso? Com relação à

emergência de uma narrativa sobre o Brasil, creio que hoje em dia existem várias narrativas, e talvez estas narrativas estejam competindo entre si. Talvez não seja possível saber qual a narrativa irá ganhar, porque narrativa tende a fazer o objeto de sua explicação parecer que é uma coisa estática e permanente: o Brasil é assim, o Brasil não é assim. Há ideologias que estão competindo entre si, e agora, realmente, temos a ideologia desenvolvimentista *versus* a neoliberal, por exemplo. Não saberia dizer sobre o vencedor e o vencido.

João Pacheco de Oliveira: É verdade que os antropólogos são muito associados ao estudo dos símbolos, mas os antropólogos não são mitólogos, eles não trabalham exclusivamente com cosmologias de sociedades complexas, eles trabalham com relações entre crenças e comportamentos, entre práticas. E o que é um grande problema recente realmente é esta conexão entre as representações geradas, as narrativas sobre o Brasil, e as práticas sobre o Brasil real. Muitas coisas na vida real não acontecem segundo as normas da constituição, segundo as convenções internacionais. O antropólogo tem que trazer à tona as informações não oficiais, às vezes de um modo incômodo, mas faz parte da sua ética profissional que isto venha à luz dentro dos seus trabalhos e dentro dos depoimentos que dá. Quer dizer, eu acho que quando você pergunta qual é a narrativa hoje mais centralizadora, eu diria que, menos compensadora sobre o Brasil, talvez seja a visão oficial de potência econômica dentro do contexto internacional, ou seja, a do país respeitado que busca espaços na Organização das Nações Unidas (ONU), busca abertura de mercados internacionais. É outro Brasil, não é mais o Brasil dependente de Celso Furtado; é um modelo muito diferente. Agora, o importante, dentro destas várias intervenções feitas, é entender que, se algumas destas coisas existem, elas fazem parte da política externa brasileira, da construção de direitos. Em contrapartida, o Brasil real continua a ser reescrito por velhas forças e imaginado segundo outros interesses. Quer dizer, ideologias novas como a do desenvolvimento sustentado ou como a de expansão de formas de participação democrática são, quase sempre, revertidas e transformadas pela manipulação e dominação de grupos privilegiados. Então, o antropólogo tem a obrigação de refletir não só sobre as ideias e sobre o que os homens pensam que fazem, mas também sobre o que eles fazem concretamente, e entender por que eles pensam que fazem, e por que eles constroem as ideias. A antropologia é um processo mais vital do que só trabalhar com estas metanarrativas. Ela pode ser um fator de crítica importante para estas visões de unidade do país, mostrando a relatividade deste Brasil moderno e do Brasil potência, e o quanto existe ainda a ser incorporado. Pode, ademais, apontar como as práticas administrativas conservadoras resistem aos direitos coletivos, resistem às normas constitucionais. Enfim, acho que a gente tem sentido isto em todos os aspectos da vida nacional: uma espécie de reação muito forte de todas as estruturas em relação a aceitar que estas novas possibilidades sejam transformadas em liberdades.

Andrea Luiz Zhouri: Acrescentaria um ponto aqui sobre esta questão da globalização. Há uma imagem do antropólogo que trabalha com os grupos locais. E é verdade: trabalhamos no terreno; mas trabalhamos com processos e relações, os quais muitas vezes transcendem o Estado-nação, as fronteiras do Estado-nação. Então, há também uma linha de trabalho, de reflexões empíricas concretas de processos que são transnacionais. A globalização não é só o fluxo, a integração – também é a disjunção. E uma contribuição das pesquisas antropológicas é mostrar justamente os fluxos, os contrafluxos, os lados, as disjunções da criação de fronteiras, de barreiras, de limites etc. em curso na nossa sociedade. É uma perspectiva que questiona, portanto, esse mito da globalização inclusiva. Quer dizer, de fato, eu mesma tive uma experiência ontem, fui tirar um visto para ir para aos Estados Unidos, e fiquei três horas numa fila. Passei por um interrogatório e tive que apresentar documentos. Nem todos os cidadãos passam por este mesmo ritual. Então para a gente ver também que a globalização cria e trata diferentemente os cidadãos, não é uma unicidade, não é uma, ela não engloba a todos. Ela engloba, muitas vezes, excluindo e diferenciando, provocando disjunções. Então há uma contribuição também de uma corrente aí da antropologia que vai nessa direção.

Cornélia Erke: Em termos de contexto urbano, a ideia de metanarrativas nos provoca a estar sempre muito atentos aos processos de ideologização dessas visões totalizantes. Muitas vezes, reforçando determinadas ideologias ou, pelo contrário, vulnerabilizando, de certa forma, determinadas práticas. Uma situação exemplificadora: no caso eventual de um sentimento promovido por uma discursividade da imprensa sobre insegurança, aumentando um sentimento de risco e de vulnerabilidade. Neste momento, eu diria que a antropologia sempre se preocupa com processos de desnaturalização destas visões, as quais tendem justamente a construir uma cultura generalizante do medo, do risco ou, na direção contrária, do milagre econômico atual, sem se ater aos perigos semânticos que isto pode provocar em termos das relações sociais. Veja-se o episódio recente de discriminação dentro da própria ciência, relacionado ao programa do governo federal para fronteiras intelectuais no qual a antropologia ficou de fora.⁴ Quer dizer, a política de desenvolvimento e de fortalecimento das ciências brasileiras simplesmente “esquece”

4. Segundo as informações da página na internet do programa, seus objetivos e características são os seguintes: “Ciência sem Fronteiras é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.” As áreas contempladas para a obtenção de recursos são: “engenharias e demais áreas tecnológicas; ciências exatas e da terra; biologia, ciências biomédicas e da saúde; computação e tecnologias da informação; tecnologia aeroespacial; fármacos; produção agrícola sustentável; petróleo, gás e carvão mineral; energias renováveis; tecnologia mineral; biotecnologia; nanotecnologia e novos materiais; tecnologias de prevenção e mitigação de desastres naturais; biodiversidade e bioprospecção; ciências do mar; indústria criativa (voltada a produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação); novas tecnologias de engenharia construtiva; formação de tecnólogos.” Não foram admitidas para o programa, portanto, as ciências humanas e sociais. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>>.

as ciências humanas. É nosso papel estarmos atentos criticamente e, sobretudo, atentos à memória das populações. Em contextos de descompassos e disjunções democráticas, precisamos construir sistematicamente um patrimônio etnográfico das memórias coletivas para que justamente não haja um esquecimento em relação aos processos de naturalização da qual nós temos que estar o tempo todo atentos. Creio que a antropologia urbana conta com paradigmas de complexidade, de *autopoiesis* e de dialéticas extremamente favoráveis neste sentido.

Alfredo Vagner: Creio que é muito complicado pensar essa formação do Estado-nação em grande dimensão, conforme já foi dito aqui, quando se tem um censo demográfico que é de 1872 e se continua classificando as pessoas com as mesmas categorias censitárias de um século e meio atrás. E isto divide a vida social: as pessoas só podem ser classificadas por quatro critérios cromáticos: amarelos, que é algo difícil de se definir; pretos; brancos; ou pardos. Quer dizer, estas categorias continuam a ser categorias da ordem dos planejamentos. Então, neste sentido, a antropologia pode chamar a atenção para essa luta classificatória, discussão necessária de se fazer na sociedade. Penso que a prerrogativa do antropólogo é este entendimento, é realizar a etnografia que perscruta todas as autodefinições que estão em jogo, ou seja, aquelas que fazem movimentar a vida social, em vez desta classificação formal de fora. Do mesmo modo, tem-se com a ideia de território. Não é por acaso que muitos dos trabalhos aqui presentes se dedicam ao tema. Por exemplo, João Pacheco trabalhou a ideia do processo de territorialização como forma de entendimento. José Sérgio trabalhou o processo de ambientalização para entender como o fator ambiental se dissemina na vida social. A professora Andrea Zhouri ocupou-se dos conflitos socioambientais. A professora Bela Feldman-Bianco interessou-se pelas comunidades transnacionais e suas interações. É relevante verificar como é que eles disciplinam estas relações. Então, observam-se outras possibilidades que não as de um território estático, de um fator ambiental também estático, de algo paralisado. Não existe realidade glacializada ou frigorificada. A antropologia, nesse sentido, se contrapõe a esta glaciação. Então, voltando ao exemplo do Censo de 1872: se ocorre isto com respeito às categorias censitárias, ocorre algo similar com as categorias inerentes à ideia de território e também com as categorias inerentes à ideia do mapa de cartografia da vida social.

Vejam-se os elementos do Benedict Anderson sobre a formação da nação. A própria ideia de museu – um depósito das coleções de objetos e circunstâncias que formam o passado – precisa ser repensada de forma arqueológica referente ao passado, visando a uma concepção de museu enquanto elemento do presente que forma a ideia da nacionalidade projetada para o futuro. Nesta perspectiva, quando falamos em povos e comunidades tradicionais, não tem nada a ver com primitividade e não tem a ver com passado. Estamos projetando as ideias em direção ao futuro. Quais são as áreas deste país mais preservadas do ponto de vista de cobertura

vegetal? Ninguém pode negar que sejam as terras indígenas, que compreendem mais de 100 milhões de hectares; ninguém pode negar que sejam as terras quilombolas, que também têm uma expressão bastante grande, superior a 20 milhões de hectares; os próprios bosques de babaçuais, que equivalem a 20 milhões de hectares também junto com as áreas de castanhais e de seringais. Então, quem é que preserva neste país? Quem é que está olhando para o futuro? A mirada do futuro vem de onde? Vem daquilo que aparentemente é mais passado e mais primitivo. Assim, eu acho que se a própria economia e o planejamento econômico não se defrontarem com isto, acabam tendo uma visão inversa do processo real. E aí, sim, tendem a ir para um mapa de formalismos, caindo no abismo das estruturas projetadas de uma forma distante das realidades localizadas e dos processos reais. Acho que a antropologia está lutando justamente contra isso; ela não faz a mediação de uma coisa com a outra; ela se contrapõe a esses formalismos. Mas também não é uma disciplina que não contenha ambiguidades, e que não contenha métodos diferentes de interpretar estas situações. É de nossa preocupação perceber como as inovações tecnológicas são entendidas sem que haja uma fetichização delas. Interessa-nos como esta tecnologia pode ser interpretada socialmente, e realizamos a crítica quando um pensamento dito racional infla a racionalidade, impulsionando a tecnologia como se esta fosse um ato inalcançável a quem vive num mundo de primitividade. Ora, esta é uma grande ilusão, contrária ao exercício de qualquer um viajando por este país – seja pela Amazônia, seja pela floresta atlântica, seja pelo cerrado ou pelo planalto meridional. E pode ser confrontada a partir de uma visão simples sobre quem é que está realmente produzindo, vivendo e reinventando neste país. Mais ainda, esta ilusão se desfaz quando isto é associado com devastação, desmatamento, destruição, sem deixar possibilidades de futuro algum. A antropologia vem se exercitar numa linha inversa a esta visão.

José Sérgio Leite Lopes: Pensemos nas várias camadas históricas para investigação no desenvolvimento capitalista. Num momento ele é predatório, noutra, adquire conotação diversa, constituindo-se em força positiva. Imagine-se a situação de grupos como trabalhadores industriais fortes e dinâmicos num dado momento e região e que, num contexto adiante, perdem a sua vez. A tecnologia os expulsa. A antropologia, portanto, é ferramenta para estudar grupos sociais com grande importância em certos contextos históricos, como grupos de mineiros, tal como houve na Inglaterra, ou mineiros do carvão no Rio Grande do Sul, que hoje se encontram em extinção e declínio. Enfim, a mineração é uma atividade altamente insalubre, provoca doenças e tal, que são agravadas pela pressão, pela urgência da produção, e também pelo próprio estresse da exploração. No entanto, quando esta atividade acaba, as pessoas que trabalhavam nela têm lastimado a sua perda, porque dedicaram sua vida àquilo. Elas formaram certa cultura em torno daquela atividade profissional, tinham orgulho de pertencer àquela atividade. Como lidar com estas

transformações? Mesmo dentro da diversidade social, há sempre grupos mais tradicionais apontando para um futuro que antes se via como primitivo. É como a própria natureza brasileira, descrita no livro *A ferro e fogo*, do historiador americano Warren Dean, que é uma história da mata atlântica brasileira. Antigamente, os botânicos viam um ideal de floresta que correspondia ao da floresta europeia, mais uniforme com menos árvores, correspondendo àquilo que se vê nos filmes dos três mosqueteiros cavalgando por aquela floresta rarefeita. Mas, no Brasil, via-se a floresta mestiça toda anárquica e caótica, como a própria miscigenação do povo brasileiro. Era, portanto, uma coisa a ser transformada e disciplinada. No entanto, duzentos anos depois, a mata atlântica passa a ser vista como um recurso para o planeta. A mesma forma se aplica às populações: certas categorias de operários passam a ser um grupo condenado, porque estão ligados a tecnologias do passado. Eles são aquela concentração populacional do passado que tinha a esperança de ser o futuro. A esperança da utopia, da solidariedade, que é o que há de melhor no terrível trabalho industrial, em que o trabalhador faz gestos repetitivos a toda hora e se estressa à vontade. Entretanto, existe, subjacente neste ambiente, algo visto como secundário, que são, às vezes, a solidariedade e a amizade. Por isso, quando se extingue este tipo de atividade, o pessoal entra em depressão, apesar de a atividade ser explorada à exaustão. Outro veio de pesquisa, em que se pode explorar a antropologia, é estudar os ricos, estudar a aristocracia, estudar o Banco Mundial. Digo estudar, porque o nosso pode ser um método oposto ao da observação de determinado fenômeno, oposto ao da abstração talvez precipitada e do uso de uma elegância matemática. Em geral, entre os economistas, por exemplo, no processo de pesquisa, parte-se do microcosmo e vai-se para o macro; e aquilo tem uma elegância matemática, tem uma forma abstrata. Para nós, é o contrário: nosso método pode se aplicar a muitas coisas, mas ele é muito concreto e muito descritivo. Então ele tem sua própria macronarrativa, que corresponde a este método da descrição detalhada. Para além de ser uma memória do período seguinte, ele pode ajudar a desvendar certas coisas ao detalhar esta narrativa.

Bela Feldman-Bianco: Gostaria de ressaltar que a antropologia brasileira apresenta um percurso no seu desenvolvimento científico e acadêmico. Ela voltou-se ao Brasil por muito tempo, tanto que, até hoje, quando se fala em antropologia, se pensa em estudiosos de populações indígenas, de populações tradicionais etc. Entretanto, há mudanças em curso. Há um novo terreno, que é realmente da antropologia brasileira: estudar outros lugares, outras questões, em outros países. Então, há muito deste movimento para fora até no sentido comparativo. Por exemplo, hoje temos estudiosos antropólogos estudando cooperação internacional, fazendo estudos no Timor Leste ou fazendo estudos na China. Considero que uma postura acadêmica emergente no nosso campo de estudo é também sair do Brasil, ou comparar outras realidades com a do Brasil. Outra coisa: a antropologia brasileira

está muito firmada e consolidada. A ABA hoje é a terceira maior associação nacional de antropólogos no mundo. A maior é a americana, depois a japonesa e, em seguida, a nossa. Ela já é bastante reconhecida. Recebemos cada vez mais alunos do exterior, sendo muitos deles daqui da América Latina. A antropologia que se faz hoje na América Latina é muito influenciada pela formação brasileira. Também recebemos alunos de África e dos Estados Unidos. Nossas pós-graduações têm estudantes estrangeiros e estes estudantes também são os que estão fazendo pesquisas nos seus próprios países. Há uma maior circulação de ideias e de conhecimento. Neste momento, estamos – e estou dizendo isto em primeira mão – organizando um seminário virtual com a temática de deslocamentos e desigualdades, que terá, além da ABA, a Associação Americana de Antropologia e a Associação Europeia de Antropologia Social.

Alfredo Wagner: Eu acho que às vezes, quando vocês (economistas no governo) falam de Estado, lembrem-me muito a governação pombalina, que se opõe a um modelo de colonização teológica. É de vocês, da sua racionalidade estar sempre com o Estado. Este Estado já foi objeto de reflexão da antropologia, de repensar o poder e de como é que este poder se coloca na vida social. Neste sentido, a antropologia também permite entender hoje esta globalização como uma política, não como um processo natural, mas como uma política e mecanismo deste poder do Estado. Deve-se relativizar esta ação do Estado, porque esta figura parece irredentora neste período todo e, no entanto, o Marquês de Pombal, para disciplinar a relação com os outros povos – trago este exemplo para desmontar alguns critérios da ideia da miscigenação –, assenta, em 1758, o Diretório dos Índios, visando disciplinar que língua vai ser falada. O português só se torna língua oficial no Brasil depois de 1758. Até esta data, o português não era a língua principal no país; este é o primeiro ponto. O segundo ponto é que, nos dias de hoje, vários municípios estão exigindo a cooficialização de línguas naturais além do português, como São Gabriel da Cachoeira, com relação ao nheengatu, ao tucano e ao baniwa, ou como o município de Santa Fé, no Espírito Santo, com relação ao pomerano. Outro dado importante: Pombal também estabeleceu regras para o casamento preferencial, em que as mulheres indígenas podiam ser esposas de colonos, deixando de ser indígenas automaticamente. Isto mostra que não foi uma miscigenação; pelo contrário, houve um mecanismo de poder disciplinando os casamentos, dizendo quem podia casar com quem, e que havia sanções para quem cometesse uma infração. Então todas estas relações, as regras de casamento, as regras de matrimônio foram disciplinadas e informam à sociedade hoje que o país não é um Brasil mestiço, não é um Brasil moreno, não é um Brasil naturalmente miscigenado. Outro ponto também importante do período pombalino que considero disciplinador é dizer quem deve ser chamado de negro, quem deve ser chamado índio, e isto é que prevaleceu, porque, quando se consulta a documentação, verifica-se que, até 1758, os índios eram

chamados negros da terra. Então, a partir dali, há uma proibição de se chamar de negro aqueles que o Estado considera índios, e há uma proibição de chamar de índios aqueles que o Estado considera negros. Imagine-se o fenômeno quilombola hoje, se não é de dizer tudo isto; ou a questão do próprio livro do João Pacheco, sobre os povos indígenas no Nordeste hoje: o que significa sua luta por terras se não uma reconquista de um espaço que o Estado colonial aqui tinha montado. Neste ponto, eu acho que a antropologia ajuda a repensar estes processos. É neste sentido que ela pode estabelecer um diálogo com os instrumentos de poder em relação à vida social – sobretudo, estes que falam do ponto de vista do planejamento econômico, que pensam o país pela sua dimensão econômica. Sobre isto, eu diria, ecoando aqui a antropóloga Nancy Fraser, a dimensão econômica não pode ser mais separada da dimensão identitária. Uma contribuição que a antropologia pode dar é: não se separa mais o econômico do identitário; este processo tem que ser entendido junto. A maneira de classificar as pessoas, a maneira como as pessoas se autorrepresentam e aquilo que elas produzem não são mais dissociados. É impossível continuar –, seja com os operários, seja com os indígenas, seja com os quilombolas, seja com os que estão pela legislação designados como trabalhadores rurais e assim se organizam em sindicatos. Não se pode mais operar esta separação. O elemento identitário está colocado na vida social e não pode ser removido, senão por um golpe de força. O golpe de força autoritário que reeditaria todos estes outros elementos. A tensão que nós estamos vivendo ainda é uma tensão de uma sociedade autoritária, e a antropologia pode nos ajudar evidenciando a dispersão destes poderes pela vida social, no qual o Estado se articulou de nova maneira, e isto tem que ser pensado criticamente.

João Pacheco de Oliveira: Quero ressaltar que a antropologia no Brasil é uma profissão extremamente arriscada. Os antropólogos, ao fazerem seus trabalhos, são sempre vítimas ou frequentemente vítimas de ações diretas de intimidação de poderes, porque, pelo tipo de estudo que realizam, encontram as diferenças e dissonâncias entre as leis e as práticas, e trabalham questionando grandes interpretações. É um trabalho bastante complexo, e isto explica, inclusive, nossa presença aqui enquanto entidade profissional. O que a presidenta Bela Feldman-Bianco mencionou sobre a força da antropologia não decorre só do movimento de interesse de consorciar, mas também da necessidade de defender a pesquisa e defender os pesquisadores dentro de seus processos. Porque, efetivamente, a todo momento, somos chamados a intervir em casos em que antropólogos estão fortemente ameaçados, quer por poderes locais ou, às vezes, por representantes do Estado. Tornam-se, assim, objeto de campanhas de opinião pública e de difamação também. Seus trabalhos de análise científica, dos direitos daquelas populações, os relatórios, os laudos apresentados são, frequentemente, considerados trabalhos de encomenda, conjuntos de mentiras. Assim, a questão que se coloca é agir coletivamente – e é isso que a ABA representa; representa uma voz dos antropólogos. Não é uma corrente, não é uma

universidade, não é uma geração: é uma posição que se construiu, um consenso em relação à intervenção dos antropólogos e, neste sentido, ela é um braço protetor para que o antropólogo consiga fazer isto. Agora, é fundamental também que o planejador ou aquele que toma as decisões tenha ideia de que, enfim, a Amazônia e o país não são feitos de vazios. Nestas áreas existem populações com cálculos, com estratégias, com planos de ocupação, com planos de desenvolvimento. Estas populações nunca pensam para o passado, elas sempre pensam para o futuro. E elas precisariam ser incorporadas dentro deste processo. O que se vê, frequentemente, é que os mecanismos de atuação estatal são antimobilizadores, são mais pensados como estritamente protetores. Uma agência como a Funai, por exemplo, pensa, sobretudo, na proteção nas terras, mas o instrumental que ela tem para realizar é mínimo. Enquanto isso, todo o plano em relação à ocupação destes territórios, à transformação destes territórios em riquezas para os indígenas, bem como à criação de novos indígenas que possam ocupar estes territórios e usar em seu proveito, não é realizado por nenhuma agência. Então – como nos casos que o professor Alfredo conhece, trabalhando na Amazônia nesse momento –, a situação destas populações está longe do quadro idílico de populações vividas sobre enormes territórios. Elas são frequentemente objeto de violência, de interesses ilegais, de madeireiros, de mineradores, de contrabandistas, de narcotraficantes. Elas são sujeitas a processos extremamente violentos para que não sejam geradas alternativas que não apenas as de proteção, mas alternativas de construção de uma sociedade futura de fronteira em que possam conviver os indígenas, os quilombolas, os brasileiros. Devemos ser capazes de criar alternativas de construção do país e não realmente só em políticas de pura segmentação de grupos de acordo com a política de identidade dentro de uma visão bastante questionável de manutenção da diversidade.

Aristides Monteiro Neto (Ipea): Gostaria de, em nome do Ipea, agradecer a cada um de vocês por ter vindo aqui participar desta reunião tão simbólica. O Ipea está fazendo um movimento importante de se abrir para várias vozes do conhecimento. Como instituto de pesquisa criado no período da ditadura para executar, pensar, formular projetos, e acompanhar a realização de grandes projetos de desenvolvimento, o Ipea ficou marcado por estes propósitos iniciais. Sendo um órgão do Poder Executivo, a instituição falava preferencialmente para aquele. O movimento que a instituição opera agora é de aproximação, vocalização e de trabalho para além do Executivo. Estamos falando com todos os poderes da República, com o Legislativo, com o Judiciário, agora mais e mais com ONGs, com entidades patronais e entidades de trabalhadores. A instituição busca uma abertura para a pluralidade da democracia brasileira. Ao se abrir, [seu corpo técnico] precisa ter muitas gramáticas, ou de outro modo, precisa trabalhar para compreender as demais gramáticas das ciências humanas. Esta construção não pode ser feita só e a instituição não pretende nem vai fazer isto sozinha. Mas quer estar junto e também acredita que existem agendas

importantes no seio da sociedade brasileira que precisam ser amplificadas. E é isso que se quer fazer com este debate inicial. Com o diálogo entre os vários mundos da academia brasileira, poderemos operar no sentido de diminuir o conceito de Estado forte comentado anteriormente durante a entrevista. Para esta instituição, ligada ao Executivo federal, a visão do Estado é muito poderosa, principalmente quando se está imerso nele e se tem que corresponder às suas demandas. Observem que estamos, neste exato momento, no seio da Esplanada dos Ministérios. Logo, há um imaginário da República demandando de uma instituição como esta que ela tenha formulações complexas, precisas e firmes acerca da política pública. E às vezes é preciso dizer que não, o que é até mais complexo. Mas os desafios das demandas que recaem sobre a instituição exigem que se tente aperfeiçoar a compreensão sobre fenômenos, e não apenas os econômicos, bem como considerar atores sociais relevantes e pouco vistos nas agendas estabelecidas. Para esta tarefa, urge que a discussão e o debate se ampliem no ambiente acadêmico das ciências humanas, e que possamos nos aproveitar deles para pensar um país melhor.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Reginaldo da Silva Domingos

Revisão

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Laeticia Jensen Eble

Leonardo Moreira de Souza

Marcelo Araujo de Sales Aguiar

Marco Aurélio Dias Pires

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Barbara Pimentel (estagiária)

Karen Aparecida Rosa (estagiária)

Tauãnara Monteiro Ribeiro da Silva (estagiária)

Wanessa Ros Vasconcelos (estagiária)

Editoração

Bernar José Vieira

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniella Silva Nogueira

Danilo Leite de Macedo Tavares

Diego André Souza Santos

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3315 5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em adobe garamond pro 11/13,2 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em offset 90g/m² (miolo)
Cartão supremo 250g/m² (capa)
Brasília-DF

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

História

Desenvolvimento

- | | |
|-----------------------------|--------------------------|
| Alfredo Wagner | Gustavo Lins Ribeiro |
| Andrea Luiz Zhouri | Ivan Ervolino |
| Anete Brito Leal Ivo | Janina Onuki |
| Aristides Monteiro Neto | João Pacheco de Oliveira |
| Bela Feldman-Bianco | Joaquina Barata Teixeira |
| Caio Martins | José Sérgio Leite Lopes |
| Carlos Montaña | Rafael Nunes Magalhães |
| Cicilia M. Krohling Peruzzo | Rodrigo de Souza Filho |
| Cornélia Erke | Vinícius Correia Santos |
| Eduardo Noronha | Wesley Felício Silva |

ISBN 978-85-7811-200-4



9 788578 112004 >

